



**UNICAMP**

**NÚMERO: 032/2010**  
**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**  
**PÓS-GRADUAÇÃO EM**  
**ENSINO E HISTÓRIA DE CIÊNCIAS DA TERRA**

**GIOVANA GALVÃO TAVARES**

**ZOROASTRO ARTIAGA – O DIVULGADOR DO SERTÃO GOIANO (1930-1970)**

Tese apresentada ao Instituto de Geociências como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciências.

**Orientador:** Profa. Dra. Silvia Fernanda de Mendonça Figueirôa

**CAMPINAS - SÃO PAULO**  
Julho, 2010

## **Catologação na Publicação elaborada pela Biblioteca do Instituto de Geociências/UNICAMP**

T197z	Tavares, Giovana Galvão. Zoroastro Artiaga – o divulgador do sertão goiano (1930-1970) / Giovana Galvão Tavares-- Campinas,SP.: [s.n.], 2010.  Orientador: Silvia Fernanda de Mendonça Figueirôa. Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.  1. Artiaga, Zoroastro, 1891-1972 - Biografia. 2. Ciência - História. 3. Goiás. I. Figueirôa, Silvia Fernanda de Mendonça. II. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. III. Título.
-------	---

Título em inglês Zoroastro Artiaga – the popularizer of Goiás (1930-1970)

Keywords: - Artiaga, Zoroastro, 1891-1972 - Biography;  
- Science - History;  
- Goiás.

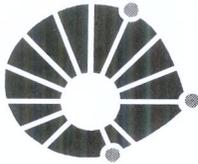
Área de concentração:

Titulação: Doutor em Ciências.

Banca examinadora: - Silvia Fernanda de Mendonça Figueirôa;  
- Alda Lúcia Heizer;  
- Carlos Alberto Lobão da Silveira Cunha;  
- Genilda D'Arc Bernardes;  
- Iran Ferreira Machado.

Data da defesa: 29/07/2010

Programa de Pós-graduação em Ensino e História de Ciências da Terra.



**UNICAMP**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PÓS-GRADUAÇÃO EM  
ENSINO E HISTÓRIA DE CIÊNCIAS DA TERRA**

**AUTORA:** Giovana Galvão Tavares

“Zoroastro Artiga – O Divulgador do Sertão Goiano (1930-1970)”

**ORIENTADORA** Profa. Dra. Silvia Fernanda de Mendonça Figueirôa

Aprovada em: 29 / 07 / 2010

**EXAMINADORES:**

Profa. Dra. Silvia Fernanda de Mendonça Figueirôa.

Silvia F. Mendonça Figueirôa Presidente

Prof. Dr. Carlos Alberto Lobão da Silveira Cunha

Carlos Alberto Lobão da Silveira Cunha

Prof. Dr. Iran Ferreira Machado

Iran Ferreira Machado

Dra. Alda Lucia Heizer

Alda Lucia Heizer

Profa. Dra. Genilda D’Arc Bernardes

Genilda D’Arc Bernardes

Campinas, 29 de julho de 2010

*Assim como o oceano  
Só é belo como luar  
Assim como a canção  
Só tem razão se se cantar  
Assim como uma nuvem  
Só acontece se chover  
Assim como o poeta  
Só é grande se sofrer  
Assim como viver  
Sem ter amor não é viver  
(...) Eu não existo sem você [s].*

Tom Jobim e Vinicius de Moraes  
Eu não existo sem você.

**Dedico esta tese aos meus ternos e eternos amores Nasser  
Cecílio, Jorge Cecílio e Maria Júlia.**

## **Agradecimentos**

À querida orientadora Silvia Fernanda de Mendonça Figueirôa que fará sempre parte das boas lembranças de minha vida. Agradeço e manifesto a minha eterna gratidão por todos esses anos (desde 1996) de orientação segura e acompanhada de muito respeito e carinho.

Aos professores Iran e Lobão, agradeço as contribuições no exame de qualificação.

À Professora Maria Margaret Lopes e professor Mauricio Compiane pelo ensinamento no campo das Geociências.

A todas as secretarias do IG, especialmente à Val e à Edinalva pela atenção.

À Roseneide, minha querida amiga, pelo muito que fez por mim.

Ao Emerson, amigo para todas as horas, minutos e segundos (risos)

À Ondimar e Zilda pelo carinho.

Ao Sandro, querido colega, pela atenção e bate-papo sobre História Cultural.

À Genilda pela amizade e atenção dispensada para conversar sobre Goiânia, Batismo Cultural entre outros assuntos que contribuíram para a tese. Obrigada.

À Marlene Carvalho pela recepção e carinho dispensados na minha estadia no Rio de Janeiro.

Às queridas colegas de trabalho Cristiane, Lila, Liliane e Lúcia que muito agradeço pela acolhida, compreensão e respeito que sempre tiveram para comigo. Em especial a Cristiane que acreditou no potencial e no trabalho de uma professora de Geografia em um grupo de cirurgiãs dentistas.

Begonha minha colega de doutorado... obrigada pelos textos, teses entre outros materiais que me enviava. Você me ajudou muito.

À Dona Terezinha pela valiosa ajuda nas pesquisas no Museu Histórico de Anápolis.

Ao pessoal do Museu Zoroastro Artiaga: Eliane, Vânia e, especialmente, Henrique pelo carinho e atenção.

À Dona Carmem do Arquivo Histórico meu obrigada pela atenção.

Aos funcionários das seguintes instituições: do Museu de Imagem e Som de Goiânia, da Academia Goiana de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, agradeço a atenção.

Aos funcionários do IBGE e do Museu de Imagem e Som do Rio de Janeiro que muito me ajudaram na busca de fontes primárias.

Às pessoas que colaboraram afetivamente para o início e finalização da tese:

Minha amada mãe, Marlene, que sempre me apoio com palavras de fé e esperança e que por várias vezes deixou seus afazeres para cuidar de meus pequenos durante minhas idas e vindas de Campinas/SP. A você meu amor.

Meu amado pai, João Tavares. Meus irmãos queridos Jefferson, Jaksson e Juscelino. Minhas cunhadas Célia e Anália e meus sobrinhos queridos: Juliana, Arthur, Daniel, Isabella, Izequiel; a vocês que de uma forma ou de outra contribuíram para a finalização deste trabalho, agradeço por compartilharem comigo meu dia-a-dia, ora turbulento ora calma.

À minha vovó Guilhermina, mulher forte e vibrante. A você minha admiração.

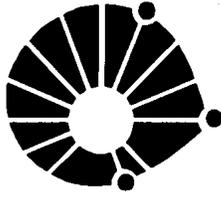
À minha querida sogra, Dona Nelly Daher, mulher admirável, sem seu enorme zelo pela minha família eu não teria conseguido terminar esse trabalho. A você meu carinho.

À Naninha e ao Cecílio, obrigada... Ufa...

Àquelas que participam do meu dia-a-dia e me ajudam a cuidar de meus filhos: Dada e Nana. Meu eterno agradecimento, pois sei que por infinitas vezes me socorreram deixando de cuidar dos seus para cuidar dos meus... A vocês... Minha gratidão.

Agradeço ao meu amado e companheiro de minha vida, Nasser, que sempre me apoiou e em todos os momentos da construção desta tese esteve presente.

E, por último, aos amores de minha vida, Jorge e Maria, que me proporcionaram outra forma de ver o mundo – alegre e terno.



**UNICAMP**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PÓS-GRADUAÇÃO EM  
ENSINO E HISTÓRIA DE CIÊNCIAS DA TERRA**

**ZOROASTRO ARTIAGA – o divulgador do sertão goiano (1930-1970)**

**RESUMO**

**Tese de Doutorado**

**Giovana Galvão Tavares**

O presente trabalho analisa, através do método biográfico, a trajetória de vida e a produção cultural e, ou científica de Zoroastro Artiaga entre as décadas de 1930 a 1970. Em nossa tese entendemos nosso biografado enquanto um divulgador de Goiás que buscou principalmente, por meio das discussões geocientíficas, apresentar a região goiana ao país, utilizando-se dos meios de comunicação regional e nacional. Para esse fim, recorreremos à nova historiografia da ciência que estabelece diálogo com a História Cultural. Esse diálogo investiga os objetos e personagens “escondidos”, e assim permite que se investiguem indivíduos anteriormente desconsiderados pela historiografia. Analisamos a vida de Zoroastro Artiaga em dois momentos. O primeiro, nas décadas de 1930 e 1940, momento em que nosso divulgador atuou ativamente nos meios de comunicação com o objetivo de divulgar o estado de Goiás para a Nação brasileira, tendo como eixos norteadores de suas publicações: rede ferroviária, recursos minerais e a transferência da Capital Federal para o Planalto Central. O segundo, pós Estado Novo, 1940/1960, período em que administrou o Museu Estadual de Goiás (1946-1957), o IHGG (1958-1962), a AGL (1957-1959) e publicou mais intensamente sobre as questões regionais, tendo como principal pano de fundo as geociências (mineralogia, geologia, geografia). Nesse momento, seus artigos e livros tomam dimensão nacional e internacional. Nossa tese apresenta análise desses dois momentos de Zoroastro Artiaga, abordando os contextos e circunstâncias regionais e nacionais em que nosso biografado esteve inserido ao longo dos anos por nós investigados, considerando o seu papel fundamental na construção do discurso do estado moderno e promissor. Concluímos que, ao longo de sua trajetória de vida, Artiaga centrou suas preocupações na divulgação da região goiana para a Nação. As publicações de Zoroastro estavam atreladas às suas atividades profissionais e, em sua maioria, percebemos que buscou tratar de temáticas que faziam eco regional, como por exemplo, a mudança da Capital Federal para o território goiano ou, ainda, os problemas econômicos advindos com a falta de ampliação das redes ferroviárias em Goiás. Mas foi com a temática de geociências que Artiaga se destacou, especialmente, quando se dedicou a divulgar trabalhos sobre os minérios radiativos que afirmava existir no estado de Goiás. Suas afirmações sobre o tema foram polêmicas, ou como ele mesmo dizia “trazia estranhamento aos outros”. Nosso divulgador faleceu em 27 de fevereiro de 1972, aos 81 anos de idade.



**UNICAMP**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PÓS-GRADUAÇÃO EM  
ENSINO E HISTÓRIA DE CIÊNCIAS DA TERRA**

**ZOROASTRO ARTIAGA – o divulgador do sertão goiano (1930-1970)**

**Abstract**

**Tese de Doutorado**

**Giovana Galvão Tavares**

The current study, through biographical methodology, examines the life of Zoroastro Artiaga, and his cultural and /or scientific production between the 1930s and 1970s. In this PhD Dissertation we understand our biographical subject as a popularizer of the state of Goiás who aimed, mainly through geoscientific discussions, at presenting Goiás to the rest of the country, using, for this purpose, the mass media, regionally and nationally. In order to achieve this goal, we reviewed the new historiography of the history of science, which establishes a dialogue with cultural history. This dialogue explores 'hidden' objects and characters, thus allowing to the investigation of subjects previously ignored by historiography. We analyze three periods of Zoroastra Artiaga's life. The first, the early 1930s, marked his political and/or social rise, during the government of Pedro Ludovico Teixeira. The second as a consolidated popularizer of the state of Goias, during the "Estado Novo" politics. And the third, 1940/1960, when he directed the State Museum of Goiás and published more heavily on regional issues; having as main background the geosciences (mineralogy, geology, geography). This thesis presents an analysis of these three moments of Zoroaster Artiaga's life and approaches the regional contexts in which our biography subject was inserted, throughout the 40 years investigated. We conclude that, throughout his lifetime, Artiaga focused their concerns on the disclosure of the Goias region to the nation. The publications of Zoroastro were related to their professional activities and, mostly, we realize that sought to address regional issues that echoed, for example, the change the Federal Capital to the Goiás territory, or even economic problems arising with the lack of expansion of rail networks in Goiás. But it was with the thematic geoscience Artiaga that stood out, especially when he devoted himself to publishing studies on radioactive ores claimed that exist in the state of Goiás. Their statements on the issue were controversial, or as he said "brought uneasiness to the other". Our publisher died on February 27, 1972, at 81 years old.

## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	vii
<b>ÍNDICE</b> .....	xiii
<b>ÍNDICE DE FIGURAS</b> .....	xv
<b>ÍNDICE DE QUADRO</b> .....	xv
<b>ÍNDICE DE MAPAS</b> .....	xv
<b>ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS</b> .....	xv
<b>LISTA DE SIGLAS</b> .....	xix
<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	01
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>História da Ciência e Método Biográfico: leitura de um “personagem escondido”</b> .....	07
1.1 Sobre o método.....	11
1.2 Sobre o Personagem.....	27
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>Entre Trilhos, Minérios e Águas: as ideias e ideais de Zoroastro Artiaga para a integração da região goiana à nação brasileira</b> .....	51
2.1. Tempo de Trilhos.....	55
2.2. Tempo de Minérios.....	81
2.3. Tempo das Águas.....	101
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>Entre Minérios, Índios e Ossadas: criação e implantação do Museu Estadual de Goiás e outras Casas (1946 – 1962)</b> .....	117
3.1. A Casa.....	121
3.2. A Origem da Casa e dos Objetos.....	124
3.3. O Cotidiano das Casas: O DEC e o Museu Estadual de Goiás (1946 a 1948).....	136

3.4. A Casa: O Museu Estadual de Goiás (1947 -1957).....	154
3.5. Depois da Casa, outras Casas .....	169
3.6. O Retorno a Velha Casa.....	175
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>177</b>
<b>Fontes e Referências Bibliográficas.....</b>	<b>183</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS, QUADROS, MAPAS E FOTOGRAFIA

### FIGURAS

<b>Figura 1.1</b> Primeira Edição da Revista Informação Goyana.....	46
<b>Figura 1.2</b> Primeiro Número Revista Oeste.....	48
<b>Figura 3.1.</b> Piso térreo do MUZA.....	122
<b>Figura 3.2.</b> Piso superior do MUZA.....	123
<b>Figura 3.3.</b> Correspondência do Ministério das Relações Exteriores para Zoroastro Artiaga.....	143
<b>Figura 3.4</b> Carta encaminhada ao governador do estado de Goiás Sr. Jerônimo Coimbra Bueno.....	146
<b>Figura 3.5.</b> Documento enviado por Zoroastro Artiaga, presidente do IHGG, a Regina Lacerda, diretora do Museu Estadual de Goiás, 1958.....	168

### QUADROS

<b>Quadro 1.1</b> Participação de Zoroastro Artiaga como colaborador em Jornais regionais e nacionais.....	37
--	----

### MAPAS

<b>Mapa 2.1.</b> Desenvolvimento do Sistema Ferroviário Brasileiro – 1854 A 1930.....	66
<b>Mapa 2.2</b> Estradas de Ferro no Brasil – 1931 A 1954.....	67
<b>Mapa 2.3.</b> Estrada de Ferro Goiaz – Até 1951.....	70
<b>Mapa 2.4.</b> Sugestão de localização da área da futura Capital Federal (1946).....	111

### FOTOGRAFIAS

<b>Foto 1.1.</b> Zoroastro Artiaga.....	07
<b>Foto 1.2.</b> Instalações do Departamento Estadual de Estatística e Imprensa Oficial, ano de 1936, na Rua 24 Centro Goiânia.....	42

<b>Foto 2.1.</b> Zoroastro Artiaga (segundo no canto esquerdo da foto), professores e alunas de escola pública em silvânia/go. c.1936.....	51
<b>Foto 2.2.</b> Ponte sobre o Rio Paranaíba – Trilhos da Rede Mineira de Viação ligando Goiás a Minas Gerais.....	55
<b>Foto 2.3 -</b> Conselho Administrativo de Goiás no Estado Novo. Da esquerda, sentados: Aderbal Câmara, Moisés Costa Gomes, Paulo Augusto de Figueiredo, Belarmino Cruvinel, Zoroastro Artiaga e Nicanor Gordo, s/d.....	83
<b>Foto 3.1</b> Edifício do Museu do Estado em construção, c.1941.....	117
<b>Foto 3.2.</b> Museu do Estado, c.1946.....	121
<b>Foto 3.3.</b> Dr. M. Teixeira de Freitas fazendo a abertura da cerimônia do Batismo Cultural. ....	129
<b>Foto 3.4.</b> Durante a cerimônia do Batismo Cultural, apresentação do engenheiro Fábio de Macedo Soares a Pedro Ludovico.....	130
<b>Foto 3.5.</b> Exposição de Goiânia - Prédio da Escola Técnica de Goiás, 1942.....	133
<b>Foto 3.6.</b> Exposição de Produtos Regionais: entrada do stand de Goiás. Estão presentes o engenheiro Cristovão Leite Castro, Jaime Câmara, Dr. Pedro Ludovico Teixeira e sua esposa Dna. Gercina Borges, Dr. M. A Teixeira.....	133
<b>Foto 3.7</b> Rochas e minérios encontrados na região goiana. Imagem da Exposição Permanente de Goiânia (1942 – 1947).....	139
<b>Foto 3.8</b> Rochas, minérios e imagens aéreas de Goiânia. Imagem da Exposição Permanente de Goiânia (1942 – 1947).....	139
<b>Foto 3.9</b> Rochas, minérios e adereços de indígenas habitantes da região goiana. Imagem da Exposição Permanente de Goiânia (1942 – 1947).....	140
<b>Foto 3.10</b> Funcionários do IBGE. 1946. Autor desconhecido. Goiânia – GO.....	152
<b>Foto 3.11</b> Vista parcial da sala de exposição de mineralogia do MEG, s/d.....	157
<b>Foto 3.12</b> Cristal de Rocha em exposição no MEG, s/d.....	158
<b>Foto 3.13</b> Secção de Zoologia do MEG, s/d.....	159
<b>Foto 3.14.</b> Casa de João de Barro, s/d.....	159
<b>Foto 3.15.</b> Lobo empalhado – Goiás, s/d.....	160
<b>Foto 3.16</b> Pisões e machados de pedra usados por índios, s/d.....	161
<b>Foto 3.17.</b> Arte Plumária dos índios Karajás, s/d.....	161

<b>Foto 3.18.</b> Urna Indígena encontrada no município de Inhumas/Goiás, s/d.....	162
<b>Foto 3.19.</b> Urna e Ossada de índio encontradas no município de Paranã/GO, s/d.....	162
<b>Foto 3.20.</b> Fósseis de peixe encontrados no município de Corumbá de Goiás /GO....	163
<b>Foto 3.21</b> - Zoroastro Artiaga discursa. Década de 1960.....	174

## **LISTA DE SIGLAS**

AGL – Academia Goiana de Letras

ABC – Academia Brasileira de Ciências

CNG – Conselho Nacional de Geografia

CNE – Conselho Nacional de Estatística

DEC – Departamento Estadual de Cultura

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGG – Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IPT – Instituto de Pesquisa Tecnológica

MEG – Museu Estadual de Goiás

MUZA – Museu Goiano Zoroastro Artiaga

PUC – Goiânia – Pontifícia Universidade Católica de Goiânia

SBHC – Sociedade Brasileira de História das Ciências

SLHCT – Sociedade Latina-americana de História da Ciência e Tecnologia

SBC – Sociedade Brasileira de Ciência

UCG – Universidade Católica de Goiás

## **Apresentação**

*“Nos somos muitas coisas, mas somos sobretudo a memória que temos de nós mesmos, e o diário, neste sentido, é uma espécie de ajuda à memória”.*

José Saramago

Em 1998, ainda no mestrado, fiz meu primeiro contato com o livro *O Labirinto da Solidão* de Octávio Paz (1984). Achei-o de uma sensibilidade avassaladora e uma das partes que mais me chamou atenção foi o seu texto inaugural: *o pachuco e outros extremos*. Nele o autor dedica-se a refletir acerca da segunda geração de jovens mexicano-americanos que viviam nos anos de II Guerra Mundial nos bairros orientais de Los Angeles. Tais jovens se expressavam através de vestimentas extravagantes, linguagem própria, entre outras manifestações que os depreciavam ainda mais diante a sociedade norte-americana. A narrativa cheia de encanto centra-se em categorias como solidão e singularidade. Esta última destaca-se, a meu ver, na seguinte afirmação: “despertar para a história significa adquirir consciência da nossa singularidade” (PAZ, 1984, p.14). A frase provocou-me por muito tempo e me fez repensar acerca da história escrita sobre Goiás e, mais ainda, indagar os estigmas construídos ao longo dos últimos dois séculos - do espaço geográfico contendo grande vazio demográfico, que justificaria seu atraso econômico; da região atrasada economicamente e não merecedora de participar da história nacional, entre outros escritos que desconsideram a singularidade do lugar<sup>1</sup>.

O significado que Octavio Paz atribui à singularidade está relacionado à busca constante de identidade, seja coletiva ou individual, que se processa no percurso da história de um lugar. Talvez o texto que aqui discorro possa contribuir para com a geografia e história regional e, sem grandes pretensões, colaborar para o conhecimento da singularidade de uma região escondida até mesmo para “os de dentro”.

O trabalho que apresento é resultado de reflexão acerca do lugar onde vivo, de algo que desde os meus primeiros passos no DGAE/UNICAMP me proponho a

---

<sup>1</sup> Para maiores esclarecimento sobre o assunto ler Chaul (1997); Estevam (1998); Campos (2003).

pesquisar – a singularidade da região de Goiás. É fato que produzir texto acadêmico sobre a região goiana não é tarefa fácil. A afirmação se dá devido aos graves problemas na manutenção de documentos históricos por parte do poder público, gerando constantes frustrações àqueles que se aventuram no campo das pesquisas nos arquivos goianos, uma vez que esbarram com a falta de documentação, descuido no armazenamento do material, arquivos depositados em locais impróprios, entre tantos outros que provocam a deterioração de documentos imprescindíveis para o entendimento da singularidade da composição histórica e geográfica regional.

Nosso trabalho não foge aos problemas acima mencionados.

Para a elaboração da tese foi indispensável a coleta de dados em arquivos públicos e particulares de Goiás. E ao iniciar minha peregrinação em busca de tais informações, deparei-me com artigos em jornais apontando a localização de determinados documentos, mas infelizmente não os encontrei. Muitas vezes os funcionários não sabiam explicar que fim havia levado tal arquivo, ou simplesmente afirmavam que havia sido emprestado e não fora devolvido.

Daí na escrita ora apresentada existirem lacunas que deveriam ser preenchidas, uma vez que infelizmente não encontrei respostas documentais para várias de minhas indagações.

Iniciei a pesquisa em Goiânia no Museu Goiano Zoroastro Artiaga (MUZA), no qual foram encontradas as fontes primárias para a construção do terceiro capítulo da tese – livros atas, livros escritos pelo nosso biografado, anotações, rascunhos de publicações e de obras não concluídas, além, é claro, do próprio prédio e objetos ali exposto que acabam contando uma parte da história de vida de Zoroastro. Após alguns dias vasculhando e coletando informações no MUZA fui ao Museu da Imagem e Som, pois foi transferido para aquela Instituição todo o acervo fotográfico de Museu Goiano. Lá encontrei, além das fotos de Artiga, imagens da Instituição que hoje leva seu nome. Meu terceiro campo foi na biblioteca da PUC de Goiânia, aquela em que Zoroastro foi professor entre os anos de 1950/1960. Ali estão depositadas todas as obras publicadas pelo nosso biografado. Passei dias lendo e identificando pontos que entendi como importantes para construção do texto que ora segue.

No Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), foram encontradas algumas das obras publicadas por Zoroastro e as atas da época em que foi presidente da Instituição (1958-1962). Sua gestão no IHGG se diferencia das demais, pois, enquanto os outros presidentes do IHGG detalhavam suas reuniões nas atas, descrevendo *passo-a-passo* o que estava sendo vivenciado, nosso divulgador apenas menciona “expediente normal”. Segundo Tavares (2000, p. 91) *ocorreu um número expressivo de reuniões se comparados a outras épocas. Contudo, esse elevado número de reuniões representa apenas, como dizem as atas ‘sessões ordinárias para expedientes normais.* Nas atas não foram encontradas informações suficientes para desvendar sua gestão.

Na biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística da cidade de Goiânia, dediquei-me a procurar informações acerca dos trabalhos de delimitação do território goiano desenvolvidos por Artiaga, conforme sua autobiografia, no período de 1930/1940, mas infelizmente nada foi encontrado. Também fui à biblioteca da antiga METAGO, mas não encontrei nenhum livro de Zoroastro Artiaga ou material que remetesse a seus trabalhos.

Outro lugar de destaque foi o Arquivo Histórico Estadual de Goiás, no qual estão depositadas algumas das leis e decretos-leis sobre a mineração no estado de Goiás, as quais acredito terem importância para a discussão no segundo capítulo. Na Academia Goiana de Letras, segundo Nice Monteiro Daher (1991), estariam depositados todos os certificados, medalhas, diplomas, anotações entre outros documentos pertencentes a Zoroastro Artiaga que foram doados pela sua família. Porém, infelizmente, nenhum destes objetos ou documentações foram encontrados, mas apenas vários recortes de jornais do período de falecimento de Artiaga e homenagens no seu centenário de nascimento.

O arquivo do Jornal O Popular foi visitado por quatro vezes, mas infelizmente a máquina que possibilita a visualização dos jornais do período da pesquisa estava com defeito e sem data prevista para o retorno de seu funcionamento, o que gerou outra lacuna em nosso trabalho.

Em Anápolis foram coletados os artigos publicados por Zoroastro no acervo do Jornal *O Anápolis*. No arquivo do mencionado meio de comunicação foram encontradas publicações de Artiaga no período de 1946 -1953, as quais abordam diversos temas, desde a mudança da capital federal, recursos minerais, economia regional e nacional, além de

notas comentando sobre nosso biografado. Também vasculhei o acervo do Museu Histórico Alderico Borges de Carvalho e encontrei um livro que mencionava seus trabalhos.

Na cidade de Goiás foram feitos levantamento nos arquivos históricos do Museu das Bandeiras, no Arquivo Público do Estado de Goiás e no Gabinete Literário, arquivo da Universidade Estadual de Goiás – Campus Goiás; contudo não encontrei fontes para minha tese.

Foram realizadas pesquisas também na cidade do Rio de Janeiro, especialmente no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no qual procurei as informações sobre o período que Artiaga atuou no projeto de Divisão Territorial do Estado de Goiás; encontrei a publicação da conclusão do trabalho e o decreto-lei que nomeou Zoroastro para compor a Comissão, mas não foi encontrada nenhuma outra informação que envolvesse o nome de nosso biografado.

Fui ao Museu de Imagem e Som, pois lá está depositado o acervo da Rádio Nacional, e em várias reportagens e nas autobiografias de Zoroastro existem comentários acerca de sua entrevista cedida nos anos 50 à referida emissora, além do recebimento de uma medalha. Contudo, o Museu não possui todo o acervo da Rádio, pois parte dele se perdeu, daí a justificativa, acredito, de não termos encontrado o que estávamos procurando.

Na Fundação Getúlio Vargas busquei informações no CPDOC da Instituição e achei, para minha surpresa, imagens da Exposição Permanente de Goiânia. Por fim, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foram encontradas as obras publicadas por Zoroastro.

De posse das informações coletadas, construí um roteiro da tese que tem como raiz as reflexões acadêmicas realizadas desde a produção de minha dissertação de mestrado sobre o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás<sup>2</sup>. As pesquisas advindas para a construção de minha dissertação proporcionaram-me conhecer uma história regional com a qual ainda não havia tido contato e compreender a formação nos anos do Estado Novo da comunidade intelectual do estado de Goiás.

---

<sup>2</sup> Minha dissertação teve como objetivos principais: 1) resgatar o contexto histórico e cultural do Estado de Goiás, no qual o IHGG esteve inserido; 2) analisar a trajetória do IHGG nesse contexto, tendo como pontos-chaves: o papel social desempenhado pela instituição, ou seja, os tipos de relações estabelecidas e de atividades oferecidas à sociedade; os papéis de pesquisa exercidos pelo instituto, o papel educativo e o discurso institucional e do poder público sobre a instituição.

Desde então, preocupei-me em tentar compreender um grupo de jovens goianos que pensaram política, econômica, social e culturalmente o estado de Goiás nos anos de 1930 e 1940, sendo a discussão acerca das geociências objeto particular da minha atenção. Daí meu interesse em pesquisar Zoroastro Artiaga, que por muitos foi denominado como geocientista goiano, ora por ocupar cargos públicos em órgãos dedicados aos estudos geográficos e geológicos; ora por escrever acerca dos recursos naturais encontrados no território goiano e, ainda, por colaborar para a construção cartográfica acerca do estado de Goiás.

Para tal tarefa, preocupei-me em responder as seguintes indagações: a qual grupo político e, ou cultural regional Artiaga pertenceu? Se fez parte de um grupo - até que momento pertenceu politicamente a ele? Os saberes divulgados por Artiaga acerca de Goiás eram produzidos por ele, ou foram compilados e modificados e utilizados para divulgação da região goiana? As preocupações de Zoroastro Artiaga eram com a prática científica ou com a divulgação do conhecimento científico sobre o estado de Goiás a fim de apresentar sua importância à Nação? Qual o papel de Artiaga no cenário da divulgação dos estudos das ciências da terra em Goiás? E no Brasil, qual o seu papel como promotor dos estudos de integração regional?

Na busca de responder as indagações acima, escrevi o primeiro capítulo, sob o título **História da Ciência e Método Biográfico: leitura de um “personagem escondido”**, tendo como aporte teórico o método biográfico, pois aqui entendo o biografado como uma “janela” para o entendimento de uma época da região goiana. Para tanto, recorri a autores que discutem a História, a História da Ciência, Método Biográfico e a interface da História da Ciência e a construção do estudo biográfico, tendo como eixo norteador a metodologia dos historiadores latino-americanos. Além, é claro, dos dados biográficos de Zoroastro Artiaga.

No segundo capítulo, **Entre trilhos, minérios e águas: as ideias e ideais de Zoroastro Artiaga para a integração da região goiana à nação brasileira**, dediquei-me a apresentar e refletir sobre os artigos de Artiaga, publicados nos anos de 1930 e 1940, nas Revistas Informação Goyana e Oeste, além daqueles publicados em jornais locais (1940 – 1950) que tinham como temáticas as estradas de ferro, os recursos minerais e a discussão sobre a transferência da capital federal para o território goiano. Zoroastro teve por

finalidade expressar seus sentimentos de pertencimento a uma região quase sempre esquecida pelo cenário nacional lançando mão em seus artigos da relação dicotômica sertão/litoral que era, naquele momento, relevante no debate sobre o nacionalismo, construção e integração nacional.

O terceiro capítulo, **Entre minérios, índios e ossadas: criação e implantação do Museu Estadual de Goiás e Outras Casas (1946 – 1962)**, tratei do período no qual Zoroastro Artiaga ocupou a direção do Departamento Estadual de Cultura e do Museu Estadual de Goiás (MEG). Para tanto, optei, num primeiro momento, por percorrer o caminho de criação, implantação e consolidação da Instituição, buscando, por meio de documentos do acervo do Museu, compreender as principais atividades de nosso biografado no MEG. Esta escolha teve como objetivo maior a visualização das práticas e valores atribuídos pelo biografado às geociências, já que tentou transformar o Museu numa Instituição de história natural. Outro ponto abordado foi a participação de nosso divulgador no Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e na Academia Goiana de Letras.

Assim seguem minhas reflexões...

## Capítulo 01

### História da Ciência e Método Biográfico: leitura de um “personagem escondido”



**Foto 1.1 - Zoroastro Artiaga, c.1940. Autor desconhecido. Goiânia – GO.  
Coleção Museu Goiano Zoroastro Artiaga. Acervo MIS – GO.**

*Um dia, lá pelos idos de 1953, estava ele [Zoroastro Artiaga] plantando um coqueiro no jardim de sua residência, na Rua 6 quando um seu amigo e advogado lhe perguntou: Professor, aos sessenta anos de idade o senhor planta este coqueiro. Acredita que terá tempo para comer o seu fruto?*

*Amável como sempre e com o inseparável chapéu que cobria-lhe os venerando cabelos grisalhos o velho mestre respondeu: dizem que as tamareiras precisam de cem anos para dar frutos e, no entanto, os árabes que as plantam não se preocupam com os frutos. O importante é plantar, semear, deixar alguma coisa para que os posteriores tirem proveito.*

(Discurso proferido por Leolídio Caiado na Academia Goiana de Letras em homenagem a Zoroastro Artiaga, Ata da AGL, 22 de junho de 1972 p. 84 verso)

## ***Sobre o Método***

Entre os anos de 1997 e 1999, produzimos nossa dissertação de mestrado intitulada *A trajetória de uma Casa de Saber: o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (1930-1970)* e, ao longo de nossa pesquisa, estudamos vários membros do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, dentre os quais se encontrava Zoroastro Artiaga. O nome nos chamou atenção pela sua peculiaridade, porém, foram os trabalhos por ele produzidos que suscitaram em nós o desejo de aprofundar suas ideias para a elaboração de nossa proposta de doutoramento. Para tanto, realizamos levantamentos acerca dos estudos de Artiaga, tanto os publicados em revistas e jornais da época, como também os livros de sua autoria. Ao fazermos tal triagem nos surpreendemos com a riqueza contida em suas obras e, em especial, percebemos que nenhum estudo havia sido realizado sobre sua vida e, ou obra, talvez por se tratar de um “personagem escondido”, inserido em uma “região também escondida”, conforme expressão cunhada por Saldanã (1993).

De maneira geral, as regiões e personagens escondidos foram, a partir dos anos 70, alvo de interesse da História. Mulheres, crianças, trabalhadores, entre outros, transformaram-se em objetos de variados estudos que proporcionaram críticas às formas consagradas de se pensar a disciplina; especialmente aquela em que a:

*História era, antes de tudo, obra de justificação dos progressos da Fé ou da Razão, do poder monárquico ou do poder burguês. Por isso, **durante muito tempo ela foi escrita a partir do ‘centro’**. Os papéis representados pelas elites do poder, da fortuna ou da cultura pareciam ser os únicos que contavam. A história dos povos se diluía na história dinástica, e a história religiosa na da igreja e dos clérigos. Fora dos grandes autores e das letras eruditas não havia literatura. **A partir do centro que irradiava-se a verdade a qual eram comparados todos os erros, desvios ou simples diferenças – por isso o historiador podia legitimamente situar no centro sua ambição de escrever uma história “autêntica” e “total”**. O que escapava ao seu olhar era apenas resto “supérfluo” sobrevivência anacrônica, “silêncio” cuidadosamente entretido ou simples ruído sobre o qual se evitava falar (CERTEAU **apud** SCHMITT, p.260, 1998) [Grifos meus].*

A fim de contrapor o cenário acima apresentado, os historiadores iniciaram um repensar da concepção da história universal questionando a existência de um centro (GUARINELLO, 2004). Outros espaços foram postos a falar e a serem escutados, colocando-se em discussão alterações nas configurações metodológicas da disciplina, seja pela inauguração de nova temporalidade e espacialidade, ou ainda pelo interesse por novos personagens. Vale lembrar o conhecido trabalho de E. P. Thompson em *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1987), no qual atribuiu relevância à compreensão das trajetórias das pessoas comuns; ou ainda, Maria Odíla L. da Silva Dias, em *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX* (1984), no qual apresenta uma história da condição feminina e o papel informal desempenhado por mulheres das classes sociais subalternas na manutenção das instituições formais da produção e do poder às vésperas da abolição.

Comungando com esse repensar da História e a fim de contrapor a visão eurocêntrica predominante nos trabalhos acerca das produções científicas da América Latina, ainda nos anos 80, os historiadores da ciência adotam novos parâmetros metodológicos para investigar as ciências nos países periféricos, contrapondo aqueles já existentes em que a metodologia empregada pela historiografia, conforme nos conta Figueirôa (1997, p.17):

*Concentraram a atenção nas grandes teorias e grandes personagens, ou nos sucessos institucionais. Produzindo assim categorias analíticas para uma história dos vencedores, deixando de lado a história cotidiana das ciências, que constitui, na verdade, a maior parte do processo.*

Segundo Saldanã (2000), a História da Ciência na América Latina não aparece na historiografia mundial da ciência, devido à posição metodológica mimética de muitos estudiosos que adotam visão eurocêntrica, concebendo a ciência de maneira universal e descontextualizada.

Diante do quadro desenhado acima, novos parâmetros foram estabelecidos, especialmente com a consolidação da Sociedade Latino-americana de História da Ciência e Tecnologia (SLHCT)<sup>3</sup> que se dedicou, naquele momento, a construir uma comunidade acadêmica que se posicionasse contra o discurso dos países centrais acerca da C&T e

---

<sup>3</sup> A SLHCT foi estabelecida formalmente em 1982, no México, e teve como principal propósito a institucionalização e profissionalização da disciplina História da Ciência e Tecnologia nos países latino-americanos.

olhasse para a América Latina a fim de desvendar a ciência existente naqueles países até então desdenhados pela historiografia mundial. Para tanto, esforços foram realizados pela SLHCT, bem como promoção de atividades de investigação científicas nos países latino-americanos, revitalização de associações e promoção e organização de reuniões internacionais (ARBOLEDA, 1993).

Segundo Quevedo (2000) a consolidação da SLHCT foi um passo importante em direção ao desenvolvimento e institucionalização das novas concepções e na organização de uma comunidade de historiadores da ciência na América Latina. Ainda o autor relata que as mudanças ocorridas:

*Devem seu impulso ao recente desenvolvimento da história da ciência no mundo e à integração das tradições conceituais e metodológicas da história social, das novas orientações histórico-epistemológicas, de cunho bachelardiano-althusseriano, e da sociologia da ciência, conduzindo ao surgimento da história social das ciências, que destacou a importância da compreensão das relações existentes entre o contexto nacional e social, e o significado da ciência, a cada momento dado (QUEVEDO, 2000, p.50).*

Assim, os novos olhares lançados para a História da Ciência e Tecnologia nos últimos 30 anos romperam com a mímesis metodológica e abriram novos caminhos para a historiografia da ciência nas regiões periféricas. Tal processo caracterizou-se por uma modernização conceitual e terminológica e por um reclame de uma originalidade epistemológica para os que investigam a América Latina.

No âmbito dessas ideias é que a História da Ciência, hoje, levanta como questões de investigação os objetos ‘escondidos’, aqueles que permitem que a História da Ciência não se desvencilhe do corpo da História. Vale aqui mencionar o historiador das ciências Dominique Pestre, quando afirma:

*Meu desejo é o de fazer aparecer, por detrás da aparência de trivialidade ou de não pertinência, aqueles objetos escondidos que, no entanto, são essenciais para uma boa compreensão das práticas científicas, objetos dotados de uma historicidade que permite fortemente à disciplina não ficar fechada em si mesma e se ligar à História cultural, à História industrial ou à dos instrumentos – em suma, objetos que permitem à*

*História das ciências reintegrar o conjunto dos questionamentos históricos, sem nenhuma exceção* (1996, p. 24).

Assim exposto, a História da Ciência está preocupada em integrar-se a uma discussão mais ampla do corpo da História e, também, em dedicar-se aos estudos das regiões escondidas, aquelas que por longo período foram consideradas como ‘lugares sem produção científica’. Sendo assim, a discussão apresentada por historiadores da ciência latino-americanos proporcionou um vasculhar de fontes e fatos históricos que evidenciasse a existência da prática científica em regiões até então desmerecidas pela cultura científica. É necessário evidenciar, para o caso brasileiro, que os estudos ainda se concentram no e sobre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, já que ali estão os principais centros que agregam os historiadores da ciência. Ainda há estados no país que nem ao menos tiveram seus arquivos pesquisados por historiadores da ciência, evidenciando um amplo espaço de trabalho. Para utilizar expressão de Benchimol (1995, p. 94) ainda há muita *escavação por fazer no território das ciências no Brasil*.

Diversas são as vertentes de investigação do desenvolvimento da ciência, ora estudando e analisando as organizações criadas para abrigar as atividades científicas, ora pesquisando as bases teórico-metodológicas da História da Ciência, ou ainda realizando estudos biográficos.

Nosso estudo situa-se nesta última vertente. Atualmente, são vários os estudos biográficos realizados no campo da História da Ciência, em especial os trabalhos produzidos pela Fundação Oswaldo Cruz e publicados na Revista Manguinhos, Ciências, Saúde, dentre os quais destacam-se os autores: Benchimol (1995; 2003; 2004), Amaral-Cavão & Maio-Herzog (2003). Além disso, na Revista da SBHC, podemos citar Silva (1998). Outros nomes que compõem o quadro de trabalhos publicados são: Brito (1995), Varela (2001, 2005), Figueirôa (2001; 2007); entre tantos que buscam as práticas científicas desenvolvidas por certos atores sociais que se destacaram na história científica da América Latina.

Esse debruçar da História da Ciência nos estudos biográficos dá-se também por causa de uma discussão ampla ocorrida no corpo da História, já que a biografia por muito tempo foi estigmatizada como trabalho histórico desqualificado, ora porque não se admitia a possibilidade de que uma história de vida pudesse fornecer elementos para a

compreensão do todo social, ora porque estava associado à imprecisão e à subjetividade. Essa desqualificação do método biográfico se inseriu no quadro historiográfico no final da década de 1920, quando do surgimento da *École des Annales*, pois nesse momento questiona-se a historiografia produzida no século XIX, a qual:

*Focalizando prioritariamente o Estado e as instituições, as figuras ilustres e os heróis nacionais, que estariam comprometidos com a função política de legitimar o poder, construir a nação e fortalecer o Estado. Psicologizante, biográfica, qualitativa, narrativa, factual e, por isso mesmo, ideológica a história política não teria condições de atingir a natureza da realidade social, na medida em que era prisioneira de fatos superficiais e atitudes individuais, de análises estreitas e descrições lineares (MOTTA, 2000, P. 04).*

Os historiadores dos Annales, fortemente representados por Marc Bloch e Lucien Febvre, partiram para a defesa da história total pautada na hegemonia do econômico e do social, preocupando-se com as estruturas de longa duração, com os comportamentos coletivos, com a realidade do mundo da produção e do trabalho.

Outra corrente historiográfica que se destaca, paralelamente ao grupo dos Annales, é a marxista, que teve como princípio o caráter científico do conhecimento histórico e o enfoque de sua análise atrelado à estrutura dinâmica das sociedades. A análise marxista parte das estruturas presentes com a finalidade de orientar a práxis social e tais estruturas conduzem à percepção de fatores formados no passado, cujo conhecimento é útil para a atuação na realidade. Existe, assim, uma vinculação epistemológica dialética entre presente e passado. Essa linha de pensamento teve como conceitos fundamentais o modo de produção, a formação econômico-social e a classe social (Cf. CARDOSO, 1997). As mudanças sociais ocorrem pelas lutas sociais e não de indivíduos isoladamente, fato que, a nosso ver, desconsidera a biografia como método apropriado para a investigação histórica.

A “redescoberta” da biografia está relacionada à crise das ciências sociais, especificamente, aos paradigmas acima citados, no qual a História estaria preocupada com as estruturas e de como os mecanismos econômicos organizam as relações sociais. Além do que, os modelos, ora apresentados, buscam nas leis universais, na crença da transparência da realidade e na separação entre sujeito e objeto, suas formas de

racionalidade. Contrapondo tal discurso, buscou-se restaurar o papel do indivíduo na construção dos laços sociais, na valorização do singular. Sobre o tema, Roger Chartier nos conta que *os objetos da história (...) não são mais as estruturas e os mecanismos que regulam fora de qualquer controle subjetivo às relações sociais, e sim a racionalidade e as estratégias acionadas pelas comunidades, as famílias e os indivíduos* (1994, p. 102).

A recuperação dos sujeitos individuais na história pode ser vista como uma reação aos enfoques excessivamente estruturalistas, desprovidos de subjetividade. Segundo Schmidt:

*Retorno da biografia é um movimento internacional e perceptível em diversas correntes recentes, tais como a nova história francesa, o grupo contemporâneo de historiadores britânicos de inspiração marxista, a micro-história italiana, a psico-história, a nova história cultural norte-americana, a historiografia alemã recente e também a historiografia brasileira atual. Apesar das diferenças entre estas tradições historiográficas, é marcante em todas elas o interesse pelo resgate de trajetórias singulares* (1997 p. 03).

Assim sendo, os estudos biográficos estão inseridos em um processo de profunda transformação das bases teórico-metodológicas da História como: a relação indivíduo/sociedade, as formas narrativas de conhecimento histórico entre outras. Os estudos biográficos estão atrelados às novas formas de pensar o indivíduo na coletividade, nesse caso, o método biográfico busca a leitura de questões e contextos mais amplos por meio de um indivíduo. O personagem não será somente o indivíduo de destaque no cenário de uma época, como já frisamos anteriormente, mas também aquele denominado de pessoa comum, fato ilustrado em *O queijo e os vermes*, de Carlo Ginzburg (1987), no qual o autor conta a história de um moleiro queimado por ordem do Santo Ofício no século XVI, na Itália. Assim afirma:

*Se a documentação nos oferece a oportunidade de reconstituir não só as massas indistintas como também personalidades individuais, seria absurdo descartar estas últimas. Não é um objetivo de pouca importância estender às classes mais baixas o conceito histórico de indivíduo* (GINZBURG 1987, p.20).

O entendimento dos indivíduos enquanto microcosmo de um estrato social proporcionou uma revisão na leitura dos biografados, especialmente, aqueles silenciados pela historiografia, como, por exemplo, os estudos biográficos de mulheres que tiveram como intuito desmascarar preconceitos e enfatizar a contribuição feminina, que permanecia no anonimato nas narrativas tradicionais (Ver DAVIS, 1997; RAPCHAN, 2004; SOMBRIO, 2007).

Diante do quadro acima desenhado, os estudos biográficos retornam à ordem do dia e, evidentemente, não são isentos de críticas. Destaca-se, a nosso ver, aquela que associa à biografia a ficção. A esse respeito, Giovanni Levi (1996) nos conta que biografia volta ao centro das preocupações em caráter de ambiguidade, pois pode ser utilizada para demonstrar a irredutibilidade do indivíduo e de seu comportamento, ou ainda, como o terreno ideal para provar a validade de hipóteses científicas concernentes às práticas e ao funcionamento efetivo das leis e das regras sociais. Levi (1996) aponta que o método biográfico constitui-se no canal privilegiado entre a história e a narrativa, através do qual a literatura se aproxima da História. Este fato implica, a nosso ver, uma incorporação dos elementos ficcionais e a adoção de determinados estilos e técnicas narrativas próprias ao romance. É necessário aclarar que, a partir dos anos 80, intensificaram-se as discussões sobre história e ficção. Para muitos, a questão de admitir a ficção na escrita da História implica aproximá-la da literatura, retirando-lhe o conteúdo de “ciência”.

A renomada historiadora Natalie Zemon Davis afirma que a História é uma forma de ficção, tal como a literatura. A afirmação dá-se porque a autora entende a ficção enquanto aquilo que é trabalhado, construído ou criado a partir do que existe: *o que ofereço ao leitor, em parte uma invenção minha, mas uma invenção construída pela atenta escuta das vozes do passado* (GINZBURG apud DAVIS, 1989, p.21). Os dizeres da historiadora norte-americana demonstram que a biografia é um gênero de fronteira entre a história e ficção, aqui vale lembrar o seu livro *Nas margens: três mulheres do século XVII* (1997), o qual tem por objetivo apresentar a condição feminina no início do mundo moderno, tendo cada personagem uma história de vida distinta. O trabalho da historiadora norte-americana, em nosso entender, expressa a experiência humana no mundo por meio de reflexões que margeiam a ficção, contudo, de forma controlada e, sobretudo, utilizando-se de fontes que

atrelam a criação do historiador aos traços deixados pelo passado. Ginzburg (1989) afirma que a investigação de Davis não se:

*Baseia na contraposição entre verdadeiro e inventado, mas na integração, sempre assinalada pontualmente, de realidade e possibilidade. A biografia das personagens de N. Davis torna-se de vez em quando a biografia de outros homens e mulheres do mesmo tempo e lugar reconstituídos com sagacidade e paciência, recorrendo a fontes notórias, judiciária, literária. Verdadeira e verossímil, provas e possibilidades entrelaçam-se, continuando embora rigorosamente distantes (1989, p.58)*

A discussão entre ficção e história no construto da biografia aguça debate caloroso, seja porque alguns desqualificam efetivamente tal aproximação, pois entendem que o discurso histórico empreende a verdade, enquanto o discurso fictício o imaginável; seja porque outros apontam a íntima relação entre ficção e biografia como sendo inevitável.

Mas será que no momento de interpretar a vida de um indivíduo existe barreira entre ficção e realidade? A utilização da ficção na construção da biografia a distancia da História?

Em edição da revista Manguinhos (ver BENCHIMOL, 1995), jornalistas, escritores e literatos foram chamados a discutir as narrativas biográficas com a finalidade de expor, entre outros pontos, a relação documentário/ficção, biografado/biógrafo. A escritora Ana Miranda nos conta, acerca da relação documentário/ficção, que quando *o sujeito determina a si mesmo que vai fazer uma biografia dentro das técnicas tradicionais, para levantar a verdade sobre uma pessoa, ele está apenas escondendo seu lado subjetivo, mítico, ontológico. O problema é que trabalhar com palavras é uma arte, e não uma ciência exata. Seja qual for o tema, as palavras nunca são exatas. E nunca aprisionam nenhuma verdade.*

A discussão acerca da História e ficção está muito longe de ser concluída e ainda causa desconforto, principalmente entre os historiadores que comungam com a cientificidade da história e com aqueles que insistem em manter inabaláveis os alicerces metodológicos que não respondem aos novos objetos, fontes e problemas da História. O historiador cria um passado na medida em que escreve a história a ser contada/narrada,

demonstrando que não devemos pensar que esta já se encontra pronta e acabada, para lembrar Hayden White (2005). Cabe aqui citar o romancista José Castello (1999,p.76):

*O biógrafo lida com o passado, e um passado morto, faz a autópsia de um morto, não para dissecar o corpo, para falar das vísceras, dos membros, das feridas, mas para reanimá-lo, trazê-lo outra vez à vida, ressuscitá-lo e lhe emprestar uma nitidez que, na verdade, ele nunca teve. (...) e o que se espera é que essa vida escrita que o biógrafo oferece ao leitor seja muito mais, sem simulações, objetiva do que a vida real, a vida vivida pelo biografado. Pode haver, eu pergunto atitude mais onipotente? Pode haver, também, verdade mais enganosa?.*

Diante do exposto, vale fazer algumas indagações: Quais os métodos biográficos? Qual a relação entre método biográfico e História da Ciência?

Em *La Biographie*, Daniel Madélenat (1984) aborda a teoria dos paradigmas de Thomas Kuhn para explicar a história do método biográfico. Para o autor não há um momento do apogeu da biografia, mas sim formas metodológicas diferenciadas para a escrita biográfica. Segundo o autor, é possível identificar os paradigmas, a saber: clássico, romântico e moderno. Nessa classificação, o autor aponta o paradigma clássico que ocorreu no período da antiguidade ao século XVIII, no qual o relato da descrição da vida é feito pela política moral e religiosidade, onde os biografados configuram-se enquanto pessoas de vida exemplar.

Se por um lado o paradigma romântico, caracterizado por popularizar a biografia, abrange o período do fim do século XVIII até a I Guerra Mundial, no qual se destaca a descrição da individualidade, da emoção, da intimidade e da sensibilidade, por outro, é um paradigma moderno que envolve o período do fim da I Guerra Mundial aos dias atuais e caracteriza-se por compreender o homem enquanto ser complexo e contraditório. O autor afirma que: *o novo estilo reclama o direito à imaginação, à verdade poética, à reconstrução inventiva, uma vez captada a lógica de uma personalidade* (MADÉLENAT, 1984, p.32).

Outro estudioso do tema, Giovanni Levi (1996), aponta quatro métodos biográficos: a) biografia e casos extremos; b) biografia e hermenêutica; c) biografia e contexto; d) prosopografia.

A primeira tipologia, *biografia e casos extremos*, considera o contexto de forma marginal, haja vista que, segundo o autor, os casos extremos aumentam a liberdade de movimento de que podem dispor os atores, mas estes perdem quase toda ligação com a sociedade normal (LEVI, 1996). No que concerne à *biografia e hermenêutica*, utiliza-se para escrevê-la a filosofia dos significados por meio da Antropologia Interpretativa. Para essa modalidade o ato interpretativo, ou seja, o processo de transformação no texto, de atribuição de um sentido a um ato biográfico, poderia receber uma infinidade de outros significados.

A tipologia *biografia e contexto* contribui para o retrato de uma época e de um grupo. Essa modalidade biográfica busca, por meio da contextualização, compreender a trajetória de uma vida através de um contexto histórico que o justifica, reconstituindo o contexto histórico e social em que se desenrolam os acontecimentos, permitindo compreender o que aparentemente aparece como inexplicável. Por último, a *prosopografia* ou biografia coletiva, pouco interesse tem pela história individual e muito o tem pela história de massa, na qual os dados só são considerados historicamente reveladores quando tem alcance geral, caracterizando-se por ilustrar na biografia características de um dado grupo ao qual o indivíduo biografado pertence.

Trabalhos escritos recentemente destacam a *prosopografia* como método que retorna a ordem do dia na construção biográfica (Ver FERREIRA, 2002; BULST, 2005; CAMPOS, 2006; FIGUEIRÔA, 2007). A *prosopografia* é a investigação das características subjacentes comuns a um grupo de atores na história, mediante o estudo coletivo de suas vidas (Ver BULST, 2005), tendo como objeto grupos de indivíduos que tem em comum ligação em determinado momento histórico. O método apresenta duas vertentes historiográficas. A norte-americana, que atribuía ênfase na utilização de dados quantitativos (levantamento de inventário, testamentos, escrituras etc) e a francesa, com destaque para os princípios qualitativos de análise (avaliação de inventários, testamentos, verbas testamentárias e escrituras).

O método *prosopográfico* define um universo de pessoas a ser estudado e propõe um conjunto de questões sobre seu perfil e atuação que incluem dados sobre nascimento e morte dos indivíduos, laços de casamento e parentesco, origens sociais e

posição econômica herdada, local de residência, educação, montante das fortunas pessoais ou familiares, ocupação, religião, trajetória política e experiência profissional (FERREIRA, 2002).

Ferreira (2002), na década de 70 utilizou-se do método e serviu-se da vertente historiográfica francesa. A autora nos conta que a prosopografia, com base na historiografia francesa:

*Apareceu então como uma conduta possível para analisar um grupo representativo da elite administrativa e política brasileira no século XIX não no seu aspecto de participação político-partidária, mas examinando, de um lado, critérios de distribuição de bens, a concentração de riquezas dentre dele e por outro lado, os níveis e gêneros de vida dentro da dinâmica social, critérios esses, muito importantes como contribuição à análise sócio-profissional como as que já foram pioneiramente desenvolvidas (2002, p. 07).*

A respeito do método acima citado, a historiadora das ciências Silvia Figueirôa (2007, p.04) destaca sua importância na construção biográfica evidenciando que a

*Análise prosopográfica possibilita, portanto, encontrar o que há – e o que não há – em comum num grupo, seja ele natural ou artificial (isto é, estabelecido pelo historiador a posteriori). Um dos maiores atrativos desta metodologia reside na chance de assumir e discutir a ciência e a tecnologia como construções sociais, porquanto o que se analisa é um coletivo produtor de ideias, enunciados, conceitos, fatos, provas, instrumentos, obras, etc. e por isso, negocia com os demais grupos e com a sociedade a validade e pertinência de suas conquistas e ‘descobertas’.*

Além do método apresentado acima, também aparece no cenário teórico da escrita biográfica o paradigma indiciário que, ao contrário do prosopográfico, valoriza o singular, reconstruindo e compreendendo o indivíduo por meio de sinais, signos, pistas, indícios ou sintomas. Mas, apesar de privilegiar o singular, a ideia de totalidade prevalece, estando presente na discussão desse método o conceito de totalidade social e a questão metodológica da relação entre o singular e o universal. Segundo Ginzburg (1989, p. 152) o que caracteriza esse saber é a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciados, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente.

Para o autor acima mencionado, é imprescindível que o pesquisador se volte para os detalhes marginais com a pretensão de desvendar seus significados sociais e, com base neles, interpretar universos culturais distantes. O conhecimento é produzido por meio de fragmentos de vestígios. Assim sendo, o conhecimento do todo e das partes é feito de modo a privilegiar as singularidades em detrimento das abordagens totalizantes, pois o que Ginzburg (1989) propõe é a articulação dinâmica entre a percepção dos indícios e a visão geral prévia que se tem sobre a realidade social estudada.

Outra forma de pensar os estudos biográficos na História da Ciência aparece *no complexo e contínuo fluxo de negociações entre indivíduo e contexto* (SHAPIN, 1993). Ou ainda, como apresentado por Levi (1996), na tipologia *biografia e contexto*, na qual se entende que o indivíduo simboliza uma época e um grupo. O autor afirma que a época, o meio e a ambiência são fatores capazes de caracterizar uma atmosfera que explicaria a singularidade das trajetórias. Assim, a singularidade do indivíduo será tanto efeito como causa das transformações ocorridas em sua época histórica e, especialmente, na relação com o grupo ao qual pertence. Comungamos com essa opção metodológica e a utilizamos para escrever a biografia de Zoroastro Artiaga, pois compreendemos que biografar é interpretar a trajetória do indivíduo buscando sua identidade refletida em atitudes e palavras (escritas ou faladas); é cunhar-lhe a vida pelo testemunho de outrem; é interpretá-lo, reconstruí-lo e revivê-lo num contexto temporal e espacial.

Dessa forma, as biografias são resultados de seu tempo e, evidentemente, redimensionam seu significado e metodologia de produção de acordo com o entendimento de cada época. Autores dedicados ao estudo do método biográfico elegem momentos históricos distintos para apresentar o apogeu da produção biográfica. Destaca-se o artigo de Peter Burke (1997), *A invenção da biografia e o individualismo renascentista*, no qual afirma que os estudos biográficos tiveram seu esplendor no Renascimento, haja vista que naquele momento o individualismo ganha relevância. Segundo o autor, os biografados eram descritos conforme categorias morais e médicas, além de serem descritos como exemplaridade humana, tendo personalidades estáticas, ou seja, *produto fixo de um equilíbrio de humores e, para alguns escritores, o resultado inevitável de uma constelação de fatores ligados ao nascimento. Daí a possibilidade de prever o futuro do herói* (BURKE, 1997, p. 11).

Já para a historiadora Gonçalves (2004), as discussões sobre a emergência de uma biografia ganham corpo na Europa no final da I Guerra:

*Uma geração de escritores, nascida nos anos oitenta do século XIX, lançados como intelectuais sob os ventos da Belle Époque, jovens em plena atividade literária quando o confronto militar exacerbou seus horrores e idiossincrasias, encontraram na escrita de biografias uma das trincheiras de defesa da autonomia do sujeito individual. Perante a avalanche de mudanças sociais e políticas no Velho Mundo, aspiraram rever o conceito da natureza humana, a partir de uma crítica às concepções racionalistas e cientificistas, tão caras para as ambiências intelectuais dos oitocentos, em comunidade européia (2004, p. 133).*

As afirmativas acima apresentam momentos diferenciados da elaboração da biografia, contudo o contexto histórico é tido como o principal fator de consolidação do fazer biográfico. Essa forma de pensar a escrita biográfica também está presente nos trabalhos dedicados à história das ciências. Para o historiador da ciência René Taton (1987), a biografia deve dedicar-se a discutir a importância dos cientistas considerando as suas particularidades de homem das ciências e os fatores diversos que o englobam. Assim afirma:

*Parece natural que uma biografia científica bem feita se insira na história geral e do progresso e que adquira seu significado ao situar a obra científica do autor no centro de sua vida e carreira; e na atmosfera científica social e ideológica da época (1987, p. 74) (tradução da autora).*

O estudo biográfico passa também a ter como principal característica reconstruir um contexto temporal e espacial, onde o biografado está ou estava inserido, fato com o qual também concordamos, já que entendemos que o indivíduo nada é fora de suas relações com o todo, para lembrar Bourdieu (1996). Taton (1987) aponta a necessidade de leitura das práticas científicas, contudo, entende o indivíduo biografado enquanto uma *inteligência fora do comum*, proporcionando, a nosso ver, a permanência da ideia do gênio, evidenciando o método biográfico em que os personagens célebres eram apresentados a fim de revelar-lhes virtudes e os vícios, com o objetivo de apresentar e, ao mesmo tempo,

construir a ideia do herói, do cientista excepcional, do mito, que de certa forma contribuiu para a visão de neutralidade.

A historiadora da ciência Figueirôa (2007) nos conta que os estudos biográficos são um componente importante de nossa compreensão das ciências e tecnologias. Estes dois campos de atividade, como qualquer outro empreendimento humano, são fruto do trabalho de indivíduos, em particular ou em grupos, num tempo e espaço específicos. O melhor dos estudos biográficos procura usar o particular para nos ajudar a ver e a compreender padrões mais amplos em áreas tais como o desenvolvimento de ideias, as práticas, e os papéis culturais ou políticos da ciência e tecnologia.

Com base nas premissas apresentadas compreendemos de nosso biografado enquanto um divulgador da ciência, entendendo-o como aquele que se utilizou de seu conhecimento científico para vulgarizá-lo, ou seja, para transformá-lo em assimilável ao público em geral. Cabe aqui lembrar Lopes, Massarani e Figueirôa (2004) quando dizem a respeito da divulgação científica: *Cada vez mais diversos estudiosos do tema assumem que a divulgação e a ciência se encontram de tal modo entrelaçadas que é difícil precisar diferenças entre elas.*

De maneira geral, a divulgação científica pode ser compreendida como veiculação da ciência, de seus princípios, resultados e metodologias para um público mais amplo. No Brasil e, especialmente, em Goiás os veículos de comunicação científica ainda são carentes de investigações. Vale aqui destacarmos alguns pontos sobre a divulgação científica no estado goiano.

Em Goiás, em 1829, o marechal Miguel Lino de Morais<sup>4</sup> encaminhou um ofício ao Imperador solicitando uma tipografia em Vila Boa (naquela época capital da província), porém teve seu pedido negado. Ainda no mesmo ano, o Comendador Joaquim Alves de Oliveira, comandante-geral do julgado de Meio Ponte, atual Pirenópolis, e dono do engenho São Joaquim (atual fazenda Babilônia), comprou com recursos próprios uma tipografia no Rio de Janeiro e a instalou em Meia Ponte e, em 1830, lançou o primeiro

---

<sup>4</sup> Presidente da Província de Goiás no período de 24 de outubro de 1827 a 14 de julho de 1831.

número do Jornal Matutina Meyapontense<sup>5</sup>, trazendo texto assinado por Miguel Lino de Moraes.

Destarte, Matutina Meyapontense foi primeiro jornal goiano e surgiu no momento em que o ideário republicano e liberal se espalhava pelo Brasil. Conforme o número 179 de 21 de maio de 1831 o Jornal intensificou os argumentos em favor da República expressando em seu cabeçalho frase como: “Os Reis só são legítimos quando governam com a Constituição” e “O Direito de resistência é direito público de todo povo livre”. Segundo Borges e Lima (2008),

*As críticas à Coroa portuguesa presentes no Matutina faziam-se uma constância na maioria dos jornais brasileiros deste período e desencadearam um processo de censura que chegou a impedir a circulação de muitos jornais. “...” O último número de que se tem notícia e registro histórico do Matutina Meyapontense circulou em 24 de maio de 1834. Dois anos depois, a tipografia pertencente ao jornal foi vendida ao presidente da província de Goiás, José Rodrigues Jardim, que criou a imprensa oficial em 1837 através do Correio Oficial de Goiaz*

No cenário nacional do final do século XIX e início do século XX a divulgação científica fez-se por meio das exposições universais, conferências, cursos populares, jornais e revistas; todas essas veiculações foram impulsionadas pelo discurso do progresso científico e técnico que teve como principal *locus* a cidade do Rio de Janeiro. Segundo Massarani & Moreira (2001) nos anos 20, na Capital Federal, intensifica-se a circulação de jornais, revistas e livros. Os autores também destacam o aumento das conferências abertas ao público em geral e da expressiva utilização do rádio para difusão de conhecimento educativo.

Os fatos mencionados acima foram influenciados pela criação nos anos 1910 da Sociedade Brasileira de Ciência. Ainda os autores Massarani & Moreira (2001, p. 16) nos contam que: *Um marco determinante na abertura do período, que se caracterizou pela retomada das iniciativas de divulgação científica no Rio de Janeiro, foi a criação em 1916, da Sociedade Brasileira de Ciência (SBC), que se transformaria depois na Academia Brasileira de Ciências (ABC).*

---

<sup>5</sup> A Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira (AGEPEL) publicou em CD-ROM todos os exemplares digitalizados do Jornal Matutino Meyapontense, da Revista Informação Goyana e da Revista Oeste. Esses exemplares estão disponíveis nas bibliotecas públicas de Goiânia.

Em 1923 foi criada a primeira rádio brasileira pelas mãos de cientista, professores e intelectuais membros da ABC – a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro; que além de música e informativos também oferecia cursos e palestras de divulgação científica. Nesse momento de efervescência, um grupo de goianos criou, na cidade do Rio de Janeiro, importante veículo de comunicação e divulgação científica – a Revista Informação Goyana (assunto que será abordado mais adiante).

Nosso biografado escreveu na Revista Informação Goyana e também numa variedade de outros meios de comunicação regional e nacional. Aqui entendemos que Artiaga teve o papel de informar e formar os goianos, tendo entre outros panos de fundo os conhecimentos das Geociências. Nosso divulgador também apresentou uma visão regional (econômica, política, cultural e social) de Goiás bastante otimista para as demais regiões brasileiras, além de erguer a bandeira ideológica do Estado Novo.

Zoroastro, durante cinquenta e cinco anos, se propôs a discutir Goiás tendo como pano de fundo o conhecimento científico com a finalidade de posicionar-se enquanto conhecedor daquilo que escrevia e, mais ainda, utilizou o conhecimento científico como um instrumento para a aproximação de Goiás dos estados brasileiros e países economicamente mais desenvolvidos.

## *Sobre o Personagem*

Astro<sup>6</sup>

*Qual à guia lá no píncaro dos montes,  
Cortando a imensidão do firmamento,  
Não se detém sequer um só momento,  
Para escutar o murmurar das fontes.  
Seu olhar desafia os horizontes,  
Sonda, no entanto, a terra, o pensamento,  
Vai ter ao turbilhão em movimento,  
Que se retrata nas estranhas fronte.  
É preciso salvar a mocidade:  
Levanta a voz altiva, mas serena.  
Lutando pelo bem da humanidade,  
À senda do saber a nós conduz...  
Existem astros de grandeza plena,  
Mas nunca luzem com tamanha luz!*

Guiomar de G. Machado

---

<sup>6</sup> Poema feito em homenagem a Zoroastro Artiaga na ocasião de seu falecimento em fevereiro de 1972. Publicado no Jornal O Popular em 28/02/1972.

Nascido em 29 de maio de 1891, no Largo da Matriz, n. 04, na atual cidade de Itaberaí, Zoroastro Artiaga nos conta em diversos depoimentos que não teve fatos dignos de registro em sua infância, fato justificado, conforme seus relatos, por ter origem humilde e interiorana, de modo que os acontecimentos eram de rotina, sem novidades e/ou indignos de menção<sup>7</sup>. Em suas cartas, aponta três episódios que muito lhe entristeceram no decorrer de sua infância. O primeiro, o falecimento de sua avó, à qual assim se refere: *minha avó era amorosa e muito se esmerava para tornar a minha vida melhor*; o segundo, por ter que dedicar parte de sua infância e adolescência para cuidar de sua mãe: *fui muito dedicado a minha genitora e era seu enfermeiro*; o terceiro foi a perda do irmão: *tive um irmão chamado Horácio e uma irmã de nome Anita “.....”. Meu irmão morreu de gripe espanhola naquele grande surto após a primeira guerra mundial*<sup>8</sup>.

Nosso divulgador passou sua adolescência trabalhando como comerciário na loja de seu pai que, segundo relato do personagem:

*Me obrigava a viver sempre em viagens pelo município em serviços da sua casa comercial. Desde a infância dediquei-me ao trabalho como comerciário, começando como caixeiro de armazém em 1902. Mandaram-me para Goiás<sup>9</sup> a fim de estudar as primeiras letras o que fiz na escola Professor José Antônio de Jesus (...) Regressei m 1905 para Curalinho [hoje Itaberaí] voltando a ser empregado de meu pai que agora tinha uma loja de tecido, armarinhos etc<sup>10</sup>.*

Ainda, Artiaga nos conta acerca de sua infância e adolescência:

*Meu pai não me dava tempo para estudar porque eu era o seu braço direito na loja. Estudava de madrugada e à noite e, muitas vezes, durante viagem estudava em cima do animal em que viajava ou estudava nas fazendas onde pernoitava. (...) Em Goiás só havia um Colégio - o Liceu Goiano e não tinha internato. Apareceu na cidade um goiano da capital desejando fundar um colégio e não o conseguindo, abriu uma sala de aula*

---

<sup>7</sup> ZOROASTRO, Artiaga. FICHA BIO-BIBLIOGRÁFICA. Goiânia: Academia Goiana de Letras, s/d.

<sup>8</sup> Ibidem s/d, s/p.

<sup>9</sup> Refere-se a cidade de Goiás, antiga capital do estado.

<sup>10</sup> Idem s/d, s/p.

*– ensinou português, francês, aritmética e geografia. Foi com esse professor [Sebastião Ferreira Rios] que estudei em companhia de outros jovens e também homens feitos desejosos de saber. Transformou-se a sala referida em ‘Ginásio Preparatório Curralinhense’”<sup>11</sup>*

Sobre sua adolescência, Zoroastro nos diz:

*Fui cantador de modinhas, o meu repertorio era tão grande que nas reuniões litero-dançantes podia cantar durante toda a noite. Tocava violão, viola, bandolim, contra-baixo, flauta, harmônio, cavaquinho e outros instrumentos. Gostava de recitar. Fiz parte do coro orfeônico do padre Pedro Rodrigues Fraga, cantava na igreja com as moças da cidade ajudava missa e quando necessário fazia parte das comissões de recepção de homens ilustres o que para mim era motivo de muito júbilo. Fazia discursos decorados e de improviso nos aniversários, casamentos, recepções, inaugurações e enterros. Fazia conferências quando era convidado a fazê-las nas escolas e nos clubes. Mantinha correspondência com moços e moças de outras cidades. Assinava o Malho, o Fafasinho, o Tico-tico, o Diegas, a Ilustração brasileira, que era a melhor revista brasileira. Tais leituras ajudavam-me para o conhecimento geral de que carecia, antes de começar os estudos secundários<sup>12</sup>.*

O depoimento acima apresenta um jovem interiorano que participava praticamente de todos os eventos locais, seja como cantor ou músico, seja como poeta ou orador. As peripécias realizadas por nosso biografado estavam atreladas a sua própria necessidade de sobrevivência social e econômica. E seus relatos refletem sua preocupação em produzir a imagem do indivíduo pobre e interiorano que conseguiu romper barreiras e, às custas de seus próprios esforços, a tão almejada ascensão social e, ou cultural.

Através da trajetória de vida acima narrada, podemos acompanhar como Zoroastro Artiaga se apresenta para si e para o outro. Em todos os seus depoimentos sobre sua juventude ocorre a construção da imagem do jovem interiorano vencedor das barreiras sociais e econômicas numa época em que havia, entre várias outras dificuldades, pouco acesso a escolaridade em Goiás. Nosso biografado constrói, por meio de suas relações

---

<sup>11</sup> Documento Histórico da Adolescência – Zoroastro Artiaga. Acervo do Museu Goiano Zoroastro Artiaga, s/d, s/p.

<sup>12</sup> Idem s/d, s/p.

sociais, sua imagem de jovem dedicado à família, querido pelos conhecidos, além de indivíduo atuante da vida social de sua cidade. Várias passagens de seus relatos deixados apontam para o silêncio - o não comentário acerca de algo que fez parte de sua história de vida; especialmente quando se refere a sua infância. Talvez o silêncio de Artiaga fosse uma forma de esquecimento dos fatos ou ainda uma desconsideração deles por acreditar que aquilo não devia mais fazer parte da construção de sua imagem de homem vencedor, ou ainda como os intelectuais goianos da época se denominavam – *desbravadores*.

A partir da década de 1910, Artiaga foi trabalhar em outro ramo de atividade, conseguindo emprego de escriturário da Repartição Geral dos Telégrafos (1913) e no ano seguinte, 1914, exerceu a função de telegrafista. Nos anos de 1920 iniciou definitivamente suas publicações, que o tornariam conhecido regionalmente como jornalista, conforme seu depoimento:

*Fundei três jornais: O Reporter, 1905 em Itaberá; Novo Horizonte em 1923 em Catalão e Gazeta Trabalhista, em Goiânia. Colaborei nos seguintes jornais [de Goiás]: Folha do Sul, de Bela Vista; A Imprensa,; Goiás; Nova Era; Estado de Goiás; Lidador; O Democrata; Voz do Povo; A Verdade; O Social; A República; A Tribuna; Turíbulo; O Bico; A Coligação; etc. [Em Minas Gerais]: Lavoura e Comércio; O Araguari; Gazeta de Uberaba; O Triângulo, de Uberaba; Monte Carmelo, de Monte Carmelo; Gazeta do Patrocínio, de Patrocínio. [Ainda outros jornais goianos] Ipameri, de Ipameri; Norte de Goiás, de Porto Nacional; O Liberal de Jataí; O Anápolis; A Imprensa de Anápolis; Cinco de Março; Folha de Goiás; O Popular; Quatro Poder; e outros<sup>13</sup>.*

Enquanto se dedicava a escrever em diversos jornais goianos e mineiros trabalhava como escrivão da 2ª Delegacia Regional do Estado, na cidade de Catalão (1924-1929). Em várias de suas atividades exercidas ao longo de sua vida, não deixou de escrever nos jornais regionais, especialmente por entender que o meio de divulgação era sua melhor forma de expor seu entendimento acerca da região goiana. Nosso biografado percorre o século XX sem deixar seu exercício de divulgador do conhecimento científico produzido sobre e em Goiás

---

<sup>13</sup> ZOROASTRO, Artiaga. Op. Cit. s/d, s/p.

Segundo carta enviada ao seu amigo Manoel Correia<sup>14</sup>, Zoroastro relata seu exercício de jornalista durante toda sua trajetória e a sua atuação para viabilizar os meios de comunicação em Goiás, assim nos conta:

*O que acho interessante, além do que já remeti, é o seguinte: fundei em Catalão um jornal para lutar pela ligação ferroviária da E. F. Goiaz com a Rede Mineira de Viação que estava em Formiga, em início com o nome de E.F. Goiaz, mais tarde E. F. Oeste de Minas, transformada, depois em R.M.V. Trabalhei desde 1910, formando comissões nos municípios mineiros, como Patos, Patrocínio, Monte Carmelo, etc; tendo sido, forte companheiro desse trabalho, o inesquecível Olegário Maciel<sup>15</sup>, desde que foram iniciados os trabalhos a partir de Arcos. Foi uma luta que durou até 1943, quando foi feita a junção das paralelas de aço, da estação de Goiandira, em Goiaz.*

O início da carreira de divulgador de Zoroastro esteve atrelada às discussões sobre rede ferroviária; coube a ele o papel de vulgarizar o sentimento de pertencimento à região goiana que, a nosso ver, foi uma das marcas de suas publicações. Outra foi a valorização econômica da terra goiana, especialmente, de seus recursos naturais.

---

<sup>14</sup> Carta enviada por Zoroastro Artiaga ao Sr. Dr. Manoel Correia, s/d. Acervo do Museu Goiano Zoroastro Artiaga.

<sup>15</sup> Engenheiro, formou-se pela antiga Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1878. De volta a Minas, iniciou sua carreira política ainda durante o período imperial, como deputado provincial pelo Partido Liberal, entre 1880 e 1883. Em 1890, já no período republicano, elegeu-se deputado estadual. Em 1894, chegou à Câmara Federal, na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM). Obteve, a partir de então, sucessivos mandatos, permanecendo na Câmara até 1910. De 1914 a 1918, ocupou o cargo de inspetor-geral do Serviço de Vias Férreas do Ministério de Viação e Obras Públicas, no governo de Venceslau Brás. Após alguns anos afastado da vida pública, elegeu-se vice-presidente do estado de Minas Gerais, em 1922, na chapa encabeçada por Raul Soares. Exerceu o governo por alguns meses, em virtude da doença e do falecimento do presidente estadual. Elegeu-se ainda, nesse período, para o Senado de Minas Gerais. Em 1930, foi indicado por Antônio Carlos para sucedê-lo no governo mineiro, quando já contava mais de 70 anos de idade. Ao mesmo tempo, as forças políticas dominantes no estado se alinhavam no plano federal à Aliança Liberal, coligação que lançou o gaúcho Getúlio Vargas à presidência da República, em oposição ao candidato situacionista, Júlio Prestes. Eleito para o governo de Minas e empossado em setembro de 1930, Olegário hesitou em apoiar o movimento revolucionário articulado pelos membros mais exaltados da Aliança Liberal com o objetivo de depor o presidente Washington Luís e evitar a posse de Júlio Prestes. Sua adesão ao movimento só se deu após consultas ao ex-presidente Artur Bernardes. Vitorioso o movimento insurrecional, deflagrado em outubro de 1930, Olegário foi o único governante estadual mantido em seu posto por Vargas, que nos demais estados optou pela nomeação de interventores federais. Disponível no site. [www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/](http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/). Acesso: 06/05/2010.

Em 1929 retorna para cidade de Goiás, onde iniciou seu curso superior em Direito, na Escola de Direito de Goiás, graduando-se em 1933 e entrando na Ordem dos Advogados em 1935. Durante o tempo de sua formação exerceu a função de Tabelião de Notas, e, no mesmo ano em que concluiu seu curso, tornou-se “lente de Direito Civil”<sup>16</sup> da mesma faculdade em que se graduou.

Na década de 1930, nosso biografado incorporou definitivamente o discurso da integração de Goiás à Nação, pois entendia que o período do Estado Novo era o momento oportuno para unir os quatro cantos do país em uma só Nação. Assim, pensar a Nação foi um exercício fértil para nosso divulgador.

Zoroastro Artiaga, à sua maneira, buscou instigar a discussão de que a Nação tal almejada só existiria no momento em que outras regiões fossem postas como participantes do cenário nacional, especialmente Goiás, parafraseando Bourdieu (2001), nosso divulgador procurou *dar a conhecer e fazer reconhecer a região assim delimitada*. Daí, a nosso ver, em seus artigos, escritos entre os anos de 1937 – 1945, aparece uma idéia de Nação enquanto uma comunidade política imaginada, para lembrar Benedict Anderson (1991).

O estudo do conceito de Nação possui uma vastíssima referência bibliográfica, na qual surge um campo minado de concepções e contra-concepções, para citar autores: Marcel Mauss (1972); Anthony Smith (1983), Benedict Anderson (1991), entre tantos outros. Aqui acreditamos que o conceito elaborado por Benedict Anderson (1991) nos auxilia a compreender o entendimento de Artiaga acerca de Nação, já que Anderson (1991, p.6-7) assim diz:

*A Nação é uma comunidade imaginada, porque os membros até das menores nações nunca chegam a se conhecer mutuamente “...”, mas em suas mentes está a imagem de sua comunhão “...”. E limitada porque até a maior delas tem limites bem definidos, ainda que elásticos, para além dos quais estão outras nações (1991, p. 6-7).*

---

<sup>16</sup> Documento Histórico da Adolescência. Acervo do Museu Goiano Zoroastro Artiaga, s/d.

Artiaga acreditava que havia uma união entre os membros da Nação e que esta não deveria ter limites entre as regiões, podendo o indivíduo pertencer a ela independentemente da região em que esteja. Para exemplificar, vale apresentar trecho de um de seus artigos:

*Aqui em Goiânia não há brasileiros de fora, porque todos são do Brasil “...” Sempre consideramos que o progresso não seria possível somente com os nossos conterrâneos, porque o problema dos vácuos demográficos neste Estado exige solução imediata, porque desejamos colaborar integralmente no programa político nacional de preenchimento desses claros, exercendo a ocupação desses desertos inúteis e da riqueza estagnada na hinterland “...”*. (Revista Oeste, ano III, n.18, 1944, p.08).

O fato de entender que todos aqueles que estavam migrando para Goiânia não eram de *fora* e sim de *dentro* se aproxima, a nosso entender, do que Anderson diz: *a nação é sempre concebida como um profundo companheirismo horizontal* (1991, p.07).

Comungando com o discurso de tornar o Brasil um país sem fossos entre as regiões, nosso divulgador, após formar-se em Direito, aproximou-se ainda mais do grupo que iria politicamente governar do estado de Goiás no período do Estado Novo, tendo como premissa regional integrar-se à Nação. Ainda nos referindo à correspondência enviada a Dr. Manuel Correia, Artiaga assim se expressava:

*Consegui, também, a ligação de Goiânia com Leopoldo de Bulhões por uma especial deferência do Dr. Pedro Ludovico Teixeira, meu ilustre chefe e amigo, desde 1930, o qual deixou a mim todo o trabalho nesse sentido, quando eu fazia parte do Conselho Técnico de Economia e Finanças de Goiás; instituição que ele muito prestigiou.*<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Carta enviada por Zoroastro Artiaga ao Sr. Dr. Manoel Correia, s/d. Acervo do Museu Goiano Zoroastro Artiaga. Vale considerar que a referida correspondência refere-se a uma autobiografia que estava sendo escrita por Zoroastro e encaminhada seus rascunhos para o Dr. Manoel Correia. A mesma não foi publicada.

O prestígio mencionado por Artiaga estava atrelado ao laço ideológico que tinha com o então interventor federal do Estado de Goiás. Nosso biografado fora um dos primeiros funcionários públicos que acompanhou Pedro Ludovico Teixeira na façanha de mudar-se para a nova capital do estado, que naquele momento ainda estava em construção. Em 1936, o então técnico administrativo do município de Goiás passou a residir na capital do estado, e não demorou muito para assumir cargos de maior relevância social e política. Em 1936 ocupou a diretoria da imprensa oficial e em 1937 iniciou suas atividades públicas no campo das geociências, ocupando o cargo de secretário do Diretório Regional de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de membro da Comissão de Limite do Estado.

Em 1940 iniciou suas publicações sobre os minérios encontrados na região goiana. Nessa mesma década, iniciou sua trajetória de escritor de livros de temas variados, que teve como principal abordagem as discussões regionais. Dentre as obras publicadas destacam-se: *Geologia Econômica de Goiás* (1947); *Contribuição para a História de Goiás* (1947); *Dos Índios do Brasil Central* (1947); *Minérios de Rádium em Goiás* (1947); *Monografia Corográfica do Estado de Goiás* (1949); *Geografia Econômica, Histórica e Descritiva do Estado de Goiás – volume 1* (1951); *Geografia Econômica e História Descritiva do Estado de Goiás – volume 2* (1955); *História de Goiás - Tomo I* (1959); *História de Goiás – Tomo II* (1961); *Riqueza de Goiás* (1961). Dedicou-se também às produções cartográficas dos municípios goianos em 1937, editado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; o *Mapa Geológico de Goiás*, publicado pela Central Elétrica de Goiás e elaborou o mapa econômico de Goiás.

Além das publicações mencionadas, foi um feroz divulgador de Goiás na imprensa regional e nacional, participando ativamente dos meios de comunicação impressos. Preocupado em apresentar e discutir as questões referentes ao estado de Goiás nos jornais, Zoroastro agregou-se a outros goianos e fundou a Associação Goiana de Imprensa nos anos de 1940, conforme ficha bibliográfica depositada na Academia Goiana de Letras: *Foi um dos fundadores da Associação Goiana de Imprensa e era sócio benemérito, carteira n. 02 por haver doado bens e mantido a Associação durante 08 anos a sua custa dando-lhe sede e material de expediente (s/d, p.03).*

Ainda conforme sua biografia depositada na Academia Goiana de Letras, Zoroastro foi diretor dos seguintes jornais: O Reporter (1905) em Itaberaí/GO; Novo Horizonte (1921-1929), em Catalão/GO; Gazeta Trabalhista (1956) em Goiânia/GO. Contudo, sua maior participação nos meio de comunicação foi como colaborador, escrevendo inúmeros artigos para jornais regionais e nacionais. Assim diz nota publicada em 06/11/1971, no Jornal *O Popular*, sobre nosso divulgador:

*O professor Zoroastro Artiaga é atualmente o jornalista militante mais velho de Goiás. Desde 1905 colabora em diversos órgãos de divulgação do Estado, do gênero literário ao político e ao polêmico, como aconteceu à época da mudança da Capital, de que foi sempre um entusiasta. Hoje, membro destacado da Academia Goiana de Letras é uma figura que sustentou em prol de Goiás, através de seus artigos, sempre solicitados, com pela argumentação e conhecimento de causa.*

As publicações de Artiga foram feitas em jornais das principais cidades do estado de Goiás (Goiânia, Goiás, Catalão, Jataí, Anápolis, Luziânia); cidades mineiras de destaque regional (Araguari e Uberaba), além das publicações feitas nos meios de comunicação carioca e paulista. É importante destacar que os jornais relacionados a seguir estão atrelados ao discurso, que se iniciou ainda no final do século XIX, da imprensa goiana de lançar Goiás no cenário nacional. No período mencionado, Goiás já não era mais uma província pobre e abandonada, nem sua capital, o único centro cultural e econômico do Estado. Porto Nacional, Rio Verde, Catalão, Bela Vista, Luziânia, Anápolis, Jataí, entre outras cidades, tinham jornais e já participavam abertamente do debate político: *Os embates políticos ocorriam por meio dos jornais, que não se limitavam aos debates gerais, partindo para questões pessoais e ferindo a honra dos digladiadores* (BORGES & LIMA, 2008, p.74).

Fato que se diferenciou nos anos de 1936 a 1945, pois, com a efetivação da transferência da capital para Goiânia, houve uma profunda alteração nas redações dos jornais de Goiás, principalmente porque passou a vigorar um discurso desenvolvimentista

nos meio de comunicação, evidentemente influenciado pela ideologia estadonovista. Nesse momento Zoroastro intensifica suas publicações (ver quadro a seguir)

**QUADRO 01 – Participação de Zoroastro Artiaga como colaborador em Jornais regionais e nacionais.**

<b>Jornal</b>	<b>Cidade/Estado</b>
Folha do Sul	Bela Vista/GO
Imprensa	Goiás/GO
Goiás	Goiás/GO
Lidador	Goiás/GO
Nova Era	Goiás/GO
Estado de Goiás	Goiás/GO
A Semana de Goiás	Goiás/GO
Jornal de Goiás	Goiânia/GO
O Lar	Goiânia/GO
O Democrata	Goiânia/GO
A Tribuna	Goiânia/GO
A Semana	Goiânia/GO
O Social	Goiânia/GO
A Verdade	Goiânia/GO
Goiânia	Goiânia/GO
Folha de Goiaz	Goiânia/GO
O Popular	Goiânia/GO
Diário da Tarde	Goiânia/GO

Dário do Oeste	Goiânia/GO
Quarto Poder	Goiânia/GO
Jornal do Povo	Goiânia/GO
Jornal de Notícias	Goiânia/GO
Oasis	Goiânia/GO
Jornal Oiê	Goiânia/GO
Atualidades Vera Cruz	Goiânia/GO
Sul de Goiás	Catalão/GO
Gazeta de Catalão	Catalão/GO
O Ipameri	Ipameri/GO
Folha do Norte	Porto Nacional/GO
Norte de Goiás	Porto Nacional/GO
O Sudoeste	Rio Verde/GO
O Liberal	Jataí/GO
O Planalto	Luziânia/GO
Brasil Central	Corumbáiba/GO
Fronteira do Sul	Catalão/GO
Jornal de Catalão	Catalão/GO
Voz do Sul	Anápolis/GO
Correio de Anápolis	Anápolis/GO
O Anápolis	Anápolis/GO
O Buriti	Buriti Alegre/GO
A Roça	Orizona/GO

Estado de Goiás	Pires do Rio/GO
Estado de Goiás	Pires do Rio
Araguari	Araguari/MG
Gazeta de Araguari	Araguari/MG
Nova Cruzada	Araguari/MG
O Triângulo	Araguari/MG
Lavoura e Comércio	Uberaba/MG
Gazeta de Uberaba	Uberaba/MG
Correio Católico	Uberaba/MG
Graça e Beleza	Uberaba/MG
Correio Paulistano	São Paulo/SP
A Gazeta	São Paulo/SP
Estado de São Paulo	São Paulo/SP
Diário Carioca	Rio de Janeiro/RJ
A Noite	Rio de Janeiro/RJ
O Globo	Rio de Janeiro/RJ
Diário de Santos	Santos/SP
Tribuna de Santos	Santos/SP

É importante destacar que, conforme Borges & Lima (2008), em 1939, cerca de 40 periódicos impressos circulavam em Goiás, sendo 6 jornais e 2 revistas em Goiânia, 5 jornais em Anápolis e 27 jornais em outras cidades do interior do Estado. Entretanto, esses jornais, em sua maioria, tiveram vida efêmera. A nosso ver, podem ser apontados como fatores principais o controle e censura empregados no período do Estado Novo, além da própria falta de verba para manter em funcionamento os meios de comunicação.

Além dos jornais citados, Zoroastro também escreveu para revistas: Revista Ferroviária (São Paulo); Revista F.R. (Goiânia); Revista Goiânia (Rio de Janeiro); Revista Oeste (Goiânia) e Revista Informação Goyana (Rio de Janeiro).

Artiaga fez parte de um grupo que promoveu a criação, implantação e consolidação de diversas instituições culturais e/ou científicas no estado de Goiás. No Instituto Histórico e Geográfico de Goiás foi membro fundador e seu presidente no período de 1958 a 1962. No Museu Estadual de Goiás (que hoje leva o seu nome), foi membro fundador e seu diretor durante o período de 1946 a 1957. No Museu das Bandeiras (cidade de Goiás), também foi membro fundador. Na Academia Goiana de Letras, conforme registro em jornais, participou ativamente da vida da Instituição até o ano de sua morte em 1972, sendo ali depositada sua documentação pessoal no ano de 1991, ano do aniversário de seu centenário, especialmente seus diplomas, certificados, medalhas, entre outros. Na Associação Goiana de Escritores e do Instituto de Advogados, participou como membro fundador. E, por último, na Associação Goiana de Imprensa, dedicou-se para implantá-la doando acervo e emprestando estrutura física para que a Instituição funcionasse.

As Instituições citadas divulgaram a cultura goiana fora do estado de Goiás e, conforme Tavares (2000), seus membros buscavam caracterizá-las como uma forma de regionalização de entidades nacionais ou de criação de nova instituição no cenário regional nacional (ver exemplo da Academia Feminina de Letras e Artes). Fato que proporcionou a ligação do estado de Goiás a outras capitais brasileiras, apresentando as instituições como cartão de visita que elevava Goiás ao status de um estado promissor.

Outro dado interessante para ilustrar nosso divulgador foi sua contribuição na Comissão de Limites Intermunicipais de Goiás. A origem de tal Comissão estava atrelada à conhecida Lei Geográfica do Estado Novo ou Decreto-Lei 311 de 02/03/1938, que dispunha sobre a delimitação das malhas municipais e distritais e definia regras específicas sobre o mapeamento e a racionalização da toponímia. Segundo Almeida (2000, p.64)

*A necessidade de bases cartográficas confiáveis para a campanha censitária de 1940 induziu os técnicos do IBGE a promover estudos visando a uniformização das circunscrições territoriais dos municípios e seus distritos. Com a Lei Geográfica, o IBGE passou a controlar a*

*conformação espacial das malhas municipais e distritais através de critérios técnicos que envolviam extensão territorial, população, receita e assegurar a unicidade da toponímia através de um processo de verificação de homônimos.*

A Lei Geográfica movimentou o país, especialmente porque, em seu artigo 13, dizia que os municípios que não cumprissem a Lei teriam a cassação de sua autonomia. Em Goiás o interventor federal Pedro Ludovico Teixeira, através do Decreto-Lei n. 647 de 27/04/1938, nomeou Abel Soares de Castro e Francisco Balduino Santa Cruz e Joaquim Câmara Filho, este último substituído por Zoroastro Artiaga (Decreto-Lei n. 846 de 18/junho/1938), para elaborar o novo projeto do quadro territorial do Estado que teve como objetivo realizar estudos e definições cartográficas dos municípios goianos, originando o documento: *Divisão Territorial do Estado de Goiaz* no ano de 1940<sup>18</sup>. Tal documento somou-se aos dos outros estados brasileiros com a finalidade de compor uma radiografia do país. A idéia, conforme Almeida (2000, p.64) *era de homogeneizar territórios de características fisiográficas semelhantes para garantir uma uniformização de procedimentos nos estudos geográficos e no processo de coleta estatística.*

---

<sup>18</sup> Pesquisamos em vários arquivos de Instituições regionais (Goiânia: IBGE; Arquivo Histórico de Goiás; Arquivo da Assembléia Legislativa; Arquivo do Fórum de Goiânia; Arquivo do IHGG; Arquivo do MUZA) e nacionais (Rio de Janeiro: IBGE; IHGB; Biblioteca Nacional e Museu de Imagem e Som) mas, infelizmente, não encontramos nenhum documento, diário ou outros forma de relato que contribuísse para a discussão acerca do papel de Zoroastro Artiaga na Comissão Encarregada de Elaborar o Novo Projeto do Quadro Territorial do Estado, apenas foi evidenciado que ele participou, por meio do decreto citado no texto acima.



**Foto 1.2. Instalações do Departamento Estadual de Estatística e Imprensa Oficial, ano de 1936, na Rua 24 Centro Goiânia.**

Fonte: Prefeitura Municipal de Goiânia. Assessoria Especial de Cultura. Memória Cultural: ensaios da história de um povo. Goiânia, 1985, p. 156.

No documento produzido pela Comissão que estudou e delimitou os municípios goianos, encontramos, em sua introdução, parte das atividades desenvolvidas, nas quais acreditamos que houve a participação de Artiaga, segue trecho do texto:

*Para a execução deste trabalho, tivemos que proceder a penosas buscas em arquivos, recorrer a pessoas conhecedoras dos nossos municípios e distritos, especialmente coletores, pois não raro eram elevados à categoria de municípios, com suas atuais divisas, diversos distritos, cujas leis fixadoras dos respectivos limites não eram encontradas nos arquivos das prefeituras interessadas. Os então distritos de Bananeiras e Santa Rita do Pontal, hoje municípios de Goiatuba e Pontalina, constituem exemplos dessa natureza. Ambos pertenciam, de início, a Morrinhos e foram emancipados com suas atuais divisas, não tendo, entretanto, sido encontrada no arquivo da prefeitura desse município a lei que fixava as divisas dos antigos distritos, divergindo sempre os respectivos prefeitos*

*quanto a verdadeira jurisdição de suas comunas. Tais eram os argumentos de uma e outra parte nos encontrávamos em dificuldade para fixar divisas exata e só o fizemos, convicto de que não praticávamos injustiça, depois de obter o original da lei municipal n. 40, de 26/05/1924, no arquivo particular do Dr. Pedro Nunes da Silva, ex-prefeito de Morrinhos, falecido há quase dez anos (CRUZ, Francisco Balduino Santa. IBGE/Departamento Estadual de Estatística/Estado de Goiaz, 1940,p. 7-8).*

As formas de coleta de documentos e informações acima mencionadas também foram desenvolvidas por Artiaga no momento de sua atuação como diretor do Museu Estadual (1946–1958). Naquela época, percorreu casas de conhecidos e desconhecidos para coleta de informações e documentos. Acreditamos que, enquanto membro da Comissão, Artiaga também exerceu tal atividade, já que era o principal representante local, pois os outros componentes vieram do Rio de Janeiro.

Sobre a participação de Artiaga na Comissão de Divisão Territorial do Estado, também se destacam como pistas as diversas afirmações feitas por Zoroastro em suas publicações em jornais quando se posicionava enquanto indivíduo de credibilidade intelectual: *isso afirmo quando participei das delimitação dos municípios goianos*. Tal afirmação dava-se, conforme nosso biografado, devido aos trabalhos de campo realizados para a execução de suas atividades na Comissão. Ainda, segundo nota no Jornal Diário da Manhã, os trabalhos de campo de Zoroastro foram percorrendo *Goiás inteiro, de automóvel, carroça, a cavalo, de trem e a pé, estudando-o e anotando* (Diário da Manhã, 01/07/1997). Mas ficaremos por aqui em nossas suposições acerca de seu trabalho desenvolvido na referida Comissão, pois não encontramos documentos suficientes para a realização de sua interpretação.

Além disso, Zoroastro participou da Comissão de Propaganda em prol da interiorização da Capital Federal (será discutida no capítulo 2 desta tese); do Diretório Regional de Geografia e da Junta Regional de Estatística de Goiás.

Os dados sobre as funções exercidas por Artiaga nos órgãos públicos federais e estaduais não foram encontrados por nós, apenas menções de que foi exercido determinado cargo, mas não identificamos nos acervos das Instituições pesquisadas ou de particulares informações condizentes ao desenvolvimento das funções.

Essa falta de documentos para a realização de discussões concernentes às atividades geográficas deixou uma lacuna em nosso trabalho. Contudo, não desmereceu

nosso biografado, pois ele atuou e, principalmente, divulgou estudos geográficos, históricos, geológicos, recursos minerais, econômicos entre outros que, a nosso ver, caracteriza-o enquanto polígrafo, uma vez que se propunha a falar acerca de uma enorme gama de área de conhecimento e ainda exercer uma multiplicidade de ações e, ao mesmo tempo, manter uma identidade no exercício de suas práticas, pois pertenceu a uma geração de homens que defendia a integração nacional como caminho para o progresso de Goiás.

A denominação de polígrafo também lhe foi atribuída por Leolídio Caiado, em homenagem póstuma, feita pela Academia Goiana de Letras em 22 de junho de 1972, cujo título do discurso: *Zoroastro Artiaga: o polígrafo goiano*. Conforme a ata da Instituição: *em sessão solene presidida pelo escritor Ursulino Leão e realizada no auditório da Secretaria da Agricultura, na noite de 22 de junho último, com a presença de autoridades, intelectuais, jornalistas e estudantes, a Academia Goiana de Letras homenageou a memória de Zoroastro Artiaga, que integrava os seus quadros até sua morte, em fevereiro último. Discursaram a oportunidade, Leolídio Caiado, em nome da Academia Goiana de Letras e Nice Monteiro Daher, em nome da família do grande Goiano morto.*<sup>19</sup>

A comunidade de intelectuais a que Zoroastro pertencia estava inserida num cenário de efervescente discussão, atuara a partir da primeira década do século XX, de forma mais intensa, no sentido de viabilizar um progresso futuro para o estado. Na valorização de Goiás foi utilizada, entre outros recursos, a imprensa regional e nacional (Cf. PEREIRA 1997) e, evidentemente, Artiaga foi um dos maiores colaboradores da imprensa regional. Nosso biografado associou-se a vários intelectuais regionais, formando um grupo que representava a voz do estado nos meios de comunicação e instituições culturais regional e nacional. Tal grupo, composto por Colemar Natal e Silva, Dário Délio Cardoso, Agnelo Fleury Curado, Alcides Celso Ramos Jubé, Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, Joaquim Carvalho Ferreira, Herinque Silva, Hugo de Carvalho Ramos<sup>20</sup>, entre vários outros, buscou incessantemente divulgar para a Nação brasileira a região goiana, apresentando seu potencial natural para o desenvolvimento econômico nacional.

---

<sup>19</sup> Ver Livro Ata da Academia de Letras de Goiás de 1972, folha 68-72, 22/junho/1972. Arquivo da AGL.

<sup>20</sup> Para informações biográficas dos nomes citados, consultar nossa dissertação de mestrado: A trajetória de uma casa de saber: o instituto histórico e geográfico de Goiás (1930-1970), defendida no IG/UNICAMP, 2000.

Destaca-se que junto a alguns dos nomes acima mencionados Zoroastro colaborou para a criação e transferência para a nova capital do estado de Goiás de diversas Instituições culturais que tiveram, naquele momento, papel importante, tanto para a consolidação das ideias estadonovistas, como também para a solidificação do mencionado grupo de intelectuais no cenário regional, a saber: Instituto dos Advogados de Goiás (IAG), Academia Goiana de Letras (AGL), Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) e Museu Estadual de Goiás (MEG) e Colégio Liceu.

Além das Instituições, nosso biografado participou através de publicações em revistas que tiveram destaque no cenário nacional e regional, especialmente as revistas Informação Goyana (1917-1935) e Oeste (1942-1945) que, a nosso entender, configuram-se como veículos de divulgação dos ideais e do conhecimento científico da época.

A geração que escreveu na Revista Informação Goyana era composta por um grupo de jovens goianos residentes no Rio de Janeiro e por profissionais de variadas áreas de atuação, a saber: engenheiros, médicos, professores, advogados, farmacêuticos, religiosos, políticos, historiadores e militares, entre outros, que publicaram sem interrupção cerca de 230 fascículos.

A publicação da revista Informação Goyana realizava-se no Rio de Janeiro e sua circulação dava-se nos demais estados brasileiros. Segundo Borges & Lima (2008, p. 76):

*A Informação Goyana foi mais que um instrumento especializado nas temáticas do Brasil Central que surgiu e se manteve no cenário nacional, pois cumpriu um papel político-educativo na formação de uma consciência em relação ao interior do país, especialmente sobre o Estado de Goiás, ressaltando a diversidade e as possibilidades que existem fora dos grandes centros. Fiel a seu propósito, a revista fez campanhas exitosas, como a defesa de implantação de meios de comunicação e transportes em Goiás, considerados uma das ações fundamentais para a superação do atraso material e do isolamento político, social e cultural do Estado.*

Desde o seu primeiro editorial (conforme exposição na figura 1.1), apresentou o desejo de tornar o Estado de Goiás conhecido e respeitado pelos seus recursos naturais e pelas suas possibilidades econômicas. Além de apresentar à Nação as riquezas minerais do estado de Goiás, a revista se propunha a contribuir para a ocupação do território, apresentar problemas de transportes do estado entre outros temas. A

Informação Goyana encerraria suas atividades em 1935, sendo hoje considerado instrumento formativo e político-educativo que contribuiu na construção de uma identidade nacional por trazer ao debate público do país outra realidade distinta daquelas das grandes cidades e centros políticos com fortes tendências regionalistas e nacionalistas (Cf. NEPOMUCENO, 1998).

A Revista contou com a colaboração de intelectuais de expressão local e nacional, tais como: Leopoldo de Bulhões, Capistrano de Abreu, Victor e Hugo de Carvalho Ramos.

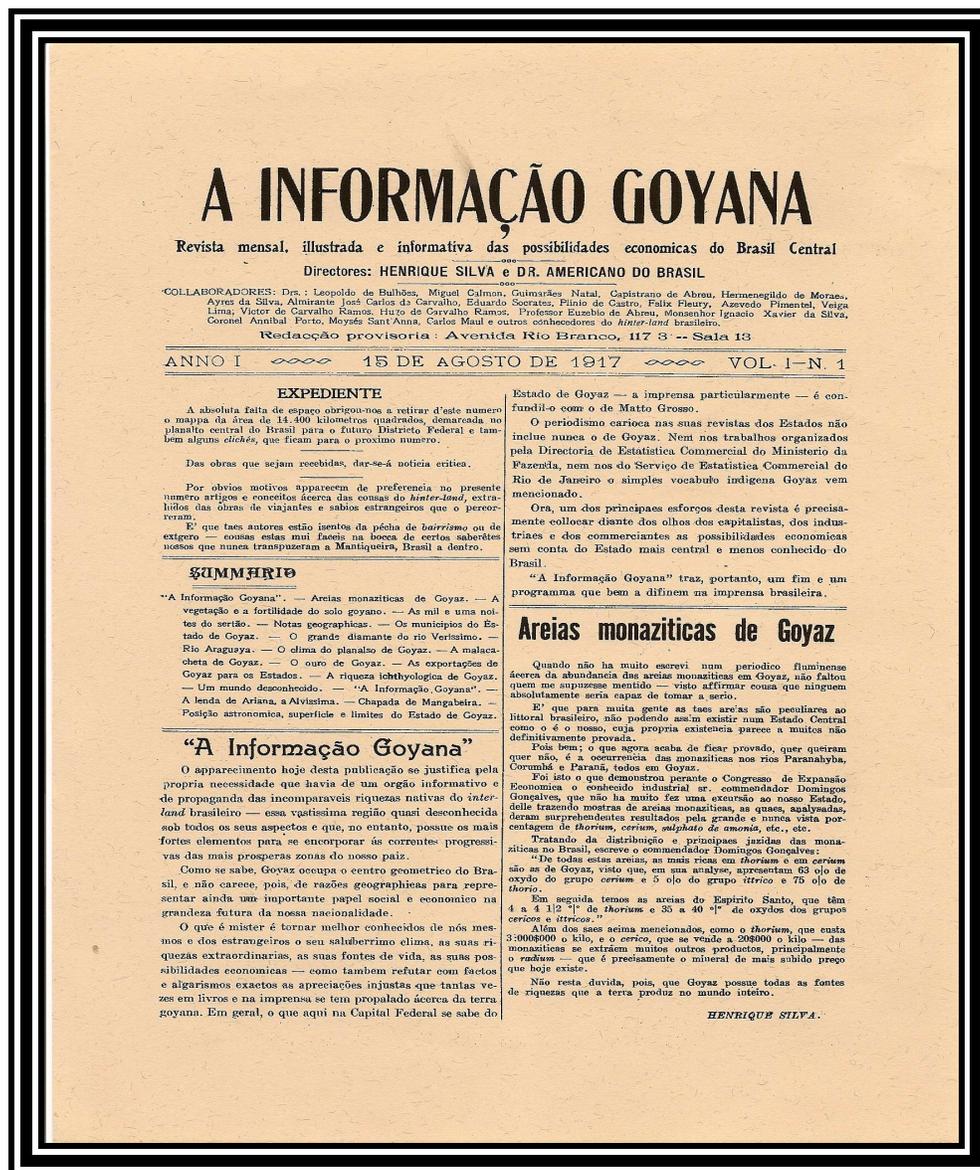


Figura 1.1 - Primeira Edição da Revista Informação Goyana

Fonte: Revista Informação Goyana, ano 01, n. 01, 1917.

Ao contrário da Revista Informação Goyana, a Revista Oeste circulou de dentro para fora, ou seja, do estado de Goiás para os demais estados brasileiros com o intuito de apresentar um estado moderno que tinha como ícone a nova capital do estado de Goiás – Goiânia. A Revista foi lançada em 05/03/1942, durante o Batismo Cultural de Goiânia, com financiamento e influência direta de Getúlio Vargas e seus ideários desenvolvimentistas e populistas. Por isso tornou-se um veículo oficial do governo, que a utilizava para divulgar assunto de interesse político, administrativo e ideológico. Segundo Costa (1994) a Revista Oeste operou a serviço da ideologia do Estado Novo, atuando na política de interiorização de Vargas, seja na mudança da capital para Goiânia ou na Marcha para Oeste, cultuando as figuras de Getúlio Vargas e Pedro Ludovico Teixeira.

Para autora mencionada acima a Revista teve três distintos momentos, a saber: o primeiro privilegiou artigos de literatura, contos e poesias; no segundo, além das publicações literárias e cultura, também esteve presente em suas páginas as discussões político-ideológicas com a divulgação dos ideários e feitos de Getúlio Vargas; no terceiro momento, a Oeste afastou-se de seu objetivo cultural voltando-se para o âmbito político-ideológico, defendendo os ideais desenvolvimentistas do Estado Novo e de seus aliados nacionais e regionais (Cf. COSTA, 1994).

A Revista Oeste provocou uma explosão literária, conforme Galli (2006), promovendo autores goianos no cenário nacional que compunham um grupo de vanguarda fomentador das primeiras manifestações de adesão ao Modernismo em Goiás. Em pouco tempo ganhou reconhecimento nacional, sendo considerada, nos primeiros anos de suas publicações, uma das melhores revista de ênfase cultural do país, conforme afirmação de Galli (2006) (Ver figura 1.2).

Destarte, a ideia do modernismo expresso na Revista Oeste e comungada por aqueles que nela escreviam e, a nosso ver, teve o sentido que Marshall Berman (2007) bem atribuiu ao termo: *modernismo é como qualquer tentativa feita por mulheres e homens modernos no sentido de se tornarem não apenas objetos, mas também sujeitos da modernização, de apreenderem o mundo moderno e de se sentirem em casa nele* (2007, p. 21-22). A definição de Berman (2007) nos ajuda a evidenciar o papel da Revista Oeste no cenário regional, já que ela inaugura as primeiras páginas da imprensa goiana que divulgara

o estado de Goiás e a sua nova Capital – Goiânia, para Nação brasileira (assunto que será tratado por nós mais adiante). Vale lembrar que Goiânia, naquela época, representava o nascimento da modernidade em Goiás e aqueles homens que com o projeto comungavam se enquadravam nos status de consagração dos ideais do progresso e da modernidade (Ver BERNARDES, 1998)

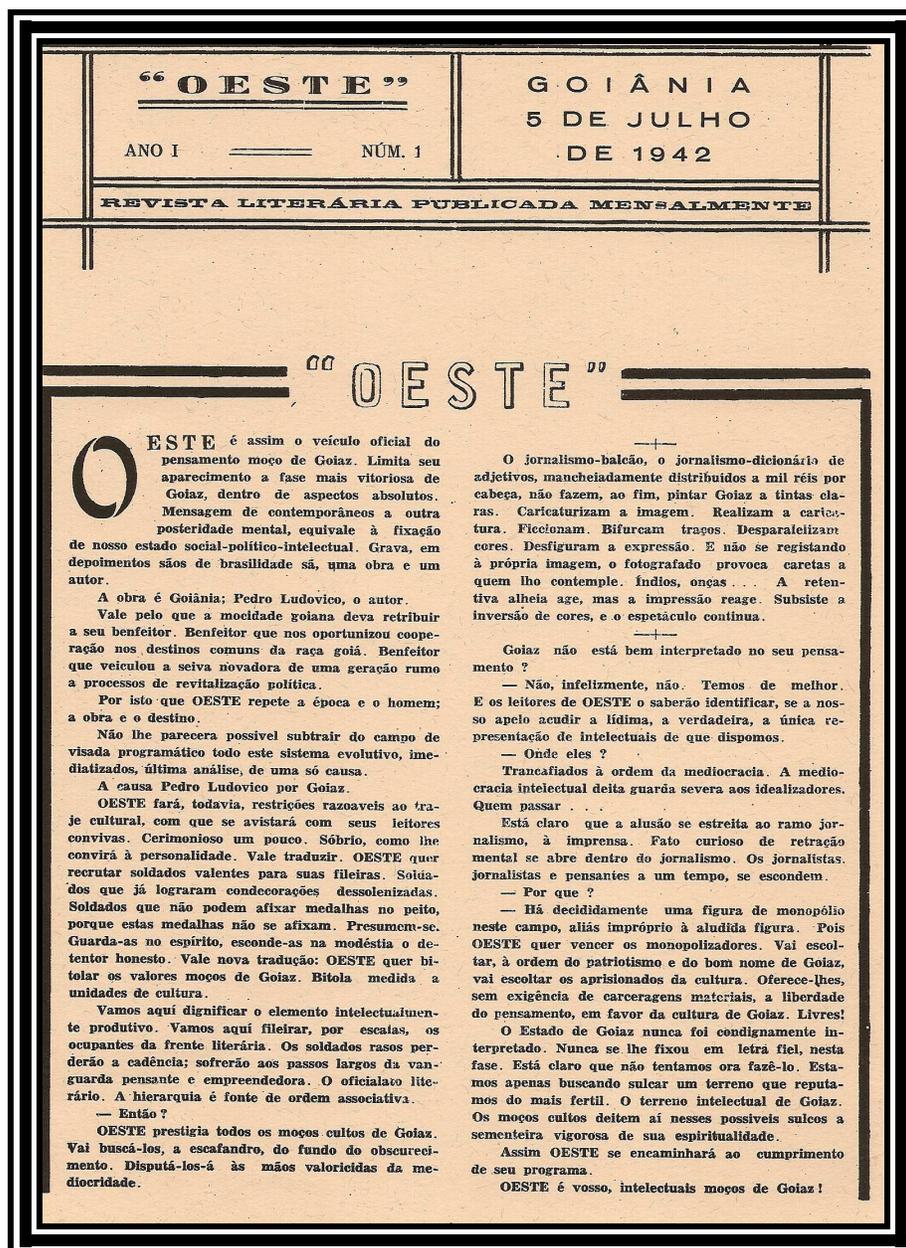


Figura 1.2 - Primeiro número da Revista Oeste

Fonte: Revista Oeste, Ano 01, N. 01, 1942.

Zoroastro Artiaga utilizou-se dos veículos de comunicação mencionados, além de vários outros jornais regionais para divulgar seus ideais e popularizar o conhecimento acerca de Goiás. Nosso divulgador buscou proporcionar a compreensão, o respeito e o reconhecimento de seus pontos de vista, dedicando-se a cumprir a função designada pelo projeto político do Estado Novo, já que o mesmo encontrava-se em posição privilegiada no cenário local e possuía o que Bourdieu (1996) denomina de capital cultural, ou seja, tinha o discurso legítimo e era o locutor legítimo, o que significava ter a linguagem autorizada, aquela que ocorre pela autoridade e pelo viés da competência de quem se faz escutar.

Nas revistas mencionadas, Zoroastro Artiaga escreveu sobre diversos temas, dentre os quais podemos destacar geologia (minas e exploração mineral) e redes de transportes, sendo este último em maior número, já que acreditava que a integração do estado de Goiás com os demais estados brasileiros apenas se daria com investimentos em vias de transportes. Apresentar uma região esquecida ao país foi, sem dúvida, a principal preocupação de Artiaga.

Este fato nos possibilita associar Artiaga a outros goianos que buscavam construir uma proposta de integração da região goiana à Nação brasileira, pensando em um projeto nacional de formação territorial, em que a ocupação dos espaços vazios era um elemento crucial para a unidade do país.

Assim, compreender nosso biografado nos permite desvendar a comunidade científica e, ou cultural na qual esteve inserido. A essa luz, considera-se que a utilização do método biográfico recupera a idéia de que na região havia um grupo de intelectuais goianos. Daí a importância dos estudos biográficos, pois o indivíduo concentra as características e as interrogações de uma comunidade, ele se inscreve numa rede de relações e enfrenta os problemas de uma época. É aí que reside o interesse do gênero biográfico (LETTÉ apud FIGUEIRÔA, 2007, p. 09).

## CAPÍTULO 02

### ENTRE TRILHOS, MINÉRIOS E ÁGUAS: as ideias e ideais de Zoroastro Artiaga para a integração da região goiana à nação brasileira.



**FOTO 2.1. - Zoroastro Artiaga (segundo no canto esquerdo da foto), professores e alunas de escola pública em Silvânia/go. c.1936.**

Fonte: Coleção Museu Estadual Professor Zoroastro Artiaga.Acervo MIS – GO

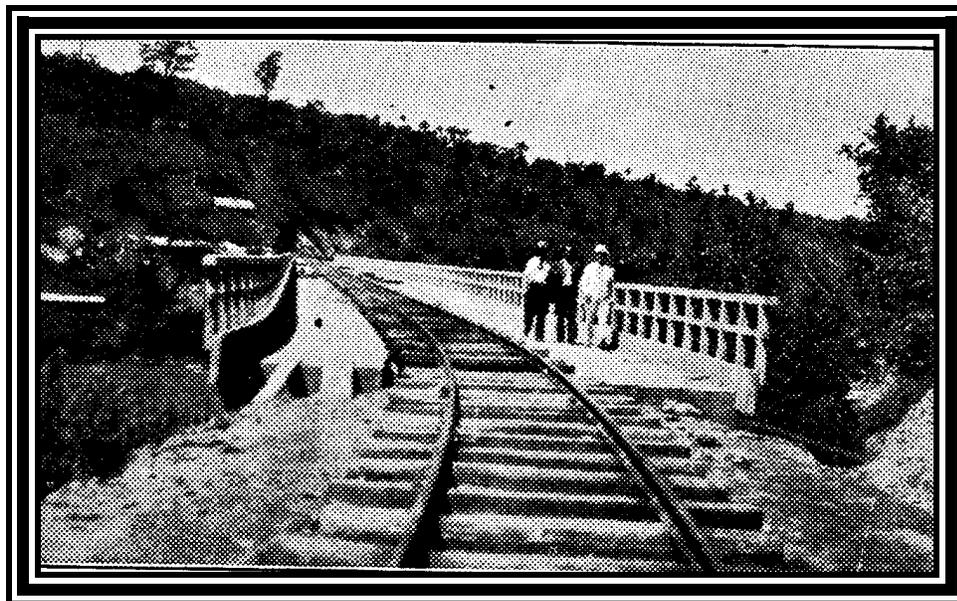
*Para Oeste! Não é precisamente voltar as costas para o mar e muito menos abrir luta contra o mar – por mais paradoxal que pareça é estreitar a aliança com o mar, ampliando terras a dentro a vinculação litorânea.*

Mario Travasso, 1942.

*Sejamos clarividentes, gratos e profundamente brasileiros porque nossas fronteiras econômicas já não são as nossas fronteiras geográficas.*

Zoroastro Artiaga, 1943.

## 2.1. Tempo dos Trilhos



**FOTO 2.2. Ponte sobre o rio Paranaíba – trilhos da rede mineira de viação ligando Goiás a Minas Gerais.**

Fonte: ARTIAGA, Zoroastro. Minas e Goiaz. Revista Oeste. Ano III, n. 14, março de 1944, p. 520.

*Zoroastro nasceu no dia 29 de maio de 1891, em Curralinho, a próspera Itaberaí de hoje. Ali fez seus estudos de primário e secundário. Lá morava quando descobriu minha tia Aracy em Goiás, para presenteá-la com seu coração e sua vida. Era um namoro trabalhoso, mantido na marcha de um cavalo, 7 léguas vencidas, em cada semana, sem cansaço, que o amor é um revigorante de forças. Tia Aracy merecia aquela dedicação – era inteligente, vibrante e até já se incorporara a um movimento feminino pela fundação de uma Escola de Direito na antiga Capital goiana. Casaram-se. E, na labuta a dois, o afeto sempre foi uma energia propulsora que os unia através dos caminhos da vida. Moraram algum tempo em Goiás e de lá variaram de residência em diferentes cidades de nosso Estado, pois tio Zoroastro era telegrafista (Depoimento de Nice Monteiro Daher depositado no Acervo Zoroastro Artiaga. Arquivo da Academia Goiana de Letras, s/d; s/p.).*

O depoimento de Nice Monteiro Daher descreve nosso jovem divulgador apaixonado por Aracy Monteiro, com quem se casou ainda nos anos de 1910 e de cuja união nasceram três filhos: Floracy, Otávio e Geralda. Todos os filhos nasceram na cidade de Goiás, onde Artiaga iniciou seus trabalhos nos telégrafos em 1913, como auxiliar de escrita dos telégrafos, passando a ocupar, no ano seguinte, a função de telegrafista da Repartição Geral dos Telégrafos. Ainda na década de 1910, nosso divulgador mudou-se com a família para Catalão e aí, além de telegrafista, também foi responsável por dirigir a orquestra que embalava a abertura das sessões de cinema da cidade, na qual sua filha Floracy era a pianista.

Naquele momento, Catalão era uma cidade promissora, fornecedora de gado e charque para as regiões produtoras de café e, com a chegada da ferrovia, passara a vender também arroz e feijão para as regiões cafeicultoras, tornando-se o mais rico município do Estado de Goiás, além do mais populoso do Centro-Oeste. Destaca-se que, no tempo de residente em Catalão, Zoroastro fundou o jornal “Novo Horizonte”<sup>21</sup> e utilizou-o como veículo de divulgação de seus pontos de vista acerca da política imperante da oligarquia que estava no poder local e regional. Artiaga, ainda conforme depoimento de Nice M. Daher, *tomou posição ativa contra determinada ala que era prestigiada pelo governo*

---

<sup>21</sup> O Jornal Novo Horizonte não foi encontrado nos arquivos públicos. Os dados obtidos sobre o Jornal estão nos arquivos depositados na Academia Goiana de Letras.

*estadual. Tio Zoroastro e seus familiares viviam sob contínuas ameaças, às vezes realizadas, contra sua casa e seu jornal*<sup>22</sup>.

Vale mencionar que a cidade de Catalão recebeu, em 1913, a estação ferroviária do ramal Goiandira-Catalão, conforme podemos ler no discurso do Deputado Dr. Olegário H. da Silveira Pinto:

*Como sabeis foram inauguradas as estações das importantes cidades do Catalão e Ipameri. O serviço do prolongamento até as margens do rio Corumbá tem sido feito com morosidade. Segundo informações que me foram prestadas, a empresa constructora pretende ainda, no corrente ano, montar a grande ponte sobre esse rio. Continuo a empregar os meus melhores esforços no sentido de ver o rápido andamento dessa estrada, que é, foi e será a maior aspiração do povo goyano. Do Corumbá a Annapolis o serviço não oferece dificuldades, não sendo necessárias grandes obras d'arte. O movimento comercial que notei em Catalão e Ipameri muito me alegrou (Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz pelo Dr. Olegário H. da Silveira Pinto em 13 de maio de 1914).*

A existência do prolongamento da Estrada de Ferro Goiaz em Catalão possibilitou a Zoroastro viver o cotidiano de funcionamento da rede ferroviária e, com efeito, publicar, em jornal das cidades de Catalão e Anápolis e nas Revistas A Informação Goyana e Oeste, seus primeiros artigos acerca da integração da região goiana à Nação, priorizando as discussões sobre o sistema e a rede de transporte ferroviário.

A maneira pela qual Zoroastro pensou e produziu a realidade estava associada diretamente às suas práticas cotidianas, as quais expressam modos de vida, atitudes e normas de convivência, para lembrar Chartier (2001). Assim sendo, as publicações de Artiaga apresentam as particularidades de Goiás e o seu sentimento de pertencimento àquela região, tão pouco lembrada pelo país. Para expressar seu pertencimento, Zoroastro lança mão em seus artigos da relação dicotômica atraso/modernidade, novo/velho, interior/litoral e sertão/litoral que era, naquele momento, relevante no debate sobre a construção e integração nacionais. Artiaga destaca em suas publicações as distinções entre o interior e o litoral, considerando diferenças temporais entre os espaços. O interior movia-se em ritmo vagaroso em relação ao litoral e, conforme

---

<sup>22</sup> Não encontramos registros nos acervos pesquisados sobre qualquer tipo de agressão sofrida por Zoroastro e, ou sua família. Apenas consta essa consideração de sua sobrinha no Acervo Zoroastro Artiaga. Arquivo da Academia Goiana de Letras.

condições sociais, econômicas e políticas, havia, segundo o autor, séculos de atraso e era necessário reverter essa situação. O interior era entendido como o “lugar de somatória de dificuldades e das potencialidades da Nação, subentendido que seu conhecimento e organização poderiam estabelecer as bases para a unidade nacional” (MACHADO, 2000, p.341).

Artiaga construiu em suas publicações uma representação da realidade regional visando, conforme Chartier (1990), dar sentido ao presente e decifrar o espaço contíguo, agregando classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social. Assim, a representação da região goiana esboçada por Zoroastro apresenta o atraso de Goiás vinculado à carência de investimentos econômicos, sociais e, especialmente, políticos, pois atribuía aos velhos coronéis, que detinham o poder regional no período antecedente e durante a Primeira República, a responsabilidade pela estagnação do estado.

Vale aqui mencionar que, após a decadência da mineração no século XVIII e apesar da expansão da agricultura e pecuária ocorrida no século posterior, Goiás permanecia sem expressão nacional, pois economicamente era limitado como abastecedor do mercado interno das regiões limítrofes. Estruturalmente, Goiás era dependente e, ainda, tinha como agravantes a:

*Falta de meios de transporte, a frágil vinculação inter-regional e intra-regional, as dimensões reduzidas do mercado interno, a distância entre os portos marítimos. Conjunturalmente, acentuavam a marginalidade econômica de Goiás: a baixa produtividade do trabalho na agricultura e na criação de gado, o arcaísmo dos métodos de produção e o conseqüente caráter extensivo das formas de exploração, a permanente carência de braços para o trabalho resultante da baixa densidade demográfica e da dispersão da ocupação populacional (SILVA, 2005, p, 30).*

Os fatores mencionados acima impunham a Goiás certo isolamento econômico, social e cultural. Zoroastro atribuiu o fato à política atrasada dos coronéis locais, especialmente aqueles do período republicano, e o distanciamento da região goiana da civilização e do progresso que já se presenciava nas regiões litorâneas brasileiras. Para tal compreensão é importante considerar que a política coronelista da Primeira República foi caracterizada como “um pacto ou compromisso, que envolve os diversos níveis de

poder – federal, estadual e municipal. Exerce o coronel, através desse pacto, o papel mediador entre as instituições políticas e a população interiorana” (CAMPOS, 2003, p.59).

Esse pacto político teve em Goiás dois segmentos de representação, sendo o primeiro formado por senadores da República e deputados federais e o segundo definido pelo Congresso Legislativo Estadual. Segundo Campos (op.cit., p.60):

*A representação federal era composta por bacharéis (em direito, medicina ou engenharia); ter um curso superior podia ser uma condição necessária, mas não exclusiva, já que a vinculação ao grupo dirigente tinha como elemento básico o componente familiar. O segundo nível de representação era composto por senadores, deputados estaduais e chefes políticos locais. Vale destacar que esses níveis são estanques, segmentados, isto é, não há uma relação de continuidade entre a representação estadual e federal. **O recrutamento para cada nível não tem por base a experiência política, os critérios são diversos, e as relações de família talvez sejam o mais significativo deles** (Grifos meus).*

Goiás teve, no período acima mencionado, parca representação política no cenário nacional. A nosso ver, um dos pontos fundamentais foi a permanência no poder dos grupos oligárquicos que estabeleciam arranjos familiares para eleição ou reeleição dos seus membros, inibindo a participação política de qualquer outro indivíduo ou grupo que não estivesse atrelado às famílias detentoras do poder local (Ver CAMPOS, 2003; CHAUL, 1997; SILVA, 2005).

E era justamente contra esta forma de arranjo político que Zoroastro se posicionava contra, pois seu ponto de vista era reflexo de sua ligação política com o médico Pedro Ludovico Teixeira, que assumiu a administração de Goiás durante a Revolução de 1930 e permanece até o Estado Novo, retornando ao poder do governo estadual na década de 1950.

No decorrer de suas gestões administrativas, seja como Interventor Federal ou Governador, Ludovico Teixeira constrói o discurso do novo, do progresso, do moderno. Esse discurso dar-se-á com maior intensidade no período em que ocorre a Revolução de 1930, momento de consolidação do poder de Ludovico. A proposta de modernização lançada em 1930 no estado de Goiás tem como pano de fundo as intensas lutas pelo poder local, do final da década de 1920 à década de 1930, lutas que significam o embate entre o “velho” e o “novo”.

O primeiro, o “velho”, era representado pelas oligarquias ruralistas da Primeira República, que concentravam seu poder político na cidade de Goiás, até então a capital. Esse grupo oligárquico produziu em Goiás mecanismos para sua manutenção no poder, dentre os mais relevantes, nos contam Chaul & Alencar (1990), está a proibição, por meio de leis estaduais, do desenvolvimento econômico de algumas regiões do estado. Esta oligarquia ruralista – mantenedora do poder político em Goiás em décadas anteriores a 1930 – acumulava para si as grandes propriedades fundiárias da Capital, neutralizando economicamente as regiões sul e sudeste do estado com medidas jurídicas que impediam seu desenvolvimento econômico, confirmando seu poder e mantendo *firmes os arreios* da administração sobre a terra e sobre quem nela trabalhava, reprimindo qualquer forma de manifestação que questionasse o direito à propriedade (Cf. CAMPOS, 1989; SILVA, 1980; CHAUL & ALENCAR, 1990).

De outro lado, no novo, estava o grupo oligárquico formado por famílias do sul e sudoeste do estado, tendo como representante o político e médico Pedro Ludovico Teixeira, que assumiu o poder político em Goiás a partir de 1930 e permaneceu até 1945. No decorrer de sua administração, lançou proposta de modernização do estado de Goiás para combater a elite ruralista e assumir definitivamente o poder do estado. Na busca da modernização e da integração do estado, Ludovico Teixeira desenvolveu projetos para sua consolidação no poder e a fim de desmanchar o berço político de seus adversários lançou outro projeto que restaurasse sua liderança: a construção de uma nova capital para o estado de Goiás – Goiânia (Ver BORGES, 2000; CAMPOS, 2005; CHAUL, 1997; SILVA, 2005).

O mencionado projeto teve como bandeira o discurso da modernização e do progresso do estado, com a principal finalidade de integração nacional e de efetivamente redefinir a identidade do lugar do atraso, substituído pelo lugar do moderno. Em discurso inaugural da nova capital, Ludovico Teixeira refletiu as propostas do Estado Novo, do Brasil Uno. Nas palavras do interventor, a inauguração da nova capital seria um benefício para a pátria, e assim discursou:

*Dirijo-me ao Brasil, ao ensejo da passagem do maior acontecimento já registrado no meu Estado. Inaugura-se hoje Goiânia, Capital de Goiaz. Ao entregar à comunhão nacional a cidade cuja construção foi parte primacial do meu programa de governo, despido de espírito regionalista, ergo o meu olhar para a Pátria comum, antevendo o seu futuro*

*esplendoroso. Tenho a honra de saudar, na pessoa do grande condutor, o Presidente Getúlio Vargas, o Brasil gigante e poderoso. Saúdo a Amazônia, tão cheia de mistérios e tão rica de promessas; as terras dos palmares e babaçuais esplêndidos do Parnaíba longínquo. Saúdo o nordeste, de atitudes heróicas e fecundas ante as durezas do clima que o flagela; os Estados do leste, de riquezas tão numerosas e de um labor tão intenso, em benefício da economia nacional. Saúdo as terras dos vales históricos do Paraíba e do Tietê, onde vicejam os cafezais, os algodoads e tantas outras riquezas; as regiões admiráveis dos pinheirais paranaenses e catarinenses. Saúdo os pampas do sul, berço de heróis, celeiro do Brasil; as terras que, a leste e oeste de Goiás, com ele se irmanam na grandeza das suas glebas, na variedade dos seus produtos e no labor intrépido de seus filhos. Saúdo o Brasil todo, símbolo de pujança, dignidade e elevação moral. A Ele, BRASIL, entrego um grande ideal que se tornou uma grande realidade – Goiânia (Mensagem de Pedro Ludovico ao Brasil, Revista Oeste. Goiânia, ano II, n. 02, 1943).*

Incorporando a base ideológica do programa Marcha para Oeste, pertencendo ao grupo político de Pedro Ludovico e movido pelo sentimento de pertencimento a uma “região escondida”, Zoroastro Artiaga mudou-se com a família para a nova capital ainda da década de 30 e compartilhou dos ideais daquele momento em que o Estado Novo apresentava-se para Goiás como veículo que conduziria e aproximaria as regiões litorâneas das interioranas<sup>23</sup>. Em seu depoimento, Nice M. Daher diz:

*Em 1930 veio a Revolução e, logo depois, a mudança da Capital, Tio Zoroastro transferiu-se para Goiânia. Vinha completamente identificado com o ideal mudancista e a ele dedicou-se com a sinceridade que o levava a lutar por todas as causas que cruzavam seu caminho. Acompanhou a construção de Goiânia de alma e coração. Seu valor foi reconhecido ao longo do tempo, pois ocupou importantes cargos no Governo, inclusive foi Membro do Conselho Administrativo do Ministério da Justiça, em nosso Estado<sup>24</sup>.*

Os cargos mencionados acima foram exercidos por Artiaga durante os anos de 1936 a 1945. Zoroastro acreditava que o Estado Novo seria o veículo que conduziria Goiás rumo à civilização e ao progresso, pois entendia que o rompimento com as

---

<sup>23</sup> Vale mencionar que os funcionários públicos que faziam parte do grupo de apoio a Pedro Ludovico Teixeira foram transferidos para a nova capital do estado – Goiânia, com a finalidade, entre outras, de instaurar o discurso da modernidade goiana.

<sup>24</sup> Op. Cit. s/d; s/p.

oligarquias ruralistas da Primeira República proporcionaria ao estado de Goiás avanços até então desejados. Sobre tal assunto, assim nosso divulgador se expressou:

*Aqui em Goiás se cumpre religiosamente à legislação do Estado Novo, com que estamos integralmente identificados (...) o Estado Novo redimiu cinco milhões de operários, criou um ciclo novo de vida dando ao indivíduo e à sociedade o equilíbrio preconizado pela encíclica papal Rerum Novarum. A sociedade ganhou vantagens sobre o indivíduo, mas distribuiu as com ele generosamente. As paixões individuais dos usufrutuários das posições políticas foram refreadas, julgadas, agrilhoadas pela nova ordem, facultando-se ao obreiro intelectual e manual perfeita estabilidade, noção de segurança dos seus direitos, dentro dos limites das possibilidades de país novo (Revista Oeste, ano II, n. 04, maio de 1943, p.36).*

Diante do exposto, Artiaga aparece no cenário regional enquanto defensor do Estado Novo e, também, como um sujeito produtor e ao mesmo tempo receptor do discurso da modernidade e do novo no estado de Goiás.

Zoroastro também procurou exibir em suas publicações conhecimento da realidade nacional e regional, tendo como principais referências teóricas Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu, Cunha Mattos, Orville Derby, Othon Leonardos, dentre outros nomes que compunham o cenário da época, pois era necessário desvendar o interior esquecido e encontrar alternativas de mudança significava compromisso, não só com a região, mas também com a Nação. Para o autor, o Brasil era tido como uma Nação feita de espaços diferenciados (interior/litoral) que, necessariamente, precisavam se aproximar e formar uma totalidade. Para tanto, mecanismos econômicos e políticos teriam que intervir nessa aproximação, de modo a efetivamente contribuir para a nacionalização da região goiana. A perspectiva da integração nacional estava diretamente ligada às necessidades econômicas do país, por isso, era imprescindível aos praticantes da ciência determinar e acelerar as atividades econômicas em direção ao interior do Brasil.

Assim, Artiaga lançou o “olhar para dentro” de Goiás e, cotidianamente, percebeu as carências e mazelas contidas em uma região de pouca expressão nacional, buscando, insistentemente, despertar interesses nacionais para Goiás. A leitura dos artigos de Artiaga nos conduz a perceber que, ao falar de sua própria terra, havia um compromisso em refletir acerca do papel da região no cenário nacional e em demonstrar as formas

desiguais de tratamento regional, que existiam em um país no qual o discurso vigente era de um Brasil uno. O que o autor percebia era uma Nação com fossos profundos entre suas regiões.

Fazendo parte dessa geração que buscou, no decorrer do Estado Novo, resolver problemas da Nação e, para o caso de Artiaga resolver problemas de atraso da região goiana, Zoroastro teve como recurso expor, nos meios de comunicação regional e nacional, suas reflexões acerca do fosso entre as regiões brasileiras, tendo a rede ferroviária como um de seus temas de expressão.

Ao tratar das redes ferroviárias o autor chama atenção para o discurso da época, especialmente sobre o programa Marcha para Oeste que era naquele momento amplamente divulgado por Getúlio Vargas. Em discurso realizado em 1938, o chefe da Nação assim se referia ao programa:

*A civilização brasileira a mercê de fatores geográficos estendeu-se no sentido de longitude, ocupando o vasto litoral, onde se localizavam os centros principais de atividade, riqueza e vida. Mais do que uma simples imagem é uma realidade urgente e necessária galgar a montanha, transpor os planaltos e expandir-nos no sentido das latitudes (...) Persistiremos na disposição de suprimir as barreiras que separam zonas e isolam regiões. (...) De sorte que o corpo econômico nacional possa evoluir homogeneamente e a expansão do mercado interno se faça sem entraves de nenhuma espécie. Reequipando portos, remodelando o material ferroviário e aparelhando a frota mercante, conseguiremos articular, em função desse objetivo os meios de transporte e os escoadouros de produção”<sup>25</sup>.*

Destarte, a Marcha para Oeste justificava-se economicamente, entre outros fatores, por investir em redes de transportes para o escoamento de mercadorias; politicamente, pois serviria para dirigir correntes migratórias, desagravando os problemas e aliviando as tensões existentes nos centros urbanos, além de permitir resolver problemas específicos de certas regiões e ideologicamente, tornar-se-ia instrumento de defesa e justificativa de uma política de segurança nacional (SILVA, 2005).

---

<sup>25</sup> Discurso extraído do livro: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Goiânia. 1943, p. 02.

Tida como uma prática política de brasilidade, pertencimento e, principalmente, de segurança nacional, a Marcha para Oeste teve também como estratégia política a criação das colônias agrícolas nacionais, nas áreas consideradas vazias demograficamente. Por um lado, o Programa teve o propósito de promover a diminuição dos conflitos urbanos, através do patrocínio de migração interna; por outro lado, o de viabilizar o povoamento das fronteiras nacionais, a fim de evitar sua ocupação por nações estrangeiras. As propostas desenvolvimentistas para Goiás materializaram-se, no Estado Novo, através da Marcha para Oeste. Zoroastro expressa sua afinidade com os ideais do Estado Novo em várias passagens de suas publicações, e tomaremos uma de empréstimo:

*Nossa propaganda visa aumentar a população de Goiaz e atrair novos habitantes para aqui, porque é esse, exatamente, o plano da Marcha para Oeste. O princípio de unidade do Brasil só será estabelecido, definitivamente, com a união integral de todos os brasileiros, sem nenhum resquício de regionalismo* (Revista Oeste, ano III, n.18, 1944, p.08).

Artiaga dedicou-se, em vários de seus artigos, a fazer a propaganda e o chamamento da população litorânea para o interior do país, a fim de colaborar com a política de povoamento do programa. Em consequência da Marcha para Oeste criaram-se vários órgãos, como exemplo, a Fundação Brasil Central (F.B.C.) que era responsável por implantar núcleos populacionais cujo principal objetivo era promover o povoamento das regiões Norte e Centro-Oeste. Este órgão também ficou responsável por administrar estradas de ferro<sup>26</sup>, pois, conforme Paula (2004, p. 02):

*O único órgão central até então existente era a Inspetoria Federal de Estradas, criada em 1911, para fiscalizar todos os serviços relacionados às explorações e construções ferroviárias e rodoviárias, excetuadas aquelas sob a administração direta da União. Nessa época, o transporte era majoritariamente ferroviário. Em 1921, a IFE passou a incorporar outras funções, mais ligadas ao planejamento da viação terrestre, superintendência das administrações federais das estradas de ferro de propriedade da União, bem como a fiscalização das empresas arrendadas ou concedidas pelo Governo Federal.*

---

<sup>26</sup> A Fundação Brasil Central administrou a Estrada de Ferro Tocantins após o estado do Pará não conseguir recursos para costear o tráfego, renovar material rodante e dar continuidade ao prolongamento de suas vias (Ver VIEIRA, 1954).

Zoroastro, nos anos 30, dedicou-se a publicar sobre a rede de transporte ferroviário afirmando o papel fundamental de interligar o país e de promover o aproveitamento das potencialidades das vastas áreas goianas. No entanto, o autor também aponta outro problema, a saber: *os créditos de construção concedidos às estradas em vez de serem aplicados nos prolongamentos, foram desviados para consolidação e conservação da via permanente. Sempre existiu o critério de que não pode haver linhas novas, sem perfeita conservação das linhas velhas* (Revista Oeste Ano II, n. 03, 1942 p.393).

Artiaga não se posicionava contra a manutenção e conservação das antigas estradas, mas discordava da falta de investimento para a ampliação de novas vias, especialmente, aquelas que iram beneficiar o sertão goiano. Para ele, *o benefício era patriótico e devia existir para ocupar os espaços inóspitos e civilizar a população que por ali vivia* (Revista Oeste, Ano II, n. 10, 1943, p.24) Ainda para o autor: *as estradas, naquele patriótico impulso de penetração para oeste abreviariam o progresso* (Revista Oeste, Ano II, n. 10, 1943, p.24). Contudo, Zoroastro compreendia que isso estava distante de acontecer, já que as estradas de ferro existentes, naquele momento, não estavam todas interligadas umas às outras formando uma rede ferroviária nacional, mas apresentavam uma desigual distribuição pelo território nacional, concentrando-se em sua maioria, na costa atlântica.

Em diferentes momentos nosso biografado apresentou os prejuízos econômicos ocasionados pela falta de prolongamento das estradas de ferro na região. Assim afirma: *a lavoura, com produtos perecíveis e sujeitos à praga é, ainda, flagelada com a falta de transporte nas estradas de ferro que matam o otimismo* (Revista Oeste, ano II, n. 03, 1943, p.17). Destaca-se que as estradas de ferro no país apresentavam uma distribuição geográfica muito irregular com ferrovias inteiramente isoladas, algumas das quais com extensões tão pequenas que não atingiam as finalidades econômicas que teriam justificado sua construção, daí várias das regiões brasileiras sem transporte para o escoamento de mercadoria. Para melhor visualização, seguem mapas dos períodos de 1911 a 1930 e de 1931 a 1954:



**Mapa 2.1. - Desenvolvimento do Sistema Ferroviário Brasileiro – 1854 A 1930**

Fonte: SILVA, Moacir M. F. Geografia das Estradas de Ferro Brasileiras. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. I Centenário das Ferrovias Brasileiras. Rio de Janeiro: IBGE, 1954, p.06.



Mapa 2.2 - Estradas de Ferro no Brasil – 1931 A 1954

Fonte: SILVA, Moacir M. F. Geografia das Estradas de Ferro Brasileiras. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. I Centenário das Ferrovias Brasileiras. Rio de Janeiro: IBGE, 1954, p. 07.

Os mapas apresentados nas páginas anteriores demonstram a concentração das vias ferroviárias na costa do Atlântico e no interior do país exibem vazios do meio de comunicação. E, se comparados os dois mapas, nota-se o quanto insignificante fora o crescimento das estradas de ferro durante as décadas sobre as quais os mapas trazem informação. Tal condição proporcionava ao Estado problemas econômicos de perda de safra, por exemplo. Zoroastro nos diz que:

*Hoje, por exemplo, já ninguém pensa mais em embarques do gado. Tornou-se impraticável o despacho das boiadas. Já estamos sofrendo esta desorganização atual da vida econômica, devido à estagnação dos estoques sem transportes ferroviários. A E. F. Goiás recebeu em 1941 Cr\$ 9.198.800,00 para os seus serviços e, apesar de um grande esforço das Administrações centralizadoras do Rio, não atendeu, de modo algum, às necessidades da produção. Enquanto no Rio de Janeiro estão tabelando por preços elevadíssimos gêneros de primeira necessidade, nós outros estamos contemplando o apodrecimento da safra de 1942 (Revista Oeste, ano II, n. 03, 1943, p.114).*

As obras das estradas de ferro eram iniciadas e, em vários casos, não eram concluídas, conforme projeto inicial, o que proporcionava um despropósito no sentido econômico. Vale lembrar que, no final do século XIX, diversos projetos foram apresentados para a implantação de uma rede ferroviária em Goiás a fim de diminuir a precariedade de comunicação, intensificar as relações econômicas e estabelecer ligação com os principais centros econômicos do país. Conta-nos Freitas (1995, p.42) que Goiás estava sujeito aos *humores do transporte rodoviário, realizados por estradas precárias ou à operosidade dos tropeiros, que cruzavam os sertões de Goiás e Minas Gerais em direção a São Paulo, provocando uma economia estagnada devido à falta de transportes eficientes para exportação dos produtos locais*. Segundo Vieira (1954 p. 172-173):

*A idéia de um caminho de ferro para servir ao estado de Goiás e incorporá-lo à comunhão brasileira surgiu em 1873, quando foi baixado um decreto com favores a quem concretizasse esse empreendimento. No ano seguinte, baseado no referido decreto, o presidente da província Antero Cícero de Assis foi autorizado a contratar “...” a construção de uma estrada de ferro entre a capital de Goiás e a margem do rio Vermelho, afluente do Araguaia, no ponto julgado mais favorável aos interesses da navegação desse grande rio. Malograda essa primeira*

*tentativa para o estabelecimento de uma via férrea em território goiano, treze anos depois nova concessão foi feita à Companhia Estrada de Ferro Mojiana, no sentido desta prolongar suas linhas da margem do rio Paranaíba à do Araguaia. Mas, essa nova concessão também não vingou, assim como outras que foram feitas nos primeiros anos de República.*

Apesar dos esforços realizados, somente na primeira metade do século XX, dá-se início à construção da Estrada de Ferro Goiás, que teve seu ponto de partida inaugurado em setembro de 1911, na cidade de Araguari/MG e, durante três anos de ampliação, chegou a Roncador, onde ficou estacionada durante muitos anos, não havendo interesse dos governos federal e do estado em acelerar as obras. Somente em 1922 a ferrovia avançou, chegando até Pires do Rio. Em 1931, chegou à localidade de Leopoldo de Bulhões e, em 1935, chegou à cidade de Anápolis e apenas em 1951 chegou a Goiânia (Ver SOUZA, 1974; BORGES 1990; FREITAS, 1995; POLONIAL, 2000). Para melhor entendimento, ver o mapa que segue:



**Mapa 2.3. – Estrada de Ferro Goiaz – Até 1951**

Fonte: SILVA, Moacir M. F. Geografia das Estradas de Ferro Brasileiras. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. I Centenário das Ferrovias Brasileiras. Rio de Janeiro: IBGE, 1954, p. 18.

Conforme Decreto n. 7562, de 23 de setembro de 1909, a Companhia da E. F. Goiás arrendou do governo federal as estradas já construídas<sup>27</sup> e, em 1913, iniciou a exploração do tráfego nos trechos já concluídos. Em 1920, com dificuldades financeiras, a

<sup>27</sup> Composta pela linha de Formiga/MG a Goiás, passando pelo município de Catalão/GO e de um ramal de Uberaba e de Araquari.

Companhia arrendatária teve contrato considerado caduco pelo decreto nº. 13936, de janeiro de 1920. O governo federal incorporou a linha de Formiga, em tráfego, e o ramal de Uberaba, em construção, à E. F. Oeste de Minas, que mais tarde iriam fazer parte integrante da Rede Mineira de Viação. A linha Araguari-Roncador e o ramal de Catalão, com a extensão de 234 quilômetros em tráfego e seus prolongamentos em construção, ficaram constituindo a E.F.Goiás, subordinada à Inspetoria Federal das Estradas, que deu continuidade às construções em andamento, concluindo e inaugurando, em maio de 1921, um trecho de 23 quilômetros, com o qual o ramal de Catalão atingiu Ouvidor. Mais tarde esse ramal, que entronca em Goiandira, foi entregue à RMV e era ali o ponto final da Rede mineira e o enlace com a E.F. Goiás (Cf. SILVA, 1945; VIEIRA, 1954).

Contudo, a morosidade na construção da E.F.G. foi objeto de críticas por parte de uma comunidade regional que esperava, no empreendimento, a chegada do progresso, já que através das vias férreas se projetava a aproximação de Goiás com os centros dinâmicos do país: São Paulo e Rio de Janeiro. Zoroastro Artiaga também aparece nesse cenário apresentando críticas às políticas de construção e ampliação das estradas de ferro brasileiras. Em sua concepção, os caminhos trilhados pelas vias férreas, muitas vezes, não favoreciam o desenvolvimento nacional e/ou regional, pelo contrário:

*Obedeciam às contingências políticas, fazendo traçados destinados a proteger municípios de eleitorado vultoso, e adular fazendeiros de café. Todas elas fizeram linhas extensas em vácuos demográficos. Tiveram traçados anti-econômicos fadados a gerar déficits eternos. Fizeram traçados por chãos estéreis, onde não pode o homem radicar-se, nem o animal viver. Essas companhias aproveitavam os terrenos de construção barata, os chapadões sem necessidade de obras de arte, e sem grandes demoras na penetração dos trilhos, pelo Brasil adentro. Fizeram obras violentas, mas sem a previsão de futuro, em cujas margens não foi possível radicar o homem nem criar núcleos. Dada a natureza do terreno estéril e sem água, não seria possível a proliferação da vida em todas as suas manifestações e modalidades. Elas foram, algumas vezes, vítimas dos traçados políticos resultantes da pressão de fazendeiros de prestígio, que desejavam valorizar as suas terras praticando a antiga república, em que viam o interesse eleitoral e as outorgas ou franquias recíprocas, e não o governo do povo para o povo (Revista Oeste, ano II, n.03 1943, p.113).*

Zoroastro apontou, em várias publicações, sua preocupação com a via férrea goiana. Em algumas delas o tom indignado e claramente emocionado esteve presente:

*A Goiaz e a Mogiana [estradas de ferro] não compreendem o papel importante que deveriam desempenhar nesta hora de formação da nacionalidade, de trabalho, de economia, e de realizações. Atuam em câmera lenta. Ambas ao seu tempo incidiram nos mesmos erros de construção (...) a Mogiana jamais quis penetrar em Goiaz, porque Estado pobre, e sem peso eleitoral, e quando a política era feita em torno de famílias, ele enxergava, apenas Goiaz como o seu tributário longínquo, para suavizar e amenizar os seus déficits, que viriam e que não vieram por culpa nossa, mas como consequência lógica dos seus erros de construção*<sup>28</sup> (Revista Oeste, ano II, n.03 1943, p.113).

Apesar das críticas feitas às duas estradas férreas citadas acima, o autor destaca o importante papel da Rede Mineira de Viação<sup>29</sup> (RMV) para Goiás, afirmando que:

*Desempenha cabalmente a sua missão civilizadora e dando escoamento à produção sul-goiana, desde a sua ligação em Goiandira (...) A Rede é um caminho novo que começa em Goiandira e acaba no oceano (...) É nosso dever forçar o estabelecimento de novas relações de comércio, entre as praças, provocando a vinda de caixeiros viajantes, representantes das fábricas de tecidos, estabelecimentos metalúrgicos, oficinas e outras no sentido de ativarmos o intercâmbio (...) Chegou o momento da aproximação econômica e financeira com Minas e com o litoral do Leste* (Revista Oeste, ano II, n.03 1943, p.113).

Vale ressaltar que, a partir de 1940, a RMV era administrada pelo governo estadual e percorria os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás. Segundo Vieira (1954, p. 131):

---

<sup>28</sup> Cabe esclarecer que a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro foi criada ainda no período imperial no estado de São Paulo por fazendeiros homens de negócios, e seu primeiro trecho ligaria Campinas à Mogi-Mirim. Em 1887 incorporou a Companhia do Rio Pardo prolongando-se até a cidade de Uberaba/MG e em 1893 chegou a Uberlândia e, em seguida, a Araguari/MG, onde se articulou com a E.F. Goiás, que ali tinha sua estação final. A expansão dessa via férrea estava atrelada à produção de café e o auge da exportação do mencionado produto.

<sup>29</sup> A Rede Mineira de Viação possuía, nos anos de 1940, aproximadamente 4.000km e formou-se da fusão das antigas E.F.oeste de Minas, Rede sul mineira e E. F. Paracatu.

*Em 1931, premido pelas reclamações que avolumaram contra a deficiência dos transportes ferroviários, o governo voltou sua atenção para os de Minas, verificando, então, que o sistema de administração, em que se dividia a rede daquele estado, não permitia uma articulação perfeita no tráfego, nem um regime econômico para cada um dos serviços. Nessas condições, acompanhando as idéias gerais que então dominavam os meios técnicos e financeiros do país, resolve-se auxiliar e encampar as estradas ali existentes e incorporar a Rede Mineira de Viação, cuja administração foi entregue ao estado de Minas, mediante contrato de arrendamento por longo prazo.*

O autor ainda nos conta que o percurso traçado pela RMV estava associado à presença de jazidas minerais de interesse econômico, produtos agrícolas em abundância e áreas de interesse turístico, bem como estâncias hidrominerais, além de proporcionar importante penetração em Goiás. A nosso ver, está aí a diferença do papel econômico e social desempenhado pela Mogiana e a RMV, pois, para Artiaga, o traçado da primeira não proporcionava a integração econômica entre as regiões do país e, principalmente, não desenvolvia economicamente o interior do país, especialmente Goiás.

Em diferentes oportunidades Artiaga publicou sugestões de expansão das estradas de ferro. Para ele, a Mogiana,

*Estimulada por qualquer meio, poderia, de Uberlândia procurar o rumo do oeste, prolongando sua rede a Cuiabá, passando pelas cidades sudoestinas, que são centros pastoris de grande valor. Aproveitando o traçado da Norte de Mato-Grosso, teria as vantagens de colonização das zonas despovoadas. Daria solução aos problemas da exportação de minérios. Se a Mogiana despresou os projetos de penetração, compete a Goiás realizá-los sem demora alguma (Revista Oeste, ano II, n.03 1943, p.113).*

O autor destaca o papel da E. F. Goiás, considerando que a expansão deveria dar-se rumo a oeste do estado, afirmando que: *prolongamento é, pois, agora, além de um imperativo econômico, imediato, uma necessidade social* (Revista Oeste, ano II, n. 10, 1943, p. 392). Zoroastro apresenta o papel da estrada de ferro como fundamental para a defesa nacional, já que proporciona surgimento de cidades, povoamento das existentes, segurança de território até então inóspito. Mas também constantemente afirmava que a estrada de ferro tinha finalidades sociais, econômicas, políticas e estratégicas.

O discurso estadonovista esteve presente nos artigos de Zoroastro, pois defendia a rede férrea como caminho estratégico para a expansão em direção ao oeste, à qual competia despertar a vida e o progresso do ocidente, como integrar os planos de defesa nacional na imensa faixa de fronteiras que procura naturalmente atingir.

O discurso da defesa nacional foi elemento essencial encontrado por Zoroastro para repensar uma região marcada pelo atraso econômico e pelo estigma do sertão. O vazio demográfico, fato que marcava no início do século XX o estado de Goiás, deveria ser sanado com a introdução da rede férrea, pois, conforme Artiaga, as estradas de penetração favorecem o povoamento. Ainda segundo o autor, a E.F.G. teve papel fundamental na política da defesa nacional promovida pelo governo de Getúlio Vargas, por isso afirmou:

*Não seria um erro de visão a sua penetração porque ela enriqueceria o país com a colonização de uma zona de inauditas possibilidades, para a pecuária, como para a lavoura, indústrias e aproveitamento das reservas mineralógicas, já pesquisadas e estudadas. A Goiaz realizou também nessa época, a sua maior odisséia fazendo surgir Goiandira, Urutaí, Pires do Rio e outras cidades que jamais existiriam sem o seu advento (Revista Oeste, ano II, n. 10, 1943, p. 392).*

Com a implantação da Estrada de Ferro Goiás, vários núcleos populacionais apareceram e adquiriram características de centros urbanos. As cidades goianas servidas pela linha se reurbanizaram e passaram a contar com as modernas invenções do mundo capitalista, como a energia elétrica, o cinema, o telefone e o telégrafo, etc. (Cf. BORGES, 1990).

Além disso, a via férrea provocou a expansão da frente agrícola, aumentando o volume de exportação e de importação de bens. Os municípios goianos atendidos pela estrada de ferro estabeleciam interligações econômicas com os grandes centros do país e funcionavam como entrepostos comerciais, ou seja, como coletores e exportadores de gêneros agro-pecuários de extensa área primária e redistribuidores de bens manufaturados, papel que coube principalmente ao município de Anápolis<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> Para melhor entendimento do papel de Anápolis no cenário regional ler: FRANÇA (1973) e POLONIAL (2000).

Daí Zoroastro ter uma coluna no principal jornal desta cidade na época, no qual escreveu acerca da economia regional, gozando de seu prestígio político e social. O editorial assim o apresentou: *hoje incluímos nas colunas d'O ANAPOLIS mais um nome distinto na economia do Brasil Central. O Dr. Zoroastro Artiaga, do Conselho Administrativo do Estado, é sem contestação uma capacidade autorizada em matéria de economia* (Jornal O Anápolis, 09/07/1944, ano X, n. 457). O editorial expressa a significativa representação da autoridade de Artiaga no cenário regional. Vale aqui lembrar Chartier (1990, p.17): *os discursos não são representações neutras, mas produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade, uma referência e mesmo a legitimar escolhas.*

No final do Estado Novo, Zoroastro Artiaga publicou artigo expondo o descaso do poder público pelas vias férreas consideradas essenciais para o desenvolvimento do país. As estradas de ferro estavam sendo arruinadas, ocasionando prejuízos sociais, econômicos e políticos. Apesar do plano de viação do governo federal, a rede ferroviária brasileira estava, ainda na década de 1950, entrando em colapso, fato este, evidentemente, constatado na Estrada de Ferro Goiás, conforme Estevam (1998, p.131):

*Colapso da ferrovia goiana teve estreita ligação com a decadência geral do setor provocada pelas mudanças na estrutura econômica e na política de transportes. Os fatores cruciais foram: o decréscimo da importância da economia primário-exportadora e a concorrência do setor rodoviário. "... De acordo com Relatório da Estrada de Ferro Goiás, a capacidade de atendimento da ferrovia não aumentara mesmo diante do maior crescimento da produção agrícola de Goiás "... a precariedade de conservação de trilhos e dos vagões, aliados à carência de locomotivas, obrigavam os comboios a trafegar em unidades relativamente pequenas.*

Dessa maneira, o projeto de expansão da Estrada de Ferro Goiás, intensamente discutido por Artiaga, que previa a passagem pela cidade de Goiás, tendo Aruanã como ponto final, não ocorreu, pois não havia interesse efetivo em priorizar o transporte ferroviário consolidando uma crise que gerou a derrocada da Estrada de Ferro Goiás. Na seara dessa discussão, Artiga apresentava insistentemente a ferrovia como transporte facilitador da aproximação de Goiás com os centros econômicos do Brasil e,

constantemente, escrevia acerca da falta de ampliação da rede de transporte no interior do país.

Diante da consolidação da crise do transporte ferroviário, Zoroastro, em 1951, expõe em artigo no jornal *O Anápolis*:

*Quando eu fazia a campanha contra o desmantelo da E. F. de Goiaz, sugeri que fossem utilizadas as locomotivas Diesel Elétrica, como única medida capaz de solucionar o problema do escoamento de safra de 1951, já iminente, e tendo um atraso gigantesco, estagnado nos armazéns de Anápolis, Goiânia, Inhumas, Trindade, Nazário etc. (Jornal O Anápolis, ano XVII, n.1120, 02/08/1951).*

No artigo, Artiaga propõe alteração tecnológica no funcionamento das locomotivas em Goiás, porém a rodovia já era uma realidade no processo de escoamento da produção do estado. Aliás, desde 1920 elas já se destacavam, segundo Silva (1974, p.644), pouco depois que a *linha férrea chegou a Roncador, fez-se a ligação rodoviária dessa estação da Goiás com a cidade de Anápolis em 1920, mas os veículos motorizados para cargas só começaram a multiplicar-se depois de 1925.*

O próprio Artiaga, na década de 20, numa de suas publicações, assim expressou acerca da construção das rodovias em Goiás:

*A rodovia oficial está sendo modelada pelas estradas modernas de S. Paulo, onde podem viajar três automóveis, de parelha, sem o receio de se atropelarem. Foram empregadas as machinas usadas na construção da linha de Bella Vista, os tractores, cylindricos e outros meios de fazer estradas de rodagem. Obedecendo a um traçado cuidadoso em que se cogitou muito de regras da engenharia e do renome do engenheiro incumbido dos serviços, estamos na posse de uma linha estupenda (Revista Informação Goyana, ano 12, n.03, 1928, p.1876).*

O artigo publicado em 1928 possui ares de um momento em que se vivia no cenário nacional o aparecimento e introdução das novas tecnologias que, de certa forma, aceleravam e aproximavam as pessoas. A construção de rodovias no país se destaca com a chegada do automóvel nas estradas brasileiras. Conforme nos conta Vargas (1994), no início do século XX, uma paixão automobilística tomou conta das elites que governavam o

país. Os industriais e comerciantes abastados do Rio de Janeiro e os ricos fazendeiros de café de São Paulo criaram seus “Automóveis Clubes” e iniciaram a promoção da construção de estradas de rodagem, por meio da organização de redes esportivos. Outro fato de destaque para a consolidação das rodovias no país deu-se no governo de Arthur Bernardes ao construir estradas na região nordestina para a retirada dos flagelados. Contudo, foi no governo de Washington Luiz que, em 1927, criou o Fundo especial para construção e conservação de estrada de rodagem federal, baseado num imposto sobre a importação de gasolina. O então presidente da república, amante do automobilismo, constrói as primeiras estradas federais do país: a Rio - São Paulo (1928) e Rio – Petrópolis (1929).

Castro (2002) afirma que, apesar da criação do Plano Nacional de Viação em 1934, o qual estabeleceu o funcionamento da rede férrea, evidenciou-se ainda na década de 1920 uma crescente preponderância de uma política rodoviária sobre a ferroviária e, em 1937, com a criação do Departamento Nacional de Estrada e Rodagem (DNER), dá-se início à fase áurea da expansão do transporte rodoviário no Brasil. Sobre a substituição da ênfase de transporte ferroviário pelo rodoviário, conta-nos Paula (2004, p.07) que a *segunda guerra mundial contribuiu para acelerar a deterioração do parque ferroviário, pois houve a redução do fluxo de materiais ferroviários e de combustíveis para o Brasil, conjugado com uma maior exigência dessa modalidade de transporte.*

Nos anos 40, as empresas responsáveis pelas vias férreas queixavam-se da falta de equipamentos de manutenção, bem como de trilhos, aros, eixos, molas e até metais de consumo permanente nas oficinas, devido às restrições de importação. Além do mais, houve também crise no fornecimento de combustível necessário às locomotivas. Outro ponto importante foi que os norte-americanos levaram para a Europa um contingente de veículos automotores, inclusive equipamentos de terraplenagem destinados a desobstruir as estradas. Após a guerra, esses equipamentos foram vendidos a preços irrisórios e com grande prazo de pagamento aos países periféricos, sendo o Brasil um dos principais caudatários desse material. Tal fato, a nosso ver, mostra-se como relevante para a consolidação dessa modalidade de transporte no país.

É necessário lembrar que, até pelo menos a primeira metade da década de 1940, a ideia de ligação das várias regiões do país por meio de rodovias era considerada

indesejável e uma meta distante de ser alcançada. Segundo Galvão (1996, p. 195) por essa época:

*Ainda havia um receio generalizado de que as estradas de rodagem viessem apenas a concorrer com as ferrovias, fato que era fortemente condenado por largos segmentos técnicos e políticos do país. As rodovias eram vistas, obviamente, como necessárias, mas a cumprirem uma função supletiva, complementar e subsidiária à rede ferroviária e aos portos.*

Zoroastro retrata as primeiras rodovias que adentram o estado de Goiás e afirma, ainda em 1928, que as estradas de rodagem penetram:

*Seu ventre rasgado pelo machado do progresso, para dar passagem às carruagens luxuosas e estofadas, em vertiginosa carreira, buscando devorar as distâncias. O roncar dos automóveis atravez da solidão da noite, de minuto em minuto, vae quebrando a monotonia dos bosques, enchendo de vida toda a região que antes era o ultimo obstaculo para o encontro do mysterio, do enigma, do el-dourado, onde o rio vermelho canta poemas de harmonia e a serra tem os fulgores do vil metal (Revista Informação Goyana, ano 12, n.03, 1928, p.1876).*

A rede rodoviária consolidada em Goiás até o ano de 1928 correspondia a 4.420,80 km, sendo ampliada significativamente no Estado Novo, passando a 20.585 km em 1943. (Cf. SILVA, 1949). Este fato contraria o discurso do governo federal acerca da priorização das redes férreas e justificava as publicações, no final do Estado Novo, de Artiaga acerca das políticas de transportes propostas no governo de Getúlio Vargas, posto que as redes rodoviárias no período de Vargas se expandem muito mais que a ferroviária. Artiaga assim referiu-se acerca da expansão do transporte rodoviário: *o caminhão, no interior, supriu, integralmente a falta das estradas de ferro, quanto ao incremento que deu nos transportes de material leve e ao escoamento da nossa produção rural* (Revista Oeste, ano II, n. 16, 1944, p. 709).

Contudo, no período em que foram escritos os artigos havia uma crise de fornecimento de combustível, justificado pela II Guerra Mundial. Sobre este assunto, Artiaga nos diz:

*Em cheio com a estagnação abrupta dos fornecimentos de gasolina e óleos, ficamos desarvorados, a mercê do câmbio negro, e na mais desoladora das perspectivas. Veio então a solução dos improvisamentos de motores a gás pobre e as primeiras oficinas deste Estado que*

*construíram tais aparelhos, tiveram o premio da sua coragem e da sua capacidade para realizar milagres* (Revista Oeste, ano II, n. 16, 1944, p. 709).

A crise de combustível ocasionada pela II Guerra Mundial aumentou ainda mais os problemas de transporte em Goiás. Nosso divulgador ainda nos anos de 1950 continuou escrevendo acerca da necessidade das estradas de ferro em Goiás, porém Artiaga traçou um novo discurso de integração nacional e identidade regional pautado mais especificamente nos recursos minerais encontrados em Goiás e em seu potencial para o desenvolvimento da economia regional.

## 2.2. Tempo dos Minérios

*A deficiência que se nota no país justifica-se pelo descaso com que os governos têm tratado os estudos geológicos, desprezando as soluções de problemas inadiáveis, obrigando-nos, em última análise, ao recurso de estudos precários daqueles técnicos que jamais saíram dos seus gabinetes no Rio de Janeiro, e que ainda assim julgam-se autorizados a criticar asperamente nossos trabalhos, embora falhos, porém de certo modo eficientes, e dos que aqui mourejam, sofrendo toda a sorte de contingências para estudos in locu.*

Zoroastro Artiaga (1944)

Em 1929, Zoroastro e sua família mudam-se da cidade de Catalão para a cidade de Goiás (capital do Estado), na qual nosso biografado passou a exercer o cargo de escrivão da Delegacia Regional. Nesse mesmo ano ingressou na Faculdade de Direito de Goiás, formando-se em bacharel em Direito em 1933. A partir do ano de 1934, vários foram os artigos, crônicas, livros publicados sobre estudos geocientíficos. Artiaga dedicou-se a aperfeiçoar-se nas áreas de Geologia, Mineralogia, Paleontologia e História Natural<sup>31</sup>. Fato que nos permite entender que a migração ou junção de áreas de conhecimento não transformou as obras publicadas pelo autor em trabalhos de “amador munido de entusiasmo não instruído”<sup>32</sup>, pelo contrário, havia sim, em suas obras, uma discussão teórica e metodológica que lhe permitia fazer parte de uma comunidade nacional. Além dos trabalhos dedicados às Geociências, também assumiu em 1936 cargo público no Conselho Administrativo do Estado.



**Foto 2.3 - Conselho Administrativo de Goiás no Estado Novo. Da esquerda, sentados: Aderbal Câmara, Moisés Costa Gomes, Paulo Augusto de Figueiredo, Belarmino Cruvinel, Zoroastro Artiaga e Nicanor Gordo, s/d.**  
Fonte: GALLI, Ubirajara. A história do batismo cultural de Goiânia. Goiânia: Contato Comunicação/Editora da UCG, 2002.

<sup>31</sup> Sobre a formação de Zoroastro os únicos dados encontrados foram aquelas de sua autobiografia. Não tivemos acesso a documentos, diplomas ou certificados dos cursos que o mesmo afirma ter realizado. Em sua ficha bibliográfica depositada no arquivo da Academia Goiana de Letras consta que os cursos em geociências foram feitos em São Paulo e no Rio de Janeiro, mas não indica os locais ou período de realização.

<sup>32</sup> Philipe Levina apud BANN, Stephan. As invenções da História. São Paulo: editora Unesp, 1996, p. 45.

Mas foi em 1937 que Artiaga se dedicou efetivamente às Geociências, quando de sua nomeação para a Secretaria do Diretório Regional de Geografia, órgão vinculado ao Governo Federal, ficando responsável por diversas atividades na área geocientífica, dentre elas a de estudos dos minerais no estado de Goiás. Vale considerar que a exploração do potencial mineral em Goiás teve suas origens no período colonial, mas a regulamentação da exploração mineral no território goiano deu-se no início da Primeira República. Segundo Carvalho (1988 p. 62),

*A primeira lei que tratou da questão mineral no Estado de Goiás, em 1892, não tinha um caráter geral, tendo sido editada visando à solução de um caso específico. Seguiu-se, em 1898, a edição de um decreto que regulou amplamente a atividade minerária no estado e que pode ser considerado como um verdadeiro código de mineração. Na evolução deste quadro deu-se a promulgação, em 1906, de uma nova legislação que tratou de maneira globalizante a questão mineral no Estado de Goiás, através da Lei n. 283, de 17 de julho de 1906 regulamentada pelo Decreto-Lei n. 1826, de 12 de janeiro de 1907.*

O Decreto-Lei nº. 1.826 de 12/01/1907, citado acima, permaneceu em vigor até a instalação do Código de Águas e Minas pelo Decreto-Lei nº. 24.643 de 10/07/1934, pelo qual ficaram estabelecidos novos rumos para a exploração do subsolo nacional, especialmente aquele que trata da não dissociação entre a propriedade privada da terra e a propriedade dos recursos minerais e hídricos associados à terra (Ver DRUMMOND, 1999). Fato que proporcionou ao Estado um maior controle da exploração dos bens naturais da Nação, principalmente aqueles que seriam utilizados como matéria-prima para a indústria.

Nesse sentido, os estudos divulgados por Artiaga nos anos do Estado Novo acompanharam a necessidade nacional na busca de matéria-prima para a base industrial do país. No momento das publicações de Zoroastro acerca dos recursos minerais na região goiana, o Estado brasileiro apresentava rupturas das organizações política, econômica e social a fim de consolidar o modelo econômico pautado no alicerce urbano e industrial. A esse respeito, no decorrer da década de 30, as redefinições do pacto político em que se baseara a revolução fizeram-se acompanhar de uma gradual depuração ideológica, no sentido de identificação crescente das bases do capitalismo industrial. Conforme Gomes (2007), tal processo atingiria o clímax no início da década de 1940, com a explicitação de

alguns dos princípios básicos de uma proposta industrialista, tais como a reafirmação de uma escala de prioridades econômicas mais coerentes com a meta da industrialização, a definição de via industrial como condição do fortalecimento e da independência da economia nacional, ou ainda a associação entre interesse da indústria e interesse geral da nação.

Com objetivo de consolidar uma política industrial, o Estado inseriu-se no âmbito dos negócios, em concorrência com o capital privado, ampliando suas bases para estimular a industrialização, criando vários órgãos, conselhos e departamentos na esfera estatal, destacando-se: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1931); Ministério da Educação (1933); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1938); Conselho Nacional do Petróleo (1938); Departamento Administrativo do Serviço Público (1938); Instituto Nacional do Mate (1938); Comissão de Defesa da Economia Nacional (1940); Instituto Nacional do Sal (1940); Fábrica Nacional de Motores (1940); Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional (1940); Companhia Siderúrgica Nacional (1941); Instituto Nacional do Pinho (1941); Comissão de Combustíveis e Lubrificantes (1941); Conselho Nacional de Ferrovias (1941); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (1942); Comissão do Vale do Rio Doce (1942); Consolidação das Leis do Trabalho (1943); e o Serviço Social da Indústria (1943); Companhia Nacional de Álcalis (1943); Coordenação de Mobilização Econômica (1943); Fundação Brasil Central (1943); Serviço Social da Indústria (1943); Plano de Obras e Equipamentos (1943); Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (1944); Serviço Nacional do Trigo (1944); Comissão de Planejamento Econômico (1944).

O aparecimento destes diversos órgãos e comissões atesta que o governo assumiu a responsabilidade de coordenar, disciplinar e fomentar as atividades produtivas, a fim de organizar os trabalhos e prover a ideia da modernização. O governo Vargas desempenhou papel de interventor na economia do país, agindo em todas as áreas que coubessem dentro do amplo guarda-chuva de interesse de segurança nacional. Diniz (2004, p. 05) afirma que:

*Instaura-se uma arquitetura político-institucional, que vai combinar a centralização do poder à ampliação da autonomia e da capacidade de intervenção do Estado brasileiro, expandido também*

*a capacidade de incorporação do sistema político e quebrando a rigidez da estrutura de poder pré-existente.*

Diniz (2004) ainda afirma que em 1930, quando o desencadeamento do processo de industrialização no Brasil ocorreu, o ritmo industrial alcançou 11,28% ao ano, superando por larga margem o crescimento da agricultura. A indústria caracteriza-se naquele momento como centro dinâmico da economia, deslocando o setor agrário para uma posição inferior. Cerca de 70% dos estabelecimentos industriais levantados pelo censo de 1940 foram fundados depois de 1930, o que representou efetivamente uma importante etapa na construção do capitalismo industrial brasileiro. Coube ao primeiro governo de Vargas administrar essa transição da ordem agro-exportadora para a era urbano-industrial.

Vargas encontrou como solução, para equilibrar a balança comercial, diminuir e selecionar as importações e aumentar as exportações. Para tanto, implantou um programa de industrialização dirigido, com ênfase em bens de capital e insumos básicos. Nas palavras do próprio Getúlio Vargas (1940, p.213):

*Não temos sido, até aqui, mais do que produtores de matérias-primas de origem vegetal e animal. É chegada a oportunidade de abrir caminhos novos e de estruturar o novo progresso sobre novos esteios, menos acessíveis às dificuldades que nos venham do exterior. **A exploração das riquezas do subsolo e o tratamento industrial dos produtos minerais básicos – carvão, ferro e petróleo – e a criação da metalurgia adiantada são etapas indispensáveis à nossa independência econômica.** E por isso nos voltamos, no momento, ao estudo desses problemas, com o ânimo de resolvê-los o mais depressa possível [Grifos da autora].*

O governo centrou-se no ferro e no petróleo como recursos naturais que deveriam ter tratamento industrial para integrar o mercado, pois constituíam pré-requisito no aparelhamento das forças armadas, no desenvolvimento do setor industrial e ainda na integração do mercado com a modernização dos transportes.

Naquele período, investimentos na infra-estrutura industrial foram realizados, por exemplo, com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (1941), a qual fez parte de uma estratégia de dotar o Brasil de uma importante indústria de base, pois sem ela seria difícil a industrialização de outros bens de consumo duráveis. A política nacionalista da época estimulou também a criação da Fábrica Nacional de Motores, da Cia.

Vale do Rio Doce e da Cia. de Álcalis. Assim também tiveram crescimento as indústrias de laminados, cimento, papel, tecidos e pneumáticos (Ver SCARLATO, 1996).

O governo federal não descartou outras matérias-primas minerais para o abastecimento da indústria nacional, pelo contrário. E é nesse contexto político e econômico que Zoroastro divulgou as riquezas minerais do estado de Goiás para a Nação. Em suas publicações associou o minério e sua utilização na indústria. Portanto, as pesquisas sobre minérios realizadas por Artiaga faziam parte de uma necessidade nacional, já que naquele momento, conforme Motoyama (2004), o pragmatismo do governo nacional viabilizou a ciência aplicada, pois era preciso oferecer utilidade imediata ao conhecimento, especialmente àqueles que seriam fontes de abastecimento para a indústria de base nacional, já que ela marca a política nacionalista proposta por Getúlio Vargas.

Nesse contexto, os diversos artigos e livros escritos por Artiaga acerca da viabilização econômica dos minérios goianos para a integração regional eram assuntos de pauta nacional. A preocupação de Artiaga em apresentar os recursos minerais goianos pautava-se nas pesquisas realizadas por geocientistas renomados do país, como Othon Leonardos<sup>33</sup> e Eugen Hussak<sup>34</sup>. Vale aqui lembrar Saldanã (2000, p. 16) quando nos diz que *os pensadores latino-americanos, situados no contexto dos anos de 1930/1950,*

---

<sup>33</sup> Othon Henry Leonardos nasceu em Niterói em 1899, formou-se em engenheiro geógrafo em 1917 e em engenheiro civil em 1919. Foi engenheiro do Serviço Geológico (1920) fazendo várias expedições geológicas pelo Brasil. Foi autor de numerosos trabalhos, dentre eles sobre minério de ferro, carbonatitos, chumbo e prata do Brasil, garimpos do Triângulo Mineiro, calcário no Estado do Rio e Goiás, ouro no Espírito Santo, e vários outros minerais. Foi autor do livro "Geologia do Brasil" em parceria com Avelino Inácio de Oliveira, obra que integra o acervo de várias bibliotecas do mundo. Participou do movimento pela nacionalização do petróleo, que culminou com a criação da Petrobrás. Foi, ainda, criador e editor da extinta revista Engenharia Mineração e Metalurgia que perdurou por cerca de duas décadas. Participou da criação dos Cursos de Geologia no Brasil, os quais se originaram a partir de uma reunião no Rio de Janeiro em 1956. De 1958 a 1963 foi fundador e diretor da Escola Nacional de Geologia do Rio de Janeiro. (Ver Leonardos, Othon H. A Mineralogia e a Petrografia no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando de. As ciências no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994, p. 347).

<sup>34</sup> Francisco Eugênio Hussak nasceu em Wildon, perto de Graz, na Estíria, no antigo império austro-húngaro em 10/03/1856, cursou a Universidade de Graz, onde se doutorou no ano de 1878 em ciências naturais. Lecionando em Bonn, na Alemanha, conheceu o brasileiro Jordano da Costa Machado que o convidou para conhecer o Brasil. Em 1888, Hussak veio para o Brasil e teve como primeiro emprego ministrar aulas de mineralogia e geologia para o neto de Dom Pedro II, o jovem Dom Pedro Augusto de Saxe-Coburgo-Gotha. Em 1889, foi nomeado para a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, tendo como chefe Orville Derby. No ano seguinte, foi nomeado geólogo da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. Em 1908, mudou-se para o Rio de Janeiro para trabalhar no Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil. Hussak publicou diversos trabalhos sobre mineralogia e ainda notas petrográficas, os quais incluíam estudos sobre Goiás (Ver Leonardos, Othon H. A Mineralogia e a Petrografia no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando de. As ciências no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994, p. 275-296).

*consideravam a ciência como parte dos projetos voltados para o desenvolvimento econômico.*

Artiaga realizou sua primeira pesquisa no município goiano Niquelândia, onde localizou uma vasta quantidade de minério de níquel. Esse fato ocorreu em 1937, quando foi convocado pelo governo estadual para acompanhar técnicos da Universidade de Ozaka às minas de níquel na referida cidade. Segundo relato de Artiaga, sua participação na comissão de estudos mineralógicos

*Justifica-se pelas anteriores ligações à **descoberta de minério resultante da desintegração da rocha matriz, que eu havia, pela imprensa do Rio de Janeiro**, anunciado largamente [...] fizemos um reconhecimento geológico numa extensão imensa, e nossos estudos foram, mais tarde, secundados pelos americanos do norte que estimaram em dez milhões de toneladas metálicas a reserva da primeira jazida prospectada. (Revista Oeste, ano II , n.11,1943 p. 434-435).*

Nesse sentido, os anteriores estudos de Artiaga deram-lhe crédito junto ao governo estadual para examinar a área de Niquelândia. Contudo, após verificar o campo e realizar coleta de amostras de minerais (cobalto e pechblenda), o pesquisador retorna a Goiânia, solicitando de imediato uma audiência com o Interventor Federal, Pedro Ludovico Teixeira, a fim de comunicá-lo de suas convicções de que em Niquelândia havia um grande depósito de rádio e, apesar de não ter sido confirmado pelos japoneses, sua certeza advinha de uma amostra de cobalto encontrada em campo e, segundo Artiaga, *há uma lei que afirma que, onde há cobalto há radium. Bastava o cobalto para justificar* (1944, p.434). Artiaga ainda afirmava que *de geólogos de gabinetes que vieram pelos cartazes, para negar a existência e as possibilidades de ocorrência de uma idade geológica em que pudesse aparecer radium, que havia em Niquelândia apenas terrenos arenosos vermelhos* (1944, p.434).

O especialista Axel Hoffgram<sup>35</sup>, ao saber pelos meios de comunicação das pesquisas de Artiaga, confirmou a já antiga existência de rádio no Brasil. Assim, Artiaga deu continuidade a suas pesquisas mineralógicas em Goiás, afirmando em 1944 que:

*Hoje, posso adiantar que encontramos o urânio não só naqueles minérios, como também em muitos outros que abundam em todo o Brasil Central, que tem zonas imensas e que são um só campo radiofero. Há grande quantidade de quartzo leitoso. A ocorrência é constituída de uma série de veios de pegmatitos. Ali o feldspato está totalmente caolinizado e o quartzo fragmentado. Existe, na mancha tipicamente arqueana, mica esverdeada, fragmentada, havendo depósitos de caolim com os minerais de terras raras que ocorrem como acessórios disseminados no caolim, entre as paredes encaixantes (Revista Oeste, ano II, n. 11, 1943 p.435).*

A discussão sobre o minério de rádio percorre todo o trabalho produzido por Artiaga, este afirmando com convicção a presença do referido minério em Goiás:

*Vem, também, em nosso favor, a afirmativa de um outro químico, que trabalhou desde o início nos laboratórios da Cia Comercial “...” Trata-se do eng. Dr. Silva Jr., o qual confirmou a existência da pechblenda, na minha presença, ao exmo sr. Interventor federal, o sr. Pedro Ludovico “...” Declarou a sua excelência que, nas suas experiências encontrou sempre o urânio nos resíduos. Urânio é a melhor fonte de radium. Desta maneira tornou-se bem fácil o exame pelo processo fotográfico ao alcance de qualquer amador, dos resíduos de cobalto, para o qual peço a atenção do Instituto de estudos mineralógicos (Revista Oeste, ano II, n.11, 1943, p.435).*

Suas convicções foram enviadas, em forma de carta, ao Instituto de Pesquisa Tecnológica de São Paulo (IPT), com a finalidade de estabelecer diálogo nacional acerca da importância do minério mencionado para a economia regional. Cabe ressaltar que naquele momento o IPT, conforme Motoyama (2004, p.278):

---

<sup>35</sup>Pesquisamos em documentos sobre os dados de Axel, mas não encontramos nenhuma informação. Realizamos pesquisa na internet em sites acadêmicos e outros para identificarmos o personagem citado por Zoroastro, mas também não encontramos nenhuma informação disponível.

*Vinha expandindo seu campo de atuação desde 1934. A partir de 1936, antevendo a possibilidade de guerra, resolveu investir nos setores de importância bélica, tais como aeronáutica, fundição, química, meteorologia e geologia de minérios estratégicos. Simultaneamente, participou com sucesso no controle técnico de grandes obras empreendidas no fim da década de 1930 e no primeiro lustro de 1940. “...” Durante a guerra, o IPT teve oportunidade de demonstrar a utilidade dos laboratórios tecnológicos. A grande concentração das indústrias em São Paulo, sem poder contar com o auxílio técnico do exterior, provocou uma demanda de consultas ao IPT em número superior a sete mil, em 1942, e de quase dez mil, em 1945. Sua colaboração teve papel decisivo para que a Comissão Estadual de Gasogênio, criada em 1941, pudesse colocar em execução o plano de construção e de manutenção de dez mil gasogênios. “...” No domínio da investigação tecnológica propriamente dita “...” a entidade desenvolveu com êxito projetos de pesquisa em metalurgia, espectroscopia, espectrografia, aviação e telecomunicações.*

O papel do IPT no cenário tecnológico nacional daquele momento fez com que Artiaga buscasse na Instituição apoio para as suas discussões acerca dos minérios encontrados em Goiás, especialmente, o do rádio, por tratar-se de recurso para a indústria bélica. Contudo, não obtivemos nos arquivos pesquisados resposta à carta encaminhada. O que observamos no documento foi a comparação do recurso mineral regional, mais especificamente o minério em questão, com o do Canadá, da França e da Bélgica, com aquele extraído pelos japoneses em São José do Tocantins.

Ressalta-se que a preocupação do governo nacional com os recursos minerais considerados estratégicos para o desenvolvimento industrial era prioridade para a modernização do país. Segundo Diniz Filho (1994, p. 90):

*A integração econômica proposta pelo presidente consiste, pois, numa modernização da estrutura produtiva em toda a extensão territorial do país, objetivo este que exigiria a montagem de um setor de bens de produção (para difundir o progresso técnico por todos os setores produtivos e por todas as regiões do país) e um desenvolvimento da atividade mineradora, capaz de mobilizar os recursos ainda inaproveitados do território nacional para a implantação das indústrias de base.*

Sendo assim, o governo reestruturou o aparelho estatal e o Ministério da Agricultura passou a ser composto pela Secretaria de Estado e três Diretorias Gerais: da

Agricultura, de Indústria Animal e de Pesquisas Científicas. Conta-nos Bongiovanni (1994) que o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil e a Estação Experimental de Combustíveis e Minérios ficavam subordinados à Diretoria Geral de Pesquisa Científica, conforme Decreto nº. 22.339 de 11/01/1933.

Outra determinação federal criou órgãos que tiveram como responsabilidade investigar e regulamentar a extração de recursos naturais, seja para o abastecimento da indústria de base nacional, seja para exportação, a saber: a Diretoria Geral de Produção Mineral (1933); Instituto Nacional de Tecnologia (1933); Instituto de Pesquisa Tecnológica (1934). Contudo, apesar da criação de instituições estatais e da reestruturação do Ministério da Agricultura ainda no ano de 1933, somente cinco anos depois o Estado Novo estabeleceu as tarefas a serem assumidas pelo Ministério em questão, a saber:

- estudar o aproveitamento racional das matérias-primas minerais (...) padronizando e fiscalizando os tipos de produção;
- estender a rede de pesquisas geológicas e mineralógicas, de forma a estabelecer um cadastro tão completo quanto possível;
- avaliar as disponibilidades de energia utilizável pela indústria, determinando a potência das quedas d'água, a capacidade das jazidas de carvão e a existência de depósitos petrolíferos.

Para cumprir as tarefas estabelecidas, o Estado intervém por meio de decretos e leis que restringiram ao seu poder a riqueza do subsolo, das águas e das florestas, já que por meio deste obteria fontes para a indústria de base. Dentre os decretos mais importantes, estava o denominado de Código de Águas e Minérios (Decreto 24.643 de 10/07/1934), que passou a considerar a água e os recursos minerais como patrimônio da Nação, a serem explorados de acordo com diretrizes explícitas e concessões específicas editadas pelo governo central. Todos os aproveitamentos hídricos e toda a prospecção e exploração de minérios estivera, desde então, sob controle direto de órgãos e empresas estatais ou sujeitos às concessões estatais específicas dadas a exploradores particulares, de economia mista ou estatal.

O cenário acima proporcionou às regiões novos papéis na economia nacional. Para Vargas, elas deveriam participar do progresso técnico, mas antes deveriam

sanar seus problemas mais graves. Em discurso pronunciado no Rio de Janeiro, em 11/11/1940, Getúlio Vargas afirmou:

*No Centro, a carência de transportes, o aproveitamento das vias fluviais, os meios de acesso às riquezas do sub-solo, serão as preocupações dominantes, conjugadas com os esforços para acelerar o povoamento. No Norte, o reagrupamento das populações, o combate às endemias, a valorização e industrialização dos produtos nativos, com a melhoria das comunicações e transportes, constituirão núcleo de esforço geral da União, dos Estados e Municipalidades. No Nordeste, onde já são vultosas as inversões de dinheiro público em obras de fixação da população, é preciso prosseguir nos rumos traçado – açudagem, irrigação, estradas e policultura. No Sul, onde se acham localizadas as maiores lavouras e cerca de 80% das indústrias, persistiremos na obra encetada, de apoio aos empreendimentos produtivos (Grifos da autora).*

Diante das carências apresentadas acima, Getúlio Vargas propôs a Marcha para Oeste para solucionar os problemas das regiões esquecidas, ponto já discutido por nós neste capítulo. Conforme Pereira (1997, p.118), *ênfaticamente a idéia da Nação em movimento rumo à sua concretude e ao seu progresso (...) um movimento no sentido da construção de uma nação, que irmanada caminharia rumo ao seu progresso futuro. O movimento mencionado pela autora buscou o processo de integração que, por sua vez, teve a exploração das reservas minerais como mecanismo de aproximação do sertão ao litoral. Segundo Fonseca (1999, p. 273):*

*Vargas também exploraria o caráter nacionalista do governo ao lançar a campanha Marcha para o Oeste, propondo a descoberta do interior do país e a necessidade de povoar as imensas áreas desertas do território nacional, as quais dizia-se [sic] cobiçadas por potências estrangeiras. Em 1940, viajou por todos os estados e territórios das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, inaugurou estradas e postos de saúde, construiu e ampliou estradas de ferro, como a Estrada de Ferro Noroeste, e visitou populações indígenas. Em agosto do mesmo ano, após retornar ao Rio de Janeiro de viagem a Goiás, aprovou plano de colonização deste estado, concedendo uma casa e um lote de terra para cada família. Até na Marcha para o Oeste Vargas não perdeu a oportunidade de estabelecer vínculos entre a mesma e a industrialização: em várias ocasiões referiu-se à riqueza do subsolo daqueles vastos territórios dos quais extrair-se-ia metal necessário ao progresso industrial (Grifos da autora).*

Assim, a nosso ver, a exploração dos minérios localizados na região goiana ocupou, para nosso biografado, papel de destaque para consolidação das práticas políticas estadonovistas. A região cumpriria o papel de fornecedora dos mencionados recursos para o abastecimento da indústria de base brasileira. Fato que pode ser percebido no diálogo estabelecido entre a região e a Nação acerca dos recursos minerais aqui encontrados. Ora através do rádio, ora por meio de revista de circulação regional e nacional, havia propaganda e técnicos brasileiro e estrangeiro na região goiana, a fim de identificar e explorar os minérios.

Outro ponto de relevância, a nosso ver, é que diferentes publicações de Artiaga denunciam a presença de pesquisadores estrangeiros em terras goianas, especialmente no período inicial e durante a II Guerra Mundial. Para Zoroastro eles espionavam e contrabandeavam minérios utilizados na fabricação de armamentos. Em artigos escreveu sobre a extração de cobalto realizado pelos japoneses, afirmando:

*Apertei, certa vez, o engenheiro nipônico, que era um professor catedrático da Universidade Imperial de Ozáka, muito meu amigo, bem antes da guerra, para dizer-me o verdadeiro destino do Cobalto, por milhares de toneladas, que seguiu para o Japão. Ele explicava que era para uma nova fórmula catalítica, para fabricar, com o urânio da pechblenda obtida dos resíduos de minério, a gasolina sintética (Artiaga, 1947, p. 05).*

O autor ainda afirma que o cobalto extraído pelos japoneses destinava-se a outros fins daqueles declarados, pois acreditava que a explicação dos nipônicos para a quantidade extraída não justificava os valores gastos com transporte do mineral. As afirmações feitas nos permitem identificar, de certa forma, uma insatisfação com as explicações oferecidas pelos nipônicos sobre a exploração do cobalto. É importante aclarar que havia na época uma posição dúbia de Getúlio Vargas em relação aos países que entraram diretamente na II Guerra Mundial, pois num primeiro momento apoiou os países do Eixo e depois se aliou aos países Aliados. Fato que pode justificar a presença dos japoneses nos anos inaugurais da II Guerra Mundial. Quando o governo federal posicionou-se a favor dos aliados os nipônicos não foram mais citados por Artiaga, a nosso ver, por causa das relações diplomáticas entre Brasil e Japão terem sido fortemente abaladas.

Ainda nosso divulgador afirmava que ao retirar e enviar para o Japão o cobalto, os exploradores estavam transportando também a pechblenda, que segundo o Geocientista:

*O radium tanto pode estar na Pechblenda como nos seguintes minérios e minerais: areia monazítica, brogerita, uranofana, gremita, cleveita, carnalita, autunita, urânio, torberita, torogonita, anerodita, samarsquita, euxenita, fergusonita, sifilita, e pode também vir nos pegmatitos, nos gases nobres, nos sulfuretos metálicos e nos feldspatos; afirmo com a autoridade do respeitável mestre Luiz Caetano Ferraz, da Escola de Ouro Preto, e do Dr. Odorico de Albuquerque ilustrado catedrático de Mineralogia e de Geologia da Escola de Minas (Revista Oeste, ano II, n.11,1943 p. 434-435).*

A preocupação de nosso divulgador fazia parte de uma discussão nacional e internacional sobre o controle dos recursos naturais estratégicos para a indústria bélica dos países que estavam envolvidos diretamente na II Guerra Mundial. Destaca-se que, desde o final da década de 1930, a América Latina vinha tornando-se uma fonte de matérias-primas para o Japão, que buscava minérios para ampliar seu potencial bélico. Em 1940, os Estados Unidos estavam em alerta para o esforço nipônico de pesquisar o comércio e as condições de intercâmbio com a América Latina por meio de missões econômicas e grupos de negociantes. A aproximação do Japão com os países latino-americanos provocou intranquilidade no governo norte-americano, fato que intensificou o controle por parte dos EUA do comércio dos países sul-americanos, especialmente aqueles em que se dava aquisição dos minérios considerados estratégicos para a indústria bélica. Em artigo publicado na Revista Oeste em 1943, Zoroastro nos conta acerca da utilização do cristal de rocha (quartzo) e seu papel para a indústria bélica internacional:

*Grande foi o incremento notado na exploração dos minérios e minerais estratégicos dentro do Brasil e quiçá em toda a América-do-Sul. Nós, goianos, afirmamos que nenhuma região do mundo possui maiores e melhores depósitos de cristais-de-rocha, de garnierita, de óxido de titânio, de cromo e maiores furnas salitrosas do que a de Goiás. **Nossos cristais estão sendo classificados como excelentes pelos norte-americanos, os grandes compradores da nossa produção.** Mesmo alguns quartzos impuros, óxido de silício ou sílica anidra, se apresentam em variadíssimas formas e tonalidades, todas derivadas do sistema básico com propensão para se transformarem em geodos e drusas, tendo valor econômico. Até as missangas, que são fragmentos de limpeza (miúdos),*

*valem atualmente e são bem vendidos* (Revista Oeste, ano II, n.05 1943, p. 189) [Grifos da autora].

No cenário regional, Zoroastro destacou a comercialização do quartzo explorado em Goiás e vendido para os Estados Unidos da América em vários de seus artigos. Ressalta-se que o Japão tornou-se, nos anos entre guerra mundiais, comprador de materiais estratégicos do Brasil e, muita das vezes, oferecia lances mais altos do que os Estados Unidos para a aquisição dos materiais, estando incluído aí o cristal de quartzo. Segundo Quintaneiro (2006), a extração e utilização do cristal de quartzo era motivo de grande preocupação por parte dos EUA, pois vinha sendo usado crescentemente para fins navais e militares nos anos que antecedem e durante a II Guerra Mundial.

Em seus artigos, Artiaga exaltava o cristal encontrado em Goiás, afirmando que era incomparável aos demais já encontrados nas terras brasileiras. Vale ressaltar que o governo brasileiro, em 1942, criou a Coordenadoria de Mobilidade Econômica (CME), com a finalidade de orientar e coordenar a produção nacional para sanar as necessidades impostas pelo referido conflito bélico. E, evidentemente, o setor mineral foi um dos setores em que a CME teve ação presente, destacando-se portarias para regular e controlar o comércio exterior do quartzo.

Isto posto, a criação, durante a II Guerra Mundial, da coordenadoria acima citada teve por finalidade a organização burocrática da exploração mineral no país. Segundo Quintaneiro (2006, p. 162):

*Aquela seria uma guerra travada com mais tecnologia e armamento pesado cuja fabricação exigia matérias-primas relativamente abundantes nos países da América Latina. A produção de quartzo de boa qualidade no Brasil era tão grande que se chegava a dizer que o estoque era ilimitado. Mas antes, comentavam confidencialmente os observadores norte-americanos, seria necessário que os métodos casuais, desorganizados e primitivos de exploração fossem substituídos por uma indústria moderna e eficiente, um objetivo a ser alcançado com a ajuda de sócios e técnicas politicamente adequados.*

É importante mencionar que, apesar de todo o discurso nacionalista, o setor de exploração mineral brasileiro teve forte influência dos EUA, especialmente no Departamento Nacional de Produção Mineral, no qual vários norte-americanos ocuparam

cargo de chefia. Segundo Bongiovanni (1994), este período é marcado por um imenso afluxo de geólogos americanos que executaram o rastreamento de praticamente todo o território brasileiro, na busca de novas jazidas de interesse estratégico. Durante o período da guerra, estes técnicos pesquisaram e descobriram indícios de petróleo, jazidas de grafita, chumbo, berilo, tantalita, cassiterita, **ferro, níquel**, cromo, tugstênio, zircônico, apatita, **manganês**, alumínio, **quartzo**, mica, diamante, rutilo, columbita, etc. Ressalta-se que grupos de brasileiros foram para os EUA para receber treinamento acerca de prospecção mineral. Sobre o assunto Zoroastro assim se expressou:

*O governo federal mandou aos Estados Unidos alguns engenheiros brasileiros para se especializar na metalurgia do níquel, com minérios procedentes desta zona. Para isto, a Cia. Níquel Tocantins construiu uma pequena fábrica em Perth Amboy New Jersey, nos Estados Unidos, onde, em colaboração com a Amercian Smelting Refining Company, deverá ser reduzida a garnierita de Goiaz. Foi também projetada uma fábrica nos moldes da pequena usina de ensaio nos Estados Unidos, que deverá trabalhar dia e noite, por turno de 8 horas. Essa turma de engenheiros vai especializar-se em Perth Amboy, estudando os progressos atuais introduzidos no tratamento do minério de níquel, assim como sua principal missão será a de se familiarizarem com os equipamentos, para que se tornem técnicos para a direção da futura siderurgia de Niquelândia<sup>36</sup>. São eles os engenheiros Murilo de Andrade Abreu, José de Lima Barcelos e Odelio Costa. A instalação da siderurgia se dará logo que o governo federal inaugure em Niquelândia a Transbrasiliana. Sem estrada não seria possível nenhum empreendimento, informam os engenheiros que aqui estiveram trabalhando no reconhecimento geológico da região. A qualquer tempo, enquanto vivo, estarei ao dispor, sem interesse, de qualquer Empresa ou Cia. que queira tratar do aproveitamento desses tesouros, que continuam guardados pelo dragão das fábulas (a fatalidade das distâncias), para prestar-lhe esclarecimentos (Artiaga, 1947, p. 84).*

Artiaga, apostando no discurso estadonovista de modernização, buscou apresentar os minerais estratégicos encontrados em Goiás como fonte preciosa para o progresso da Nação, destacando a importância dos minérios encontrados e explorados no

---

<sup>36</sup> **Niquelândia** é um município de Goiás, localizado na mesorregião do Norte Goiano, mais precisamente na microrregião de Porangatu.

estado goiano serem exportados para as Nações industrializadas, especialmente, aquelas que detinham a tecnologia da produção bélica. Assim nosso divulgador se expressa:

*Supõem os leigos que os cristais se apliquem na manufatura exclusiva de óculos, aparelhos de ótica, espelhos, vasos e objetos de adorno. No entanto, o maior emprego e a utilidade desse precioso material tem sido na construção de aparelhos de precisão para mira, nos bombardeiros, como nos de rádio-telegrafia, porque a peça que controla a frequência só pode ser de cristal. Os electro-sondadores [radar e sonar] são também de cristal e não foi possível ainda um sucedâneo. Estes aparelhos são utilizados nos aeroplanos para evitar os choques em cordilheiras, quando haja pouca visibilidade, e, especialmente, são utilizados nos submarinhos (Revista Oeste, ano II, n.05, 1943, p. 189) [Grifos da autora].*

Ainda, o autor nos diz acerca da posição do Estado, no que se refere à liberação da exploração dos recursos minerais:

*O Govêrno do Estado acaba de facilitar, por um decreto-lei, a todos o acesso a minas, liquidando com as dificuldades opostas pelos proprietários de terras requeridas ao Estado, cujos processos já foram arquivados. Nada pagarão aqueles que, devidamente investidos de autorização legal, queiram se enriquecer com a exploração das jazidas inúmeras do Norte, onde abundam, já, os novos ricos. Os quartzos ali são separados e classificados cientificamente empregando-se aparelhos elétricos, de luz intensa, para a descoberta dos defeitos invisíveis, no cristal, a olho nu (Revista Oeste, ano II, n.05 1943, p. 189).*

O trecho a seguir faz parte do primeiro trabalho de circulação nacional publicado por Zoroastro Artiaga e descreve as preocupações do autor com as relações comerciais estabelecidas entre os Estados Unidos da América e o Brasil, especialmente, no que se refere à necessidade da consolidação de Goiás como fornecedor de matéria-prima para a indústria norte-americana. Publicado pós Estado Novo, o livro preocupa-se em apresentar as principais riquezas minerais do estado de Goiás para os países americanos, especialmente os EUA, por deter, naquele momento, o maior desenvolvimento técnico-científico e, principalmente, fortalecer-se enquanto potência mundial.

*As atenções se voltam para o mundo dos negócios, para a produção, para as adaptações industriais, para o encontro de novos mercados fornecedores de matérias prima e de praças consumidoras de mercancia manufaturada. Todos anseiam pelas novidades criadas durante o esforço de guerra, pela ciência, indústria e comércio. Entretanto, aqui não tem havido a devida atenção da iniciativa particular, no interesse de apresentar soluções para a organização e novas relações do comércio de minérios; porque as atuais são efêmeras, oriundas das necessidades militares, e passarão com a paz. Por mais perfeitos que pareçam os planos políticos e econômicos, na vida internacional, sempre dependerão da iniciativa privada, tomada pelos povos, por detrás dos governos, no intuito de ajudá-los a consolidar uma obra começada em tempos anormais. À medida que os Estados Unidos conheçam melhor os recursos do subsolo deste país, num ambiente de boa vontade e de cooperação, poderão os homens, de cá e de lá, realizar a troca de materiais de indústria extrativa por objetos e utilidades que a sua civilização, a sua indústria e o seu engenho criaram para facilitar o trabalho do homem e melhorar o seu nível de vida em todos os recantos do mundo. Este livro e, portanto, oferecido ao intercambio das Américas, no desejo de ativar os negócios, que devem ser cuidadosamente tratados; e, antes que se desviem para os antigos fornecedores as correntes aquisitivas dos Estados Unidos, aqui estou com esta série de estudos a favor de Goiaz (ARTIAGA, 1947, P. 05-06).*

A publicação do livro Geologia Econômica de Goiás, mencionado acima, foi realizada em 1947 e o livro foi distribuído para diversos países pelo Ministério do Exterior. O livro teve como teor caracterizar os recursos minerais encontrados em Goiás considerando desde a estrutura geológica do local; estrutura química; utilização econômica até as prospecções já realizadas na área identificada. Em sua introdução traz uma discussão da utilização dos recursos minerais pós-guerra mundial afirmando que *este livro é, portanto, oferecido ao intercambio das Américas, no desejo de ativar os negócios que devem ser cuidadosamente tratados; e, antes que se desviem para os antigos fornecedores as correntes aquisitivas dos Estados Unidos, aqui estou com esta série de estudos em favor de Goiaz* (ARTIAGA, 1947, p. 06)

Ainda nosso divulgador diz:

*Uma das razões que autorizam o lançamento desta obra é, sem dúvida alguma, a necessidade da propaganda das riquezas do subsolo, sem otimismo e sem exageros, sem os arroubos de eloquência patriótica*

*causadores de decepções e malogros para os que se dedicam à mineralogia (1947, p. 09).*

O autor buscou coletar dados de identificação e localização mineral para a realização de comercialização com os EUA, especialmente, por tratar-se de um período pós II Guerra Mundial em que os países iniciam suas reconstruções materiais e simbólicas. Artiaga apresenta a utilidade dos minérios encontrados em Goiás afirmando: *Goiaz está no maciço central do país, na parte mais velha do período Arqueano. Possui todos os minérios que são utilizados pelas fábricas de material bélico, pelas indústrias, pela química e tudo que importa ao futuro econômico e a supremacia brasileira (ARTIAGA, 1947, p. 06).*

O autor recorre à participação da iniciativa privada para a exploração dos recursos minerais, apontando que o estado não possuía um serviço geológico de importância para a realização de pesquisa, de prospecção e extração, e que em Goiás fazia-se trabalhos de amadores. Nas palavras do autor:

*Goiaz nos surpreende com a sua geologia econômica, e todos nós reconhecemos as possibilidades, mas cruzamos os braços, quietos. Goiaz tem, no seu território, curiosidades interessantes para os estudiosos e cientistas. Nós a estamos estudando, como amadores, enquanto não chegam os técnicos e os portadores de credenciais (...) Eu o faço com fé, com confiança absoluta nos destinos do Brasil. E o que, ousadamente, quero fazer para chamar a Goiaz o capital e o trabalho, dar aos meus conterrâneos novos meios de existência e contribuir para que os nossos operários tenham o seu nível de vida melhorado e condigno, e que possam eles engrandecer o Brasil (ARTIAGA, 1947, p. 8-9).*

O descaso do governo pelos estudos geológicos em Goiás foi outra preocupação recorrente do autor. Ele argumenta que os estudos geológicos e mineralógicos tornaram-se imprescindíveis para o progresso do estado, pois não se tratava apenas da utilidade dos minérios para abastecimento das indústrias bélicas, mas também para a construção civil e de indústria de base. Apesar de reivindicações feitas por Artiaga nos meios de comunicação local e da regulamentação geral das atividades mineiras no estado

de Goiás existir desde 1898 por meio do Decreto-Lei n. 424, de 14/11 do ano citado<sup>37</sup>, o principal órgão estatal que fomentou as pesquisas minerais no estado de Goiás foi criado apenas no ano de 1961 pela Lei n. 3810 de 10/11 no governo de Mauro Borges Teixeira, filho de Pedro Ludovico. Segundo Carvalho (1988), o governo de Mauro Borges criou a Metais de Goiás S.A – METAGO, com o objetivo de conhecer as potencialidades minerais do território goiano, através de campanhas exploratórias sistemáticas até o nível da avaliação de jazida; além de desenvolver atividades de atração de capitais para o desenvolvimento da produção mineral, seja privado ou estatal.

Nos anos em que o filho de Pedro Ludovico Teixeira esteve no poder do Estado, nosso divulgador já estava idoso, com 70 anos de idade e não participou de nenhuma das propostas lançadas e efetuadas por Borges Teixeira; apenas esteve presente em algumas comemorações e homenagens feitas ao governador do estado.

O último material de circulação nacional publicado sobre recursos minerais em Goiás pelo nosso divulgador foi no livro Minas e Minérios no Brasil (tesouros, cidades pré-históricas e minas abandonadas), editado no Rio de Janeiro em 1957 por Freitas Bastos S/A. Nele tem uma transcrição de um texto de Zoroastro denominado de *Riquezas de Goiás*. No artigo o autor faz um relato ainda mais consistente acerca dos recursos minerais encontrados em Goiás e retoma as discussões do minério de rádio, do níquel, feldspato, cristais de quartzo, níquel, diamante, esmeralda, entre outros. Além disso, destaca os principais pesquisadores brasileiros e seus respectivos trabalhos no campo da mineralogia, mencionando Othon Leonardos e seu estudo realizado em Goiás sobre as esmeraldas; geólogos Glycon de Paiva e Aloísio Licínio Barbosa, pesquisadores de jazidas com depósitos de garnieritas, dentre vários outros geólogos que pesquisaram Goiás. Além, é claro, de mencionar os seus próprios estudos acerca do minério de rádio e níquel, identificando-se como um ilustre conhecedor dos recursos minerais do estado de Goiás.

---

<sup>37</sup> Após a regulamentação da exploração de minas feita em 1898, houve em 1906, por meio da Lei n. 283 de 17/07 alterações na regulamentação da exploração mineral em Goiás, a saber: conceituação legal do entendimento de minas; não foram considerados como minas: jazidas de ferro, sal, salitre, materiais de construção, cristal, amianto, caolim, ocre, mica, turfa e água mineral, ficando, portanto, sem necessidade de autorização governamental para exploração; o pagamento para o governo estadual deveria ser feito 04 vezes por ano; criou-se pagamento de 0,5% do faturamento bruto, além do imposto cujo valor seria estabelecido anualmente; foi permitido ao pesquisador transferir a terceiros os seus direitos exploratórios; no caso do rio todo o seu leito em uma extensão longitudinal de 5 km, podendo ser concedida 15 delas para uma mesma companhia, ficando sempre resguardados os interesses da navegação; a área de pesquisa foi limitada a um máximo de 72000 há e o prazo para pesquisa subiu para três anos.

### 2.3. Tempo das Águas

*As cabeceiras dos afluentes Tocantins e Paraná, dois grandes rios que abraçam o Império: o Amazonas e o Prata... E nessa paragem bastante central e elevada donde partem tantas veias e artérias que vão circular por todo o corpo do Brasil, que imaginamos estar o seu verdadeiro coração; é aí que julgamos deve fixar-se a sede do governo.*

Francisco A. de Varnhangen,  
1849

*É preciso refletir que a mudança objetiva dar impulso decisivo à interiorização das forças civilizadoras que serão repartidas com justiça, com igualdade, com equidade por todo o Brasil.*

Zoroastro Artiaga, 1946

Nos anos iniciais da década de 1940, ainda no Estado Novo, Artiaga participou como membro do Conselho Administrativo do Ministério da Justiça de Goiás e como diretor do Departamento Estadual de Cultura. No primeiro ano após o governo getulista, já com 55 anos de idade, Zoroastro não acumulou mais funções administrativas no governo, ficando responsável apenas pelo Museu do Estado e, em 1949, assumiu na Faculdade de Filosofia de Goiás, atual PUC de Goiânia, a cadeira de História e Geografia.

Zoroastro dedicou-se, a partir de 1946, a escrever livros sobre Goiás, mas não deixou de publicar nos jornais locais sobre temáticas que, de uma forma ou de outra, envolviam a discussão de integração de Goiás ao país. A partir do mencionado ano, nosso divulgador iniciou seus escritos acerca da transferência da Capital Federal para o Planalto Goiano, fazendo-os através de artigos em jornais. Suas publicações concentram-se em dois momentos: em 1946, quando a Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil realizou o trabalho, que culminou com a definição do local de instalação da futura sede do governo brasileiro; e em 1952, quando foi criada a Comissão de Localização da Nova Capital Federal, a qual escolheu o sítio definitivo para a instalação da Capital do país.

A discussão sobre a mudança da Capital Federal foi tema recorrente nos jornais e revistas nas quatro primeiras décadas do século XX e, evidentemente, não seria diferente nos meios de divulgação que circulavam na região goiana. Destaque a Revista Informação Goyana (1917-1935), que teve estampado em suas páginas diversos artigos que discutiam a localização da nova capital no Planalto Central, com a finalidade de contrapor a idéia imperante do sertão insalubre, isolado e assolado pela pobreza e por incontáveis doenças. Segundo Dominichi M. de Sá (2009), a criação da Revista Informação Goyana foi a “defesa médica” do Brasil Central, pois contribuiu de maneira efetiva para reavivar, na agenda política brasileira, a transferência da capital federal para o sertão goiano<sup>38</sup>.

Durante o período de existência da mencionada Revista poucos foram os investimentos do governo federal para concretizar o empreendimento que daria novos rumos à configuração territorial do país. E, apesar do discurso da Marcha para Oeste do governo Vargas, não houve no período do Estado Novo (1937-1945) nenhuma medida que

---

<sup>38</sup> Destaca-se que o editor chefe da revista Informação Goyana, Henrique Silva, fez parte da comissão Cruls, a qual teve o papel de definir no final do século XIX o local que seria construída a capital do país (Ver Tavares, 2000; Nepomuceno, 1998).

proporcionasse a mudança da Capital, pois nem mesmo a constituição de 1937 foi explícita a respeito da questão. Segundo Vieira (2009, p. 295), “somente na década de 1940, em meio à redemocratização do país, a questão voltou à tona. Na Assembléia Nacional Constituinte e na imprensa aconteceram manifestações a respeito do preceito constitucional sempre adiado, com opiniões divergindo com relação à transitoriedade da mudança e ao local para onde deveria ser levada a capital”. Ressalta-se que a Constituição de 1946 determinou no artigo 4º através do ato das disposições transitórias a transferência da capital da União para o Planalto Central do Brasil<sup>39</sup>.

Para tanto, dois meses depois da promulgação da Constituição de 1946, o presidente Eurico Gaspar Dutra nomeou a Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital, empossada em novembro do mesmo ano e composta por 12 técnicos, a saber: Antonio Carlos Cardoso; Artur Eugênio Magarinos Torres Filho; Christovam Leite de Castro; Djalma Poli Coelho; Francisco Xavier Rodrigues de Sousa; Jerônimo Coimbra Bueno; Jorge Leal Burlamaqui; Lucas Lopes; Luís de Anhaia Melo; Luís Augusto de Silva Vieira e Odorico Rodrigues de Albuquerque, sendo chefiada pelo general Djalma Poli Coelho.

E é nesse cenário de efervescência política que Zoroastro Artiaga se dispõe a escrever sobre a transferência da Capital Federal, especialmente por que no âmbito nacional especulavam-se alternativas à proposta da Comissão Cruls<sup>40</sup>, que variavam entre a localização da capital no Triângulo Mineiro e a recém-inaugurada capital de Goiás –

---

<sup>39</sup> Vale considerar na Constituição 1891 havia sido determinado o tamanho da área do planalto central que ira ser instalada a futura capital do país, conforme a mencionada carta magna artigo 3º.: “Fica pertencendo à União, no Planalto Central da República uma zona de 14.400 quilômetros quadrados que será oportunamente demarcada para nela estabelecer a futura Capital Federal”.

<sup>40</sup> A determinação constitucional de 1891 mandou mudar a Capital do Brasil para o interior central do país e no mesmo ano o Presidente da República Floriano Peixoto fez cumprir a determinação criando a Comissão Exploradora do Planalto Central. Para chefiá-la designou o diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, o belga, Louis Ferdinand Cruls, e em 1892 reuniu sob sua liderança um grupo de médicos, geólogos, botânicos, naturalistas e militares, oriundo principalmente da Escola Superior de Guerra e do Observatório Astronômico com a finalidade de realizar levantamento da geologia, geomorfologia, condições climáticas e higiênicas, natureza do terreno, qualidade e quantidade de água, etc. da área do Planalto Central. A Comissão Cruls, como ficou conhecida, realizou durante 18 meses estudos e demarcou uma área de 14.400 quilômetros, sob a forma de quadrilátero, e que, a partir de então, passou a figurar no mapa do Brasil no planalto goiano um retângulo com os dizeres futuro Distrito Federal. Destarte que Prudente de Moraes ao assumir a presidência da república não cumpriu o que previa a Constituição, assim impossibilitou a conclusão da segunda fase dos trabalhos da Comissão Cruls. Fato justificado por ter se iniciado na Primeira República a política café-com-leite, e nem os políticos de Minas gerais e de São Paulo apoiavam a mudança da Capital Federal.

Goiânia. Tal discussão justificava-se, pois, conforme Cristovam Leite de Castro (1948, p.117), a Comissão responsável pela localização da nova Capital Federal partia do seguinte conceito de Planalto Central do Brasil:

*Como sendo a parte central do Maciço brasileiro, a qual tem por limites, nas suas linhas gerais, ao sul o rio Grande que separa os Estados de Minas Gerais e São Paulo, ao leste o rio São Francisco, ao norte as primeiras cachoeiras, a montante dos rios amazônicos e ao oeste as bordas do pantanal mato-grossense.*

Essa forma de entendimento do que seria o Planalto Central contrapunha-se, conforme Artiaga, àquela definida pela Comissão Cruls e, definitivamente, criava uma nova discussão nacional acerca da localização da Capital Federal. Zoroastro escreveu um artigo com o título “Uma Ação Declaratória e o Planalto Central”, argumentando sobre o conceito apresentado pela Comissão, como segue:

*É preciso frisar bastante que a Constituição Federal mandou fazer a mudança para o Planalto Central e não para o Brasil Central, como está no projeto. Se for desvirtuado este preceito restará ao Estado [de Goiás] o direito de uma ação declaratória para resguardar a sua preferência de vez que só no Planalto está o centro fisiográfico do Brasil, porque dali flui as águas das grandes bacias embora as divisas do Brasil Central se estendam um pouco mais para o Norte (Jornal O Anápolis, 10 de novembro de 1946, Ano XII, n. 628).*

A questão da dimensão territorial do Planalto Central trazia para o páreo da disputa da localização da Capital Federal o Triângulo Mineiro<sup>41</sup>, já que este fazia parte do Planalto Central e sua escolha, para ali construir a nova Capital, atendia de certa forma ao objetivo primordial da disposição constitucional, que era a interiorização da capital. Ainda segundo Cristovam Leite de Castro:

---

<sup>41</sup> Ressalta-se que deste o século XVIII falava-se na mudança da Capital para o estado de Minas Gerais. Em 1789 havia um projeto de mudar a Capital do Brasil para a cidade de São João Del-Rei. Outra proposta apareceu no século XIX com Hipólito José da Costa, fundador do Jornal Correio Braziliense. Segundo Vasconcelos (2007) uma das preocupações do seu jornal era a criação de uma nova Capital plantada no interior brasileiro entre os paralelos 15 e 20. Ainda o autor nos diz que José Bonifácio em 1821 instruiu os deputados paulista à Corte de Lisboa para lutarem pela criação de uma Capital no interior Central do Brasil.

*As duas proposições a que chegaram os membros da Comissão de Estudos para a localização da Nova Capital do Brasil refletiram nitidamente duas tendências, ambas respeitáveis: uma, a tendência para o centro geométrico do país, defendida pela maioria, que, ao escolher uma área grande dentro de uma região praticamente despovoada e inexplorada, entendeu que a nova capital deve ter também e principalmente a função colonizadora, devendo a mudança da cidade efetuar-se depois da execução de um largo programa, previamente estabelecido, de povoamento da região, de florestamento, de irrigação, de exploração, agrícola, de suprimento de energia, de transportes e de outros problemas econômicos e sociais; outra, a tendência para o centro demográfico do país adotada pela minoria, que, ao preferir uma área pequena na fronteira econômica do país, evidenciou o seu ponto de vista, de que a função principal da capital é proporcionar à sede do governo nacional condições excelentes de instalação (clima, salubridade, abastecimento, acesso, desenvolvimento das imediações), em contacto próximo com a parte povoada do país, de modo à mudança efetuar-se prontamente para que não ocorra um novo retardamento, de conseqüências imprevisíveis da interiorização de nossa metrópole, da qual justificadamente se esperam grandes benefícios para a nacionalidade (Revista Brasileira de Geografia, número julho/setembro 1948, p. 117-118).*

Vale ressaltar que há muito tempo havia rixas que envolviam demandas políticas e territoriais entre Goiás e Minas Gerais. O fato do Triângulo Mineiro ter sido em 1816, transferido da Capitania de Goiás para os domínios territoriais de Minas Gerais gerou desde então certo mal estar entre a classe política goiana e mineira; especialmente quando ocorreu uma nova redistribuição do território nacional e mais uma vez os ventos estavam soprando em direção contrária a Goiás.

Evidentemente não só Zoroastro, mais também outros goianos partidários da mudança se manifestaram publicamente a favor da construção da nova Capital Federal no território goiano<sup>42</sup>. Nosso divulgador valeu-se do espaço que tinha entre os meios de comunicação, no *Jornal O Anápolis*, para contrapor a idéia de que a nova Capital não deveria ter outro destino que não fosse localizar-se em Goiás. Assim, diz:

*Bastou que a notícia fosse divulgada de que viria uma comissão de deputados ao Brasil-Central para, de aviso, observar suas condições de urbanização, logo Uberlândia fora posta em cartaz com suas maravilhas e*

---

<sup>42</sup> Para maiores informações ver as edições da Revista Informação Goyana (1917-1935); Nepomuceno (1998); Vieira (2010); Vasconcelos (2007).

*suas possibilidades, a fim de obter a preferência* (Jornal Anápolis, 15/08/46).

O trecho acima apresenta a indignação e certo sarcasmo de Artiaga a respeito da posição de parte de membros da Comissão de 1946 sobre a mudança da Capital Federal para o estado de Minas Gerais. Vale considerar que existia na Comissão uma luta entre os goianos – representados por Jerônimo Coimbra Bueno<sup>43</sup> – e mineiros, capitaneados por Lucas Lopes e, na Câmara dos Deputados, pelos constituintes Juscelino Kubitschek de Oliveira e Israel Pinheiro. Os mineiros pretendiam localizar a nova capital no Triângulo Mineiro, nas proximidades do Delta do Rio Paranaíba, e o general Poli Coelho e Coimbra Bueno, no quadrilátero delimitado por Cruls.

Para nosso divulgador:

*Um dos pontos nevrálgicos da argumentação foi que o planalto goiano é pobre demais de terras agricultáveis, e de cachoeiras para grandes centrais elétricas, de que careceremos futuramente. Só confirmaram a Paranoá por muito obséquio. As demais deveriam ter sido uma ilusão de ótica da ilustre turma de sábios que esquadrinharam os terrenos do novo distrito federal; e a medição da potência talvez fosse uma grosseria mistificação oficial. Tudo isto para deslocar a capital para ali. (...) Possui o Planalto Central goiano muito potencial hidráulico* (Jornal Anápolis, 15/08/46) (Grifos nossos)

Conforme grifos na citação acima, parte da mencionada Comissão, segundo Zoroastro, apontou a ausência de determinados fatores naturais como principais argumentos para justificar a construção da nova Capital em Minas Gerais, especialmente a ausência de cachoeiras que proporcionassem a construção de usinas hidrelétricas para o abastecimento de energia da futura sede do governo; e com objetivo de contrapor tal argumentação nosso divulgador inicia uma série de artigos nos quais ora expõe sua opinião, ora transcreve correspondência, ou ainda transcreve o relatório Cruls como tentativa de valorar o planalto goiano.

---

<sup>43</sup> Coimbra Bueno formou-se na escola de engenharia do Rio de Janeiro em 1933, especializando-se em urbanismo. Em 1934 foi nomeado para a Superintendência Geral de Obras de Goiânia e criou com seu irmão a empresa Coimbra Bueno e Cia., que foi a responsável pelos trabalhos de construção da nova capital do estado de Goiás. Com o fim do Estado Novo, concorreu e venceu as eleições em 1947 e governou Goiás de 1947 a 1950. E em 1954 elegeu-se senador por Goiás.

Em todos os artigos escritos nos anos de 1946 e início de 1947 no Jornal *O Anápolis* as principais argumentações de Artiaga centraram-se em identificar as cachoeiras que poderiam possivelmente servir para construção de usinas hidrelétricas, tendo por objetivo contrapor a idéia imperante de que em Goiás não havia condições para geração de energia. Vale considerar que no cenário nacional, no tocante ao setor elétrico, foi apresentado no ano em que Zoroastro inicia suas publicações sobre o assunto, 1946, o primeiro Planejamento Nacional de Eletrificação, aconselhando o governo federal a montar sistemas interligados regionais.

Tal planejamento teve suas raízes no resultado de estudos da missão Cooke que, segundo Draibe (2004, p. 95),

*A pedido de Vargas, e no bojo das negociações com os Estados Unidos, foi instalada em 1942 uma comissão técnica, conhecida como Missão Cooke, que entre seus objetivos estavam o planejamento dos esforços requeridos pela guerra e outros de longo prazo. Os estudos e projetos dessa Comissão visaram basicamente à internalização da produção de equipamentos e insumos considerados essenciais, à expansão e diversificação dos meios de transportes, à renovação tecnológica da indústria brasileira, à assistência técnica a profissionais e à mobilização mais eficiente de fontes internas de financiamentos.*

O relatório do trabalho apenas foi divulgado para um público maior no ano de 1948, o qual incluía a deficiência do setor de energia elétrica como um dos principais obstáculos à expansão industrial.

Lígia Maria Martins Cabral (2002, p. 33) nos conta a respeito do setor elétrico brasileiro no final do Estado Novo que no

*tocante ao setor elétrico a distribuição da potência instalada manteve-se desigual. As duas empresas estrangeiras sediadas no Brasil – a canadense Light e a norte-americana American and Foreign Power Company (Amforp) – monopolizavam os serviços nos principais centros urbanos.*

Importante se faz considerar que no último ano do Estado Novo, 1945, foi criada, no Rio de Janeiro, a primeira empresa de eletricidade de âmbito federal, a

Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF. E somente nos anos de 1950 dá-se início à expansão da produção de energia hidrelétrica, especialmente, com a criação da Central Elétrica de Furnas S.A., com o objetivo expresso de aproveitar o potencial hidrelétrico do rio Grande para solucionar a crise de energia na região sudeste do país. Portanto, no momento em que membros da Comissão de 1946 alertaram para a carência de geração de energia, estavam considerando também a ausência do potencial para construção de usinas hidrelétricas nas proximidades da área em que seria construída a nova Capital Federal.

De maneira geral as publicações de Artiaga questionam a posição assumida por parte da Comissão e ainda afirmam que os dados geográficos utilizados e divulgados pela Comissão não condizem com a realidade dos aspectos naturais do Planalto Central Goiano. Ele constrói seus argumentos se posicionando enquanto autoridade no assunto, valendo-se de seus trabalhos executados para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística nos anos iniciais do Estado Novo e finalizando seus artigos sempre com a mesma frase: *Afirmo com as credenciais de ex-diretor do Serviço Geográfico, quando da organização dos mapas municipais para o plano quinquenal brasileiro* (Jornal Anápolis, 15/08/46; Jornal Anápolis, 13/10/1946 entre outros).

Destaca-se, conforme comunicação feita por Cristovam Leite de Castro no IHGB em 1948, que havia dois pontos de vista que dividiam a opinião dos membros participantes da Comissão,

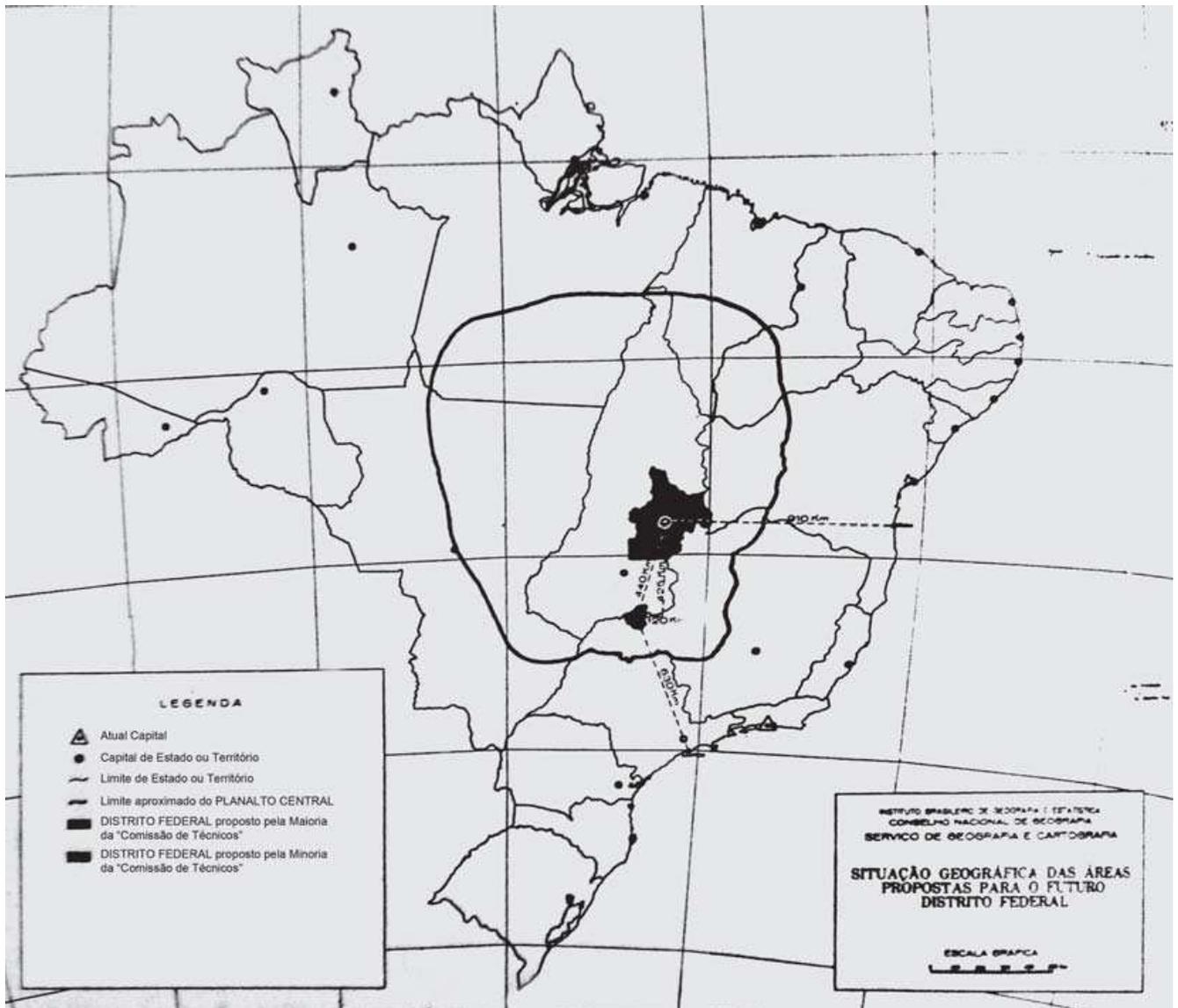
*Uma, que reuniu sete votos dos doze membros da comissão, portanto da maioria, que aponta uma área de cerca de 78.000 quilômetros quadrados, formada de terras do leste do Estado de Goiás, confinando a leste com os retângulos demarcados pela Comissão Luís Cruls em 1894 para a futura Capital Federal e ao norte da Chapada dos Veadeiros; outra, da minoria, que sugere uma área de cerca de 6.000 quilômetros quadrados formada de terras do sul de Goiás, compreendendo a cidade de Corumbaíba, e de terras do oeste do Estado de Minas Gerais e noroeste da cidade de Uberlândia, no chamado Triângulo Mineiro, área dentro da qual foram indicados várias sítios favoráveis à instalação da nova cidade* (Revista Brasileira de Geografia, número julho/setembro 1948, p. 449).

O texto acima apresenta duas recomendações de construção da Capital Federal, já comentadas por nós anteriormente: a primeira em Minas Gerais, defendida pelo

engenheiro Lucas Lopes, e a segunda liderada por Jerônimo Coimbra Bueno, que defendia a solução histórica, ou seja, a solução que fora encontrada pela Comissão Cruls, favorável às regiões planaltinas localizadas no estado de Goiás. Para resolver o impasse foi encaminhado, em 21 de agosto de 1947, para o Congresso Nacional, o estudo realizado pela Comissão, a fim de que ali fosse decidida a localização definitiva da Capital federal. Em mensagem enviada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, destacaram-se as duas opções apontadas pela mencionada Comissão:

*As preferências da minoria se inclinaram pela solução do Triângulo Mineiro como extensão do conceito de planalto Central, oferecendo em seu apoio os argumentos de já ter comunicações com Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro; estar perto das cachoeiras de Marimbondos e Dourados, grandes fontes de energia elétrica; ter um clima ameno; e oferecer segurança pelo seu afastamento da costa. Se a decisão do Congresso Nacional acolher a solução que obteve a maioria de votos – ficará dispensada, por desnecessária, a fase intermediária de delimitação prevista pela Constituição, por isso que na fixação dos seus limites foi aproveitada uma série de trechos fluviais, já se tendo realizado, nos restantes, trabalhos de demarcação. Dessa maneira fica consideravelmente simplificado o problema da passagem das terras à jurisdição do Governo Federal.*

O mapa a seguir apresenta resultados dos estudos da Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital Federal, realizado em 1946, sendo delimitada a área que a Comissão compreendeu como sendo o Planalto Central e dentro dele estão as duas sugestões da Comissão. A primeira, em tamanho maior, refere-se à escolha da maioria dos membros da Comissão e abrange o retângulo demarcado pela Comissão Cruls (1892) e a menor área representando o Triângulo Mineiro escolhido pela minoria do grupo.



**Mapa 2.4. – Sugestão de localização da área da futura Capital Federal (1946)**

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A Localização da Nova Capital da República. Rio de Janeiro: IBGE, 1948. (Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados/Centro de Documentação e Informação/Coordenação da Biblioteca) Disponível: <http://bd.camara.gov.br>. Acesso: 10/05/2010.

Em outro artigo, Zoroastro assim se expressa:

*Um dos argumentos do engenheiro Lucas Lopes contra o Planalto Central goiano foi a escassez da água potável dentro da área de 14.400 qq estudada pela Comissão Cruls. Com as credenciais de diretor do serviço de mapas municipais anterior ao recenseamento de 1940, afirmo que nenhuma região do Brasil é mais bem irrigada. (Jornal O Anápolis, 13/10/1946).*

O engenheiro Lucas Lopes foi constantemente lembrado e questionado por Artiaga em seus artigos publicados em jornais, especialmente porque este foi a favor da ampliação da extensão territorial do denominado Planalto Central, que abrangeu uma área muitas vezes superior à percorrida por Cruls em 1892, e também porque utilizou como principal argumento para que o território goiano não fosse sede da Capital Federal a falta de cachoeiras suficientes para a construção de hidrelétrica para o abastecimento de energia. Para contrapor as afirmações do mencionado engenheiro, Zoroastro descreve no artigo anteriormente citado todo o sistema hidrográfico de Goiás, destacando a altura das cachoeiras e a suposta quantidade de geração de energia.

Em publicação no Jornal O Anápolis, de 21 de novembro de 1946, nosso divulgador afirmou que: *a escassez de espaço nos periódicos obriga a restrição dos assuntos. Por isso mesmo, somos forçados a fazer síntese, ainda tratando de assuntos que exigem detalhes.* E dando continuidade a sua contraposição aos dados levantados pela Comissão de 1946, prosseguiu citando Lucas Lopes, novamente afirmando que este “nega existência de cachoeiras na zona demarcada em 1893 e omite várias quedas d’água interessantes, dentro da área dos 14.400 q.q. destinada ao Distrito Federal”. (Jornal O Anápolis, 21/11/1946, Ano XII, n.631.). A publicação transcreve correspondência recebida por Artiaga de *meu amigo B. Rocha, de Corumbá, dando-me os elementos de que precisamos para divulgação dessa grandiosa reserva nacional.* Nosso divulgador refere-se às cachoeiras do município de Corumbá/GO, localizadas nas proximidades da área prevista para construção da nova Capital.

Em resposta às afirmações do engenheiro Lucas Lopes, em 05 de dezembro de 1946, Zoroastro Artiaga insiste, novamente, na natureza como principal justificativa para instalação do Capital no território goiano:

*A questão da mudança tomou rumos novos e tudo induz a crer que seja o Vão dos Angicos a região que vai ser preferida para nela se construir a nova capital. O chefe da Comissão falou a imprensa dizendo que a cidade deveria ser protegida por acidentes naturais para sua defesa militar. Leite de Castro, o grande nome nacional no setor da engenharia e geografia disse também que a nova cidade deveria ser protegida por defesas construídas em torno dos acidentes naturais, isto por imperativos militares. Só isto asseguraria a preferência para o Planalto Central, porque no Pontal não há serras e sim vastos altiplanos de capim baixo ou cobertos de arbustos rasteiros. Os Pireneus e seus contrafortes reunindo nas trinta léguas de cercania amplos recursos de materiais de construção, três grandes rios e excelente clima, e também uma zona ideal. Aguardemos os acontecimentos (Jornal O Anápolis, 05/12/1946, Ano XII, nº 635).*

O artigo de Artiaga aponta para uma discussão da localização geopolítica da Capital Federal, pois o planalto goiano fica no centro do país, distante do litoral, que por sua vez, pode tornar um empecilho para a segurança nacional. Tema também presente no relatório da Comissão entregue em 1948, o documento apresenta discussão acerca do entendimento de geopolítica, considerando que, conforme General Poli Coelho, o fato da capital instalar-se no centro do país favoreceria o desenvolvimento do país, além de resguardar o território nacional.

Zoroastro fará parte da Comissão Pró Interiorização da Capital Federal, composta por goianos que pretendiam, de uma forma ou de outra, chamar a atenção nacional para Goiás. Os envolvidos iniciaram campanha na imprensa escrita e falada (rádio), além é claro de a temática transformar-se em discussão regional de grande importância. Daí o papel de Zoroastro, a nosso ver, de contrapor aqueles que se expressavam contrários a Goiás, especialmente aqueles que justificavam sua oposição tendo como argumento a natureza hostil do estado:

*A propósito desta campanha que estamos fazendo em favor de Goiaz contra a burla de se confundir o Planalto com regiões planas do Pontal, tendo omitido detalhes acerca do importante conhecimento da hidrografia Planaltina. O relatório dos estudos recentes feitos na Cachoeira do Paranoá, situada nos arredores de Planaltina, detalha os estudos e afirma a capacidade provável da usina que ali se construirá. O leito do Paranoá no lugar medido tem 16 metros de largura com uma*

*profundidade que varia de 2 a 2 metros e oitenta. Em 40 metros a velocidade é de 40 metros em 34 segundos. A vazão é de 36.000 litros por segundo. A vazão é de 36.000 litros por segundo podendo produzir 32.000 HP. A queda é de 90 metros. A construção da barragem não será dispendiosa por que será feita sobre rochas graníticas (Jornal O Anápolis, 05/12/1946, Ano XII, nº. 635).*

Ainda sobre a Comissão Prol Interiorização nosso biografado afirmou:

*A Comissão de maio de 1946 foi constituída pelos seguintes elementos: Joel José de Bomfim, que é proprietário das terras onde está a cachoeira do Paranoá; Sr. Aquiles de Pina; Plínio Jaime; Henrique Bartacini; Luiz Lima e Silva; Couto Dafico; Antonio Vento; Alfredo Jacomisi; Lindolfo P. da Silva (Jornal O Anápolis, 05/12/1946, Ano XII, nº. 635).*

Outra bandeira erguida por Artiaga foi contra a cidade do Rio de Janeiro, lançando severas críticas e descaracterizando-a enquanto local apropriado para abrigar a sede do governo federal, e mais ainda, criticando a elite carioca. A forma como se expressa demonstra total desrespeito ao Rio de Janeiro, deixando transparecer em sua narrativa, de certa forma, um tom de ameaça:

*Onde é que o Rio [de Janeiro] busca energia hidráulica? O Rio não deve continuar como sede do governo (...). Desde Floriano [Peixoto] que o Rio sofre a pressão da rua do Ouvidor, onde mora a fina flor da aristocracia capitalista, que tudo transforma em negócio. Todos os governos sentem a falta de segurança para governar. A ameaça silenciosa, a resistência passiva, o perigo verde, o perigo roxo, a insaciabilidade de classe, a política personalista e impertinente, a falta de patriotismo, tudo isto criou no Rio um viveiro que tem interesses escusos. (Jornal O Anápolis, 05/12/1946, Ano XII, N. 635).*

Sobre o tema, prossegue:

*É aqui que se sente o Brasil. Aqui, longe dos conspiradores e das ambições estultas, o governo poderá estudar tranquilamente os problemas nacionais. Aqueles que acham que o erro poderá continuar têm interesses escusos. (Jornal O Anápolis, 05/12/1946, Ano XII, N. 635).*

A pejeja acima apresentada foi amenizada em 1948, quando da publicação do relatório final encaminhado pelo general Poli Coelho, o qual destacou as falácias acerca da área demarcada pela Comissão Cruls (1892), que correspondia àquela definida no território goiano, especialmente aqueles itens que constantemente depreciavam a imagem do território goiano e foram alvo de contraponto de Zoroastro Artiaga. Afirmo Poli Coelho:

*Uma das asserções mais freqüentes, de que a área do retângulo de 14.400 quilômetros quadrados, demarcada pela Comissão Cruls, é estéril porque é formada de cerradões, em chapadas areníticas, onde nada se poderá plantar ou criar e onde faltam por completo as águas potáveis e os materiais de construção indispensáveis à edificações do novo Distrito Federal. Ficou provado, mais uma vez, que aquela área possui excelentes qualidades agrológicas, justamente pela grande quantidade de água corrente que ali são encontradas o ano todo, mesmo nos seis meses de estiagem que alternam regularmente com os seis meses das chuvas. Quanto aos materiais de construção, ficou outra vez exuberantemente demonstrado que, no retângulo Cruls e suas mediações, existem madeiras de construção e existem abundantes formações de gnaisses e micachistos. As areias e os saibros não igualmente abundantes. A canga se presta muito bem a preparação do concreto. É abundantíssimo o calcáreo, isento quase inteiramente de magnésia, isto é, está assegurada, de um modo absoluto, a possibilidade de fabricação de cimento em larga escala. A possibilidade de energia elétrica existe, sob a forma de várias quedas d'água, espalhadas por toda a região, tal como convém ao problema que exclui o pensamento de qualquer área de indústria pesada, de âmbito nacional (1948, p.09).*

Em 1953, quando novamente as discussões acerca da transferência da Capital Federal retornam à ordem do dia, Zoroastro Artiaga publicou o livro *A Mudança da Capital Federal*. Ressalta-se que naquele momento o Congresso Nacional aprovou a Lei que mandava realizar estudos definitivos para a escolha, no Planalto Central, de um sítio para a edificação da nova Capital brasileira. A Lei foi sancionada no governo de Getúlio Vargas em janeiro de 1953, definindo prazo de três anos para a conclusão dos estudos e fixou uma área territorial equivalente a 52 mil quilômetros quadrados, envolvendo grande faixa de Goiás (todo o quadrilátero Cruls e regiões que abrangiam Goiânia, Anápolis e outros municípios do Estado) e parte do território de Minas Gerais (o município de Unai, principalmente). A Comissão foi presidida pelo general Aguiinaldo Caiado de Castro e, depois, no governo de Café Filho, pelo Marechal José Pessoa. Em 1955 a Comissão

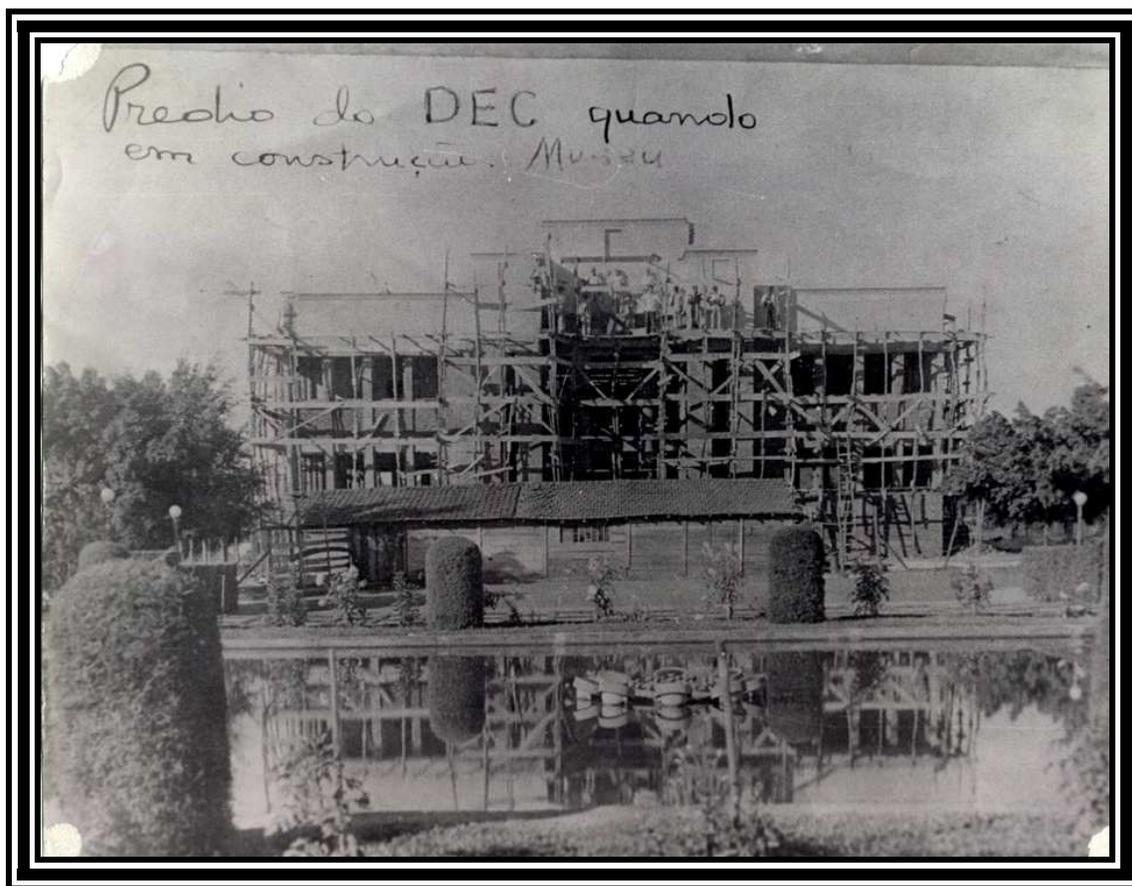
concluiu os trabalhos apontando, por coincidência ou não, o mesmo local que serviu de acampamento à Comissão Cruis no século XIX.

Outra vez houve a colaboração de goianos para a consolidação da definição do local: foi criada a Comissão Goiana de Cooperação para a Mudança da Capital Federal. A comissão foi formada porque o marechal José Pessoa propôs ao Presidente da República, Café Filho, a desapropriação imediata da área escolhida e não obteve aprovação. O marechal recorreu ao governo do estado de Goiás que assinou o decreto em maio de 1955, sendo também criada a comissão goiana.

Nesse mesmo período de atuação da Comissão, Zoroastro, então diretor do Museu Estadual, escreveu o pequeno livro “A Mudança da Capital Federal”, voltando aos argumentos anteriormente apresentados e discutindo a evolução da idéia da mudança da capital, a partir da constituição de 1946 até a de 1953 e o planejamento elaborado nos anos de 1950. Nesse momento Zoroastro não mais participa ativamente das discussões regionais, ou seja, não foi mais chamado para compor comissões, conselhos, etc. Seu trabalho no governo, a partir dos anos de 1950, ficou reduzido a diretor do museu estadual e com uma diminuição considerável de artigos escritos nos jornais goianos. Fato talvez justificado pela idade, 64 anos, ou mais ainda, pela sua pouca ligação com os políticos que estavam representando o Estado de Goiás.

## CAPITULO 03

### ENTRE MINÉRIOS, ÍNDIOS E OSSADAS: criação e implantação do Museu Estadual de Goiás e outras Casas (1946 – 1962)



**Foto 3.1. Edifício do Museu do Estado em Construção, c.1941. Goiânia – Go.**  
Fonte: Coleção Museu Estadual Professor Zoroastro Artiaga. Acervo MIS – GO.

*Uma casa tem [...] as suas relíquias, lembranças de um dia ou de outro, da tristeza que passou, da felicidade que se perdeu. Supõe que o dono pense em as arejar e expor para teu e meu desenfado.*

*Nem todas serão interessantes, não raras serão aborrecidas, mas, se o dono tiver cuidado, pode extrair uma dúzia delas que mereçam sair cá fora.*

*Chama-lhe à minha vida uma casa, dá o nome de relíquias aos inéditos e impressos que aqui vão, idéias, histórias, críticas, diálogos, e verás explicados o livro e o título. Possivelmente não terão a mesma suposta fortuna daquela dúzia de outras, nem toda valerão a pena de sair cá fora. Depende da tua impressão, leitor amigo, como dependerá de ti a absolvição da má escolha.*

Machado de Assis  
Relíquias da Casa Velha.

### 3.1. A Casa



**Foto 3.2 - Museu do Estado, C.1946.**

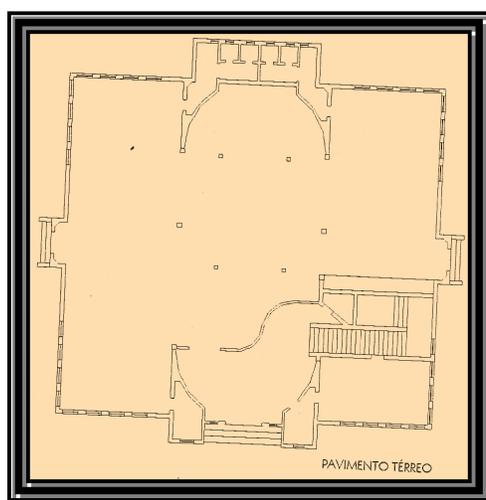
Fonte: Coleção Museu Estadual Professor Zoroastro Artiaga. Autor desconhecido.  
Acervo MIS – GO.

A imponência do prédio do atual Museu Goiano Zoroastro Artiaga (MUZA) chama atenção até mesmo do mais despercebido que por ali trafega, seja pelas amplas janelas e portas, ou pela sua cor acinzentada, que denota sobriedade, ou ainda pela suntuosidade das colunas de concreto na sua porta de entrada<sup>44</sup>.

---

<sup>44</sup> Em 2002 os prédios edificadas na cidade de Goiânia entre 1930/1940, em estilo *Art Déco*, foram considerados pelo IPHAN patrimônio arquitetônico nacional, a saber: conjunto da praça cívica – coreto da praça cívica, fontes luminosas, fórum e tribunal de justiça, residência de Pedro Ludovico Teixeira, Museu Zoroastro Artiaga, Obeliscos com luminárias, Palácio das Esmeraldas, Delegacia Fiscal, Chefatura de Polícia, Secretaria Geral, Torre do relógio e Tribunal Regional Federal; os bens isolados: Liceu de Goiânia, Grande Hotel, Teatro Goiânia, Escola Técnica, Estação Ferroviária, Trampolim e mureta do lago das rosas; núcleo pioneiro de campinas: Palace Hotel e Subprefeitura e Fórum de Campinas (Ver Manso, 2001; Coelho, 2002; Daher, 2003; Manso, 2004). Vale considerar que nos anos de 1930 e 1940 a *Art Déco* fora considerado o modelo que melhor representava o desenvolvimento proposto por Vargas (Ver Coelho, 2002).

Ao adentrar o térreo do prédio tem-se no hall um quiosque para venda de livros, CDs e objetos que tratam da história, geografia e literatura indígena do estado de Goiás; e, mais adiante, vemos duas salas interligadas. A primeira apresenta a escala geológica de formação da Terra e do Homem e contém objetos e informações acerca de tribos indígenas brasileiras, dando destaque para aquelas que vivem em Goiás, além de equipamentos utilizados nos séculos XVIII e XIX na extração de minérios. Na segunda, vê-se uma coleção de rochas e minérios encontrados no território goiano, equipamentos utilizados pela imprensa local para publicação de jornais, além de imagens religiosas.

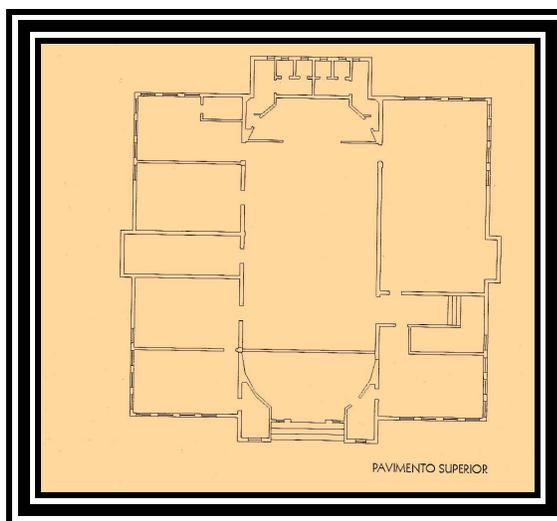


**Figura 3.1. – Piso Térreo do Museu Estadual de Goiás**

Fonte: MANSO, Celina F. A Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico - dossiê de tombamento. Goiânia: Seplan, 2004, v. 02 (perímetros levantamentos técnicos).

É ainda no térreo que se localiza uma pequena e escondida sala que contém uma fotografia do Zoroastro Artiaga, um folder e uma estante desorganizada, contendo poucos registros acerca da vida e obra de nosso personagem. Ali estão, para o público que circula pela Instituição, as representações do antigo diretor. Nem mesmo menção aos trabalhos por ele desenvolvidos, seus livros, artigos ou objetos são lembrados pelos corredores ou salas do MUZA. De fato, nosso divulgador é um personagem escondido até mesmo na Instituição que leva seu nome.

No segundo andar do prédio estão a biblioteca, o salão, as salas para exposições temporárias, o auditório, a sala de restauração, a sala do diretor e os banheiros para o público.



**Figura 3.2 - Piso Superior do MUZA.**

Fonte: MANSO, Celina F. A. Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico - dossiê de tombamento. Goiânia: Seplan, 2004, v. 02 (perímetros e levantamentos técnicos).

Ao circular por ali percebemos que por várias partes do museu encontram-se quadros e exposições permanentes acerca da vida e obra de Regina Lacerda, ex-diretora do MUZA, que assumiu em outubro de 1957, em substituição a Zoroastro Artiaga, e permaneceu até o ano de 1959. A biblioteca do MUZA leva o seu nome e nela estão distribuídos diversos retratos da infância e juventude da romancista regional. Segundo o atual diretor da Instituição, Sr. Henrique de Freitas (2004, p.05):

*Após o falecimento de Regina Lacerda foram doados seus pertences para a Instituição. A coleção é constituída de objetos pessoais, pinturas, publicações, documentos, fotografias e de sua máquina de escrever, com a qual, fiel e eticamente, exerceu seu ofício. Tais objetos rememoram a vida de uma pesquisadora que, sem preconceitos, vivenciou, lembrou, escutou e escreveu relatos de pessoas simples: contos, cantigas, cantos, histórias e lendas. Regina agregou um legado de conhecimento, palavras, poema e sabedoria popular ao nosso patrimônio cultural.*

A citação acima explica a presença dos inúmeros objetos que pertenceram a Regina Lacerda em exposição no MUZA. E o que talvez justifique a ínfima quantidade de

objetos, livros e anotações de Zoroastro Artiaga à disposição na Instituição é o fato de sua família ter doado seus pertences à Academia Goiana de Letras. Segundo sua sobrinha Nice Daher (1991, 06):

*Enviados por seus filhos recebi os diplomas, as medalhas que mereceu na premiação variada de seu trabalho, para que na ausência deles, eu escolhesse uma entidade cultural ligada ao tio Zoroastro por afinidade maior para guardá-los como doação. Acharam que seria egoísmo conservá-los com eles já que foram recebidos por seu trabalho dedicado a Goiás. Estão com a Academia Goiana de Letras já que o Museu Zoroastro Artiaga, sempre em reforma, não tinha condições nem segurança para receber um acervo de tanta significação e valor<sup>45</sup>.*

A queixa exposta pela sobrinha de Zoroastro - falta de segurança do prédio - fez parte dos vários problemas que Artiaga enfrentou durante onze anos na direção da Instituição. Quando assumiu a direção do Departamento de Cultura, órgão responsável pela Biblioteca Estadual, Exposição Permanente de Goiânia e Museu Estadual, este último também ficou sendo gerenciado por Zoroastro.

### **3.2. A Origem da Casa e dos Objetos**

A origem do Museu Estadual está atrelada a uma discussão maior, que envolveu a concepção de modernidade que prevaleceu no período do Estado Novo em Goiás, especialmente com a inauguração de Goiânia (Ver BERNARDES, 1998; CHAUL, 1997). Com a finalidade de aclararmos as ideias iniciais da criação do Museu, trilhamos o caminho da inauguração de Goiânia buscando apresentar a cerimônia do Batismo Cultural e a participação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; do Conselho Nacional de Geografia e Conselho Nacional de Estatística na elaboração, divulgação e promoção do mencionado evento, com o propósito de compreendermos quais foram às propostas, os

---

<sup>45</sup> Por três visitas de campo feitas a Academia Goiana de Letras apenas encontramos recorte de jornais tratando das homenagens póstumas feitas a Zoroastro Artiaga pela mencionada Instituição e, em alguns dos jornais encontrados, menção às doações da família, mas, hoje, não estão por lá os mencionados objetos de nosso divulgador. Indagações poderiam ser feitas acerca dos cuidados com os arquivos, memórias e patrimônios em Goiás, haja vista que existe uma lacuna de informações acerca de diferentes períodos da história de Goiás devido ao pouco caso com os objetos, diários, relatos orais entre outras fontes preciosas para os estudos regionais.

objetos, documentos e imagens adquiridas que culminaram na formação do acervo do Museu Estadual, já que consideramos que as exposições revelam intenções de documentar, de certa forma, particularidades coletivas (do lugar, de grupos etc.) e, ou individuais (de pessoas).

Tal caminho nos conduz à hipótese de identificação dos primeiros objetos que compuseram os anos inaugurais do Museu Estadual, já que concordamos com Heizer (2000) a qual afirma as exposições e coleções são resultados de escolhas, tanto no que diz respeito aos projetos de criação dessas instituições que abrigam coleções, quanto ao que presidiu a sua formação. Vale lembrar também Alberti (2005), quando afirma que os objetos expostos em museus respondem como as relações humanas (sociais, culturais, econômicas e políticas) foram realizadas e representadas. Portanto, acreditamos que os primeiros objetos selecionados para as vitrines do Museu Estadual de Goiás respondem à interação entre os doadores e a instituição.

A esse respeito, Artiaga nos conta que:

*Assisti e ajudei a construir a cidade [Goiânia] .Quando a inauguramos fizemos uma exposição, em que compareceram todos os Estados do Brasil. O sucesso alcançado pela exposição trouxe-nos a idéia de organizarmos uma Exposição Permanente, nesta capital, para nossos produtos de indústria, idéia essa que se transformou em um Museu-Geral, regional, que fosse uma feira de amostras e, ao mesmo tempo, um Museu Cultural.<sup>46</sup>*

Destarte, a construção da nova capital iniciou-se em 1933, promovida pelo discurso higienista divulgado pelo então interventor federal Pedro Ludovico Teixeira. Contudo, as dificuldades para concretizar este fato foram inúmeras, desde falta de recursos financeiros até a firme oposição de grupo, até então dominante na política local (Ver CAMPOS, 1985; MACIEL, 1996; CHAUL, 1997). Dois anos depois do início da construção da nova capital, Pedro Ludovico foi eleito, em eleições diretas, para assumir o cargo de governador e passou a residir na cidade de Goiânia, levando consigo a sua família e o Secretário Geral do Estado. Em março de 1937, em meio a intensos conflitos políticos

---

<sup>46</sup> Trecho de correspondência enviada por Zoroastro Artiaga ao Sr. Dr. Manoel Correia, 1947. Documento pertencente ao arquivo do Museu Zoroastro Artiaga.

entre grupos oligárquicos que disputavam o poder local, ocorreu a mudança definitiva da capital do estado (Ver CAMPOS, 1985; SILVA, 2005).

Porém, foi no dia 05 de julho de 1942 que ocorreu definitivamente a apresentação da nova capital do estado à Nação, por meio da cerimônia que ficou conhecida como Batismo Cultural de Goiânia. Tal evento teve como pano de fundo o discurso da modernidade, aquele que buscava inserir a região no projeto político nacional. Segundo Chaul (1997, p.207), a modernidade, sinônimo de progresso à época, era o manto que cobria a mudança da capital. Ainda nos conta este autor, referindo-se a Goiânia:

*As capitais se erguem para o capital (...) Arquitetonicamente falando, Goiânia foi o símbolo do moderno e do urbano em solo rural. Um teatro de art nouveau cravada no meio do Planalto Central. A ideologia do progresso dinamizada pelo nacionalismo disseminado pelo país afora, que, por sua vez, recolheu ecos das vozes internacionais, chegava com força total para consolidar um regime que fez o Brasil caminhar a passos largos rumo à centralização do poder. Goiânia, no contexto da época, era um espelho representativo da política de Vargas e de seus seguidores (1997, p.226).*

E para que a nova capital fosse apresentada para a Nação, os representantes políticos de Goiás recorreram ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para que este organizasse evento que tivesse tal fim. Daí surgiu a idéia do Batismo Cultural de Goiânia. Esta cerimônia teve suas origens ainda no ano de 1938, pela resolução nº.99 de 19 de julho do Conselho Dirigente do IBGE, na qual ficou estipulado que aconteceria em 1939. A fim de ilustrar, segue parte da referida resolução:

*Art. 1º Ficam assegurados, de maneira permanente, o **patrocínio e o concurso do IBGE**, pela totalidade dos órgãos articulados por este Conselho, à **realização das Exposições Nacionais de Educação e Estatística de iniciativa da Associação Brasileira de Educação**.*  
*Art. 2º E recomendado desde já, a todos os órgãos deliberantes e executivos do Instituto, na ata dos serviços estatísticos, iniciem de logo as providências necessárias ao preparo da representação da órbita administrativa de que depende, de certame projetada para 1939.*

*Art. 3º Fica dirigido um **apelo ao Conselho Nacional de Geografia para que, pela totalidade dos seus órgãos, colabore, segundo plano previamente assentado, na realização do certame em vista, tomando sob sua responsabilidade a secção expositora relacionada com os estudos e trabalhos referentes assim à cartografia como ao ensino e ao progresso da ciência geográfica.***

*Art. 4º A presidência do Instituto comunicará esta deliberação à Associação Brasileira de Educação e ao governo de Goiaz, fazendo a competente publicidade e promovendo todas as iniciativas necessárias ao êxito do certame, tudo na conformidade das decisões da junta executiva central [Grifos da autora].*

Apesar da resolução citada, o evento não se efetivou, tendo sua realização ocorrida somente em 1942, através da resolução nº. 169 de 15/07/1941, a qual assim dispõe:

*A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia usando de suas atribuições e considerando que, pela Resolução n. 99, desta Assembléia, ficaram assegurados o patrocínio e o concurso do Instituto à realização das Exposições Nacionais da Educação e Estatística, da iniciativa da Associação Brasileira de Educação;*

*Considerando que, conforme os entendimentos já verificados entre as duas entidades, a Segunda Exposição verificar-se-á em Goiânia, juntamente com a instalação do 8º Congresso Nacional de Educação, outro feliz empreendimento da Associação Brasileira de Educação, tendo ambas essas realizações o apoio e patrocínio do governo de Goiaz, por isso que elas, constituindo o batismo cultural da nova cidade, assinalarão a sua investidura definitiva nos foros da capital do grande Estado Central. **Considerando que a concretização, no coração do Brasil, de um conjunto de iniciativa da mais alta expressão cultural tem em vista sobretudo, ressaltar o notável significado histórico da criação, na hinterlândia brasileira, da nova metrópole, que, como poderoso centro propulsou constituiu um marco admirável do esforço da interiorização das nossas forças civilizadoras na continuidade de sua “Marcha para o Oeste”** (Anais do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação, 1942, p. 04) [Grifos da autora]*

O Conselho Dirigente do IBGE, por sua vez, aprovou a resolução mencionada tendo os seguintes itens:

*Art. 1º Aplaudindo calorosamente a iniciativa do Conselho Nacional de Estatística de promover a participação do Instituto nas comemorações culturais que irão perpetuar o acontecimento histórico da instalação*

*oficial da nova capital de Goiaz o Conselho Nacional de Geografia declara sua plena aquiescência à sugestão de realizar-se na cidade de Goiânia, em 1942, a quinta sessão ordinária desta Assembléia.*

*Art. 2º O Conselho Nacional de Geografia, através dos seus órgãos deliberativos, central e regionais, se empenhará no preparo, o melhor possível, da sua representação na Segunda Exposição Nacional de Educação e Estatística a realizar-se, sob o patrocínio do Instituto, em Goiânia, em 1942.*

*Parágrafo 1º - A presidência do Instituto examinará a possibilidade da Exposição em apreço, que resulta da iniciativa da benemérita Associação Brasileira de Educação, ser considerada como sendo de Educação, Estatística e Cartografia.*

*Parágrafo 2º - a participação do Conselho Nacional de Geografia na Exposição Nacional de 1942, em Goiânia, é considerada como preparatória da contribuição que o Conselho levará ao Décimo Congresso Brasileiro de Geografia, a realizar-se, sob seu patrocínio, em 1943, na cidade de Belém do Pará.*

*Parágrafo 3º A Comissão Organizadora Central do Décimo Congresso Brasileiro de Geografia é formulada encarecida solicitação no sentido de emprestar seu prestigioso apoio ao movimento cultural, preparatório do certame de Belém, que ora se institui, bem como para que se **digne considerar-se como integrante da delegação do Conselho Nacional de Geografia que irá à capital de Goiaz em 1942 para participar dos trabalhos da Segunda Exposição Nacional de Educação, Estatística e Cartografia.***

*Art. 3º Fica sugerida à presidência do Instituto a ideia de promover, junto aos governos regional e central, as medidas necessárias para que, em 1942, na nova capital de Goiaz ao ser oficialmente inaugurada, se assinasse uma lei nacional fixando o quadro definitivo das divisas interestaduais. [Grifos da autora]*

As citações acima grifadas destacam os papéis que couberam às instituições geográficas na elaboração do Batismo Cultural e evidenciam o papel do evento diante da proposta de Vargas de aproximar o sertão do litoral e vice-versa. A perspectiva da existência de uma nova capital em Goiás fortalecia as políticas implantadas pelo governo federal, seja como motivação para formação de frentes migratórias para o interior do país, seja para assegurar o poder regional e, evidentemente, nacional ou ainda para fortalecer o discurso do progresso e da modernidade advindos com o Estado Novo.

Para que ocorressem os eventos propostos pelas resoluções mencionadas foram realizadas atividades no período do dia 20 a 28 de junho e do dia 01 a 11 de julho de

1942<sup>47</sup>, perfazendo 20 dias de acontecimentos que movimentaram a sociedade local e nacional, haja vista que, para tornar significativo e chamar a atenção do país para a *filha mais moça*<sup>48</sup> do Brasil, foram realizados encontros e congressos nacionais organizados pelas seguintes instituições: Associação Brasileira de Educação; Conselho Nacional de Estatística; Conselho Nacional de Geografia, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística<sup>49</sup> e seus respectivos conselhos regionais e o Ministério da Agricultura.



**Foto 3.3. Dr. M. Teixeira de Freitas fazendo a abertura da cerimônia do Batismo Cultural**

Fonte: [www.ibge.gov.br/65anos/teixeira/pop\\_foto.php?foto=foto2\\_2.jp](http://www.ibge.gov.br/65anos/teixeira/pop_foto.php?foto=foto2_2.jp)

---

<sup>47</sup> VER PIMENTA NETTO (1969) e SOUZA (2002) ambos destacam as atividades festivas da inauguração de Goiânia.

<sup>48</sup> Expressão usada por Paulo Figueiredo, publicada no primeiro número da revista Oeste (1942) para designar Goiânia.

<sup>49</sup> O IBGE foi criado pelo decreto-lei número 218 de 26 de janeiro de 1938, sendo na realidade apenas uma mudança de nomes de agências federais Instituto Nacional de Estatística e Conselho Brasileiro Geografia que já existiam. O Art. 10 do mencionado decreto-lei assim diz: O Instituto Nacional de Estatística passa a denominar-se Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ficando ambos os seus órgãos colegiais de direção - o de Geografia e o de Estatística - com a denominação de "Conselho Nacional". Para maiores considerações ver SCHMIDT (2000).



**foto 3.4. Durante a cerimônia do Batismo Cultural, apresentação do engenheiro Fábio de Macedo Soares a Pedro Ludovico.**

Fonte: [www.ibge.gov.br/65anos/teixeira/pop\\_foto.php?foto=foto2\\_1.jpg](http://www.ibge.gov.br/65anos/teixeira/pop_foto.php?foto=foto2_1.jpg).

Na época, o IBGE e o Conselho Nacional de Geografia (CNG) lançaram uma coletânea de textos sobre Goiânia<sup>50</sup> que foi entregue durante a cerimônia do Batismo Cultural. Em sua apresentação, o secretário geral do Conselho, o engenheiro Cristóvão Leite de Castro, escreveu:

*O Conselho Nacional de Geografia pela resolução n. 85 de 21 de julho de 1941, da sua Assembléia Geral, declarou integral solidariedade ao “batismo cultural” de Goiânia, como se passou a chamar o conjunto das cerimônias que hão-de solenizar a inauguração oficial da nova capital de Goiaz. (...) O Conselho compartilhará, de modo significativo, dos trabalhos do VIII Congresso Brasileiro de Educação, a realizar-se de 20 a 28 de junho corrente, em que se estudará principalmente o tema relevante e*

---

<sup>50</sup> A coletânea sob título: ‘Goiânia’ possui artigos de Getúlio Vargas, Presidente da República; Pedro Ludovico Teixeira, Interventor Federal do Estado; Engenheiro Armando Augusto Godói, responsável pela construção de Goiânia; Arquiteto Urbanista Atílio Correia Lima, elaborador do plano diretor de Goiânia; Venerando de Freitas, primeiro Prefeito de Goiânia; Pierre Monbeig, geógrafo francês; Oto Prazeres; Engenheiro Cristóvão Leite de Castro, secretário geral do CNG; Prof. Afonso Várzea.

*oportuno do ensino rural, em torno do qual se debatem tantas e tão interessantes questões de Geografia. Comparecerá à **II Exposição Nacional de Educação e Cartografia**, exibindo em mostruários apropriados numerosos mapas, fotografias e documentos, que registram expressões inéditas do conhecimento do imenso território nacional. Mas, como contribuição de maior monta aos fatos culturais de Goiânia, o Conselho levará a efeito, de 1º a 10 de julho, em a nova cidade, a **5ª sessão ordinária de sua Assembléia Geral**, que anualmente se reúne, como órgão deliberativo supremo da instituição, para fixar os planos de empreendimentos geográficos de caráter nacional, determinar-lhes as normas de execução e marcar-lhes um ritmo de realização efetiva em todo o país. Por outro lado, elaborou o Conselho ensaios culturais de relevância. O “**Vocabulário Geográfico do Estado de Goiás**”, compreendendo 8154 verbetes, recolhidos dos mapas dos municípios goianos que foram apresentados em virtude da lei nacional n. 311 e a “**Bibliografia Geográfica e Cartográfica do Estado de Goiás**”, em que se fazem 1069 referências à documentação existentes nos arquivos do Conselho sobre a Geografia do Estado, são duas contribuições dignas de consideração. Sobreleva, porém, como contribuição das mais valiosas, a apresentação das quatro folhas da Carta Geográfica do Brasil, desenhadas na escala de 1:500.000, e que representam a região circunjacente à nova capital de Goiás (CASTRO, **apud** Anais do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação, 1942, p. I e II).*

Os eventos tiveram papéis importantes na imagem que teria a nova capital de Goiás, haja vista que foram divulgados por todo o país: *seis mil folhetos editados pelo IBGE “...” e 1.350 cartazes, também confeccionados pelo Instituto, foram afixados nas capitais de todos os Estados e no Distrito Federal. Um selo comemorativo, com o emblema da ABE servindo de motivo, foi emitido pelo Departamento dos Correios e Telégrafos (IBGE, 1944) e, além dos já citados, foram transmitidas palestras condizente aos temas propostos pelo evento por meio da Rádio Difusora do Rio de Janeiro.*

O trabalho realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e pelos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística<sup>51</sup> teve por finalidade a promoção nacional da nova capital brasileira. Segundo Galli (2002), esteve em Goiânia, por uma temporada, Cristóvão L. de Castro, a fim de coletar dados para a elaboração de materiais cartográficos e geográficos acima mencionados. Os eventos apoiados pelo

---

<sup>51</sup> O IBGE também distribuiu aos congressistas exemplares de edições das revistas: A Educação, Educação e Saúde, Geografia e Educação e a Revista do IBGE, além de Atlas do Ensino no Brasil, o livro Goiânia, Vultos da Geografia do Brasil e Tipos e aspectos do Brasil.

IBGE/CNG/CNE buscavam divulgar e associar a nova capital ao moderno, ao progresso, ao desenvolvimento econômico, social e cultural e, especialmente, estabelecer o seu pertencimento à Nação. Segundo Pereira (2002), nos anos estadonovistas, a Nação brasileira tentava promover sua unidade e, ao mesmo tempo, buscava sua afirmação diante do mundo ocidental civilizado. Enquanto isso, em Goiás, tentava-se viabilizar seu processo de civilização no conjunto da Nação brasileira, tendo a consolidação de Goiânia como principal marco de tal façanha interiorana.

Além da presença de autoridades políticas e intelectuais nacionais e regionais, também destacamos a presença internacional de Francis Ruellan<sup>52</sup>, que participou do evento proferindo a conferência “*Les méthodes d’enseignement de la Géographie*”. Todo o evento teve como norteador as discussões acerca da ciência geográfica, já que seu principal promotor e divulgador fora uma agência do Estado que, naquele momento, era a representação maior de uma ciência que tinha o papel de produzir informações para o planejamento das políticas públicas do país. Nesse sentido, apoiar a apresentação da nova capital goiana à Nação também era um ato de planejamento de política pública, já que havia, como mencionamos anteriormente, a necessidade de *Marchar para o Oeste* do país. E sem dúvida, a inauguração de uma capital como símbolo da modernidade e representação do progresso era motivo estratégico para a aceleração das propostas varguistas.

O ponto central, a nosso ver, para o trabalho aqui apresentado, fica a cargo das exposições ocorridas no edifício da Escola Técnica – aquela de Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística e a Exposição de Produtos Regionais. Nelas estavam expostos mapas municipais, fruto da Lei Geográfica; bens minerais, informações diversas das regiões brasileiras, além de diversos outros produtos que definiam e caracterizavam o potencial econômico de cada região.

---

<sup>52</sup>O geomorfólogo francês Francis Ruellan, que chegou ao Brasil em 1940 para lecionar em curso de graduação, atuou como consultor técnico do Conselho Nacional de Geografia, foi um dos principais introdutores do trabalho de campo no país, chefiando inúmeras expedições. Participou de comissão de estudo para escolher o local da futura capital federal do país.



**Foto 3.5 – Exposição de Goiânia- prédio da escola técnica de Goiás, 1942.**  
Fonte: GALLI, Ubirajara. A história do batismo cultural de Goiânia. Goiânia: Contato Comunicação/Editora da UCG, 2002.



**Foto 3.6 - Exposição de Produtos Regionais: entrada do stand de Goiás. Estão presentes o engenheiro Cristovão Leite Castro, Jaime Câmara, Dr. Pedro Ludovico Teixeira e sua esposa Dna. Gercina Borges, Dr. M. A Teixeira.**

Fonte: [www.ibge.gov.br/65anos/teixeira/pop\\_foto.php?foto=foto2\\_3.jpg](http://www.ibge.gov.br/65anos/teixeira/pop_foto.php?foto=foto2_3.jpg)

A primeira Exposição Nacional foi mais uma contribuição do IBGE, apesar, conforme documento, das

*Dificuldades que se apresentaram, dada a longa distância a vencer e os vários transbordos a que os transportes dos mostruários estiveram sujeitos, não tendo mesmo alguns destes chegado ao destino em tempo útil. Graças, no entanto, ao espírito de colaboradores do Departamento de Estradas de Ferro do Ministério da Viação, da direção da Estrada de Ferro Central do Brasil e das empresas que servem ao percurso São Paulo-Leopoldo Bulhões, a quase totalidade do material a ser exposto já se achava em Goiânia na data da abertura da Exposição, incumbindo-se da direção dos trabalhos de montagem o Sr. Antônio Teixeira de Freitas, chefe da Secção de Sistematização da Secretaria Geral do Instituto Brasileira de Geografia e Estatística, com a colaboração do cartógrafo e estatístico Sr. Antonio Lins (Cf. Anais do 8º Congresso Brasileiro de Educação, 1942, p.23-24).*

Fizeram parte do mostruário da Exposição: gráficos, mapas, cartas, trabalhos escolares, quadros artísticos e publicações, conforme o Secretário Geral do IBGE, Raul Lima. Mas o pronunciamento do Secretário nos chamou atenção pelo papel que atribuiu à nova capital do Estado de Goiás, assim afirmando:

*Gráficos e cartas e trabalhos escolares e quadros artísticos e publicações que para aqui convergiram, partindo do extremo-norte e das capitais da extensa faixa atlântica e dos Estados limítrofes, num grandioso e inédito movimento da periferia para o centro geográfico do país, significa a existência de uma força de coesão que alicerça a nossa unidade. (Cf. Anais do 8º Congresso Brasileiro de Educação, 1942, p.24).*

A citação esboça o entendimento do IBGE sobre o papel do evento e, mais ainda, a mobilização do país para a consolidação de um Brasil unificado - do litoral ao sertão. O movimento da periferia (litoral) ao centro (sertão) geográfico do país colocou Goiás na condição privilegiada de *locus* de unidade nacional – desejo expresso por vários goianos desde o século XIX.

Ainda Raul Lima (1942) nos conta:

*E essa força se concentra, dá de si o que tem de mais afirmativo, para associar-se a vibração cívica que a inauguração oficial de Goiânia bem justifica (...) a fundação mesma desta capital, capítulo novo e surpreendente nesta fase de bandeirismo que o Brasil empreende para assegurar ao seu espaço social à mesma latitude do seu espaço físico, concretiza um dos pontos do ideário de reorganização nacional, que o Instituto compôs à base das suas investigações, pesquisas e estudos. Os números que em seguida ireis apreciar, idôneos e sinceros, os mapas fiéis e elucidativos, oferecem, entre outras demonstrações irrecusáveis, a da urgência da criação de cidades como esta, nos extensos planaltos desprovidos de densidade demográfica, de assistência sanitária e educacional, desintegrados do ritmo atual da civilização brasileira (Cf. Anais do 8º Congresso Brasileiro de Educação, 1942, p.24).*

Novamente o Secretário Geral do IBGE expõe em seus dizeres a importância da nova capital goiana no papel de concretização da integração nacional, quando nos conta que a inauguração de Goiânia concretiza o ideário de reorganização nacional que o Instituto se propunha a realizar. Vale lembrar que o IBGE, no momento do Batismo Cultural de Goiânia, estava divulgando os primeiros trabalhos de referência elaborados pela Instituição. Em 1941 concretizou uma divisão regional do Brasil, elaborada por Fábio de Macedo Soares Guimarães e colaboradores que, além de servir de base para a divulgação de dados estatísticos, foi também o embrião de uma idéia de planejamento para o governo federal (Ver ALMEIDA, 2000). A nosso ver, há um desejo expresso para a concretização de outras mais cidades para a expansão da política do Estado Novo – talvez a construção da Capital Federal.

Na exposição estiveram presentes estandes de órgãos federais, como do IBGE, do CNG, do CNE, do Ministério da Justiça, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, do Ministério da Marinha, do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, do Ministério da Agricultura, do Serviço de Estatística da Educação e Saúde, do Ministério da Aeronáutica, do Departamento de Imprensa e Propaganda, do Departamento Nacional do Café, além das Exposições de Produtos Regionais apresentados nos estandes dos estados da Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraíba, Paraná, Pará, Santa Catarina, Mato Grosso, Ceará, Amazonas, Alagoas, Sergipe, Espírito

Santo, Rio de Janeiro, Maranhão e Rio Grande do Norte e, é claro, de Goiás<sup>53</sup>. Os estados, de maneira geral, expuseram gráficos, álbuns fotográficos, mapas, coleções de publicações, trabalhos escolares e maquetes (Cf. Anais do 8º Congresso Brasileiro de Educação, 1942). Assim sendo, as regiões brasileiras estavam representadas na mencionada exposição, além de todo aparelho estatal de Getúlio Vargas.

Após a cerimônia do Batismo Cultural, como sempre aconteceu nas Exposições Universais desde o século XIX, vários dos objetos em exposição foram doados ao governo do Estado de Goiás e encaminhados para o recém inaugurado prédio do Departamento de Propaganda (1942), onde ficaram em exposição permanente. Ressalta-se que, no ano de 1943, o órgão citado transformar-se-ia em Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado de Goiás e, no ano de 1945, teria nova nomenclatura: Departamento Estadual de Informação. Somente em 1946 foi criado o Departamento Estadual de Cultura (DEC), que agregaria os Serviços de Expansão Cultural, Museu do Estado, Biblioteca Pública<sup>54</sup> e Serviço de Administração.

### ***3.3. O Cotidiano das Casas: O DEC e o Museu Estadual de Goiás (1946 a 1948)***

A criação do Departamento Estadual de Cultura proporcionou a Artiaga ampliar a divulgação de objetos das ciências naturais, pois a Instituição ficou responsável pela manutenção dos objetos expostos no Batismo Cultural, que se constituíam da seguinte forma: fragmentos de rochas, minérios, mapas, cartas, gráficos, amostra de madeiras e sementes, entre outros. Esses objetos foram mantidos por Artiaga no mostruário da Exposição Permanente de Goiânia até 1948, momento em que foi extinto o DEC e seus objetos transferidos para o Museu do Estado de Goiás (MEG). Aqui cabe lembrar Lopes (2001, p.884): *as coleções não começam no museu “...” imaginemos o museu como fim. Uma vez escolhidos porque considerados colecionáveis, objetos das mais diferentes ordens iniciam uma longa e complexa viagem pelo campo até sua exibição no museu.* Fato

---

<sup>53</sup> Para maiores detalhes do que foi exposto ver: IBGE, Anais do 8º Congresso Brasileiro de Educação. Goiânia, julho de 1942. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1944.

<sup>54</sup> Destaca-se que a biblioteca pública foi retirada no ano de 1947 das instalações do DEC porque ali ficaria instalada, por um curto período de tempo, a Assembleia Legislativa do Estado. Para tanto, a biblioteca pública foi transferida para outro prédio de propriedade da Sra. Aracy Monteiro Artiaga, esposa de Zoroastro Artiaga, localizado na Rua Araguaia, n. 13 Centro, pelo qual era pago aluguel mensal de CR\$ 2.000,00 (Ver. Ofício n. 427,1947 e Ofício n.48 de 1948. Arquivos do Museu Goiano Zoroastro Artiaga).

observado nos objetos que compuseram o Museu Estadual, já que vieram de outros lugares e circularam por vários outros espaços para então se agregarem e formarem o Museu goiano.

Zoroastro Artiaga foi nomeado o primeiro diretor geral do DEC e, concomitantemente, diretor do Museu Estadual de Goiás. Em vários dos documentos existentes nos arquivos do MEG, percebemos a existência de tentativas de normatização das funções do Departamento Estadual de Cultura. Para nosso divulgador:

*O DEC ficou subordinado diretamente ao chefe do poder executivo; e teve ao ser criado as seguintes finalidades: estimular as atividades espirituais, colaborando com artistas intelectuais e instituições culturais do Estado; prestar assistência cultural a empresas sediadas no Estado, promover e realizar manifestações cívicas, festas populares com intuito patriótico, educativo ou de divulgação turística, conceitos conferências e exposições de arte. Superintender serviços de turismo no tocante à sua expansão, organizando publicações de caráter cultural e turístico, difundir através de publicações periódicas, dados relativos às possibilidades do estado e seu desenvolvimento econômico. Promover exposições temporárias e permanentes de obras de arte; coligir elementos nos reinos da natureza para reuni-los em exposição permanente. Promover estudos de paleontologia, etnografia, antropologia, arqueologia, botânica, geologia, faunas, flora, silvicultura e madeiras tudo relativo ao Estado e destinado à divulgação; articular-se com entidades congêneres científicas do país; promovendo intercambio cultural, permutando estudos e fornecendo mostruários<sup>55</sup>.*

O Departamento Estadual de Cultura agregou para si uma infinidade de atividades que envolviam a educação; a pesquisa no campo das ciências naturais; promoção de eventos e do turismo; prestação de serviços a empresas; todas essas atividades seriam executadas por Zoroastro Artiaga, conforme informações encontradas nos livros atas da Instituição. Além disso, havia uma variedade de objetos expostos, desde recursos naturais, folclore e aqueles que tratavam das bases econômicas do estado de Goiás. O DEC teve também sob sua responsabilidade e no mesmo prédio o Museu Estadual, o Serviços de Expansão Cultural, e Serviço de Administração, como já colocado por nós anteriormente, fato que nos permite afirmar que a variedade de atividades do DEC estava atrelada à

---

<sup>55</sup> Cf. correspondência de Zoroastro Artiaga, diretor geral da DEC, ao governador do Estado de Goiás Jerônimo Coimbra Bueno. Arquivos do Museu Zoroastro Artiaga. Ofício n. 83 de 27 de março de 1947.

quantidade de serviços prestados pela Instituição e os órgãos que estavam sob seu gerenciamento.

Vale uma indagação: Por que criar uma casa com várias finalidades e nela expor objetos tão distintos? Podemos elencar algumas suposições. Talvez por Zoroastro acreditar ser possível executar tais tarefas, a nosso entender, tão díspares, mas naquele tempo ainda tão pequenas, pois se tratava de atividades que estavam em seus primeiros passos, já que em Goiás não havia até aquele momento nenhuma instituição dedicada às funções proposta pelo DEC. Zoroastro acreditava, a nosso entender, que poderia chamar atenção de outras instituições nacionais para colaborarem com as atividades do Departamento, fato também identificado em documentos encaminhados para o governo do Estado, já que chamou técnicos de outras Instituições (IPT, por exemplo) para auxiliar na classificação das minerais e rochas encontradas em Goiás e expostas no DEC.

Na direção do Departamento Estadual de Cultura, Artiaga deu continuidade à Exposição Permanente de Goiânia que se caracterizava como um veículo de propaganda do estado de Goiás para os visitantes da *Casa*. A Exposição dedicava-se especialmente em apresentar objetos possíveis de comercialização industrial, daí no caderno de visita do DEC ter uma quantidade considerável de assinaturas de homens de negócios ou representantes de governos de outros estados ou países, talvez se justificasse pela própria finalidade que possuía o DEC. Nas palavras de nosso divulgador:

*Uma das realizações notáveis do novo Departamento foi a Exposição Permanente de Goiânia, embora os principais municípios como os de Anápolis, Ipameri e Catalão e outros não tenham ajudado. A Exposição Permanente deverá exibir mostruários de indústrias do nosso Estado, nossa riqueza latente, nossa capacidade de produção e trabalho, quer no setor rural, quer no das atividades urbanas”<sup>56</sup>.*

As imagens que seguem apresentam parte dos objetos que compunham a Exposição Permanente de Goiânia e, dentre os que mais se destacavam, estavam às rochas e minerais encontrados na região goiana.

---

<sup>56</sup> Cf. correspondência de Zoroastro Artiaga, diretor geral da DEC, ao governador do Estado de Goiás Jerônimo Coimbra Bueno. Arquivos do Museu Zoroastro Artiaga. Ofício n. 83 de 27 de março de 1947.



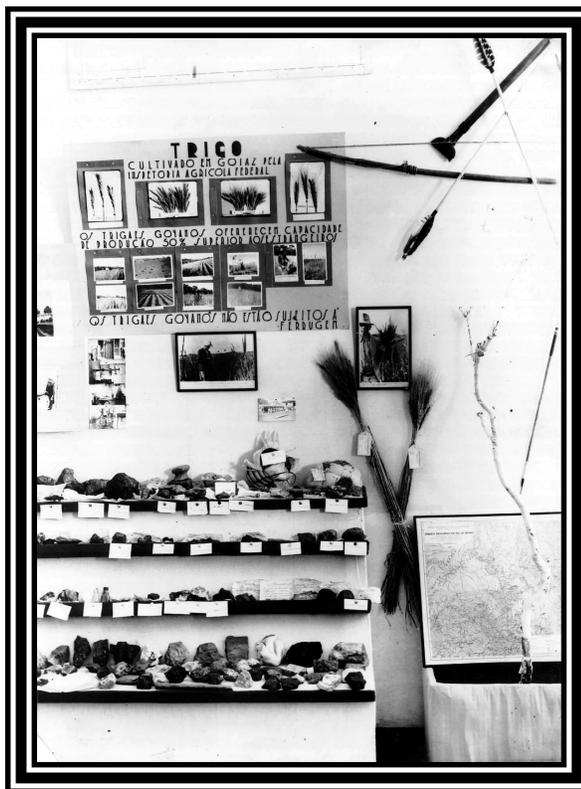
**Foto 3.7 – Rochas e minérios encontrados na região goiana. Imagem da Exposição Permanente de Goiânia (1942 – 1947).**

Fonte: Acervo Gustavo Capanema. CPDOC/Fundação Getúlio Vargas



**Foto 3.8 – Rochas, minérios e imagens aéreas de Goiânia. Imagem da Exposição Permanente de Goiânia (1942 – 1947).**

Fonte: Acervo Gustavo Capanema. CPDOC/Fundação Getúlio Vargas



**Foto 3.9 – Rochas, minérios e adereços de indígenas habitantes da região goiana. Imagem da Exposição Permanente de Goiânia (1942 – 1947).**  
Fonte: Acervo Gustavo Capanema. CPDOC/Fundação Getúlio Vargas.

As imagens acima apresentam parte do acervo da Exposição Permanente de Goiânia e percebe-se que, além da existência do Museu, o Departamento Estadual de Cultura manteve em funcionamento a Exposição instituída por Gerson de Castro Costa, quando ainda exercia as funções de Diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda. Tal Exposição teve como objetivo a divulgação da riqueza mineral que poderia ser utilizada nas atividades produtivas. As imagens também apresentam objetos indígenas, que talvez fossem utilizados na exposição como uma forma de identidade regional ou, ainda, como uma forma de valorização dos primeiros povos que habitavam a região goiana.

Ao assumir a direção geral do Departamento Estadual de Cultura e, concomitantemente, a do Museu Estadual de Goiás em 1946, Artiaga dedicou-se a cumprir

o principal objetivo do DEC, que era de promover cultural e politicamente o estado de Goiás dentro do país. Para tanto, uma de suas funções era de encaminhar matérias para os jornais, revistas e rádios locais e nacionais a fim de divulgar as riquezas naturais, o progresso econômico advindo da inauguração de Goiânia, entre outros temas que pudessem atrair capitais e imigrantes para o estado. Os meios de divulgação que recebiam verbas para publicação de tais matérias eram os jornais: A Manhã/RJ, A Noite/RJ, O Diário/MG, Brasil-Portugal/SP, O Anápolis/GO; as revistas O Cruzeiro/RJ e Revista Cultura/MG. Além da Rádio Clube de Goiás que, por meio do programa *Hora do Estado*, conforme afirmação do próprio Zoroastro – *criado por nós*; teve por função estabelecer o vínculo da capital com o interior goiano. No ofício n. 53, de 26/02/1947, Artiga nos conta:

*O programa Hora do Estado, organizado por este Departamento e, diariamente, irradiado por essa emissora tem por finalidade exclusiva de informar ao público, sobretudo do interior do estado, acerca dos atos oficiais do governo, considerando o grave problema de transporte em nosso estado, cuja morosidade vem acarretando sérias dificuldades no conhecimento por parte dos interessados residentes na hinterlândia goiana dos referidos atos. Esse programa idealizado por este Departamento veio resolver uma parte de tal questão. A fim, pois que o mesmo alcance seus objetivos venho solicitar a vossa excelência a fineza de fixar o horário para essa transmissão a partir de 19h quando melhor captam as notícias nos aparelhos de rádio do interior.*

Apesar dos esforços de Artiaga, o programa deixou de ser financiado pelo governo, pois a transmissão somente alcançava o centro e a periferia da cidade de Goiânia. Contudo, conforme relato de Zoroastro, continuou *a ser feito [a divulgação dos atos oficiais do governo] de graça pelos estudantes da Unificação [?] a quem forneci elementos de irradiação e diariamente fornecemos os comunicados que são lidos pela amplificadora bem instalada em lugar de grande aglomeração pública.*

Mas não só os meios de comunicação acima apontados foram os veículos encontrados por Zoroastro para a divulgação do estado; também utilizou outro caminho para tal tarefa - escrever livros e publicá-los pelo DEC. Ao longo do ano de 1947, encaminhou para publicação seus escritos sobre Goiás, a saber: “Contribuição para a História de Goiaz”, “Índios de Goiaz”, “Corografia do Estado de Goiaz” e “Geologia Econômica do Estado de Goiaz” enviados para a gráfica Souza Júnior e Irmãos, situada na

cidade de Uberada/MG, “Planalto Central do Brasil e Navegação do Tocantins” para a gráfica J. Câmara & Irmãos/Goiânia/GO. Ressalta-se que outros autores também tiveram seus livros publicados com verba da DEC, como: “Goiáz Liberto” de autoria de Guimarães Lima, e o livro “Estudo sobre a Nova Capital do Brasil” de Manuel Demóstenes.

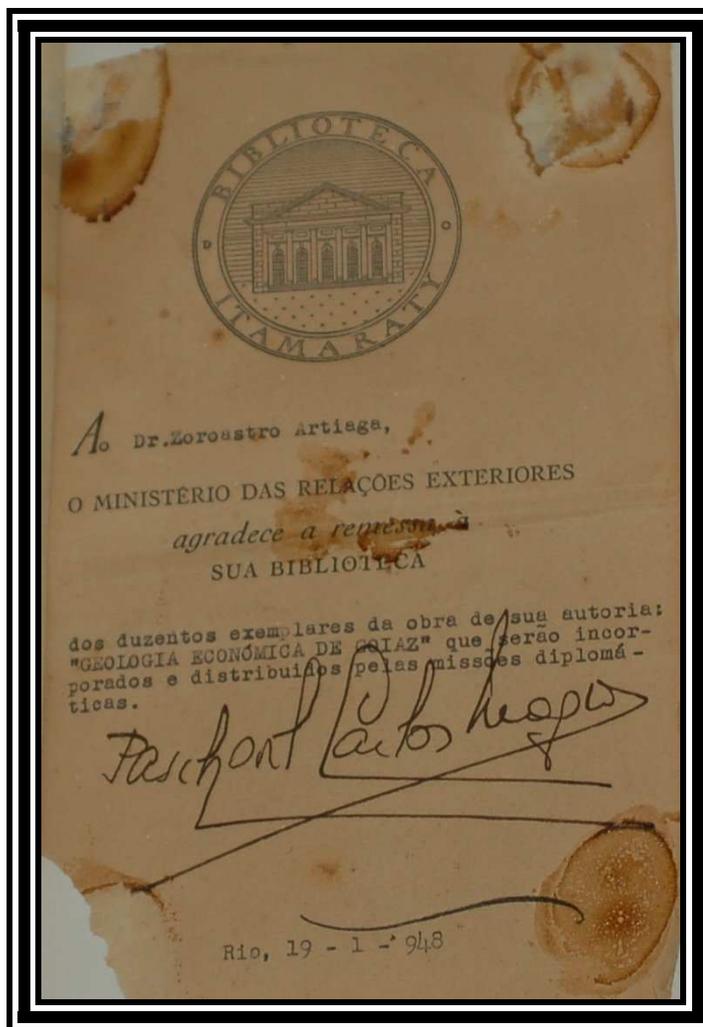
Vale considerar que o livro “*Geologia Econômica de Goiás*” foi amplamente distribuído por nosso divulgador, que encaminhou, ainda no ano de sua publicação, 200 exemplares para a Associação Goiânia do Rio de Janeiro<sup>57</sup>, 50 exemplares para o Deputado Federal Galeno Paranhos<sup>58</sup>, um exemplar para cada um dos ministérios da República, além de 200 cópias do livro para o Ministério das Relações Exteriores que foram distribuídos pelas missões diplomáticas para outros países. Em nosso entender, esse foi um dos principais livros de Zoroastro Artiaga que, conforme documento dos arquivos do Museu, teve repercussão nacional, inclusive proporcionando a nosso geocientista sua divulgação na Rádio Nacional/RJ<sup>59</sup>, na época um dos principais meios de comunicação do país. Este fato evidencia que Zoroastro valeu-se de seu cargo e poder para publicar e divulgar seus trabalhos.

---

<sup>57</sup> A Associação Goiana do Rio de Janeiro foi criada ainda na década de 1920 por Henrique Silva com o objetivo de receber e congregar jovens goianos que para aquele estado migravam e em 1964 a instituição foi fechada pelo governo militar.

<sup>58</sup> Galeno nasceu na cidade de Catalão/GO e bacharelou-se em Direito pela Escola de Direito da antiga Capital de Goiás, em 1931. Exerceu a profissão no Sul do Estado, tendo mais tarde sido nomeado chefe de Polícia, no governo do Interventor Pedro Ludovico; de 1938 a 1943, ocupou interinamente o cargo de Procurador-Geral do Estado. Foi eleito deputado federal em várias legislaturas. Publicou: “Pecuária, Lavoura e Transporte”, “Reforma Agrária” e “Uma Velha Demanda”.

<sup>59</sup> Criada pelas Organizações Victor Costa e, posteriormente, estatizada pelo Estado Novo, o mencionado meio de comunicação transformou-se na rádio oficial do governo brasileiro. Em 1942 inaugurou a primeira emissora de ondas curtas, fato que deu aos seus programas uma dimensão nacional. Destaca-se nas décadas de 1940 e 1950 sua liderança absoluta de audiência na inesquecível “Época de Ouro” do rádio brasileiro com programas de auditório, programas de calouros, rádio-novelas e as transmissões do famoso Repórter Esso, “Testemunha Ocular da História”.



**Figura 3.3. Correspondência do Ministério das Relações Exteriores para Zoroastro Artiaga**

Fonte: Acervo do Museu Goiano Zoroastro Artiaga. Livro de correspondências recebidas, 1948.

O cotidiano dos primeiros anos de funcionamento do DEC esteve intimamente relacionado aos projetos de vida de Zoroastro. Como já dissemos, Artiaga dedicou grande parte de sua vida a divulgar o estado de Goiás para as demais regiões brasileiras. Sua divulgação estava associada também a informar, por meio do conhecimento das Geociências, sobre as riquezas naturais do estado; todavia, sua discussão não se centrava apenas em apontar as preciosidades goianas, mas também se dedicou a apresentar as mazelas que a economia do estado sofria devido aos poucos investimentos por parte do governo federal. Em nosso entender, os esforços de Artiaga para divulgar o estado de Goiás

foram impulsionados pelo discurso do progresso que, naquele momento, teve na nova capital do estado seu *locus*. Na década de 1940, em Goiânia, evidenciou-se uma intensificação da circulação de jornais, revistas e livros e também o aumento das conferências abertas ao público em geral e da expressiva utilização do rádio. Aqui destacamos o papel das Instituições culturais que foram transferidas para Goiânia no final dos anos 30, momento da transferência da capital. Naquele momento, vários dos intelectuais goianos agregaram-se para implantar e consolidar as instituições culturais em Goiânia. Para tal fim, faziam constantemente eventos abertos à comunidade local (Ver TAVARES, 2000), contando evidentemente com a participação de nosso divulgador das geociências nesse grupo de praticantes da ciência.

Artiaga preocupou-se em descrever, localizar e expor os recursos naturais buscando sua valorização econômica no cenário nacional e internacional. Vale destacar que desde o século XIX os recursos minerais encontrados no estado de Goiás já eram disponibilizados para comercialização internacional, já que havia presença de catálogos de minerais na Exposição Universal ocorrida na Filadélfia em 1875. Ressaltamos que as exposições universais tiveram papel importante no cenário da divulgação científica. Contamos Heizer (2003, p. 166) que:

*As grandes exposições do século XIX, assim como os almanaques, as revistas, as experiências e projeções públicas, as conferências, os romances, os museus, os jornais, fizeram parte de um empreendimento de divulgação científica que pretendia, através de canais diversos, colocar a ciência ao alcance de todos.*

Zoroastro vivia um cenário em que divulgar os potenciais naturais do estado de Goiás, especialmente através do conhecimento geocientífico, era ponto crucial para o desenvolvimento regional, já que nos anos 40 havia a necessidade de matéria-prima para a indústria nacional. Vale aqui lembramos Bourdieu (1996), quando afirma que aquele que ocupa papel na estrutura social torna-se, muitas das vezes, locutor de um discurso de valor, de poder e de competência, carregando consigo o capital cultural que lhe atribui autoridade para falar ou escrever e ser ouvido ou lido.

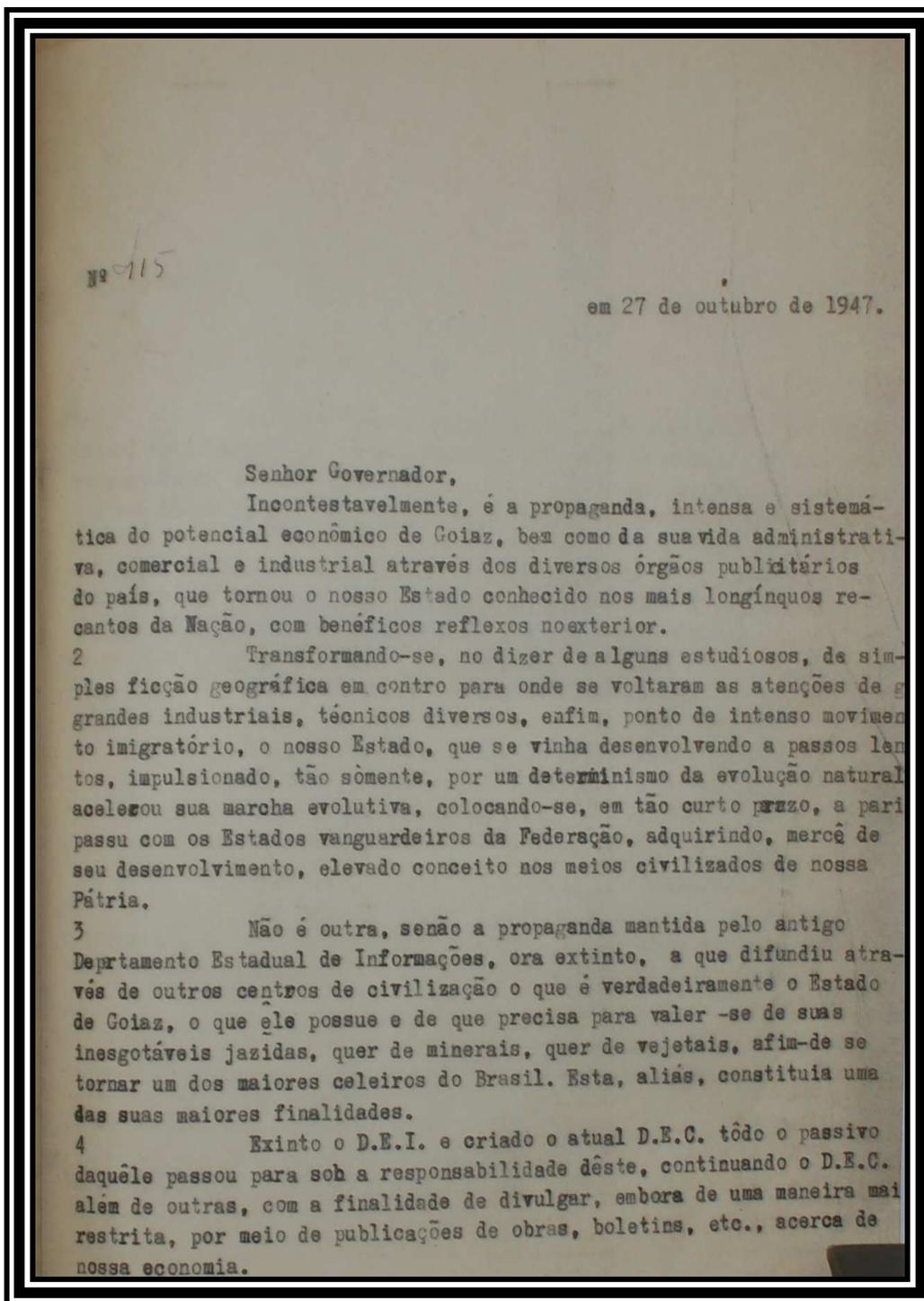
O documento que segue expressa o ponto de vista de Zoroastro acerca do papel da divulgação de Goiás para as demais regiões brasileiras. O primeiro trecho do

documento apresenta o entendimento de Zoroastro acerca do papel da imprensa goiana, quando afirma:

*É a propaganda intensa e sistemática do potencial econômico de Goiás, bem como de sua vida administrativa, comercial e industrial através de diversos órgãos publicitários do país que tornou nosso estado nos mais longínquo recanto da Nação, com benéficos reflexos no exterior (1947).*

Ressalta-se que o DEC tivera como principal papel o de propagandista do estado Goiás para o país. Para esse fim utilizou a comunicação como uma atividade social, na qual as mensagens eram formadoras de opiniões. Em vários relatórios encaminhados para o governo do Estado, Zoroastro aponta a necessidade de divulgação de Goiás, afirmando que é por meio dela que há o reconhecimento da região, especialmente dos recursos naturais, ponto de vista descrito no penúltimo parágrafo do documento reproduzido.

Ainda, o documento traz a percepção de Zoroastro sobre Goiás acerca das mudanças ocorridas no estado a partir das divulgações feitas pelo DEC. Nosso divulgador, em diferentes documentos do Departamento, expressou sua convicção do papel fundamental que tal instituição tinha no desenvolvimento do Estado. Talvez suas convicções fossem para justificar a existência da Instituição e de seu cargo, ou ainda porque acreditava que a propaganda seria a única forma de aproximar o estado de Goiás dos demais estados da federação.



**Figura 3.4. Carta encaminhada ao governador do estado de Goiás Sr. Jerônimo Coimbra Bueno, 27/10/1947.**

Fonte: Acervo do Museu Goiano Zoroastro Artiaga. Livro de correspondências enviadas, 1947.

Em trecho recortado do documento acima, nosso biografado assim expressa sobre Goiás após as propagandas nacionais feitas pelo DEC:

*Transformando-se, no dizer de alguns estudiosos, de simples ficção geográfica em centro para onde se voltaram as atenções de grandes industriais, técnicos diversos, enfim, ponto de intenso movimento migratório, o nosso estado, que vinha desenvolvendo a passos lentos, impulsionado tão somente por um determinismo de evolução natural acelerou sua marcha evolutiva, colocando-se em tão curto prazo a pari passu com os estados vanguardeiros da federação, adquirindo “...” elevado conceito nos meios civilizados de nossa pátria.*

A exposição dos objetos existentes no DEC também foi outra forma de divulgação do estado de Goiás, mas também havia no Departamento a necessidade de aquisição de objetos para exposição, seja na Exposição Permanente, seja no Museu Estadual de Goiás. Em diversas correspondências, no ano de 1947, para aquisições de novos objetos para exposição nas galerias do DEC, Artiaga encaminhou correspondência para os prefeitos municipais solicitando o envio do material ou de informações. Vale considerar que, segundo informações obtidas nas leituras dos ofícios emitidos por Artiaga, o Museu, inicialmente, teve por características apenas atender a uma demanda da história regional, ficando para a Exposição Permanente localizada também no prédio do DEC a responsabilidade pela exposição dos elementos ligados à história natural. Nesse momento, 1947, o museu era um anexo da Exposição Permanente, conforme expressão utilizada pelo próprio Zoroastro. Ao Museu cabia, conforme percebemos em sua correspondência, organizar o documentário histórico de Goiás:

*A organização de documentário da História de Goiaz constitui um dos relevantes objetivos do Museu Estadual, recentemente criado, subordinado ao Departamento Estadual de Cultura. Após acurados estudos e pesquisas de vida histórica deste Estado, que exigiram ingentes esforços, já conseguiu a seção histórica do referido museu, graças a ajuda valorosa de órgãos públicos e de pessoas particulares, considerável número de documentos, que confirmam, positivamente, as diversas vicissitudes políticas e econômicas por que tem passado a terra anhanguerina. Entretanto, vale destacar aqui dois memoráveis acontecimentos, que bem podem ser considerados marco proeminente a história goiana: a visita do ilustre ex-presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, o primeiro presidente da Nação que penetrou as fronteiras de*

*Goiaz, e o Batismo Cultural da nova capital do estado. Justamente, com referência a estes dois importantes fatos que a secção histórica se ressentiu com a falta de dados mais positivos, de documentos que melhor possam veicular os conhecimentos as minudências da história goiana”<sup>60</sup>.*

Em 17/04/1947, enviou correspondência ao prefeito municipal de Cavalcante solicitando amostras de recursos minerais para expor na Exposição Permanente:

*Este Departamento vem sendo alvo de contínuas indagações concernentes à existência no território goiano de cristal citrine [quartzo de cor amarela], largamente aplicado na manufatura de instrumentos de ótica. Repetidas vezes, os inúmeros visitantes da Exposição Permanente têm-se mostrado desejo de conhecer amostras daquela variedade de cristal, que, segundo fui informado, existe copiosamente nessa próspera comuna. Desejando, pois, satisfazer a curiosidade dos ilustres visitantes e como o firme propósito de difundir, através de exposições de produtos amplos conhecimentos das nossas inesgotáveis jazidas minerais, imersas ainda no espaçoso mar da ignorância relativa ao potencial econômico nacional, venho de apelar pelo seu alto espírito de cooperação e de amor ao progresso de Cavalcante, para que seja fornecida qualquer quantidade (no mínimo 500 grama) da espécie do cristal em referencia a este Departamento destinado a enriquecer o mostruário já existente. (...) Sendo impossível a essa Prefeitura o custeio da despesa que decorrer da extração da amostra aludida, este Departamento se propôs a fazê-lo, bastando que se remeta uma nota dos gastos feitos”<sup>61</sup>.*

As citações acima aclaram os objetos destinados ao Museu e à Exposição Permanente, evidenciando o teor de história regional do MEG e o de história natural da Exposição. Conforme ofício n.53 de 27/02/1947, a Exposição Permanente contava com verbas de manutenção nos anos de 1946 e 1947, fato que a diferenciava do Museu, pois o mesmo não possuía destinação de verba para sua manutenção ou aquisição de materiais para exposição. Conforme ofício n. 220 de 24/06/1947, assim se referia nosso divulgador:

*É pensamento do DEC ampliar, no decorrer do ano próximo vindouro, as atividades do Museu Estadual no tocante à exposição de arte e documentos históricos. Para levar a efeito esse programa fez-se mister*

---

<sup>60</sup> Documento Ofício 87 de 28/03/1947 encaminhado ao Dr. Waldemar da Silveira, Diretor Geral da Agência Nacional, Rio de Janeiro/RJ.

<sup>61</sup> Documento Ofício n. 34 de 17/abril/1947 encaminhado ao prefeito do município de Cavalcante/Goiaás.

*ampliar a datação própria, sem a qual seria isto quase impraticável dada a exigüidade da verba reservada a manutenção do Museu.*

Ao longo do ano de 1947, Zoroastro Artiaga entrou em contato com várias famílias residentes nas cidades goianas que, no século XIX, tiveram na mineração e na pecuária sua principal fonte econômica; tendo como objetivo adquirir bens particulares para expor no Museu, como se destaca na correspondência enviada ao Sr. Luiz de Pina:

*Apresentando a Vs. Excelência os meus cordiais cumprimentos e desejos de prosperidade venho pedir sua valiosa intervenção junta de sua estimada sogra, Sra. Dna. Maria, para que nos dê ou nos empreste por algum tempo uma caveira de gado existente na fazenda Babilônia para figurar neste museu, onda a fazenda está representada num quadro ampliado como documentário histórico da vida de Goiás<sup>62</sup>.*

Vários outros ofícios foram encaminhados para as prefeituras dos municípios goianos a fim de adquirir documentos históricos, mas também amostras de rochas e minérios para compor o mostruário da Exposição Permanente. Especial destaque dá-se aos minérios com destino à produção industrial.

Foi também papel do DEC encaminhar informações econômicas, populacional entre outras aos municípios. Em 21 de outubro de 1947, em resposta à solicitação feita pelo Coronel Livertino Leão, Artiaga coletou informações relativas ao nível de vida das localidades goianas em que o garimpo exercia influência decisiva no custo de gêneros de primeira necessidade. Conforme documento (Ofício 403, 21/10/1947), assim afirmou:

---

<sup>62</sup> Vale ressaltar que a Fazenda Babilônia foi citada por viajantes que no século XVIII circulavam em Goiás, a saber: Pohl, em Viagem ao Interior do Brasil, afirmava que era um dos maiores engenhos de açúcar do Brasil. O Engenho São Joaquim, como era chamada a fazenda, já era considerado no século XIX a maior empresa agrícola do Estado de Goiás. Nesta Fazenda, além da cana de açúcar, plantava-se, em escala industrial, mandioca e algodão, para a produção da farinha e fios de algodão para exportação para Inglaterra. Outro viajante que fez referência à fazenda em seus escritos foi o francês August Saint-Hilaire, que descreve com maestria a estrutura da fazenda, a máquina de ralar mandioca movida à água e a organização das senzalas e oficinas.

*Dando desempenho ao seu desejo manifestado pessoalmente de obter informações relativas ao nível de vida das localidades goianas em que o garimpo exerce influência decisiva no custo dos gêneros de primeira necessidade, tenho o prazer de apresentar a V. Exmo. as que colhi, aliás deficientes, porém bastante sugestivas para a organização de um trabalho baseado em bons depoimentos. Segundo informações que obtive os únicos lugares atualmente sujeitos à influência da garimpagem são: a) Balisa; b) Porto Nacional; c) Cavalcanti; d) Niquelândia e e) Cristalina.*

Zoroastro continua sua correspondência descrevendo cada município e destacando seus principais problemas:

*Balisa<sup>63</sup> sofre o reflexo da deficiência alimentar de Mato Grosso, Garça, Tesouro, Lageado e adjacências onde o homem não cuida do amanhã da terra e não se fixa. As regiões extensas do solo cuiabano são sujeitas a alagamentos, inundáveis e facilmente ocupados pelas águas pluviais de modo que se constituem em tremendos focos de infecções de maleita, polimevrita (Béri Béri) e tifo amarílico - antiga febre terçã dos bandeirantes, tornando a zona agrícola insalubre. Geralmente são pântanos revestidos e sombrios onde a morte espreita continuamente ao garimpeiro. "... Porto Nacional<sup>64</sup>, com o cristal e a mica, sofre também os efeitos nos lugares denominados Piaus, Piuns, Chapada, Aponages, Pedra de Amolar, etc. Nesses garimpos de cristais há dois anos o valor do 1K de macarrão era de CR\$ 20,00; 1k de cebola CR\$ 25,00; 1k de banha frita CR\$ 40,00 "... atualmente o preço é a metade, nem por isso há firmeza, estabilidade nas cotações, dependendo dos fornecedores por meios precários de transporte, ainda feito por lombo de jumento. Cavalcante tem os seus garimpos de cristais e o nível de vida de Goiânia. Não tem meios de transportes modernos e sobre também a falta de braços, havendo regiões imensas em se viaja por dias seguidos sem encontrar um único habitante "... Niquelândia<sup>65</sup> tem vários garimpos de mica e cristal. É onde o nível de vida acha-se mais normal. Possui produção de gênero em seu vasto revestimento florestal de cobertura. Não pode contudo, ter vida barata. Os artigos de importação estão caríssimos. O comércio é*

---

<sup>63</sup> O município de Baliza/GO localiza-se no noroeste de Goiás, microrregião de Aragarça (Cf. IBGE, Divisão Territorial do Brasil e Limites Territoriais. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2008).

<sup>64</sup> Hoje município do estado do Tocantins, localiza-se na mesorregião Oriental do Tocantins, microrregião de Porto Nacional (Cf. IBGE, Divisão Territorial do Brasil e Limites Territoriais. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2008).

<sup>65</sup> O município de Niquelândia/GO localiza-se no norte do estado, microrregião de Porangatu (Cf. IBGE, Divisão Territorial do Brasil e Limites Territoriais. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2008).

*feito de Anápolis, São Paulo e Rio “....” Cristalina<sup>66</sup> tem nada menos de uma centena de garimpos, porém muito outras jazidas são agora trabalhadas..*

Fato que evidencia o papel do DEC de órgão informativo do estado para determinar políticas de intervenções nos municípios goianos. Em relatório entregue em julho de 1947 ao governador do Estado, Artiaga aponta que o DEC fez

*Coleta de dados estatísticos relativos à produção do Estado a fim de atender os constantes pedidos de informações que recebe, tanto da vida comercial como da agrícola. Apesar de essa ser uma das obrigações da Estatística oficial, acontece que aquele departamento não tem podido atender se não com atraso “...” por isto mesmo fazemos diretamente a coleta”<sup>67</sup>.*

Assim, o DEC, por meio de Artiaga, também exerce a função de órgão de informações estatísticas e geográficas do estado de Goiás. Ainda segundo seu diretor geral: *devido às contingências somos forçados a editar livros e monografias de sentido econômico para fazer as divulgações de documentação de boas fontes.*

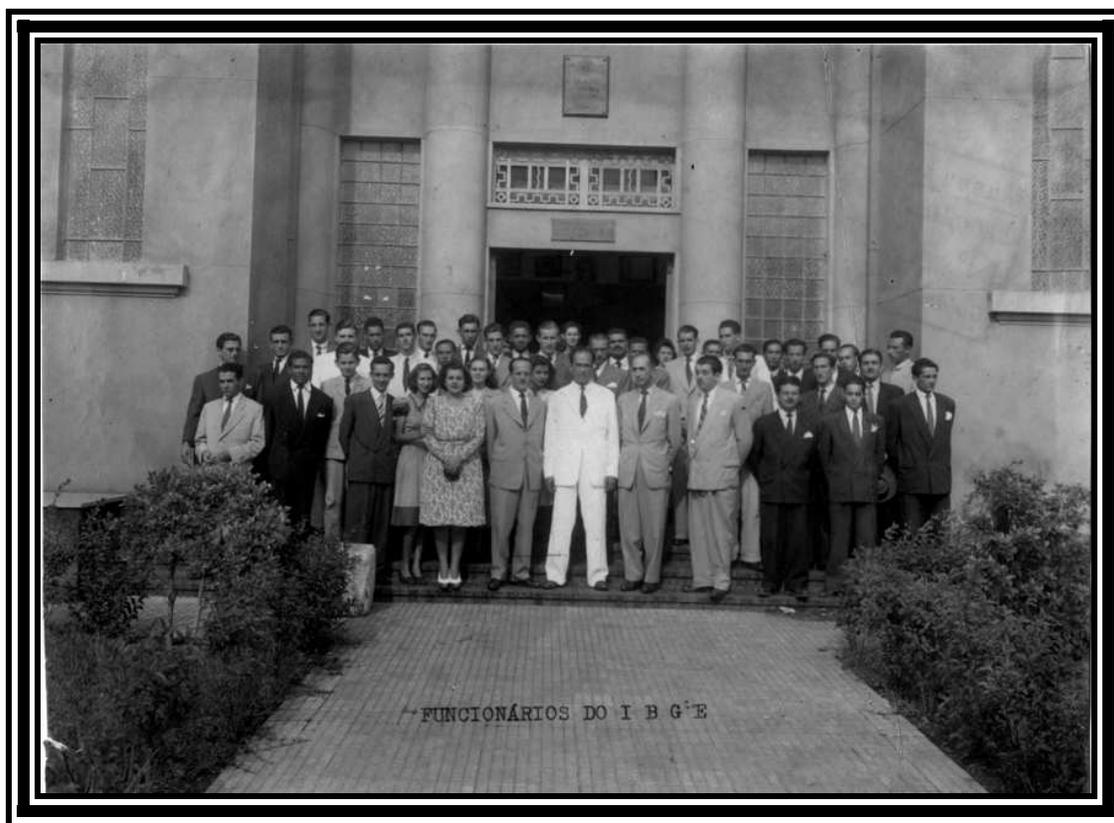
No decorrer do ano de 1947, o prédio do DEC teve que constantemente ceder seu espaço físico para outros órgãos públicos, bem como para instalação da Assembléia Legislativa por alguns meses. Outra instituição, a Inspeção Regional de Estatística, tentou apropriar-se de parte do prédio do DEC. Artiaga encaminhou vários ofícios para diferentes homens públicos a fim de que interviessem junto ao governo do estado em favor do DEC. No primeiro ofício, afirmou que *o inspetor regional de estatística quer que o salão Henrique Silva fique apenas à disposição da inspeção* (Ofício n. 218 de 17 de junho de 1947). Nesse mesmo período, Artiaga encaminhou ofícios a órgãos públicos e privados, oferecendo o salão para que essas instituições usufríssem do mesmo para a realização de eventos; tendo por objetivo não permitir que a Inspeção consolidasse sua apropriação das instalações físicas do prédio. Talvez esse posicionamento tivesse agravado ainda mais o mal estar entre Zoroastro Artiaga e o inspetor da regional de estatísticas,

---

<sup>66</sup> O município de Cristalina/Go localiza-se no leste do estado, microrregião do entorno de Brasília(Cf. IBGE, Divisão Territorial do Brasil e Limites Territoriais. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2008).

<sup>67</sup> Carta emitida ao governador Jerônimo Coimbra em 17 de julho de 1947. Arquivo de documentação do Museu Zoroastro Artiaga.

especialmente por Artiaga encaminhar ao governador carta afirmando que o DEC estava fazendo parte do serviço do mencionado órgão, já que fazia o papel de produzir e divulgar informações que deveriam ficar a cargo da inspetoria de estatística<sup>68</sup>.



**Foto 3.10 - Funcionários do IBGE. 1946. Autor desconhecido. Goiânia – GO.**  
Fonte: Coleção Museu Estadual Professor Zoroastro Artiaga. Acervo MIS – GO.

Outra Instituição que também ocupou parte do prédio foi o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, cujo documento fotográfico acima apresenta seus funcionários na porta de entrada do DEC. Não se tem registro nos livros atas quando o Instituto desocupou parte do prédio do Departamento. Mas, numa cidade que estava ainda em construção, a disputa entre as Instituições por local adequado para se instalar era grande. Contudo, Artiaga conseguiu manter as instituições que administrava no pomposo prédio da praça cívica de Goiânia e as outras que também ocupavam o prédio aos poucos foram se mudando.

---

<sup>68</sup> Vale considerar que o chefe da estatística do estado de Goiás era Darcy Daniel de Deus, carioca, funcionário efetivo do IBGE.

Em relatório encaminhado ao governador do Estado em 19/07/1947, Artiaga ressalta a importância da divulgação do estado de Goiás e da necessidade de verbas para tal tarefa. No decorrer das páginas escritas, destacou que, sem propaganda, o estado de Goiás seria inexistente para as demais regiões do país e apontou que a mesma poderia ser feita por objetos e documentos históricos visualizados no Museu ou no mostruário da Exposição Permanente – o que nosso divulgador chamou de *meio prático de propaganda documentada*. Vale conferir trecho do documento:

*O ideal para Goiás seria que o Museu de Goiás, tão novo e com tanto acervo e riqueza no mostruário tivesse no Centro Goiano do Rio de Janeiro, um selecionado mostruário acompanhado as monografias e livros sobre Goiás, para interessar a todos os brasileiros sobre as coisas de Goiás*<sup>69</sup>.

Ainda no mesmo documento, destaca o papel imprescindível de divulgação feito pelos livros publicados com financiamento do DEC, mas principalmente pela divulgação do estado na imprensa nacional. E assim expõe:

*Goiás “...” devido suas condições excepcionais de geografia - isolado do litoral por falta de comunicação e de transporte, tem que se fazer conhecido fora de suas fronteiras todas as suas potencialidades e condições de vida para solucionar o seu grave problema de clarão demográfico. “...” O DEC tem a obrigação de divulgar as cousas de Goiás suas cidades e suas possibilidades econômicas.*

No ano seguinte, 1948, ocorreu a extinção do DEC, que foi substituído pela Seção de Expansão Cultural, vinculada à Secretaria Estadual de Educação. Zoroastro continuou como diretor do Museu Estadual de Goiás.

---

<sup>69</sup> Relatório encaminhado ao governador Jerônimo Coimbra em 19/07/1947. (Acervo do Museu Goiano Zoroastro Artiaga, 1947).

### **3.4. A Casa: O Museu Estadual de Goiás (1947 -1957)**

Na direção do Museu Estadual de Goiás, Zoroastro Artiaga fez reformulações substanciais nos papéis da instituição, transformando-a em uma Casa de divulgação do conhecimento das ciências da terra, conforme as novas diretrizes traçadas para a Instituição. Vale lembrar que o Museu foi criado durante o governo transitório do desembargador Eládio de Amorim, o qual, num primeiro momento, teve como objetivo o de fazer uma *exposição permanente contendo documentos históricos, utensílios antigos, peças de valor científico ou de real utilidade, objetos relacionados com a vida histórica de Goiás, com os índios do Brasil Central, bem como peças artísticas, originais, com real motivo de beleza* (Decreto-Lei n.383 de 06/02/1946), sendo, portanto, algo a parte da Exposição Permanente e, somente posteriormente, agregou para si os objetos de tal Exposição.

A partir de novembro de 1947, conforme Lei n.27 art.24 do ano citado, o Museu Estadual de Goiás ficou subordinado à Secretaria de Estado da Educação. Tendo alterado seu objetivo, assim ficou reformulado: coligir, classificar e conservar material dos três reinos da natureza, especialmente no que diz respeito ao Estado de Goiás, e divulgar conhecimentos de ciências naturais e antropológicas, por meio de exposições, publicações, conferências e assistência aos interessados (Decreto-lei n. 27, 29/11/1947, art. 34). Com esses objetivos, o MEG deixou de ser uma instituição de exposição de conteúdos históricos e transformou-se em uma Casa de divulgação do conhecimento das ciências terra; além de tomar para si o papel antes realizado pelo DEC, que era de publicar. Com essa alteração, nosso divulgador passou a realizar conferências para escolares que visitavam o MEG, entre outros visitantes que percorriam os corredores da Instituição.

Ainda no mesmo ano, por meio da Lei n. 59, de 17 de dezembro, ocorreu nova organização no Museu Estadual, nos termos de seu Art. 1º, que manteve o órgão subordinado diretamente à Secretaria de Estado da Educação. Por força do art. 6º da precitada Lei n. 59, todos os móveis, máquinas, objetos e demais materiais pertencentes ao extinto Departamento Estadual de Cultura foram transferidos para o Museu Estadual<sup>70</sup>.

---

<sup>70</sup> Cf. documento Museu Estadual Professor Zoroastro Artiaga – legislação, 1983. Arquivos do Museu Zoroastro Artiaga.

Nesse momento, Zoroastro permaneceu na direção do Museu Estadual e, buscando ampliar as suas finalidades, para melhor divulgação das riquezas naturais e possibilidades econômicas do estado, atribuiu nova organização ao Museu que ficou consubstanciada na Lei n. 59 de 17/12/1947, tendo o seguinte teor:

Art. 1º O Museu Estadual, instituído pelo decreto-lei n. 383, de 06/02/1946, e diretamente subordinado à Secretaria do Estado da Educação, será um órgão destinado a fins econômicos e culturais, com as seguintes atribuições:

- a) Reunir os elementos dos reinos da natureza, classificá-los e exibi-los em público, em exposição permanente;
- b) Promover estudos, investigações, análises, expedições, reconhecimentos geológicos e prospecções, reuni-los em monografias, para conhecimento público, relativos à paleontologia, arqueologia, fisiografia, botânica, etnografia, antropologia, geologia, fauna, flora, selva e madeiras apresentando, desses estudos, amostras que ficarão em exposição perpétua nos salões do prédio em que funciona;

As duas primeiras atribuições do MEG aproximavam-se da formação de seu administrador, pois, Artiaga, desde o início dos anos de 1940, dedicou-se aos estudos de geociências. Por meio dessa normatização, o Museu também atuaria como órgão capaz de realização de pesquisa, a nosso ver, a primeira instituição de Goiás que iria dedicar-se aos estudos de geociências.

A terceira e quarta finalidade estavam atreladas àquelas exercidas pela Exposição Permanente e pela primeira configuração que coube ao Museu:

- c) Coletar e exibir mostruários de indústria, trabalhos individuais, curiosidade, fotografias de aspectos gerais do Estado, fixando a vida goiana, objetos e trabalhos artístico produzidos em Goiás, quadros, plantas, mapas, documentos, desenhos e tudo que possa despertar e ter interesse científico, econômico, e despertar também vocações infantis.
- d) Coletar, reunir, arrecadar documentário relativo à História de Goiás, zelando pela verdade e restabelecimento integral do que já foi publicado sem documentário incluindo a dos municípios;

Outro papel que coube ao Museu foi o de:

- e) Coletar, reunir e expor, devidamente preparados por processos modernos de embalsamento, pequenos animais, pássaros, peixes, insetos e outros representantes da fauna goiana;

Essa por sua vez foi realizada também por Zoroastro com o auxílio, conforme livro ata de 26/09/1948, do taxidermista José Hidasi. Além disso, o Museu também teria, é claro, a função de divulgador de informações acerca da região goiana.

- f) Dar informações gratuitas a todos os que as solicitarem, a respeito das coisas do Estado, oferecer livros monografias, cópias de plantas e estudos feitos em Goiás desde que se trata de interesse científico e econômico;
- g)Corresponder com todas as entidades congêneres e científicas do país, permutando estudos e amostras de material goiano;
- h)Remeter à Associação Goiana, do Rio de Janeiro, ou à entidade que a suceder, todos os elementos e amostras necessárias ao auxílio de propaganda das possibilidades econômicas de Goiás, feita por aquela entidade;

Interessante destacar o papel da Associação Goiana situada no Rio de Janeiro para a divulgação dos trabalhos goianos. A Associação foi criada por Herinque Silva ainda no início do século XX, com o objetivo de agregar os goianos que iam para o Rio de Janeiro estudar. Daí Artiaga enviar quase sempre material seu para lá, a fim de que os estudantes distribuíssem na Capital Federal.

Por último o documento diz:

- i) Promover exposições de pintura, escultura, artes plásticas, arquitetura pelo menos duas vezes por ano”.

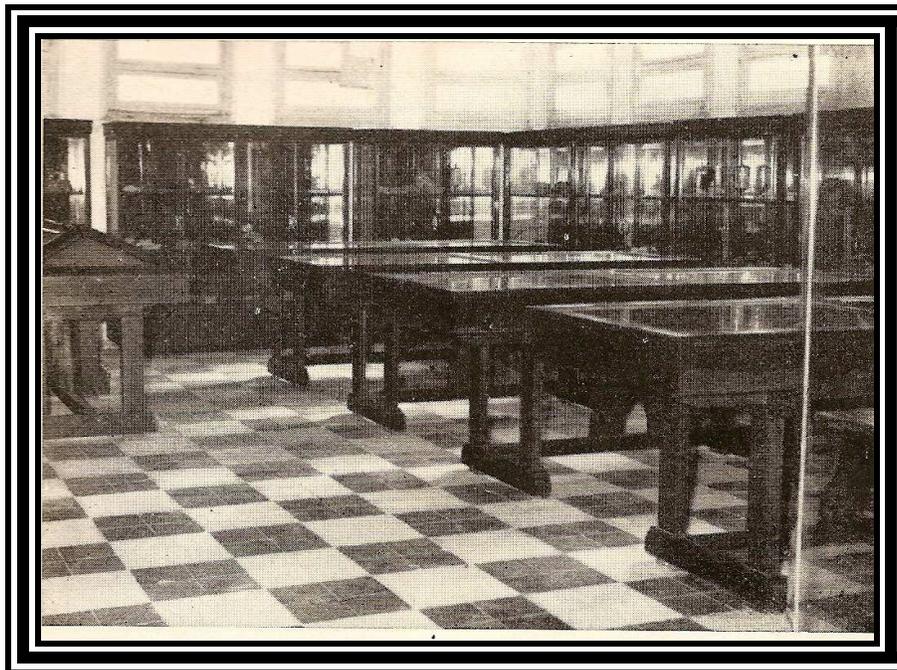
Durante a gestão de Zoroastro Artiaga, as coleções de mineralogia, zoologia, botânica, antropologia e história do Museu Estadual foram enriquecidas através de doações e aquisições. As primeiras coleções do Museu, como já colocado anteriormente, foram constituídas de mostruário da Exposição Permanente de Goiânia, que, por sua vez, aproveitou material exibido nas exposições realizadas durante o Batismo Cultural de Goiânia e objetos doados por Acari dos Passos Oliveira, Olívio de Sousa, Joaquim Machado de Araújo, Zoroastro Artiaga, Orlando Ribeiro e outros.

A classificação das coleções de mineralogia foi feita, inicialmente, por técnicos e cientistas paulistas, integrantes de uma Comissão que transitou por Goiânia em 1946, entre os quais podemos citar Tarcísio de Sousa Santos, do IPT/SP. Posteriormente, o cientista Rômulo Argentiére<sup>71</sup>, que esteve algum tempo em Goiânia e realizou um trabalho de

---

<sup>71</sup> Formado em Engenharia de Minas. Na década de 1940 foi consultor do Exército Brasileiro para questões de manipulação de minérios radioativos. Em 1950, redigiu o anteprojeto que criaria, seis anos depois, a

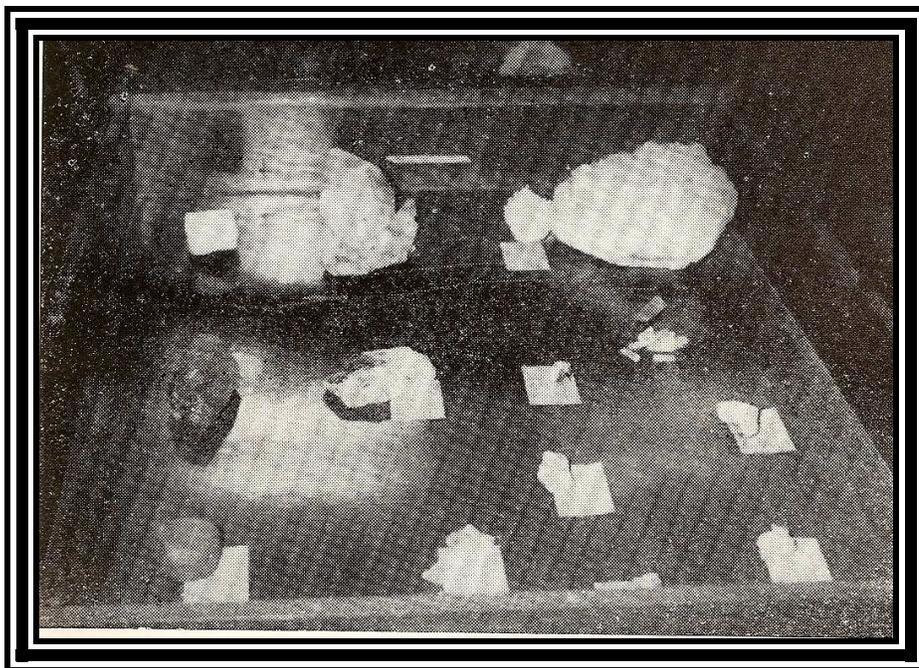
reclassificação da seção de mineralogia do Museu, organizando, inclusive, etiquetas para cada objeto exposto.



**Foto 3.11 – Vista parcial da sala de exposição de mineralogia do MEG, s/d.**  
Fonte: LACERDA, Regina. Histórico e Relatório. Goiânia: Museu Estadual de Goiás, 1959.

---

Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). A partir desse ano e até 1960, coordenou diversas atividades de campo da comissão.



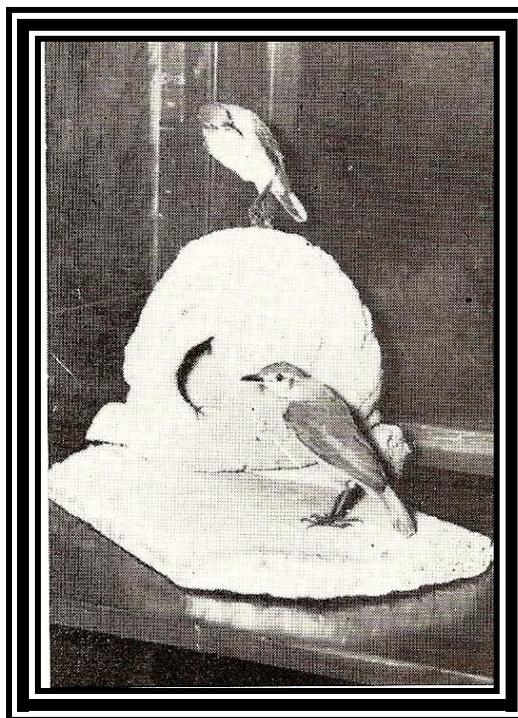
**Foto 3.12 - Cristal de Rocha em exposição no MEG, s/d**

Fonte: LACERDA, Regina. Histórico e Relatório. Goiânia: Museu Estadual de Goiás, 1959.

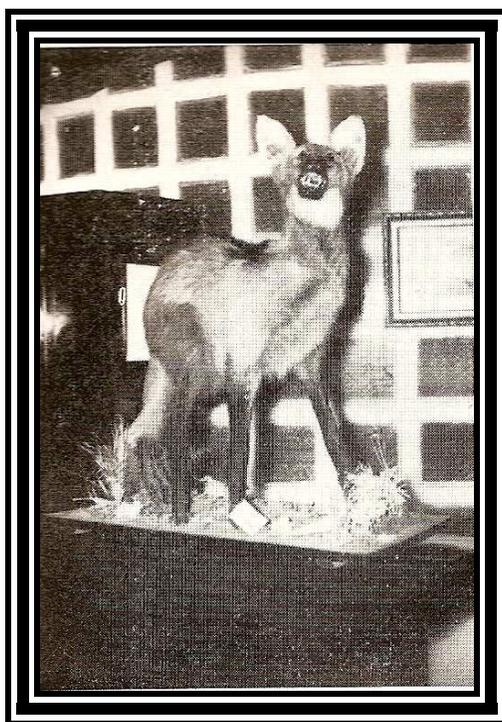
A coleção de insetos foi organizada por Zoroastro Artiaga. Os exemplares que formam a seção de zoologia foram adquiridos do taxidermista José Hidasi, funcionário da Fundação Brasil Central e pequena parte da fauna ornitológica foi adquirida do padre Gil Martinez, pároco da cidade de São Domingos.



**Foto 3.13 - Secção de Zoologia do MEG, s/d**  
Fonte: LACERDA, Regina. Histórico e Relatório. Goiânia: Museu Estadual de Goiás, 1957



**Foto 3.14. Casa de João de Barro, s/d**  
Fonte: LACERDA, Regina. Histórico e Relatório. Goiânia: Museu Estadual de Goiás, 1959.

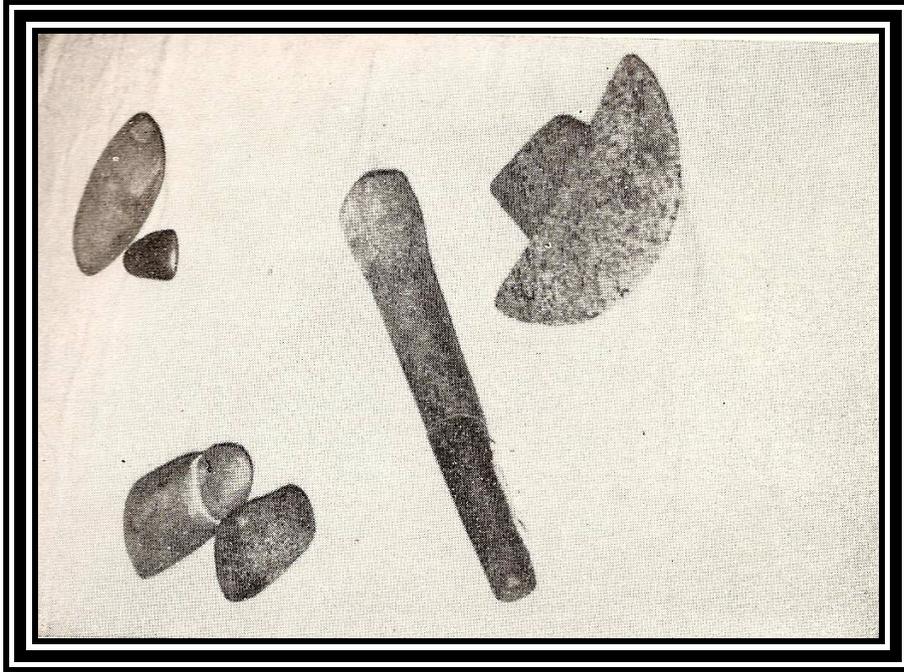


**Foto 3.15. Lobo empalhado – Goiás, s/d**

Fonte: LACERDA, Regina. Histórico e Relatório. Goiânia: Museu Estadual de Goiás, 1959.

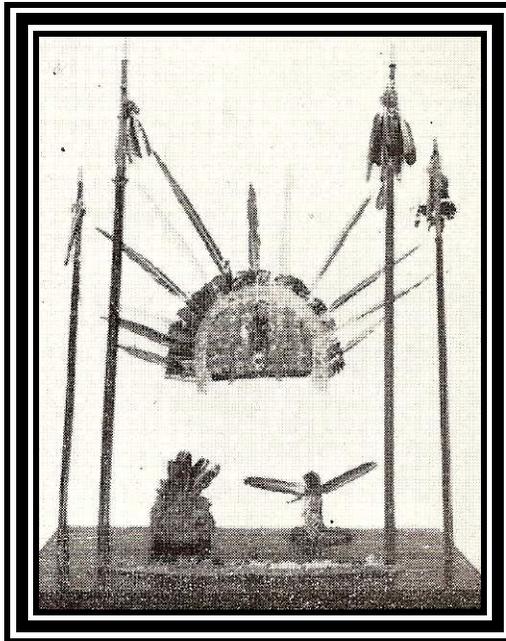
A exposição da cultura de povos indígenas foi outra preocupação de Artiaga. Além de publicar o livro *Dos Índios do Brasil Central* (1947), nosso divulgador também adquiriu para o MEG instrumentos, urnas, armas entre outros objetos que pudessem retratar a mencionada comunidade. Sua preocupação com a história da população indígena perpassou por vários de seus trabalhos; seja o livro didático *Síntese da História e da Geografia de Goiás* (1958), publicado pelo governo do estado, seja os manuscritos não publicados e que se encontram no acervo do Museu. Sua visão acerca do assunto demonstra o descaso, a miséria, o sofrimento em que viviam os índios na região por causa do processo de colonização. Em suas palavras: *entre nós não há mais índio em estado de primitivismo. Os poucos que restam estão em sofrimento desassistido e na mais cruel indigência. Podemos dizer que são verdadeiros parias* (ARTIAGA, 1958, p. 09).

A fim de diminuir a falta de conhecimento acerca da população indígena daqueles que visitam o Museu, Zoroastro organizou numa sala da Instituição um cenário que pudesse contar historicamente a cultura da mencionada população.



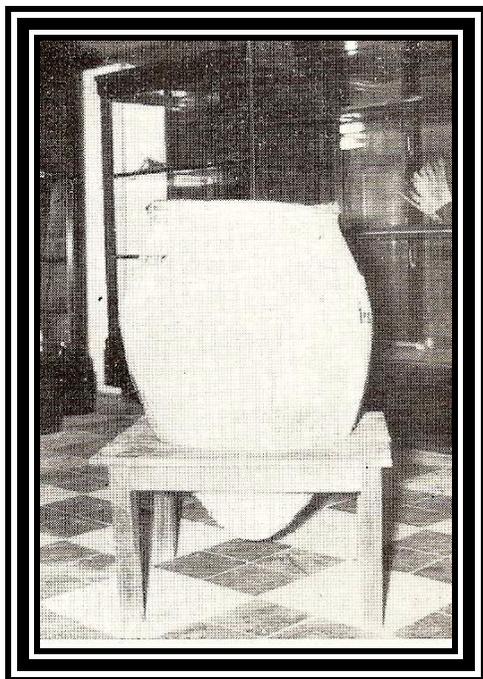
**Foto 3.16 Pisões e machados de pedra usados por índios, s/d**

Fonte: LACERDA, Regina. Histórico e Relatório. Goiânia: Museu Estadual de Goiás, 1959.

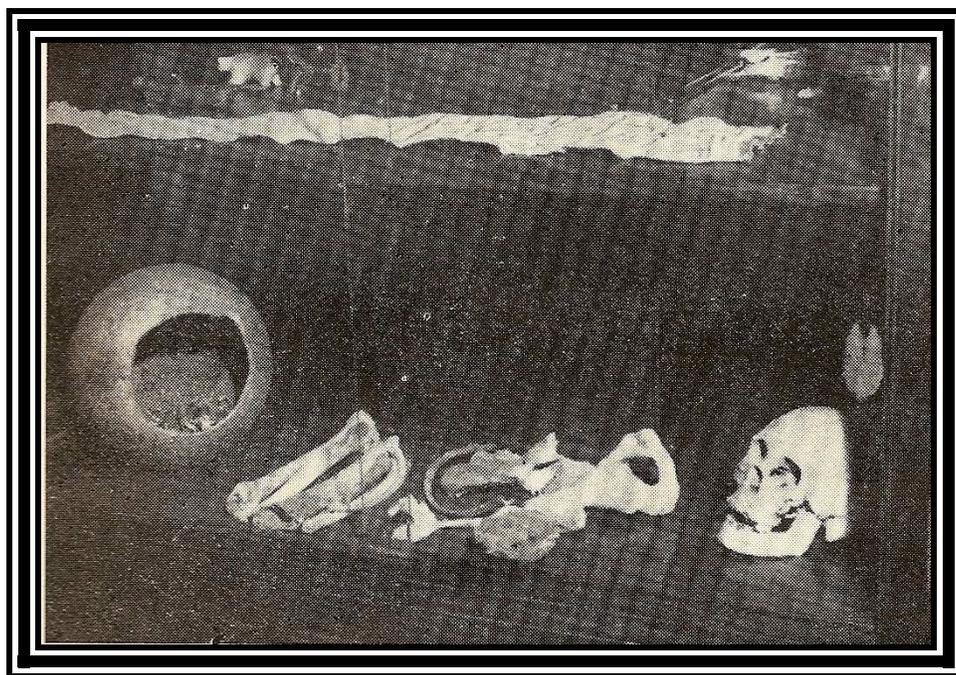


**Foto 3.17. Arte Plumária dos índios Karajás, s/d**

Fonte: LACERDA, Regina. Histórico e Relatório. Goiânia: Museu Estadual de Goiás, 1959.

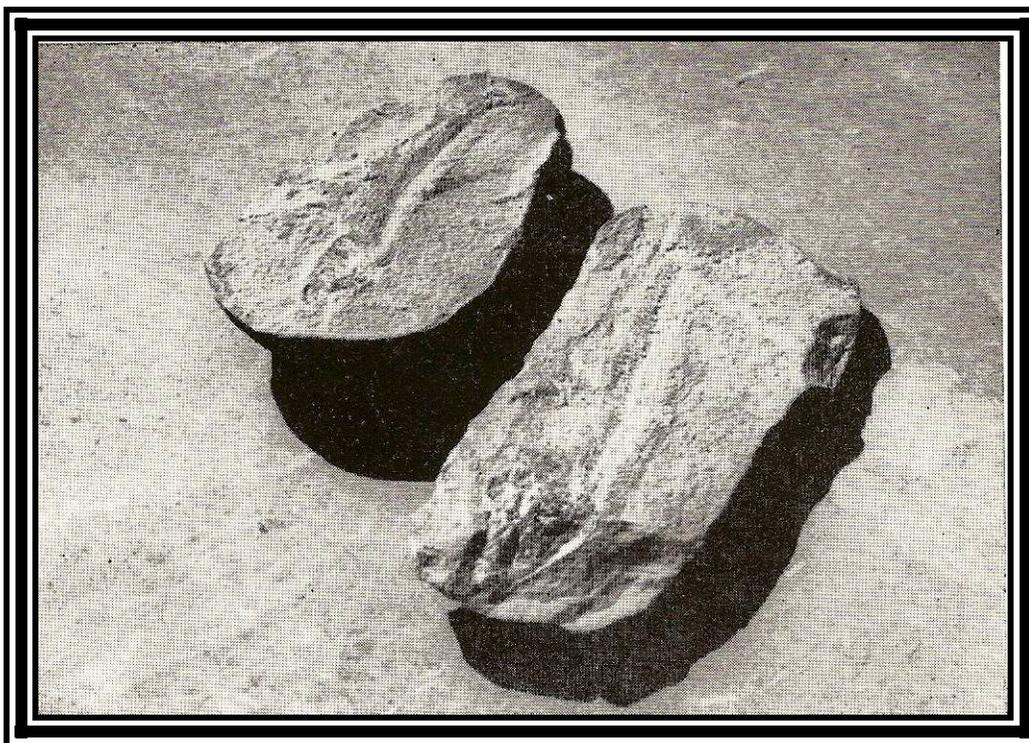


**Foto 3.18. Urna Indígena encontrada no município de Inhumas/Goiás, s/d**  
Fonte: LACERDA, Regina. Histórico e Relatório. Goiânia: Museu Estadual de Goiás,  
1959.



**Foto 3.19. - Urna e Ossada de índio encontradas no município de Paranã/GO, s/d.**  
Fonte: LACERDA, Regina. Histórico e Relatório. Goiânia: Museu Estadual de Goiás,  
1959.

Outro ponto de destaque foram os fósseis de espécies marítimas encontradas na região goiana e expostos no Museu. Os objetos eram, muitas das vezes, cedidos por moradores dos municípios.



**Foto 3.20. - Fósseis de peixe encontrados no município de Corumbá de Goiás /Goiás**  
Fonte: LACERDA, Regina. Histórico e Relatório. Goiânia: Museu Estadual de Goiás, 1959.

Percebemos pelas imagens apresentadas a variedade de objetos expostos no Museu Estadual de Goiás. Tais objetos, a nosso ver, refletem os estudos a que Artiaga se dedicava, já que também foram temas de livros publicados pelo nosso divulgador. Diante do quadro apresentado acima vale fazer algumas indagações: o Museu teve seu projeto inaugural vinculado ao discurso de modernidade de Goiânia? Qual a importância da instalação do Museu que se propunha ser de história natural, economia regional e indígena em uma cidade recém inaugurada em 1940 do século XX? E ainda, no Brasil os museus, a partir da década de 40, configuram-se enquanto de ciência e de tecnologia, qual o motivo que se optou por criar e consolidar um modelo do século XIX?

O Museu foi criado posteriormente ao Estado Novo, conforme já apresentado, e foi instalado dentro de um prédio que compôs o conjunto de prédios públicos que consolidou o projeto arrojado de modernidade urbana da cidade de Goiânia, expressando a forma do ideal de desenvolvimento e progresso da época. Vale lembrar Lopes (1998), quando afirma que os museus carregam com eles suas próprias viagens pelo tempo e espaço e tornam-se muitas das vezes o símbolo do urbano.

O discurso vigente acerca da nova capital goiana era de que representava o mais moderno e progressista já construído até então em Goiás (Ver COELHO, 2002). É importante observar que, para a população em geral, não havia exagero no discurso, pois, além de o traçado da cidade apresentar elementos desconhecidos até então, como amplas avenidas arborizadas e planas, os edifícios caracterizavam-se também por uma organização interna completamente diversa do conhecido até esse momento pela população do Estado. Mas não só na arquitetura apresentava a ideia da modernidade, como também havia um discurso que movimentava a elite goiana a se definir enquanto momento de ruptura com o atraso que assolou o estado por séculos.

O Museu teve, naquele momento inaugural, o discurso de modernidade como veículo importante para sua consolidação. Pela primeira vez estava sendo criada no estado de Goiás uma Instituição cultural que se propôs a apresentar a região goiana por meio da história natural, da economia e do indígena.

O papel institucional do Museu Estadual de Goiás era, conforme Decreto-Lei n. 383 de 06/02/1946, realizar exposição permanente de documentos e objetos históricos relacionados com a vida dos goianos e, posteriormente, alterou-se, passando a ter (e teve), como principal meta institucional, transformar-se em um museu com uma forte vertente de história natural. Em nosso entender, isso se consolidou devido à própria formação de seu diretor que, naquele momento, conforme dados biográficos disponíveis, já havia se estabelecido enquanto divulgador dos recursos naturais local.

O outro fato importante, a nosso ver, foi o papel educativo que Artiaga atribuiu ao MEG. Em suas palavras:

*O Museu de Goiaz não é unicamente uma instituição histórica, mas um museu vivo, escola ativa e perene para ajudar colégios na preparação de*

*seus alunos, procurando inculcar neles o amor ao Brasil pelo conhecimento de suas grandezas e do potencial econômico e cultural*<sup>72</sup>.

As atividades educativas apresentadas acima foram, por muito tempo, um dos principais papéis da Instituição, especialmente quando o órgão passou a fazer parte da Secretaria de Educação que, conforme exposição abaixo fazia exposição de temáticas sobre Goiás nas escolas da cidade de Goiânia. Segundo o documento mencionado anteriormente:

*Na parte da cultura o museu “...” continuou a fazer, pela sua sub- divisão de serviços todos os seus deveres para a propaganda e divulgação de nossos cometimentos relativos a estudos, educação, ensino, cultura sem ônus para o Estado. Além desses serviços “...” foram ministradas aulas de nove matérias aos estudos do Colégio Oficial da Escola Técnica e do Ateneu Dom Bosco.*

Vale considerar que os Museus no século XX tiveram relevância no exercício do papel educativo, ora como instituição encarregada da divulgação científica para a formação do indivíduo, ora como *locus* de práticas educativas para uma classe urbana que estava em formação. O MEG apresentou-se não só como espaço de construção ideológica de uma região ou uma nova capital, mas também enquanto lugar de promoção de prática educativa. Em nosso entender, este fato também estava atrelado às próprias funções exercidas por Artiaga na Faculdade de Filosofia de Goiás, na qual ocupava cargo de professor das disciplinas de História e Geografia. Conforme a Lei n. 192 de 20/10/1948 publicada no Diário Oficial em 11/11/1948, o MEG passou a exercer a função de “*Instituição Complementar da Universidade do Brasil Central*”<sup>73</sup>, como órgão da Faculdade de Filosofia de Goiás, a qual se serve de seu acervo para aulas praticas de seus cursos para a formação de geógrafos”<sup>74</sup>.

É importante aclarar que a Universidade do Brasil Central mencionada por Zoroastro somente foi consolidada em 17/10/1959. Em 1948, ano mencionado acima, foi

---

<sup>72</sup> Relatório encaminhado ao governador Jerônimo Coimbra em 19/07/1947. (Acervo do Museu Goiano Zoroastro Artiaga, 1947)

<sup>73</sup> Vale considerar que a Universidade Brasil Central foi projeto da Igreja Católica de Goiás, cujo mentor Dom Fernando Gomes dos Santos consolidou apenas nos anos de 1950 e na década de 1970 foi rebatizada como Universidade Católica de Goiás. Nos anos de 1990 passou a ser PUC-GO.

<sup>74</sup> Relatório encaminhando ao Secretario de Educação do Estado de Goiás em 26/03/1951 (Acervo do Museu Goiano Zoroastro Artiaga, 1951).

lançada a idéia de criação da primeira Instituição de ensino superior do Brasil Central no Congresso Eucarístico, originando-se as faculdades isoladas em Goiânia, dentre elas a Faculdade de Filosofia, na qual Artiaga fora professor.

Apesar da não existência da Universidade Brasil Central nos anos de 1940, o papel de instituição complementar foi exercido pelo MEG juntamente às Faculdades isoladas. E a partir de 1950, o MEG passou a exercer o papel de “laboratório” para a formação de profissionais das ciências naturais<sup>75</sup>, pois, como lembra Paolo Rossi (1989), a finalidade de uma coleção é ser meio de estudo.

Os trabalhos realizados por Zoroastro no MEG, apesar de insistir na necessidade de desenvolvimento de pesquisas mineralógicas em suas correspondências e relatórios encaminhados ao governo do Estado, concentraram-se em educação. Ainda em correspondência ao Secretário de Estado da Educação de 26 de março de 1951<sup>76</sup>, nosso divulgador assim escreveu:

*Entre as atribuições como Museu Geral figura a de fazer estudos, investigação científicas, promover a arrecadação de material etnográfico, antropológico, paleontológico, mineralógico, materiais de documentação da história do estado de Goiás, bibliografia goiana, materiais de botânica-medica, silvicultura e outros para o estudo da história natural, documentário da riqueza de sub solo, de vegetal e animal, assim com proceder exames, análises e classificação do material coletado, a fim de ser devidamente catalogado. Satisfazendo a todas essas exigências legais o Museu, embora sem equipamento científico e material necessário, realizou grande parte de seu programa, como V. Excia. Poderá verificar, não só nas seções citadas, como na parte de atividades externas de coleta e divulgação mantendo um contacto vivo com todas as congêneres culturais do país.*

Apesar de afirmar acima que o MEG teve como uma das funções a realização de investigação científica, acreditamos que houve poucas atividades nesse campo de atuação. Nossa afirmação dar-se por encontrarmos poucos documentos que comprove as afirmação de nosso divulgador, e mais ainda, o Museu, apesar dos esforços de Artiaga, não teve o prestígio de Instituição de pesquisa, especialmente em Geociência, basta verificar a

---

<sup>76</sup> Correspondência ao Secretario de Estado da Educação. 26/03/1951. Arquivo do Museu Estadual de Goiás. Livro Ata 1946 – 1956.

quantidade de verba destinada à Instituição. Conforme correspondência dos livros atas de 1950 a 1956, a verba destinada ao Museu era insignificante; não havia funcionários nem ao menos para a segurança do lugar; e nosso divulgador ainda, por certa ocasião, teve seu salário suspenso, segundo relato em ata.

Em outra correspondência ao Secretário de Educação do Estado, nosso biografado conta o papel exercido pelo Museu e tenta justificar a importância da Instituição para a educação na cidade de Goiânia. Assim diz:

*Citarei também a colaboração para a formação do Museu do Ateneu Dom Bosco, do Museu Escolar de Santa Clara, do Museu Escolar do Ginásio Estadual Modelo e outros; citarei ainda, a elaboração de estudos técnicos; publicação de livros em número de seis, estudando, cientificamente os reinos e sub reinos da flora e da fauna e a riqueza mineralógica do Estado; e, finalmente a elaboração de monografias que se acham em exposição nas vitrines do Museu a disposição dos estudiosos e visitantes que queiram conhecer as coisas do Estado.*

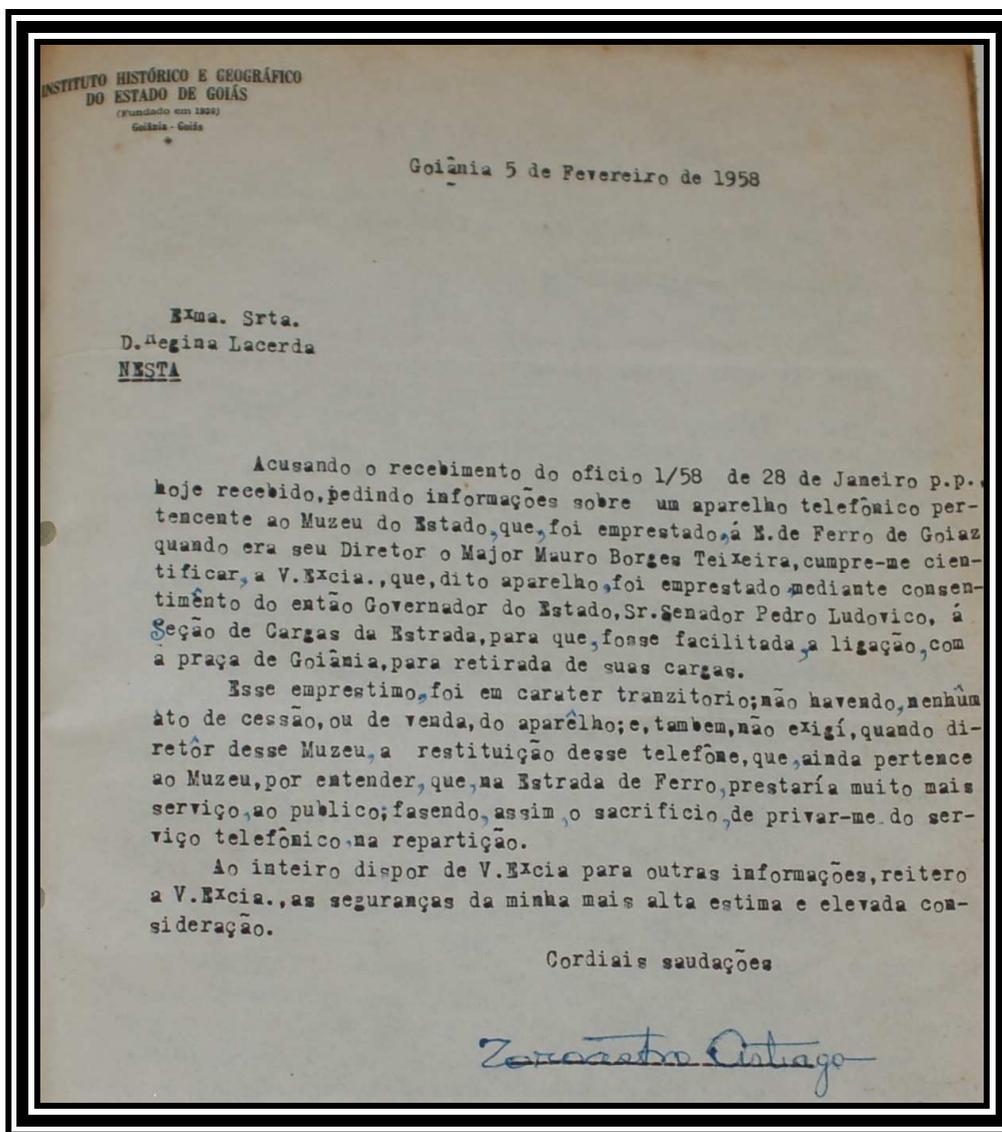
Zoroastro percorreu as escolas da cidade de Goiânia com a finalidade de ministrar conferências acerca da História de Goiás e aproveitou para incentivar a criação dos museus escolares, com a finalidade de aproximar a história regional do currículo escolar. Além disso, buscou disponibilizar no Museu uma série de material, por ele produzido, para que as pessoas que por ali circulassem tivessem acesso a informações sobre o estado de Goiás.

A Instituição no decorrer da década de 1950 passou por diversas dificuldades e aquela que mais se tem registro foi à falta de segurança do prédio. Havia, conforme correspondências de Zoroastro à Secretaria de Segurança Pública, especialmente no período de 1954 a 1957, pequenos furtos e depredação do prédio do MEG. Apesar das solicitações, ao que parece, nosso biografado conviveu, até o fim de sua administração, com a insegurança na Casa. Fato que proporcionou à Artiaga uma diminuição dos objetos em exposição; talvez isso possa ser justificado pela diminuição de seu prestígio político; ou ainda pelo descaso que o poder público fazia das Instituições culturais no Estado de Goiás.

Em 1958, Zoroastro Artiaga deixou a administração do MEG, sendo substituído pela poetisa Regina Lacerda. Mas não deixou de freqüentar o Museu, pois

assumiu a presidência do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e o arquivo do IHGG estava nas dependências do MEG, sendo visitado constantemente pelo nosso divulgador.

No início da gestão de Regina Lacerda, algumas correspondências foram encaminhadas para Zoroastro Artiaga, tendo como assunto a tentativa de localização de equipamentos e objetos que estavam na lista de pertences do MEG, mas não foram encontrados na Instituição. Segue abaixo uma resposta de Artiaga a Regina Lacerda:



**Figura 3.5. Documento enviado por Zoroastro Artiaga, presidente do IHGG, a Regina Lacerda, diretora do Museu Estadual de Goiás, 1958.**

Fonte: Livro de Correspondências Recebidas – 1958/1961. Arquivo do Museu Estadual de Goiás.

A nosso ver, as Instituições faziam acordos entre si para empréstimos de materiais e muitas das vezes não havia a devolução dos mesmos, fazendo com que parte dos seus bens desaparecesse ou passassem a compor arquivos particulares. Além disso, havia escassez de verbas e materiais nas Instituições públicas, daí a necessidade de empréstimos entre os órgãos.

### ***3.5. Depois da Casa, outras Casas***

No ano de 1958, após deixar a direção do MEG, nosso biografado, com 67 anos de idade, acumulou as presidências da Academia Goiana de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Nesse mesmo ano Zoroastro recebeu verba estadual para publicar o livro: *Síntese da História e da Geografia de Goiás*. O material teve por finalidade preencher lacuna do ensino secundarista do estado de Goiás, que segundo nosso divulgador:

*Ao elaborar este modesto trabalho pensei exclusivamente em deixar uma síntese histórica e geográfica do estado de Goiás, escrita em linguagem muito simples para mocidade estudiosa do interior, que, pela carência de compêndios, não tem facilidade para o estudo das coisas da vida pregressa e da imensa paisagem onde tiveram a ventura de nascer. “...” ousou entender que estou credenciado para responsabilizar-me pelos dados, informações, e narrações, que dizem respeito à História e a Geografia. Há muito anos o governo exigiu o ensino nas escolas do Estado, das duas matérias, e até hoje não ofereceu os livros para que os mestres possam transmitir os ensinamentos necessários. Julgando poder ajudar, venho apresentar este livrinho desacompanhado de qualquer apresentação dos que possuem o direito de fazê-lo, na certeza de que encontrarei na mocidade goiana o espírito de compreensão e de cooperação que sempre demonstrou para comigo na apreciação das obras anteriores.*

Na apresentação deste e de outros livros, Artiaga fez referência aos trabalhos desenvolvidos por ele nas instituições públicas em que trabalhou e que foram eles que lhe atribuíram credibilidade para suas publicações. O livro, acima citado, foi resultado da compilação de informações adquiridas por Zoroastro no Departamento Regional de Geografia em Goiânia e de documentos dos arquivos da Biblioteca Nacional no Rio de

Janeiro e está subdividido em duas partes: a histórica, que trata da “descoberta de Goiás”; “Governos Passados”, “Evolução de Goiás”, entre outros temas que adotam uma visão de evolucionista do estado; e, a segunda parte, a geográfica, na qual o autor apresentou um roteiro muito próximo daquele feito pelo IBGE ao tratar dos municípios goianos – cidades principais, zonas fisiográficas, serras de Goiás, mudança de nome de municípios, novos municípios, entre outros temas que apresentavam a riqueza mineral, vegetal e fluvial do estado de Goiás.

Enquanto exercia suas funções de presidente do IHGG e AGL nosso divulgador também publicou os livros: História de Goiás. Tomo I e II e Riquezas de Goiaz. Os livros foram publicados pela editora goiana oriente<sup>77</sup> e subsidiados pelo governo do estado de Goiás. Tal fato evidencia, nesse momento, uma retomada da importância dos estudos de Artiaga.

O material de História de Goiás possui conteúdo de caráter progressista, ressaltando o valor moral do bandeirante, dos chefes de governos, entre outros temas que constroem os heróis regionais e nacionais. Em todo o texto, os heróis foram apontados e homenageados e a cronologia foi utilizada dividindo tempos definidos por mudanças econômicas e políticas sofridas em Goiás.

No livro Riquezas de Goiás o destaque dá-se para os recursos minerais contidos na região goiana. Em sua dedicatória, nosso biografado diz que o livro foi escrito para auxiliar os garimpeiros do Estado de Goiás “verdadeiros bandeirantes da mineralogia” (1961). O livro está organizado da seguinte forma: origem e utilização dos seguintes recursos: diamantes; calcários; xisto betuminoso; minério de ferro; pedras semi-preciosas (ágatas, crizoprásio; granadas; ametista; topázios; mercúrio). Segundo nosso divulgador: é um estudo de geologia econômica destinado a *facilitar as pesquisas geológicas e informar aos industriais honestos, que queiram trabalhar neste estado, com os nossos minerais, ao ensejo da nova capital do Brasil* (1961, p. 11).

Em seguida, o autor intitula a segunda parte de: regras para classificação e inicia afirmando:

*Antes de prosseguir no relato das nossas reservas de sub-solo que faço no interesse de ser útil, não só as empresas honestas que queiram inverter*

---

<sup>77</sup> Nos anos de 1970 a editora Oriente teria papel importante na publicação de livros sobre a história regional e também seria responsável pela publicação das revistas do IHGG a partir de 1972.

*dinheiro em Goiás, como aos estudiosos que queiram continuar minhas atividades, falarei da melhor maneira de classificar os minérios e os minerais – pela cor. É um processo que muito facilita aos que não dispõem de laboratórios. Desta maneira inicio fazendo a classificação da nossa riqueza de sub-solo, segundo sua qualidade, sua utilidade e fim econômico que se destina (1961, p. 53).*

Nosso divulgador continua sua classificação de minérios e minerais utilizando a seguinte classificação: preciosos, metais secundários, energéticos (classe combustíveis), estruturais e de construção, abrasivos e por último utilizou as cores (branco, rosa, vermelho, castanho, amarelo, verde, azul, violeta, preto) afirmando:

*Como se vê as pedras tem variedade de cores, conforme o lugar em que ocorrem, devido a inclusão de substâncias estranhas à sua formula normal que lhe alteram a tonalidade. Na região do níquel, por exemplo, quase todo o material tende ao verde; mica, crizoprásio, lazulita, pingos d'água, actnóte e turmalinas. O coríndon aparece em muitas cores. O espinelo, a apatita, e outras; e neste caso, a classificação se faz pelos sinais geológicos e cristalização.*

Após definir a classificação utilizada para diferenciar os minérios e minerais encontrados em Goiás, nosso biografado escreveu acerca dos materiais estratégicos localizados no território goiano, a saber: cobalto e o níquel. Artiaga retoma uma discussão inaugurada no início dos anos de 1940, ainda no Estado Novo, acerca dos recursos minerais retirados de Goiás para serem utilizados na fabricação de armamento para a II Guerra Mundial. No texto destacou-se enquanto porta-voz para as Nações envolvidas sobre riquezas minerais de Goiás. A nosso entender, muitas vezes Zoroastro se engrandece e se coloca em posição de herói regional. Segue recorte do texto:

*Estudei profundamente o assunto, depois de comprar livros científicos; pois participei durante 90 dias em pleno sertão de Goiás, dos trabalhos da Comissão Japonesa, constituída de celebridades da Universidade Imperial de Ozaka, e dediquei-me de então a esta parte, a estudos da física nuclear, e assuntos de minérios radioativos. Enfrentei os “testas de ferro”, corajosamente, e provei no mundo das revistas especializadas, que não havia me enganado. (1961,p.57)*

Zoroastro, no texto acima, colocou-se enquanto autodidata de um assunto no qual, muitas vezes, é imprescindível o uso de laboratórios especializados. Ainda, nosso divulgador cita que enfrentou “testas de ferro” e as revistas especializadas referindo-se Mineração e Metalurgia, que segundo ele era *mantida pelos trustes estrangeiros para a defesa de seus interesses no país* (1961, p.57). O engano, mencionado por Artiaga na citação acima, diz respeito a suas deduções acerca do cobalto em Goiás – primeiro pela sua própria existência em Goiás e segundo pela sua relação com minérios radiativos. Nosso divulgador ainda diz:

*Minha campanha é temerária, mas é nacionalista; e todo o Estado sabe dos meus propósitos, desde minha longínqua mocidade. Vendem o Brasil a longo prazo, e a prestação, como Judas vendeu o Divino mestre. Nesta tragédia, entretanto, não lavarei minhas mãos na bacia de Pilatos, e sempre que puder virei para a liça, desafiando os inimigos do Brasil. Meu patriotismo não tem sentido político. Embora nunca tenha sido deputado, meus escritos são lidos nas Assembléias, porque, bem ou mal, estou sempre procurando servir ao Brasil (1961,p.59).*

Sobre o que diz nosso divulgador, a respeito de ser ouvido na Assembléia Legislativa, o livro acima mencionado, traz em sua apresentação o discurso do Deputado Estadual Francisco de Brito pronunciado em 30 de maio de 1956, o qual exalta as pesquisas sobre recursos minerais realizadas por Artiaga nas décadas de 1940/1950. É interessante destacar, conforme discurso do Deputado, que Zoroastro estava participando do evento de preparação do Congresso Nacional de Defesa dos Minérios. Este estava sendo realizado na Assembléia Legislativa do estado de Goiás. Os dizeres de Francisco Brito reportam-se à necessidade de repensar os acordos feitos entre Brasil e EUA acerca da exploração dos minérios estratégicos.

Em discurso, o deputado Francisco Brito assim afirmou:

*A conferência que vamos ouvir é um fato preparatório desse congresso de tão alta significação na História da nossa Pátria. Senhor professor Zoroastro Artiaga: a Assembléia Legislativa encarece a vossa cooperação a vos diz que, com homens da vossa estirpe intelectual e moral iremos sempre para frente “...” Estamos aqui reunidos para receber e não para dar. A palavra é vossa. (1961, p.03)*

O discurso proferido acima confirma que nosso divulgador fora um homem de plena participação política e cultural em Goiás e tinha, de certa forma, prestígio no que se referia à pesquisa em geociências.

À sequência do livro, nosso divulgador apresenta as pesquisas realizadas em Goiás. A primeira, pela Comissão organizada pela Associação Econômica Nipo-Brasileira. Segundo Artiaga tal Comissão foi

*Credenciada pelo Itamarati e com recomendação especial do Catete, a que tive o encargo de acompanhar e trabalhar com ela em Niquelândia, foram feitos estudos de pedra peridótica; porque eles sabiam o segredo da redução do próprio peridotito, sendo o cálculo de dez milhões relegado para o campo das coisas obsoletas, porque agora, era ele incomensurável. “...” As jazidas que vistamos correspondiam a uma antiga superfície de erosão levantada e dissecada (1961, p.66).*

Outra Comissão destacada por Zoroastro foi a norte-americana também composta pelos brasileiros: Luciano Jaques de Moraes, Glycon de Paiva e Aluísio Licínio Barbosa, a qual estava pesquisando o níquel. A última Comissão citada por Artiaga foi a chefiada pelo geólogo William T. Pecora, que também pesquisou o níquel em Goiás. Por fim, nosso biografado destacou o papel das Companhias que estavam se instalando em Goiás para exploração mineral.

E interessante destacar que as publicações de Artiaga estiveram sempre sendo realizada por conta de seu vínculo com as instituições culturais do estado de Goiás. A cada cargo conquistado, publicações eram divulgadas e, apesar dos temas sempre muito instigantes, Zoroastro, conforme nossa interpretação, sempre esteve solitário em suas pesquisas. Nos documentos pesquisados ele não fez menção a grupo de Geociências que tivesse participado, pelo contrário, criticava o grupo nacional de destaque daquela época, atribuindo-lhes descrédito pelo pouco caso que faziam sobre Goiás.

Mas toda essa discussão não está registrada nas atas das Instituições, tanto do AGL e do IHGG. E nem mesmo as atas apresentam detalhes da administração da Zoroastro, mas apenas que esteve presente e que ocorreram reuniões para organização administrativa das Casas.



**Foto 3.21 - Zoroastro Artiaga discursa. Década de 1960. Autor desconhecido. Goiânia - GO.**

Coleção José Mendonça Teles. Acervo MIS - GO.

O que nos chamou atenção nos registros das Atas foi que durante o período que exerceu a presidência do IHGG não se dedicou a trabalhar na Instituição com estudos no campo de Geociências, mas sim na área de história nacional, nem mesmo a história regional foi tema de reunião ou discussão presente nos documentos do Instituto. Segundo Tavares (2000, p. 90), Zoroastro Artiaga teve

*Como marcas de suas gestões várias comemorações de datas nacionais e, como ele mesmo chamou, datas universais que eram representadas pelo “Descobrimento das Américas” e pela “Queda da Bastilha”. Apenas a figura de Tiradentes apareceu nas reuniões como a personagem heróica do Brasil ou como era chamado pelos membros – o proto-martir da independência.*

Em 1959, deixou a presidência da AGL e em 1962 a do IHGG e passou a freqüentar as reuniões das instituições, mas não publicou mais em jornais, revistas ou livros. Era visto com maior freqüência na Academia, na qual possuía laços afetivos com os membros – como sua sobrinha Nice Monteiro Daher e outros amigos mais próximos, além do que o Instituto Histórico encerrou suas atividades administrativas em 1962 e, apenas retornou no ano de 1972.

### **3.6. O Retorno a Velha Casa**

Em 1971, convidado pelo governador do estado de Goiás, Leonino Caiado, nosso divulgador reassumiu a direção do Museu Estadual. Naquele momento, a instituição denominava-se: Museu Estadual Professor Zoroastro Artiaga. Nosso biografado, com 80 anos de idade, já doente, ainda fazia o discurso otimista acerca do papel do Museu para a sociedade goiana. Em entrevista ao *Jornal O Popular* (16/09/1971) assim pronunciou: *Sr. Leonino Caiado tem interesse em fazer com que o Museu se torne uma atração turística em Goiás e se constitua numa fonte de pesquisa por parte de todos os estudiosos.*

Ainda na reportagem Artiaga diz que não *quer equipe de funcionários especializados*, pois se julga *capaz de fazer as melhorias do museu com seus próprios recursos intelectuais, práticos e teóricos* (Jornal O Popular 16/09/1971). Mesmo demonstrando autonomia intelectual para os trabalhos no Museu, nosso biografado não conseguiu fazê-lo, já que a Instituição encontrava-se com sérios problemas em sua estrutura física. Além disso, não teve tempo para tal façanha – faleceu meses depois.

## Considerações Finais

*Defendestes, com patriotismo, carinho e pertinácia a bandeira goiana, no seu desfraldar pelas quebradas de nossas montanhas, florestas virgens, rios caudalosos e campos imensuráveis, descobrindo minérios e coletando riquezas. “...” Destes o melhor de vós mesmo, da vossa inteligência prodigiosamente fecunda, à imprensa da casa e à de fora, pontificando cientificamente exaltando valores profligando erros, combatendo ações contrárias aos interesses e direitos da gleba que tanto queremos...*

Discurso de Altamiro de Moura Pacheco na ocasião do sepultamento de Zoroastro Artiaga (Jornal O Popular, 28/02/1972).

Em 27 de fevereiro de 1972 faleceu Zoroastro Artiaga, aos 81 anos de idade. Os jornais e Instituições locais renderam homenagens ao goiano que há mais de uma década havia desaparecido do cenário dos meios de comunicação, ficando recolhido, a freqüentar mais assiduamente a Academia Goiana de Letras. E por lá foi, por vezes, fotografado e lembrado por algum “imortal” nos jornais da capital do Estado. No ano anterior ao seu desaparecimento nosso biografado retornou à direção do Museu Estadual e, naquele ano, já bastante doente, cedeu apenas uma entrevista ao *Jornal O Popular* (16/09/1971).

No dia de seu passamento os principais jornais da capital estamparam em suas páginas: *Goiás perdeu ontem seu apaixonado divulgador* (Jornal O Popular, 28 de fevereiro de 1972); *Morre um Grande Homem* (Jornal Diário da Manhã, 28 de fevereiro de 1972); *Zoroastro Artiaga* (Folha de Goiás, 28 de fevereiro de 1972). Todas as reportagens traziam parte da história de vida de nosso biografado ressaltando a sua participação com divulgador das riquezas do território goiano.

A seu enterro estiveram presentes representantes da AGL, Altamiro de Moura Pacheco; do IHGG, Luiz de Faria; o escritor José Cruciano de Araújo, representando a Secretária de Educação; o prefeito da cidade de Goiânia, Manoel dos Reis; o ex-governador Mauro Borges Teixeira; o governador do Estado de Goiás, Leonino Caiado, professores, entre outros. Segundo reportagem do *Jornal O Popular* 28/02/1972: *O corpo do professor Zoroastro Artiaga baixou ao túmulo às 18horas no cemitério Santana. Três oradores se fizeram ouvir, todos destacando a contribuição do desaparecido à cultura goiana e à defesa das riquezas naturais do Estado, e suas qualidades morais.*

Diz ainda a reportagem: *o governador Leonino Caiado fez questão de ajudar a carregar o caixão à entrada do campo santo.* (Jornal O Popular 28/02/1972). A presença das pessoas mencionadas pela reportagem nos permite algumas considerações, à guisa de conclusão de nosso trabalho. Primeiro, nosso divulgador, politicamente, ainda era bastante conhecido e mantinha laços de amizade com os representantes do poder da capital e do Estado. Segundo, o grupo político e,ou cultural regional ao qual nosso divulgador pertenceu, desde os anos 1930, ainda permanecia no poder ou próximo dele, a exemplo de Mauro Borges Teixeira, filho de Pedro Ludovico.

As reportagens, feitas por ocasião de seu falecimento, destacaram o papel social, político e econômico dos trabalhos de nosso biografado sobre Goiás; e, evidenciaram sua importância nos estudos da riqueza natural da região goiana. Os levantamentos de dados por nós realizados apresentam 59 jornais de circulação local e nacional que tiveram em sua composição publicações de Artiga. Neles os artigos de nosso biografado sobre os recursos minerais contidos no território goiano ganham relevância e transformaram-se na principal bandeira de divulgação de Goiás enquanto um estado promissor econômica, social e culturalmente.

Ao longo de sua trajetória de vida, Artiga centrou suas preocupações, a nosso ver, na divulgação da região goiana para a Nação, utilizando conhecimentos no campo das Geociências para tal fim. Em suas produções textuais, por diversas vezes, construiu sua imagem como homem detentor do conhecimento sobre Goiás, especialmente no que se refere aos recursos naturais da região. Em suas publicações há um forte teor de dúvidas acerca da produção científica que *os de fora* faziam sobre Goiás, tanto que questionou, no livro *Riqueza de Goiás: geologia econômica*, publicado em 1961, os trabalhos sobre a região goiana divulgados na Revista *Mineração e Metalurgia*, principalmente aqueles acerca da utilização do cobalto. Na época, a mencionada revista era o meio de divulgação em Geociências mais respeitado do país.

Nosso biografado, conforme dados coletados e analisados no decorrer das nossas investigações, não participava de grupos nacionais de pesquisadores no campo das Geociências, ou, o que nos parece, poucos foram os diálogos que teve com *os de fora*. Em documentos encontramos registro de uma carta enviada ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas e de pedido seu para que os profissionais da Comissão da Escolha do Local da Nova Capital Federal (1946) realizassem a catalogação de rochas e minerais do Museu. Os diálogos com pesquisadores das Geociências, caso tenha havido, não foram registrados; ficando apenas evidenciada sua aproximação com os nomes regionais, pois com eles participou da organização de revistas, fundou jornais e implantou e consolidou instituições culturais em Goiás.

As publicações de Artiga estavam atreladas às suas atividades profissionais e, algumas vezes, ele tomava para si alguma produção que não pertencia somente a ele, mas a um grupo. Em obras publicadas percebemos uma tendência à reprodução de trabalhos e

compilações de determinados assuntos. Fato claramente percebido no livro *Geografia Econômica, Histórica e Descritiva do Estado de Goiás*, publicado em 1951, que traz uma parte da descrição dos municípios goianos, tema também tratado no trabalho publicado pela Comissão de Limites Intermunicipais de Goiás (1938/1939), da qual nosso biografado fazia parte. Contudo, na maioria de suas obras, buscou tratar de temáticas que faziam eco regional, como por exemplo, a mudança da Capital Federal para o território goiano ou, ainda, os problemas econômicos advindos com a falta de ampliação das redes ferroviárias em Goiás.

Todos os temas tratados por Zoroastro tiveram, a nosso entender, como pano de fundo, a discussão sobre a integração da região goiana a Nação brasileira. Daí seu principal papel no cenário regional que, de certa forma, somou-se a outras discussões ocorridas em escala nacional; que também consideravam a integração nacional como principal motor das políticas, especialmente, nos governos de Getúlio Vargas.

Mas foi com as discussões no campo das Geociências que Artiaga se destacou no cenário regional, especialmente, quando se dedicou a divulgar trabalhos sobre os minérios radioativos. Em diferentes meios de comunicação buscou apresentar a Nação uma região com elevada quantidade de recursos minerais, valendo-se muitas vezes de um discurso emotivo, apelativo, romântico entre outras facetas da escrita que lhe propiciasse chamar atenção de empresários e do governo estadual e federal para as informações que ele, categoricamente, anunciava.

Talvez ele tenha sido o primeiro goiano a chamar atenção para tal temática e, mesmo com 80 anos de idade, ao retornar às atividades no Museu Estadual, nosso divulgador assim se expressou: *Sofri críticas desairosas e fui vítima de chacotas quando eu disse que Goiás era rico em minérios atômicos ... Fui ao Espírito Santo. Estado rico em areia monazítica, e a comparei com a areia de Goiás, com instrumentos cedidos pelo Conselho Nacional de Pesquisas. Provei que a areia goiana era rica em material radioativo, bem como outros tipos de rochas e minérios.* (Jornal *O Popular*, 16/09/1971).

Essa foi o último pronunciamento público de Artiaga antes de seu falecimento. O esforço de Artiaga e, sem dúvida, seu compromisso em popularizar as informações acerca dos minérios encontrados em Goiás, o transformou, a nosso ver, no principal divulgador goiano das Geociências nas décadas de 1930 a 1960. E,

evidentemente, em estudiosos autodidatas de temas até então pouco lembrados pelo grupo político e intelectual a qual pertencia. Daí sua importância no cenário das discussões da História das Ciências.

Acreditamos que nosso trabalho contribuiu para as discussões da História e Geografia regionais. Mas, mais ainda, para os estudos da História das Ciências na região goiana, instigando novas pesquisas sobre fontes até então pouco lembradas pela historiografia local e que, sem dúvida, compõem parte de uma história ainda pouco estudada e divulgada, porém de suma importância para o desvendamento regional.

## Fontes e Referências Bibliográficas

### Fontes

#### 1. Publicações de Zoroastro Artiaga

##### 1.1 Livros

ARTIAGA, Zoroastro. **Geologia Econômica de Goiás**. Uberaba, 1947.

\_\_\_\_\_. **Geografia Econômica, Histórica e Descritiva do Estado de Goiás**. 1º Tomo. Goiânia, 1951

\_\_\_\_\_. **Geografia Econômica, Histórica e Descritiva do Estado de Goiás**. 2º Tomo. Goiânia: Oriente, 1951

\_\_\_\_\_ Riquezas de Goiás. In: BASTANI, Tanus J. **Minas e Minérios no Brasil** (Tesouros, cidades pré-históricas e minas abandonadas). Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos S/A, 1957, p. 453-465.

\_\_\_\_\_. **Síntese da História e da Geografia de Goiás**. Goiânia: s/editora, 1958.

\_\_\_\_\_. **História de Goiás**. Tomo I. Goiânia: Oriente, 1959.

\_\_\_\_\_. **História de Goiás**. Tomo II. Goiânia: Oriente, 1961.

\_\_\_\_\_. **Riquezas de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1961.

\_\_\_\_\_ **Contribuição para a História de Goiás: dos índios do Brasil Central**. Goiânia: mimeografado, s/d.

\_\_\_\_\_ **Monografia Corográfica do Estado de Goiaz.** Goiânia:  
mimeografado, s/d.

## **1.2 Revista**

ARTIAGA, Zoroastro. A Rodovia principal do Estado de Goyaz. **Revista Informação Goyana.** ano XI, vol. XII, n. 11, p.88, junho de 1928.

\_\_\_\_\_. Minérios de Radium em Goiaz (ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas de S. Paulo). **Revista Oeste,** p. 452 – 435, 1943

\_\_\_\_\_. Economia Goiana. **Revista Oeste,** ano 02, n. 05, p. 189- 190, junho de 1943.

\_\_\_\_\_. Crédito e Transportes. **Revista Oeste,** ano 02, n.03, 1943, p.111-114.

\_\_\_\_\_. Estradas de Penetração. **Revista Oeste,** ano 02, n.10, 1943.p. 392 - 393.

\_\_\_\_\_. Minas e Goiaz. **Revista Oeste,** ano 03, n.13, 1943, p. 520-521.

\_\_\_\_\_. Trilhos e Dormentes. **Revista Oeste,** ano 03, n. 15,1944, p. 585-586.

\_\_\_\_\_. Transportes Rodoviários. **Revista Oeste,** ano 03,n. 18, 1944, p.709-

\_\_\_\_\_. Estrada de Ferro Goiaz. **Revista Oeste,** ano 03,n. 19, 1944, p.788

## **1.3 Jornal**

ARTIAGA, Zoroastro. Alumínio em Anápolis. **Jornal O Anápolis,** p. 9, 11 de dez. 1944.

\_\_\_\_\_ . Potência Hidráulica do Planalto Central. **Jornal O Anápolis**, p.02, 15 de ago. 1946.

\_\_\_\_\_ . Riqueza Hidrográfica do Planalto. **Jornal O Anápolis**, p. 02, 13 de out. 1946.

\_\_\_\_\_ . Planalto Central. **Jornal O Anápolis**, p. 04, 17 de out. 1946.

\_\_\_\_\_ . Uma Ação Declaratória e o Planalto Central. **Jornal O Anápolis**, p.03, 10 de Nov. de 1946..

\_\_\_\_\_ . A Nova Capital e o Planalto Central. **Jornal O Anápolis**, p. 03, 17 de Nov. 1946.

\_\_\_\_\_ . Cachoeiras do Planalto Central. **Jornal O Anápolis**, p.05, 21 nov. 1946.

\_\_\_\_\_ . Planalto Central. **Jornal O Anápolis**, p. 03 05 dez. 1946.

\_\_\_\_\_ . E. de Ferro Goiaz. **Jornal O Anápolis**, p. 02 02 ago. 1951.

\_\_\_\_\_ . A Nova Capital para o Brasil não será um cidade industrial. **Jornal O Anápolis**, p. 02, 05 dez. 1946.

MACHADO, Guiomar de G. Astro. **Jornal O Popular**, p. 4B, 28 de fev. 1972.

#### **1.4 Fichas Biográficas, Atas, Ofícios e Cartas**

ACADEMIA GOIANA DE LETRAS. **Ficha Bio-bliográfica**. Goiânia: Academia Goiana de Letras, s/d, s/editora.

\_\_\_\_\_. **Documento Histórico da Adolescência** – Zoroastro Artiaga. Goiânia: Acervo da Academia Goiânia de Letras, s/d, s/Ed, s/p.

\_\_\_\_\_. Ata da AGL, Folha 68-72, 22 Jun. 1972.

\_\_\_\_\_. **Depoimento de Nice Monteiro Daher** depositado no Acervo Zoroastro Artiaga. Arquivo da Academia Goiana de Letras, s/d; s/p

MUSEU ESTADUAL DE GOIÁS. **Carta enviada por Zoroastro Artiaga ao Sr. Dr. Manoel Correia**, Goiânia: Acervo do MEG, s/d,s/Ed, s/p. (mimeografado).

\_\_\_\_\_. **Correspondência de Zoroastro Artiaga encaminhada ao governador do Estado de Goiás Sr. Jerônimo Coimbra Bueno**, Ofício, n. 83, 1947 (Livro de Correspondência)

\_\_\_\_\_. **Carta encaminhada ao governador do Estado de Goiás Sr. Jerônimo Coimbra Bueno**, 1947 (Livro de Correspondência).

\_\_\_\_\_. **Documento encaminhado ao Dr. Waldemar da Silveira, Diretor da Agência Nacional do Rio de Janeiro**. Ofício 87, 1947.

\_\_\_\_\_. **Documento encaminhado ao prefeito do município de Cavalcante/Goiás**, Ofício n. 34, 1947.

\_\_\_\_\_. **Relatório encaminhado ao governador Jerônimo Coimbra**, 1947. (Livro de Correspondência).

\_\_\_\_\_. **Ofício** n. 427, 1947.

\_\_\_\_\_. **Ofício** n. 48, 1948.

\_\_\_\_\_. **Relatório encaminhado ao Secretário de Educação do estado de Goiás**, 1951 (Livro de Correspondência).

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS. **Documento enviado por Zoroastro Artiaga, presidente do IHGG, a Regina Lacerda, diretora do Museu Estadual de Goiás**, 1958. (Livro de Correspondência).

## **2. Leis, Resoluções, Decretos e Documentos**

COELHO, Djalma Poli. **Espigão Mestre do Brasil e o Conceito Geopolítico do Planalto Central**. Anexos a Resolução n. 389, 1948, p. 09-28

**DECRETO-LEI n. 311**, de 02 de março de 1938 (Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências).

**DECRETO-LEI n. 557**, de 30 de março de 1938 (Dá execução ao Decreto-Lei n. 311, de 02 de março de 1938).

**DECRETO-LEI n. 8.305** de 31 de dezembro de 1943 (Fixa a divisão administrativa e judiciária do Estado de Goiás, que vigorará, sem alteração, de 1 de janeiro de 1944, a 31 de dezembro de 1948, e dá outras providências).

GOIAZ. Departamento Estadual de Estatística. **Descrição das linhas divisórias do estado de Goiás**. 01 Divisão Territorial do Estado. Uberlândia/MG, 1940, p. 9-10.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anais do 8º Congresso Brasileiro de Educação**. Rio de Janeiro: IBGE, 1942

\_\_\_\_\_. **Divisão Territorial do Estado de Goiás**. (Baixada com o Decreto-Lei n. 1283, de 31/10/1939). Goiás: IBGE/Departamento Estadual de Estatística, 1940.

\_\_\_\_\_. **Divisão Territorial do Brasil** (quadro da divisão administrativa regional decretada nos termos da lei n. 311, de 02 de março de 1938, para vigorar de 1944 a 1948), Rio de Janeiro: IBGE, 1945

\_\_\_\_\_. **A localização da Nova Capital da República**. (Resolução n. 388, de 21/07/1948, de Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística). Rio de Janeiro: IBGE, 1948 Disponível no site: [HTTP://bd.camara.gov.br](http://bd.camara.gov.br). Acesso: 07/06/2010.

\_\_\_\_\_. **A localização da Nova Capital da República**. (Esclarecimento e Sugestão sobre a Resolução n. 388, de 21/07/1948, de Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística). Rio de Janeiro: IBGE, 1948 Disponível no site: [HTTP://bd.camara.gov.br](http://bd.camara.gov.br). Acesso: 07/06/2010.

\_\_\_\_\_. **Goiânia**. Rio de Janeiro: FIBGE, 1942.

### 3. Discursos

FREITAS, M. A, Teixeira. **Exposição dirigida ao Senhor Presidente da República pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (15/12/1937)**. Arquivo do IBGE/Rio de Janeiro.

VARGAS, Getúlio. **Discurso**: Marcha para Oeste. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: FIBGE, 1943, p. 02.

FREITAS, M. A. Teixeira. **A propósito de um discurso na Assembléia Constituinte** – Carta ao Deputado João Abreu, representante do Estado de Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 1948 Disponível no site: [HTTP://bd.camara.gov.br](http://bd.camara.gov.br). Acesso: 07/06/2010.

**Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz pelo Dr. Olegário H. da Silveira Pinto** em 13 de maio de 1914. Arquivo Assembléia Legislativa. Caixa 20.

### 4. CD-ROM

AGENCIA GOIANA DE CULTURA PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA. **Oeste** – revista mensal. CD – ROM contendo todas as edições da Revista Oeste. Goiânia: AGEPEL, 2004.

\_\_\_\_\_ . **Revista A Informação Goyana**. CD – ROM contendo todas as edições da Revista Oeste. Goiânia: AGEPEL, 2004.

## Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Roberto S. **A Geografia e os Geógrafos do IBGE no período 1938-1998**. Rio de Janeiro/RJ: Instituto de Geociências/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000. (Tese de doutorado em Geografia).

AMARAL-CALVAO, Ana Margarida Ribeiro do; MAIA-HERZOG, Marilza. Coleção de simuliídeos (Diptera - Simuliidae) de Adolpho Lutz, sua história e importância. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, abr. 2003 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702003000100009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702003000100009&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 20 set. 2009. doi: 10.1590/S0104-59702003000100009.

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities**. Revised Edition. Londres: Verso, 1991.

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de; CARDOSO, José Leandro Rocha. Aconteceu, virou manchete. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 41, 2001. Disponível <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010201882000200013&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882000200013&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 01 jul. 2010.

ANTHONY, Smith. **Theories of nationalism**. Nova Iorque: Holmes & Meier, 1983.

ARBOLEDA, Luis C. De como construir una comunidad científica en la periferia. El caso de la Sociedad Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnologia (SLHCT). In: FIGUEIRÔA, Sílvia F. de M. LOPES, Maria M. (orgs.) **Geological sciences in Latin America: scientific relations and exchanges. Papers presented at the 18th Symposium of the international commission on the History of Geological sciences – INHIGEO**, July 19-25, Campinas/SP, UNICAMP/IG, 1993.

\_\_\_\_\_ A ciência e o ideal de ascensão social dos crioulos no vice-reinado de Nova Granda. In: FIGUEIRÔA, Sílvia F. de M. (org.) **Um olhar sobre o passado: história das ciências na América Latina**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, São Paulo: Imprensa Oficial, 2000, p. 121 – 153.

BANN, Stephan. **As invenções da história**. São Paulo: Unesp, 1996.

BENCHIMOL, J. L. Debate - Narrativa documental e literária nas biografias. **Revista Manguinhos**, vol II (2) jul/out, 1995, p. 93-112. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v2n2/a07v2n2.pdf>. Acesso 08 set. de 2009.

BENCHIMOL, Jaime L. et al . Bertha Lutz e a construção da memória de Adolpho Lutz. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, abr. 2003 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702003000100007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702003000100007&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 08 set. 2009. doi: 10.1590/S0104-59702003000100007.

BENCHIMOL, Jaime Larry. Adolpho Lutz: um esboço biográfico. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, abr. 2003. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702003000100002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702003000100002&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 26 nov. 2009. doi: 10.1590/S0104-59702003000100002.

BENCHIMOL, Jaime Larry. Adolpho Lutz: um esboço biográfico. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, abr. 2003 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702003000100002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702003000100002&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 20 set. 2010. doi: 10.1590/S0104-59702003000100002.

BENCHIMOL, Jaime Larry et al . Luta pela sobrevivência: a vida de um hanseniano através da correspondência com Adolpho Lutz. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702003000400017&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702003000400017&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 26 nov. 2009. doi: 10.1590/S0104-59702003000400017.

BERNARDES, Genilda D. **Goiânia, cidade planejada/cidade vivida**: discurso e cultura da modernidade. Brasília/DF: Departamento de Sociologia/Universidade de Brasília, 1998. (Tese de Doutorado em Sociologia).

BORGES, Rosana Maria R. LIMA, Angelita P. de. **História da imprensa goiana**: dos velhos tempos da colônia à modernidade mercadológica. Disponível em [www.proec.ufg.br/revista-ufg/dezembro2008.pdf09-dossie9.pdf](http://www.proec.ufg.br/revista-ufg/dezembro2008.pdf09-dossie9.pdf) Acesso: 06/06/2010.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas lingüísticas** - o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 1996.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BONGIOVANNI, Luiz Antonio. **Estado, Burocracia e Mineração no Brasil (1930-1945)**. Campinas/SP: Instituto de Geociências/Universidade Estadual de Campinas, 1994. (Dissertação de mestrado em Geociências – Administração e Política de Recursos Minerais).

BORGES, Barsanufio. G. **O Despertar dos Dormentes**. Goiânia: Cegraf, 1990. Coleção Documentos Goianos, n. 19.

\_\_\_\_\_. **Goiás nos quadros da economia nacional 1930 – 1960**. Goiânia: Editora UFG, 2000.

BORGES, Rosana M. R. LIMA, Angelita P. de. História da imprensa goiana: dos velhos tempos da colônia à modernidade mercadológica. **Revista UFG**, Ano X, n.5, Dezembro,2008, p. 68-87.

BRITTO, Nara. **Oswaldo Cruz**: a construção de um mito na ciência brasileira. Rio de Janeiro:Fiocruz, 1995

BULST, Neithard. **Sobre o objeto e o método da prosopografia**. Politeia: História e Sociedade, Vitória da Conquista/BA, v.05, n.01, p. 47-67, 2005.

BURKE, Peter. **A invenção da biografia e o individualismo renascentista**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.19, 1997.

\_\_\_\_\_. **O que é História Cultural?** Tradução Sérgio Góes de Paula. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CABRAL, Ligia Maria M. **Eletrobrás 40 anos**. Rio de Janeiro: Centro de Memória da eletricidade no Brasil, 2002.

CAMARGO, Aspásia. Federalismo e Identidade Nacional. In: SACHS, I, WILLHWIM, J. PINHEIRO, P. S. (orgs.). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 306 – 347.

CAMARGO, Alexandre de P. R. **Municipalismo e ruralismo**: o IBGE e a organização nacional na Era Vargas. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTADÍSTICA, O IBGE na história do municipalismo e sua atuação nos municípios – o pensamento de Teixeira de Freitas e de Rafael Xavier. Rio de Janeiro: IBGE, 2008, p. 49-66.

CAMPOS, Francisco I. **Coronelismo em Goiás**. 2ª edição Goiânia: Vieira, 2003.

CAMPOS, Pedro M. P. de. **Biografia, prosopografia, análises e história de vida**. Usos do passado. Anais XII Encontro Regional de História. ANPUH. Rio de Janeiro, 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Introdução - História e paradigmas rivais. In: CARDOSO, C. F. VAINFAS, R. **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARINO, J. A biografia e sua instrumentalidade educativa. **Revista Educação & Sociedade**, v. 20, n.67, 1999.

CASTELLO, José. **Inventário das Sombras**. São Paulo: Record, 1999.

CEBALLOS, Viviane Gomes de. **“E a história se fez cidade...”**: a construção histórica e historiográfica de Brasília. Campinas, São Paulo/SP: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Estadual de Campinas, 2005 (Dissertação de mestrado em História).

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. (Tradução Enid Abreu Dobránsky) Campinas/SP: Papyrus, 1995 (Coleção: travessia do século).

\_\_\_\_\_. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A., 1995.

\_\_\_\_\_. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. (Tradução Ephraim Ferreira Alves) 2ª edição. Petrópoli/RJ: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. GIARD, Luce. MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: morar, cozinhar. (Tradução Ephraim Ferreira Alves e Lúcia Endlich Orth). Petrópoli/RJ: Vozes, 1996.

CHARTIER, Roger. **A história hoje**; dúvidas, desafios, propostas. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 07, n.13, 1994, p. 102.

CHAUL, Nasser F. ALENCAR, Maria A. G. 1930 – das generalizações à análise regional: uma revisão. **Ciências Humanas em Revista**: revista do departamento de ciências humanas e letras/UFG. Goiânia, v. 03, n. 01 – jan/dez, 1992.

CHAUL, Nasser F. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: Editora UFG, 1997.

COSTA, Maria Beatriz R. **A Revolução de 30 e a Revista Oeste na consolidação de Goiânia**: do bandeirantismo utópico à concretização do discurso. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia/Universidade Federal de Goiás, 1994 (Dissertação de Mestrado em História).

DAHER, Tânia. **Goiânia**: uma utopia europeia no Brasil. Goiânia: Instituto Centro Brasileiro de Cultura, 2003.

DANTES, Maria A. Instituto de pesquisa científica no Brasil. In: FERRI, M. G. MOTOYAMA, S. (Coord.) **Histórias das Ciências no Brasil**. São Paulo: EPU/Edusp, 1980, v. 2.

\_\_\_\_\_. **Fases de implantação da ciência no Brasil**. Quipu, v. 05 n; 02 maio-agosto/88, p. 265-275.

DAVIS, Natalie Z. **Nas margens: três mulheres do século XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DIAS, Maria O. L. de S. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo; brasiliense, 1984.

DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930 – 1945**. Seminário Internacional “Da vida para a História: o legado de Getúlio Vargas” Rio Grande do Sul: Porto Alegre 18 a 20 de agosto de 2004.

DINIZ FILHO, Luis L. **Território e Destino Nacional: ideologias geográficas e políticas territoriais no Estado Novo (1937-1945)**. São Paulo/SP: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, 1993 (Dissertação de mestrado em Geografia Humana).

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses: estado e industrialização no Brasil 1930-1960**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

DUARTE, Regina Horta. "Em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte": a Revista Nacional de Educação e a divulgação científica no Brasil (1932-34). **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, abr. 2004 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010459702004000100003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459702004000100003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 01 jul. 2010.

ESTEVAM, Luís. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. Goiânia: ed.do autor, 1998.

FERREIRA, Tânia M. T. B. da C. História e Prosopografia. **X Encontro Regional de História – História e Biografias**. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. ANPUH/RJ, 2002.

FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. Algumas questões metodológicas relativas à história das instituições científicas. In: ZUNIGA, Angel R. (ed.) **Ciencia y Tecnologia: estudios del pasado y del futuro**. Costa Rica: Guayacán, 1991, p.253 – 271.

\_\_\_\_\_. Associativismo científico no Brasil: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como espaço insitucional para as ciências naturais durante o século XIX. **Interciência**, v. 17 n. 03 p. 141-146, may-june, 1992.

\_\_\_\_\_. **As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934.** São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. Para pensar as vidas de nossos cientistas tropicais. In: HEIZER, Alda. VIEIRA, Antonio A P. **Ciência, civilização e império nos trópicos.** Rio de Janeiro: Access, 2001, p. 235-246.

\_\_\_\_\_. A propósito dos estudos biográficos na história da ciência e das tecnologias. **FENIX Revista de História e Estudos Culturais.** Vol. 04, Ano IV, n.03 Jul/agos/set, 2007 (Disponível site: [www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br)).

FONSECA, Maria R. de G. F. **A única ciência é a pátria: o discurso científico na construção do Brasil e do México (1770 – 1815).** São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1994 (tese de doutoramento em História Social).

FONSECA, Pedro C. D. **Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

FRANÇA, Maria de Souza. A formação histórica da cidade de Anápolis e a sua área de influência regional. **Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História.** Belo Horizonte, 1973.

FREITAS, Revalino. **Anápolis: passado e presente.** Anápolis/GO: VOGA, 1995.

GALLI, Ubirajara. **A história do batismo cultural de Goiânia.** Goiânia; contato Comunicação/editora UCG, 2002.

GALVÃO, Olímpio J. de A. Desenvolvimento dos Transportes e integração regional no Brasil – uma perspectiva histórica. **Revista Planejamento e Políticas Públicas.** Instituto de Pesquisas Econômicas. N. 13, jun. 1996, p. 183-211.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. **Mitos, Emblemas, Sinais.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989.

GONÇALVES, Márcia de A. **narrativa biográfica e escrita da história:** Octávio Tarquínio de Sousa e seu tempo. *Revista de História*, número 150, 2004, p. 129-155.

GOMES, Ângela M. de C. et all. **O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964).** 9º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. (História Geral da Civilização Brasileira).

GUARINELLO, Norberto L. História científica, história contemporânea e história cotidiana. **Revista Brasileira de história.** São Paulo, v. 24, n. 48, p. 13-38, 2004

GUNTAU, Martin. José Bonifácio de Andrada e Silva – estudos e trabalhos científicos na Europa Central. In: FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. (org.) **Um olhar sobre o passado: história das ciências na América Latina**. Campinas/SP: Editora da Unicamp/Imprensa Oficial, 2000, p. 253-282.

HEIZER, Alda. Os instrumentos científicos e as Grandes Exposições do século XIX. In: HEIZER, A. VIDEIRA, A. A. P. **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Access, 2003. p. 165-171.

\_\_\_\_\_. **Observar o céu e medir a terra: instrumentos científicos e a participação do Império do Brasil na Exposição de Paris de 1889**. Campinas: Instituto de Geociências da UNICAMP, 2005 (tese de doutoramento em Ciências).

LEVI, G. Os usos da biografia. In: FERREIRA M. de M. AMADO, J. (org.) **História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 172-184.

LEINZ, Viktor. Geologia e a Paleontologia no Brasil. In: AZEVEDO, F. **Ciências no Brasil**. 2ª edição. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 1994. p. 275 – 296.

LEONARDOS, Othon Henry. A Mineralogia e a Petrografia no Brasil. In: AZEVEDO, F. **Ciências no Brasil**. 2ª edição. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 1994. p. 297 – 348.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ/UCAM, 1999.

LIMA, Nísia T. MARCHND, Marie-Helène (orgs.). **Louis Pasteur & Oswaldo Cruz**. Rio de Janeiro: editora FIOCRUZ/Banco BNP Paribas Brasil S.A., 2005.

LIMA, Nísia Trindade. Uma brasileira médica: o Brasil Central na expedição científica de Arthur Neiva e Belisário Penna e na viagem ao Tocantins de Julio Paternostro. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010459702009000500011&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459702009000500011&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 20 maio 2010. doi: 10.1590/S0104-59702009000500011.

LOPES, Maria M. “Aventureiras” nas ciências: refletindo sobre gênero e história das ciências no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 10 p. 345-368, 1998. Disponível em <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/pagu10.13.pdf>. Acesso em 09 de junho de 2007.

LOPES, Maria Margaret. Cenas de tempos profundos: ossos, viagens, memórias nas culturas da natureza no Brasil. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, set. 2008. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=)

S0104-59702008000300004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 nov. 2009. doi: 10.1590/S0104-59702008000300004.

LOPES, Maria Margaret. Proeminência na mídia, reputação em ciências: a construção de uma feminista paradigmática e cientista normal no Museu Nacional do Rio de Janeiro. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, 2009 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702008000500004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702008000500004)&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 nov. 2009. doi: 10.1590/S0104-59702008000500004.

LOPES, Maria Margaret; MURRIELLO, Sandra Elena. Ciências e educação em museus no final do século XIX. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, 2009 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702005000400002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702005000400002)&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 nov. 2009. doi: 10.1590/S0104-59702005000400002.

LOPES, Maria Margaret. "Mais vale um jegue que me carregue, que um camelo que me derrube... lá no Ceará". **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, jun. 1996 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59701996000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701996000100004)&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 nov. 2009. doi: 10.1590/S0104-59701996000100004.

LOPES, Maria Margaret. Sobre convenções em torno de argumentos de autoridade. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 27, dez. 2006 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332006000200004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000200004)&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 nov. 2009. doi: 10.1590/S0104-83332006000200004.

LOPES, Maria Margaret. Viajando pelo campo e pelas coleções: aspectos de uma controvérsia paleontológica. **Hist. cienc. saude**. 2001, vol.8, suppl., pp. 881-897. .

LOPES, Maria. M. MASSARANI, Luisa. FIGUEIRÔA, Sílvia. F. DE M. Fernando F. M. de Almeida e a divulgação científica. In.: MANTESSO-NETO et alli (orgs.) **Geologia do continente sul-americano**. Evolução da Obra de Fernando F. M. de Almeida. São Paulo:Beca, 2004, p. 237-242.

LOPES, Maria M. SOUSA, Lia Gomes P. de. SOMBRIO, Mariana M. de O. A construção de invisibilidade das mulheres nas ciências: a exemplaridade de Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976) **Revista Gênero**, Niterói, v. 05, p.97-109, 2. sem. 2004.

LUDKE, M. ANDRE, M. E. D. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870 – 1930). CASTRO, Iná E. de. GOMES, Paulo C. de C. CORRÊA, Roberto L. (Org.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 309 – 352.

MACIEL, Dulce P. **Goiânia (1933-1963)** – Estado e Capital na produção da cidade. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF, 1996 (Tese de doutorado em História Moderna e Contemporânea).

MADÉLENAT, D. **La Biographie**, Paris: PUF, 1984.

MANSO, Celina F. A. **Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea**. Goiânia: Edição do autor, 2001.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Goiânia art déco: acervo aquitetônico e urbanístico – dossiê de tombamento**. Goiânia: SEPLAN, 2004.

MARQUES, Jarbas S. **A Operação Dom Bosco**. Disponível no site: [http://www.proec.ufg.br/revista\\_ufg/dezembro2006/textos/operacao\\_dombosco.pdf](http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/dezembro2006/textos/operacao_dombosco.pdf). Acesso: 07/06/2010.

MASSARANI, Luisa. MOREIRA, Ildeu de C. BRITO, Fátima (Org.) **Ciência e Público: caminhos da divulgação científica no Brasil**. Rio Janeiro: Casa da Ciência/ Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fórum de Ciência e Cultura, 2002.

MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de Castro. Miguel Ozorio de Almeida e a vulgarização do saber. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, ago. 2004. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702004000200019&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702004000200019&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 01 jul. 2010.

MAUSS, Marcel. **Sociologia política**. La nacion y El internacionalismo. Sociedade y ciencias sociales. Barcelone: Barra Editores, 1972

MENDOZA, Celina A L. Fontes para uma história da ciência na Argentina: problemas metodológicos. In: FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. (org.) **Um olhar sobre o passado: história das ciências na América Latina**. Campinas/SP: Editora da Unicamp/Imprensa Oficial, 2000, p.97-113.

MOREIRA, Ildeu de Castro; MASSARANI, Luisa. A divulgação científica no Rio de Janeiro: algumas reflexões sobre a década de 1920. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, fev. 2001. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702001000600004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000600004&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 20 set. 2009. doi: 10.1590/S0104-59702001000600004.

\_\_\_\_\_. **Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Ciência Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da UFRJ. 2002, p. 43-64.

MOTOYAMA, Shozo. 1930 – 1964: Período Desenvolvimentista. In: \_\_\_\_\_  
**Prelúdio para uma história: ciência e tecnologia no Brasil.** São Paulo: Edusp/Fapesp, 2004, p. 249 - 316.

MOTTA, Marly Silva da. **O relato biográfico como fonte para a história.** Vidya, Santa Maria/RS, n.34, p. 101-122, jul/dez, 2000.

MUSEU ESTADUAL DE GOIÁS. **Histórico e relatório.** Goiânia, 1959.

NAGAMINI, Marilda. 1889 – 1930: ciência e tecnologia nos processos de urbanização e industrialização. In: MOTOYAMA, Shozo. **Prelúdio para uma história: ciência e tecnologia no Brasil.** São Paulo: Edusp/Fapesp, 2004, p. 185-248.

NEPOMUCENO, Maria de A. **A informação goyana: seus intelectuais, a história e a política em Goiás (1917-1935).** São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998 (Tese de doutoramento em Educação).

OLIVEIRA, Lúcia L. (coord.) **Elite intelectual e debate político nos anos de 1930: uma bibliografia comentada da Revolução de 1930.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

OLIVEIRA, Lúcia L. A década de 1920 e as origens do Brasil moderno. In: DE LORENZO, Helena C. COSTA, Wilma P. da (orgs.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno.** São Paulo: Unesp/Fapesp, 1997, p. 185- 194.

\_\_\_\_\_. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. **História, Ciência, Saúde: Manguinhos**, v. 01 n. 01, jul/out, 1994.

OLIVEN, Ruben G. O nacional e o regional na construção da identidade brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** N.02. v. 01. Out/1986.

ORTIZ, Renato. Sociedade e Cultura. In: SACHS, I, WILLHWIM, J. PINHEIRO, P. S. (orgs.). **Brasil: um século de transformações.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 184 – 209.

PAULA, Dilma Andrade de. **Ferrovias X Rodovias: agentes e agências na construção de projetos nacionais de transportes (1920-1954).**

PAZ, Otávio. **Labirinto da Solidão.** 4 edição. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

PESTRE, D. Por uma nova História Social e Cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens. **Cadernos do IG**, Campinas/SP, v. 06, n. 01, p. 07-56, 1996 (tradução Sílvia F. de M. Figueirôa).

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990 (Série Temas Sociologia e Política).

PEREIRA, Eliane M. C. M. O estado novo e a marcha para o este História Revista. **Revista do Departamento de História**. Universidade Federal de Goiás. Vol. II, jan/jun. 1997, p. 113 -130.

PESAVENTO, Sandra J. (org.) **História Cultural**: experiências de pesquisa. Porto Alegre/RS: Editora UFRS, 2003.

\_\_\_\_\_. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PIMENTA NETTO, **Anais do batismo cultural de Goiânia**: 1942. Jornal O Popular, p. 8B, 25 de jul. 1969.

POLONIAL, Juscelino. **Ensaio sobre a história de Anápolis**. Anápolis/GO: Associação Educativa Evangélica, 2000.

QUEVEDO, E. Os estudos histórico-sociais sobre as ciências e a tecnologia na América Latina e na Colômbia: avaliação e perspectivas. . In: FIGUEIRÔA, Sílvia F. de M. (org.) **Um olhar sobre o passado**: história das ciências na América Latina. Campinas/SP: Editora da Unicamp, São Paulo: Imprensa Oficial, 2000, p. 37-96.

QUINTANEIRO, Tânia. Plantando nos campos do inimigo: japoneses no Brasil na segunda guerra mundial. **Estudos ibero-americanos**. PUCRS, v. XXXII, n.02, p. 155-169, dez, 2006.

RAPCHAN, Eliane Sebeika. Hannah Arendt - Rahel Levin: duas biografias, sujeito e espelho. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 22, jun. 2004 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332004000100011&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332004000100011&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 08 jul. 2009. doi: 10.1590/S0104-83332004000100011.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre Rojas. La biografía como género historiográfico – algunas reflexiones sobre sus posibilidades actuales. In: SCHMIDT, Benito (org.) **O Biográfico**: perspectivas interdisciplinares. Santa Cruz do Sul/RS: EDUNISC,2000, p.09-48.

RONDELLI, Elizabeth. HEERSCHMANN, Micael. Os media e a construção do biográfico: a morte em cena. In: SCHMIDT, Benito (org.) **O Biográfico**: perspectivas interdisciplinares. Santa Cruz do Sul/RS: EDUNISC,2000, p.279 – 291.

RUIZ, Angel. Prospectiva ou utopia da matemática – ensino e a história da matemática na América Latina. In: FIGUEIRÔA, Sílvia F. de M. (org.) **Um olhar sobre o passado: história das ciências na América Latina**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, São Paulo: Imprensa Oficial, 2000, p. 153-188.

SA, Dominichi Miranda de. Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935). **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, 2010 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010459702009000500009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459702009000500009&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 20 maio 2010. doi: 10.1590/S0104-59702009000500009.

SA, Dominichi Miranda de. A voz do Brasil: Miguel Pereira e o discurso sobre o "imenso hospital". **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, 2010 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702009000500016&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702009000500016&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 20 maio 2010. doi: 10.1590/S0104-59702009000500016.

SALDANÑA, J. Nuevas tendencias em la historia de la ciência América Latina. **Cuadernos Americanos**, México, v. 02, n. 38, p. 69-91, mar/abr, 1993.

\_\_\_\_\_. Ciência e identidade cultural: história da ciência na América Latina. In: FIGUEIRÔA, Sílvia F. de M. (org.) **Um olhar sobre o passado: história das ciências na América Latina**. Campinas/SP: Editora da Unicamp/Imprensa Oficial, 2000, p. 11 – 32.

SANTOS, Milton. SILVEIRA, María L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCARLATO, Francisco Capuano. O espaço industrial brasileiro. In: ROSS, Jurandyr L. S. (orgs). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995, p. 327 – 380.

SCHMIDT, Benito Bisso Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema In: SCHMIDT, Benito (org.) **O Biográfico: perspectivas interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul/RS: EDUNISC,2000, p.49- 70. .

\_\_\_\_\_. **Construindo biografias...** Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n. 19, 1997.

SEVCHENKO, Nicolau. Introdução – O prelúdio republicano, astúcia da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando A (Coord.) SEVCENKO, Nicolau (Org.) **História da Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 07 – 48.

SHAPIN, Steven. Essay review: Personal development and intellectual biography: the case of Robert Boyle. **British Journal Hist. Science**, n. 26, p. 337, 1993.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930 -19435)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Ana Lucia da. **A Revolução de 30 em Goiás**. 2<sup>a</sup> ed. Goiânia: Cãnone editorial, 2005.

SILVA, Clóvis P. da A contribuição de Otto de Alencar Silva para o desenvolvimento da ciência no Brasil. **Revista da SBHC**, n. 19, p. 13-30, 1998.

SILVA, Moacir M. F. **Geografia dos Transportes no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Conselho Nacional de Geografia, 1949.

\_\_\_\_\_. **Geografia das Estradas de Ferro Brasileiras em seu primeiro centenário (1854 -1954)**. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. I CENTENÁRIO DAS FERROVIAS BRASILEIRAS. Rio de Janeiro/RJ. Site:<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/centenarioferrovias1954.pdf>. Acesso: 23/02/2009.

SOMBRIO, Mariana M. de O. **Traços da participação feminina na institucionalização de práticas científicas no Brasil: Bertha Lutz e o conselho de fiscalização das expedições artísticas e científicas do Brasil, 1939-1951**. Campinas/SP: Instituto de Geociências/Universidade Estadual de Campinas, 2007 (Dissertação de mestrado em Política Científica e Tecnológica).

SOUZA, Candice V. de. **A pátria geográfica; sertão e litoral no pensamento social brasileiro**. Goiânia: editora UFG, 1997.

\_\_\_\_\_. Batismo Cultural de Goiânia: um ritual da nacionalidade em tempos da Marcha para Oeste. In: BOTELHO, Tarcísio R. (org.) **Goiânia: cidade pensada**. Goiânia: editora UFG. 2002. p. 71-102,

SOUZA, Ricardo L. de. **Identidade nacional e modernidade brasileira: o diálogo entre Sílvia Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

TATON, René. Las biógrafos científicos y su importância. In: LAFUENTE, Antonio. SALDANÑA, Juan J. (Coord). **Nuevos tendencias: historia de las ciencias**. Madrid; consejo superior de investigaciones científicas, 1987, p. 73-85.

TAVARES, Giovana G. **A Trajetória de uma “Casa de Saber”**: o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (1930 – 1970). Universidade Estadual de Campinas: Instituto de Geociências: Pós-Graduação em Geociências Área de Educação Aplicada às Geociências. Campinas/SP, 2000 (Dissertação de Mestrado em Geociências).

\_\_\_\_\_. **Divulgação científica e recursos naturais: o papel da revista informação goyana na construção da imagem do estado de Goiás, 1917 - 1935.** I Simpósio de Pesquisa e Ensino e História de Ciências da Terra e III Simpósio Nacional Sobre Ensino de Geologia no Brasil. Disponível no site: <http://www.ige.unicamp.br/simposioensino/artigos/040.pdf> Acesso 06/06/2010.

TEMPERINI, Rosana de L. **O Sertão vai virar campo:** análise de um periódico agrícola (1930 – 1937). Fundação Oswaldo Cruz: Pós-graduação em História das Ciências da Saúde. Rio de Janeiro, 2003 (Dissertação de mestrado em História da Ciência).

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WHITE, Hayden Introduction: historical fiction, fictional history, and historical reality. **Rethinking History.** Vol. 9, n. 2/3, June/September, 2005, pp. 147 – 157.

VARELA, Alex G. **"Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português":** filósofo natural e homem público : uma análise das memórias científicas do ilustrado Jose Bonifacio de Andrada e Silva (1780-1819). Universidade Estadual de Campinas: Instituto de Geociências: Pós-Graduação em Geociências Área de Educação Aplicada às Geociências. Campinas/SP, 2001 (Dissertação de Mestrado em Geociências).

VARELA, Alex G. **Atividades científicas na " Bela e Barbara " Capitania de São Paulo (1796-1823).** Universidade Estadual de Campinas: Instituto de Geociências: Pós-Graduação em Geociências Área de Educação Aplicada às Geociências. Campinas/SP, 2005 (Tese de Doutorado em Geociências).

VARGAS, Getúlio **A nova política do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1938 – 1947.

VARGAS, Milton. Engenharia civil na República Velha. In: VARGAS, Milton. (org.) **História da Técnica e da Tecnologia no Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 1994 (Biblioteca básica).

VASCONCELOS, Adirson. **Brasil, capital Brasília:** a história de Brasília ontem, hoje e amanhã. Brasília: Thesaurus Editora, 2007.

VERGARA, Moema de R. Ciência e Modernidade no Brasil: a constituição de duas vertentes historiográficas da ciência no século XX. **Revista da SBHC,** Rio de Janeiro, v. 02 n. 01p. 22-31, jan/jun 2004.

VESSURI, Hebe M. C. Los papeles culturales de la ciencia en los países subdesarrollados. In: SALDAÑA, J.J. El perfil de la ciencia en America Latina. **Cuadernos Quipu,** v. 01 n. 01 México, p. 07-17, 1986.

\_\_\_\_\_. DIAZ, Elena, TEIXEIRA, Yolanda (comp.) **La ciencia perferica:** ciencia y sociedad en venezuela. Caracas: Monte Ávila editores, 1989.

VIEIRA, Flávio. Os caminhos ferroviários brasileiros. In: INSTITUO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **I Centenário das Ferrovias Brasileiras**. Rio de Janeiro/RJ Site:<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/centenarioferrovias1954.pdf>. Acesso: 23/02/2009.

VIEIRA, Tamara Rangel. No coração do Brasil, uma capital saudável: a participação dos médicos e sanitaristas na construção de Brasília (1956-1960). **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, 2010 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702009000500014&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702009000500014&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 20 maio 2010. doi: 10.1590/S0104-59702009000500014.

VILAS BOAS, Sérgio. **Biografia e Biógrafos:** jornalismo sobre personagens. São Paulo: Summus,2002.

VLACH, Vânia Rubia F. Estudo preliminar acerca dos geopolíticos militares brasileiros. Terra Brasilis – **Revista do pensamento geográfico no Brasil**, Ano III-IV, n. 04-05. Território, 2002-2003. Rio de Janeiro/RJ.